

YASMIN DE ANDRADE LEANDRO

**A INICIAÇÃO DOS NOBRES NOS VALORES DA CORTE
(PORTUGAL/SÉCULO XV)**

**FRANCA
2020**

YASMIN DE ANDRADE LEANDRO

**A INICIAÇÃO DOS NOBRES NOS VALORES DA CORTE
(PORTUGAL/SÉCULO XV)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, como pré-requisito para o título de Mestre em História.

Área de concentração: História e Cultura.

Linha de pesquisa: História e Cultura Social.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Alves Teodoro.

FRANCA

2020

L437i

Leandro, Yasmin de Andrade

A INICIAÇÃO DOS NOBRES NOS VALORES DA
CORTE (PORTUGAL/SÉCULO XV) / Yasmin de
Andrade Leandro. -- Franca, 2020
164 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista
(Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais,
Franca

Orientador: Leandro Alves Teodoro

1. HISTÓRIA. 2. MEDIEVAL. 3. PORTUGAL. 4.
AVIS. 5. SÉCULO XV. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp.
Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados
fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

YASMIN DE ANDRADE LEANDRO

**A INICIAÇÃO DOS NOBRES NOS VALORES DA CORTE
(PORTUGAL/SÉCULO XV)**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para a obtenção do Título de Mestre em História.

Área de concentração: História e Cultura.

Linha de Pesquisa: História e Cultura Social.

BANCA EXAMINADORA

PRESIDENTE: _____
Prof. Dr. Leandro Alves Teodoro

1º EXAMINADOR: _____

2º EXAMINADOR: _____

3º EXAMINADOR: _____

4º EXAMINADOR: _____

Franca, ____ de _____ de 2020.

Aos meus pais, meus maiores exemplos

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPQ, pelo financiamento integral desta pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, pelo financiamento em um momento de incertezas.

Ao Prof. Dr. Leandro Alves Teodoro pela confiança e pela dedicação durante tanto tempo. Agradeço pela leitura e correção minuciosa deste trabalho. Um grande exemplo profissional que sempre espero seguir.

À Profa. Dra. Susani Silveira Lemos França pela confiança e pelo carinho que foram partilhados desde a graduação. Agradeço pela leitura e correção deste trabalho que foram indispensáveis para a sua conclusão.

À Profa. Dra. Renata Cristina de Sousa Nascimento pela leitura do meu trabalho no exame de qualificação e pelas observações que foram prestimosas para a finalização desta pesquisa.

À Dra. Leticia Gonçalves Alfeu de Almeida, pelo carinho, dedicação e estima com que me ajudou nas revisões da dissertação.

Ao apoio oferecido durante esses anos de pesquisa pelo grupo *Escrito sobre os Novos Mundos* e pelo grupo *O ensino da fé cristã na Península Ibérica (sécs. XIV e XV)*.

À minha família e amigos pela confiança e estímulo nas horas certas.

Aos meus pais Adriana e Geraldo que apoiaram minhas escolhas desde sempre.

Se tu não vês ainda tua própria beleza, faze como o escultor de uma estátua que deve ser bela: tira isto, raspa aquilo, deixa tal lugar liso, limpa tal outro, até fazer aparecer uma bela aparência na estátua. Da mesma maneira, tu também tiras tudo o que é supérfluo, corrige o que é torto, purificando tudo o que é tenebroso para torná-lo mais brilhante, e não cesses de esculpir tua própria estátua até que brilhe em ti a luz divina da virtude.

Plotino

LEANDRO, Yasmin de Andrade. **A INICIAÇÃO DOS NOBRES NOS VALORES DA CORTE (PORTUGAL/SÉCULO XV)**. Dissertação (mestrado), Orientador: Leandro Alves Teodoro - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, 2020.

RESUMO

Entre os séculos XIV e XV, a corte dos reis de Avis notabilizava-se pela promoção de diferentes tratados de caráter didático-moral direcionados à formação dos fiéis católicos do reino, especialmente daqueles homens e mulheres mais próximos aos monarcas. Visando estabelecer as bases de um reino virtuoso, os príncipes dessa dinastia buscaram constranger esses nobres para que soubessem como cuidar de seus corpos e espíritos, bem como da formação moral de seus filhos e filhas. Ao explorar os tratados escritos pelos primeiros membros da dinastia de Avis e seus coetâneos, nomeadamente o *Livro da Montaria* de D. João I, o *Leal Conselheiro*, *Ensinhança de Bem Cavalgar Toda a Sela* e o *Livro da Cartuxa* de D. Duarte, e a *Virtuosa Benfeitoria*, de D. Pedro, Duque de Coimbra, além de utilizar as crônicas escritas por Fernão Lopes, *Crónica del Rei Dom Joham I*, e por Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta*, bem como os escritos anônimos de caráter religioso como o *Orto do Esposo*, o *Virgeu de Consolaçon*, o *Boosco Deleitoso*, e o *Livro das Confissões* de Martín Pérez, o alvo deste trabalho será serializar os conselhos que esses letrados escreveram para estimular os pais, irmãos, amigos, preceptores e confessores a iniciarem seus semelhantes tanto nos rudimentos da fé quanto nas regras elementares da corte. Do mesmo modo, serão explorados quais os principais instrumentos usados por esses guias na formação dos nobres, tais como a montaria, o tecer, a música, a missa e a leitura. Em resumo, este estudo visará mapear os atores e as práticas imprescindíveis na formação de homens e mulheres destinados a conduzir o reino de Portugal e suas principais instituições.

PALAVRAS-CHAVE: Portugal – Idade Média – Avis – Instrução – Instrumentos.

LEANDRO, Yasmin de Andrade. **THE INITIATION OF NOBES IN THE VALUES OF THE COURT (PORTUGAL / XV CENTURY)**. Dissertation (master's), Advisor: Leandro Alves Teodoro - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculty of Human and Social Sciences, Franca, 2020.

ABSTRACT

Between the 14th and 15th centuries, the court of the kings of Avis was notable for the promotion of different didactic-moral treatises aimed at the formation of the Catholic faithful of the kingdom, especially those men and women closest to the monarchs. In order to establish the foundations of a virtuous kingdom, the princes of this dynasty sought to constrain these nobles so that they would know how to care for their bodies and spirits, as well as the moral formation of their sons and daughters. When exploring the treatises written by the first members of the Avis dynasty and their contemporaries, namely the *Riding Book* of D. João I, the *Loyal Counselor*, *Ensinhança de Bem Cavalgar Toda a Sela* and the *Carthusian Book* of D. Duarte, and the *Virtuosa Benfeitoria*, by D. Pedro, Duke of Coimbra, in addition to using the chronicles written by Fernão Lopes, *Chronicle of the King Dom Joham I*, and Gomes Eanes de Zurara, *Chronicle of the Taking of Ceuta*, as well as the anonymous religious writings such as the *Orthodox of the Spouse*, the *Virgeu de Consolaçon*, the *Boosco Delightful*, and the *Book of Confessions* by Martín Pérez, the aim of this work will be to serialize the advice that these scholars wrote to encourage parents, brothers, friends, preceptors and confessors to start his fellow men both in the rudiments of faith and in the elementary rules of the court. Likewise, the main instruments used by these guides in the training of nobles will be explored, such as riding, weaving, music, mass and reading. In summary, this study will aim to map the actors and practices essential in the training of men and women destined to lead the kingdom of Portugal and its main institutions.

KEYWORDS: Portugal - Middle Ages - Avis - Instruction - Instruments.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	11
PARTE I - OS INTERMEDIÁRIOS DA FORMAÇÃO DOS NOBRES	19
CAPÍTULO 1 – A FORMAÇÃO DENTRO DO CÍRCULO FAMILIAR	
<i>O pai</i>	<i>21</i>
<i>A mãe</i>	<i>32</i>
<i>Os irmãos.....</i>	<i>45</i>
CAPÍTULO 2 – A FORMAÇÃO FORA DO CÍRCULO FAMILIAR	
<i>Os amigos</i>	<i>59</i>
<i>Os preceptores e os confessores</i>	<i>67</i>
PARTE II- INSTRUMENTOS DE ORDENAÇÃO.....	83
CAPÍTULO 1- LIÇÕES PARA APRIMORAMENTO CORPORAL	
<i>A caça e a montaria</i>	<i>85</i>
<i>A música e a dança</i>	<i>98</i>
<i>O tecer e fiar</i>	<i>104</i>
CAPÍTULO 2 - LIÇÕES PARA O APERFEIÇOAMENTO ESPIRITUAL	
<i>A missa</i>	<i>107</i>
<i>Os livros e a leitura</i>	<i>117</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	126
BIBLIOGRAFIA	129

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os reis portugueses da dinastia de Avis (1385-1580) dividiam a vida humana em várias fases, tomando como critério especialmente as mudanças físicas que o corpo sofria da infância à velhice, para demarcar o início e o fim de cada etapa pela qual o homem se desenvolvia.¹ Atualizando um modelo de divisão da vida que remontava à Antiguidade,² os parâmetros mais usualmente utilizados no período para criar balizas temporais para medir as idades da vida baseavam-se nos números 3, 4 ou 7.³ D. Duarte, no *Leal Conselheiro*, ao catalogar as principais idades, defende que cada uma forma um ciclo de sete anos, estando todas elas dispostas da seguinte forma: a primeira idade (0 – 7 anos), a “ifancia”, diferenciava-se, segundo ele, pela primeira dentição; a segunda idade (7 – 14 anos), “*puericia*”, seria a ideal para o casamento; a terceira, a “*adolacencia*” (14 – 21 anos), notabilizava-se pelo término do crescimento; a quarta idade, a “*mancebia*,” (21 – 28 anos), marcava a etapa em que o corpo adulto estaria formado; a quinta idade (28 – 35 anos) compreendia o período de aperfeiçoamento da capacidade humana de raciocinar. Segundo D. Duarte, depois dessas etapas, o corpo chegaria à velhice, também chamada de período “*senium*” ou de “*decrepidus*”, momento em que a pessoa já teria dado todos os seus passos e cumprido as tarefas a ela atribuídas pelo poder divino.⁴ Pensadores como D. Duarte ecoaram o modelo de divisão da vida elaborado por São Tomás de Aquino, que segmentava a vida humana tomando como inspiração os sete dons do Espírito Santo e a divisão da semana em

¹ D. Duarte ecoa certas bases da obra *Etimologias* de Isidoro de Sevilha. Segundo esse pensador dos tempos dos visigodos, a infância e a velhice surgiam como idades imperfeitas, sobretudo em contraste com a fase dos trinta anos que seria a idade em que Cristo começou a fazer milagres. De modo que, tanto os textos médicos como de tratadistas medievais insistiam em atribuir à *infantia* diversas carências e debilidades que causavam a ideia de uma imperfeição. O próprio Isidoro de Sevilha evidenciava que nesse período “não se sabe ainda falar” ou “articular palavras”, porque, sem “ter ainda desenvolvido os dentes”, lhe faltava “a faculdade da linguagem”. OLIVEIRA, Ana Rodrigues. **As Idades da Criança**. IEM - Instituto de Estudos Medievais: Medievalista online, Ano 2, nº2, 2006, p. 3.

² Sólon, um dos sete sábios da Grécia antiga, legou aos pensadores medievais o modelo organizado a partir do valor simbólico do número 7. Definia, pois, as sete idades da vida por considerar este número determinante para a formação do universo, sendo que havia sete esferas, sete estrelas que controlavam as estações, sete ventos, sete partes do corpo humano, sete funções da cabeça, sete vogais e sete partes da terra, além dos sete planetas conhecidos: a Lua, Mercúrio, Vênus, o Sol, Marte, Júpiter e Saturno. BAGLIANI, Agostino Paravicini. Idades da vida. In: LE GOFF, Jacques; SCHIMITT, Jean-Claude. **Dicionário analítico do Ocidente medieval**, Vol. I. Coordenação e tradução Hilário Franco Júnior, São Paulo: Editora Unesp, 2017, p. 625. GARCIA HERRERO, María del Carmen. **Las etapas de la vida**. In: El mundo social de Isabel la Católica: la sociedad castellana a finales del siglo XV / coord. por Miguel Ángel Ladero Quesada, 2004, p. 33.

³ Carla Casagrande afirma que apesar de variar o valor simbólico dos números eles nunca sobrepõem um ao outro, mas sim se complementavam. CASAGRANDE, Carla; VECCHIO, Silvana. **Histoire des péchés capitaux au Moyen Âge**. Paris: Aubier, 2002, p. 297-300.

⁴ DUARTE, D. **Leal Conselheiro**. Edição crítica, introdução e notas de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 16-17.

sete dias.⁵ Contar as etapas da vida humana tornava-se uma questão relevante àqueles homens dada a importância de legar de forma correta as aprendizagens dos nobres em um momento de redefinição de valores em Portugal.

Entre o final do século XIV e o início do XV, momento da ascensão da dinastia dos reis de Avis ao trono, após a crise política e social que assolou o reino de Portugal entre 1383 e 1385, os reis D. João I e D. Duarte começaram a investir na formação dos membros da corte régia a partir da escrita de obras de cunho doutrinário, voltadas à edificação de parâmetros de comportamento para os nobres portugueses.⁶ Como descreve o cronista-mor e guarda-mor da Torre do Tombo, Fernão Lopes, uma nova geração de nobres estabelecia-se nesses tempos de redefinição dos grupos sociais que teriam de conduzir o reino de Portugal. Diz o cronista que se tratava de uma época,

[...] na qual se levantou outro mundo novo e uma nova geração de gentes, porque filhos de homens de tão baixa condição que não cumpre de dizer, pelo seu bom serviço e trabalho, neste tempo foram feitos cavaleiros, conhecendo agora novas linhagens e nomes.⁷

Na construção desse cenário social, as obras quatrocentistas, embora versassem sobre diferentes temas, possuíam objetivos em comum, tais como: ajudar os pais na educação de seus filhos; ensinar os rudimentos da fé aos homens e às mulheres; criar critérios para as relações entre os nobres, e estimular a formação de uma harmonia social e política no séquito régio. Esse princípio ordenador e edificante da produção é sintetizado pelo próprio D. Duarte em uma carta endereçada à sua esposa, Dona Leonor de Aragão, em que afirma “que havia escrito algumas coisas por bom regimento de nossas consciências e vontades”. A sequência do texto permite concluir que o termo “nossas” refere-se a “todos os estados”, aos “senhores e servidores, maridos e mulheres” e, principalmente, aos “senhores e gente de suas casas”.⁸ Além disso, esse monarca, no prólogo do *Leal Conselheiro*, explica que escrevia para homens da corte, para que alguma coisa soubessem da ciência desse ambiente e para que desejassem viver virtuosamente.⁹

⁵ AQUINO, Tomás de. **Suma teológica**. São Paulo: Loyola, vol. 4, 2009, p. 250.

⁶ COELHO, Maria Helena da Cruz. **D. João I, o que re-colheu Boa Memória**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, p. 148.

⁷ LOPES, Fernão. **Crónica del Rei Dom Joham I de boa memória e dos reis de Portugal o decimo**. Edição por Anselmo Braamcamp, prefácio de Luis F. Lindley Cintra. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, Vol. 1, 1973, p. 308.

⁸ VENTURA, Margarida Garcez. **A Corte de D. Duarte. Política, cultura e afectos**. Lisboa: Editora Verso da História, 2013, p. 17.

⁹ DUARTE, D. **Leal Conselheiro**. Edição crítica, introdução e notas de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 11.

As lições contidas em obras escritas no âmbito da corte de Avis, como o *Leal Conselheiro*, prescrevem aos nobres um conjunto de cuidados com o corpo e o espírito, a fim de que pudessem ser modelos de conduta dentro e fora dali.¹⁰ Para que suas lições fossem compreendidas por todos, os príncipes propagavam uma variedade de tipos de escritos: além de comporem suas próprias obras, incentivavam a produção de crônicas, dos mais diversos modelos e também a disseminação dos escritos religiosos, que, apesar de terem origens diferentes, possuíam o mesmo público e intuito edificante. O próprio D. Duarte apregoou que esses homens e mulheres poderiam seguir os exemplos praticados por seus pais e, dessa forma, tornar-se guias em suas casas e espelhos para seus filhos e filhas. Articulava-se a imagem da família real — rei, rainha e infantes —, a um ideal de sociedade, ainda que muitas vezes essas relações fossem tratadas de forma idílica.¹¹

Fr. Juan Garcia de Castrojeriz já dizia, na *Glosa Castellana*, tradução comentada do texto de Egidio Romano, *Regimento de príncipes*, de grande disseminação em Portugal, que naturalmente o homem é um animal que precisa de companhia. O canonista profere que convém notar quais são essas companhias e identificar quais são boas e ruins. Para corroborar suas informações, ele cita o Apóstolo Paulo, na Epístola de Coríntios, XVº capítulo: “as más palavras corrompem os bons costumes”.¹² Uma vez que todas estas companhias podem ser boas ou más, o filósofo assinala cinco bens que nascem da boa companhia. O primeiro era o amor e a caridade; o segundo era a concórdia e ajuntamento da paz e, dessa forma, se reconheceriam os companheiros verdadeiros; o terceiro era a ajuda, acorro e defesa quando necessário; o quarto, honra e reverência; e o quinto, a companhia no sofrimento de enfermidade ou compaixão em qualquer mal.¹³ Dessa companhia, quatro são as comunidades que surgiriam para a sociabilidade do homem, a primeira é a casa, a segunda o bairro, a terceira a cidade e a quarta o reino. Sendo assim, com muitas pessoas se faz uma casa, de muitas casas se faz um bairro, de muitos bairros uma cidade e de muitas cidades um reino, todos ordenados pelos preceitos de Deus com um “guiador, mandador e obediente¹⁴”. A comunidade da casa é a primeira de todas, e é parte de todas as outras, pois todas elas a

¹⁰ BUESCU, Ana Isabel. *Na corte dos reis de Portugal. Saberes, ritos e memórias*. Lisboa: Edições Colibri, 2010, p. 61.

¹¹ BUESCU, Ana Isabel. *Imagens do Príncipe: Discurso Normativo e Representação (1525-49)*. Lisboa: Editora Cosmos, 1996, p. 22.

¹² *Glosa Castellana al "Regimiento de Príncipes" de Egidio Romano*. Edição, estudo preliminar e notas de Juan Beneyto Perez. Madrid: Centro de estudios políticos y constitucionales, 2005, p. 332-333.

¹³ *Glosa Castellana al "Regimiento de Príncipes" de Egidio Romano*. Edição, estudo preliminar e notas de Juan Beneyto Perez. Madrid: Centro de estudios políticos y constitucionales, 2005, p. 335-336.

¹⁴ Obedecedor. subs. (de obedecido f-or). O que obedece; obediente; cumpridor. MACHADO, José Barbosa. *Dicionário dos primeiros livros impressos em língua portuguesa*. Braga: Edições Vercial, Vol. 3 (I-P), 2015, p. 315.

encerram em si e, aqui, são os ensinamentos e instruções praticados por seus moradores que nos interessam.¹⁵ Na casa acabada existiam três governos: o primeiro, do marido à mulher; o segundo, do senhor ao servo, e o terceiro, do pai aos filhos.¹⁶ Na mesma esteira do Fr. Juan Garcia de Castorejiz, D. Duarte reafirmava, no *Leal Conselheiro*, que a vida em comunidade fazia parte das necessidades da natureza humana, mas que tais necessidades deveriam ser comandadas pelo bom regimento das nossas vontades para o cumprimento do bem comum.¹⁷

Partindo de obras como essas que visavam definir parâmetros de virtude e modelos de organização social, o objetivo desta dissertação é mapear o papel dos intermediários na formação dos nobres portugueses, tais como pais, irmãos, amigos, preceptores e confessores, e também os instrumentos que poderiam ampará-los. Bem como, compreender em que medida os príncipes de Avis eram o exemplo de comportamento para os homens e mulheres de seu tempo. Com enfoque em escritos destinados a ensinar homens e mulheres desse séquito elementos basilares das regras de seu grupo, trata-se de perscrutar a maneira como a corte portuguesa se organizou no fim do século XIV e início do XV, momento em que se intensificava a necessidade dos reis de definir melhor os papéis dos nobres e de outros grupos sociais no reino. Visando desenvolver esses alvos, a dissertação foi dividida em duas partes, “Intermediários” e “Instrumentos”. Na primeira parte, o escopo é explorar o círculo interno da corte e a importância de certas personagens, sobretudo a mãe, o pai, os irmãos, os amigos, preceptores e os confessores, na iniciação de homens e mulheres nos deveres da nobreza. Serão exploradas, primeiro, aquelas figuras importantes nas primeiras idades da vida dos nobres, as pertencentes ao mesmo círculo familiar ou sanguíneo; segundo, as que vão aparecer na vida desses homens e mulheres a partir da segunda idade, sem possuírem laços de sangue.

Enquanto na primeira parte estão em foco os ensinamentos transmitidos a partir das relações pessoais, a segunda parte do estudo analisa as práticas e instrumentos recomendados para o aprimoramento tanto do espírito quanto do corpo, medidas tomadas pela Coroa portuguesa para aprimorar os gestos e a fala da nobreza do século XV, e que nesse século ganham destaque com a proliferação do uso das línguas vernáculas em sobreposição ao latim. Dessa forma, a segunda parte deste trabalho buscará inventariar as ferramentas utilizadas para a iniciação dos nobres na prática das virtudes, tão caras ao universo da corte nesse período,

¹⁵ **Glosa Castellana al "Regimiento de Príncipes" de Egidio Romano.** Edição, estudo preliminar e notas de Juan Beneyto Perez. Madrid: Centro de estudios políticos y constitucionales, 2005, p. 334.

¹⁶ **Glosa Castellana al "Regimiento de Príncipes" de Egidio Romano.** Edição, estudo preliminar e notas de Juan Beneyto Perez. Madrid: Centro de estudios políticos y constitucionales, 2005, p. 339.

¹⁷ DUARTE, D. **Leal Conselheiro.** Edição crítica de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 1.

buscando ainda especificar a importância da formação dos nobres para o projeto avisinio de estabelecimento de um reino cristão e virtuoso. No primeiro capítulo dessa parte serão trabalhadas as lições para o aprimoramento corporal dos nobres por meio de práticas como a caça e a montaria, a música e o tecer; no segundo capítulo, serão exploradas as lições para o aperfeiçoamento espiritual por meio dos livros e da leitura e da presença daqueles homens e mulheres na missa.

Para descrever como as autoridades eclesiásticas e laicas indicaram as figuras e os instrumentos da iniciação dos nobres portugueses nos valores cortesãos no século XV, os documentos utilizados constituem-se basicamente de crônicas e tratados. As crônicas provêm dos letrados da corte avisina e foram incentivadas pela recém-criada função de guarda-mor e protetor da Torre do Tombo. Fernão Lopes foi o primeiro encarregado da missão de registrar as ações de todos os reis portugueses, enquanto Gomes Eanes de Zurara e Rui de Pina conjugaram a história dos reis e a das conquistas. Os tratados, por sua vez, podem ser divididos entre os escritos por membros da Igreja, como Martín Pérez, D. Diogo Ortiz e Clemente Sánchez de Vercial, e por letrados laicos, entre os quais também estavam os príncipes da dinastia, como D. Duarte, D. Pedro e o rei D. João I.

As crônicas são um tipo de fonte incontornável para o estudo da realeza portuguesa medieval e dos eventos que marcaram os reinados, num período em que a palavra escrita é tomada como atestado de verdade e de autoridade e o cronista ainda não gozava do título de autor.¹⁸ Fernão Lopes e Rui de Pina construíram suas narrativas com considerável distância dos eventos que narraram – dada essa lacuna temporal em relação ao seu objeto, o gênero foi por vezes visto com ressalvas pelos letrados da época e pela historiografia moderna.¹⁹ Lopes esteve um tanto mais próximo, escrevendo sobre acontecimentos que tiveram lugar entre setenta e quarenta anos antes, em 1419, aproximadamente, e cujos desdobramentos ainda ecoavam em sua contemporaneidade. Rui de Pina, por sua vez, escreve sobre os eventos dos primeiros reinados, de D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Dinis, e a distância se impõe ainda mais na impessoalidade da narrativa, que perde muito em relação aos detalhes do que narra. A crônica é construída à volta de um reinado ou de um personagem, para legitimar seus promotores e servir de modelo de conduta para a

¹⁸ Pois, os textos, os livros e os discursos só tardiamente deixaram de se confundir com personagens míticos ou sagrados. FOUCAULT, Michael. **O que é um autor?** Lisboa: Vega, 1992, p. 47.

¹⁹ BUESCU, Ana Isabel. **Imagens do Príncipe: Discurso Normativo e Representação (1525-49)**. Lisboa: Editora Cosmos, 1996, p. 51-52.

sociedade.²⁰ Outro ponto a considerar é o papel político dos cronistas que trabalhavam a soldo da dinastia de Avis, iniciada com um bastardo, D. João I, que realiza um grande esforço para legitimar sua linhagem, inclusive com o estabelecimento de uma memória favorável. Desse modo, as crônicas sintetizaram alguns temas principais como a reconquista, as traduções, as memórias de um reino e a justificação de um reinado, a sucessão e a tradição.²¹ No século XV, em Portugal, graças ao empenho dos príncipes de Avis — D. João I e seus sucessores, D. Duarte, o infante D. Pedro e D. Afonso V —, nota-se pela primeira vez o desenvolvimento de uma atividade quase regular e sistemática da escrita de uma história do reino, que reportava o passado delimitando os grandes feitos e honras dos reis e nobres portugueses. D. João I criou, portanto, o cargo de cronista-mor e de guarda-mor do reino de Portugal, dando a Fernão Lopes a responsabilidade de ser o primeiro a ocupá-lo. Esse investimento nas crônicas foi eficaz para elevar a dinastia de Avis e promover modelos de virtude, como sintetizou Fr. João Álvares, religioso empenhado em erigir a santidade do Infante Santo, D. Fernando, na crônica redigida entre 1451 e 1460: a crônica é “a memória das coisas passadas do conhecimento para as do presente e avisamentos das que estão por vir, e assim os notáveis fatos dos antigos se podem em escrituras para suas obras virtuosas serem lembradas por ensinança e doutrina dos outros”.²²

Por outro lado, os tratados pastorais e doutrinários, escritos ou compilados em português, possuíam o objetivo de fixar em língua vernácula diretrizes concernentes à aprendizagem de preceitos elementares do Cristianismo, bem como de práticas associadas ao convívio na corte. Voltados para a admoestação do clero ou mesmo para servirem de inspiração aos leigos, os tratados religiosos como as sumas e os manuais de confissão e dos confessores conheceram maior difusão no Ocidente nos séculos XIV e XV.²³ Versavam sobre diferentes dimensões da vida pública e privada, principalmente após o IV Concílio de Latrão, em 1215, quando proliferaram manuais para a formação pastoral da comunidade eclesial. Os padres letrados e teólogos escreviam e publicavam, em latim e linguagem vulgar, seus tratados contendo os artigos de fé, os preceitos do decálogo, os sacramentos da Igreja e as espécies de vícios e virtudes, para serem lidos e difundidos nas paróquias. Da mesma forma,

²⁰ GUIMARÃES, Marcella Lopes. **Crônica de um gênero histórico**. Revista Diálogos Mediterrânicos, N. 2, 2012, p. 67-78.

²¹ LANCIANI, Giulia, TAVANI, Giuseppe (Org. e Coord.). **Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa** (2ª ed.). Lisboa: Editorial Caminho, 1993. p.173-175.

²² ÁLVARES, Frei João. **Chronica do Infante Santo D. Fernando**. Edição Mendes dos Remedios. Coimbra: França Amado Editor, 1911, p. 3.

²³ ANTUNES, José. **A nobreza no “Discurso medieval da Confissão” (séc. XIII a XIV)**. Revista de História das Ideias, Vol. 19, 1997, p. 158-159.

uma modalidade de tratados sobre pedagogia cristã é desenvolvida para um público leigo. Neles, os preceitos básicos do cristianismo: artigos de fé, mandamentos de Cristo, sacramentos, virtudes e pecados, são breves, simples e sem interpretações.²⁴

Tais tratados foram compostos muito provavelmente como ferramenta de ensino para religiosos e leigos e, por esse motivo, parecem ter tido uma relativa circulação no meio cortês português, tendo em vista que o *Orto do Esposo* consta no inventário da biblioteca duartina e o *Virgeu de Consolaçon* é bastante citado na principal obra de D. Duarte, o *Leal Conselheiro*. Já o *Livro das Confissões* de Martín Pérez – traduzido para o português pelo Fr. Roque de Tomar no mosteiro de Santa Maria de Alcobaça em 1399 – foi um dos primeiros grandes tratados pastorais em língua portuguesa a justificar a necessidade de a confissão penitencial atentar para as singularidades da vida do penitente. E o *Boosco Deleitoso*, por seu conteúdo igualmente moralizante, pode ser enquadrado nesse projeto que visava o regramento moral voltado também para os leigos.²⁵ Com efeito, os livros de espiritualidade não deixavam de glosar as mesmas advertências éticas e ecoar as preocupações pastorais que alimentavam a cultura da pregação. As modalidades do relato exemplar mais frequentemente interpoladas neste tipo de obra de orientação didática eram, naturalmente, as de feição mais pronunciadamente devota que apareciam nos exemplos bíblicos e hagiográficos, embora não excluíssem contos profanos, fábulas, fatos históricos ou mesmo cotidianos.²⁶ Apresentam uma extensa coleção de citações selecionadas de alguns autores clássicos como Aristóteles e Sêneca – entre os mais frequentes, assim como de padres da Igreja e escritores da época. Dos tratados doutrinários sabe-se que alguns autores como Egídio Romano compilaram opiniões de filósofos clássicos e cristãos com o desejo de reunir ensinamentos morais, religiosos e cívicos em seus *specula principum et nobilum*.²⁷ Referiam-se geralmente à educação de príncipes, no entanto, não deveriam ser lidos e destinados apenas a estes, mas também aos

²⁴ VILLA PRIETO, Josué. **Las actitudes cotidianas en la mentalidad medieval: análisis de las crónicas y los tratados Morales de la Península Ibérica (siglos XIII-XV)**. Lemir 22, 2018, p. 289.

²⁵ SOUZA E SILVA, Michelle. **Boosco deleytoso**. In: TEODORO, Leandro Alves (Org.). O ensino da fé cristã na Península Ibérica (séculos XIV e XV). Banco de dados (Online). 2019. Disponível em: <https://umahistoriadapeninsula.com/boosco-deleytoso/>. Consulta em: 10 de novembro de 2019.

²⁶ PEREIRA, Paulo Alexandre. **Horto do Esposo**. In: TEODORO, Leandro Alves (Org.). Obras pastorais e doutrinárias do mundo ibérico. Banco de dados (Online). 2019. Disponível em: <https://umahistoriadapeninsula.com/our-collections/horto-do-esposo/>. Consulta em: 13 de novembro de 2019.

²⁷ VILLA PRIETO, Josué. **Las actitudes cotidianas en la mentalidad medieval: análisis de las crónicas y los tratados Morales de la Península Ibérica (siglos XIII-XV)**. Lemir 22, 2018, p. 290.

súditos, para que soubessem como obedecer²⁸ e observar os modelos de conduta cristã demonstrados pelo soberano.²⁹

Por fim, cabe mencionar que uma das escolhas teórico-metodológicas está na iniciativa de averiguar uma série de documentos e não se restringir a um único documento. Ao serializar os tratados apresentados acima, a dissertação buscará mapear uma rede de enunciados que permitirá evidenciar as diferenças e semelhanças entre as impressões de escritos portugueses quanto à maneira considerada adequada de educar a nobreza. Como são, pois, as normas contidas nos tratados que interessam a esta pesquisa, vale destacar que, apesar de elas não serem tomadas aqui como espelho da sociedade, a análise centrar-se-á nos exemplos tidos como ideais para que os progenitores e figuras relevantes aprendessem a guiar seus filhos por meio de padrões moralmente aceitos na corte portuguesa do século XV.

²⁸ NUNES, Ariadne. **Livro da Vertuosa Benfeytoria** (LVB). In: TEODORO, Leandro Alves (Org.). Obras pastorais e doutrinárias do mundo ibérico. Banco de dados (Online). 2019. Disponível em: <https://umahistoriadapeninsula.com/livro-da-vertuosa-benfeytoria-lvb/> . Acesso em: 19 de outubro de 2019.

²⁹ FERNANDES, Fátima Regina. **Teorias políticas medievais e a construção do conceito de unidade**. Revista História (São Paulo), Vol. 28, n.2, Franca, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-90742009000200003> Acesso em: 12 de março de 2020, p. 3.

PARTE I - OS INTERMEDIÁRIOS DA FORMAÇÃO DOS NOBRES

Em Portugal, seis figuras destacavam-se na formação e instrução dos nobres nas primeiras idades, para iniciá-los nos valores da nobreza: pais, mães, irmãos, amigos, preceptores e confessores. A educação recebida nesse período da vida do nobre que ia dos sete aos vinte e um anos era de grande importância para garantir a reprodução das relações sociais da corte, pois era um estágio fundamental para a socialização e introdução de homens e mulheres nos valores de seus estados.¹

Desses guias, as três primeiras figuras destacavam-se pela proximidade dos laços sanguíneos e eram os primeiros a iniciar os mais novos nos parâmetros morais de conduta da corte portuguesa no século XV. Por serem presença constante no cotidiano desses mancebos, exerciam grande influência na sua formação religiosa e letrada, confirmando o ensinamento de Salomão, nos Provérbios, citado por Fr. Juan García de Castrojeriz, na *Glosa Castellana*: “Filho, ouve o castigo de teu pai e nunca deixes a lei de tua mãe”.² Essas três personagens eram imbuídas, por suas ações e longa experiência de vida, da tarefa de ensinar aos seus filhos ou irmãos como seguir um caminho mais suave e sem conflitos, oferecendo-lhes exemplos de ações e modelos virtuosos de comportamento. D. Duarte afirmava, no *Leal Conselheiro*, que os homens adquiriam pela linhagem “a disposição do corpo, compreensão, manhas, saberes, condições e virtudes”.³ Para a nobreza portuguesa, a herança do sangue era muito valorizada, não apenas pela conservação de uma família, mas também pela transmissão de virtudes, determinada pela memória e expressa pela genealogia.⁴ “Dessa nossa linhagem devemos ser contentes ainda que não nos agrade, pois foi ordenada por Nosso Senhor Deus”, exortava o rei eloquente para que os nobres reconhecessem e fossem gratos pelo seu estado e pelas possibilidades de desenvolvimento que Deus lhes oferecia.⁵

Já os outros três guias, amigos, preceptores e confessores, apareciam em uma fase posterior da vida dos jovens nobres, por volta dos sete anos. Fr. Juan García Castorejiz já determinava, na *Glosa Castellana*, que os nobres deveriam ser informados sobre a forma correta de falar, ver e ouvir, pois as palavras boas faziam com que os homens fossem

¹ GARCIA HERRERO, María del Carmen. **Los jóvenes en la Baja Edad Media: Estudios y Testimonios**. Institución Fernando el Católico Excma. Diputación de Zaragoza, 2018, p. 24.

² **Glosa Castellana al "Regimiento de Príncipes" de Egidio Romano**. Edição, estudo preliminar e notas de Juan Beneyto Perez. Madrid: Centro de estudios políticos y constitucionales, 2005, p. 489-490.

³ DUARTE, D. **Leal Conselheiro**. Edição crítica, introdução e notas de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 268-270.

⁴ VENTURA, Leontina. A família: o léxico. MATTOSO, José; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (Org). **História da vida privada em Portugal. Portugal**: Temas e debates, 2011, p. 101.

⁵ DUARTE, D. **Leal Conselheiro**. Edição crítica, introdução e notas de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 268-270.

educados e amáveis. Da mesma forma, eles não poderiam ver e ouvir coisas torpes, pois os bons e maus costumes assim se aprendiam.⁶ O que significava que esses homens e mulheres que auxiliavam e conviviam com os nobres tinham grande poder sobre suas ações e conseqüentemente deveriam ser modelos de conduta moral para aqueles. Zurara destaca o que era esperado desses guias: “A função dos velhos mestres era moldar os costumes, criando grandes e muitas questões aos seus novos discípulos, já que com o trabalho que lhes era oferecido buscavam desenvolver provações que acrescentariam a sua sabedoria”.⁷

Assim, nas páginas a seguir serão exploradas cada uma dessas figuras, a começar pelo pai. Trata-se de analisar como os membros da dinastia de Avis e letrados do período descreveram o papel da figura paterna no regimento da casa, que traços singularizam a relação com os filhos e filhas, e que lições o progenitor deveria transmitir ou delegar para o futuro de sua linhagem.

⁶ **Glosa Castellana al "Regimiento de Príncipes" de Egidio Romano.** Edição, estudo preliminar e notas de Juan Beneyto Perez. Madrid: Centro de estudios políticos y constitucionales, 2005, p. 486-490.

⁷ ZURARA, Gomes Eanes de. **Crónica da Tomada de Ceuta por el rei D. João I.** Ed. Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915, p.30.

CAPÍTULO I - A FORMAÇÃO DENTRO DO CÍRCULO FAMILIAR

1. O pai

Fr. Juan García de Castrojeriz declara, em sua célebre obra *Glosa Castellana* — tradução comentada do texto de Egídio Romano, *Regimento de príncipes*, de grande disseminação em Portugal —¹ que “os pais são naturalmente ordenados por Deus para serem os primeiros a dar substância a seus filhos”;² a eles era necessário “sabedoria³ para governá-los e mantê-los” longe do pecado “em todas as coisas”.⁴ Eles eram imbuídos, desse modo, da tarefa de guiar o comportamento dos filhos e iniciá-los na fé católica, bem como nas regras da corte, sobretudo nas três primeiras idades, entre o nascimento e a adolescência, fases em que eram fundamentais o entendimento e a memória, para reter bons ensinamentos. Segundo afirma D. Duarte:

[...] naqueles degraus primeiros, que são do crescimento, as partes do entendimento devem ser usadas, começando pelo d’aprender, na segunda, usar a memória para reter alguns bons ensinamentos e bons conselhos. E, assim ir crescendo por todas as outras partes que com a graça de Nosso Senhor, enquanto a idade puder melhor ajudar com boa vontade, costume, ensino e conversação ajude no que, naturalmente, de cada parte recebemos.⁵

Na mesma esteira de seu irmão sobre o comportamento dos pais, o infante D. Pedro⁶, filho de D. João I, considera, em sua obra *Virtuosa Benfeitoria* — tratado político-moral

¹ Egídio Romano (1243-1316) — foi um conhecido escritor, filósofo e teólogo medieval, sendo reconhecido principalmente pela escrita de um tratado de política voltado para a educação Príncipe francês, Felipe, o Belo e que logo se disseminou por toda Europa — escrito no fim do século XIII, provavelmente 1285. Em Castela por volta de 1344, Dom Bernabé, bispo de Osma, a mandou traduzir, a responsabilidade ficou a cargo do Fr. Juan García de Castrojeriz, confessor da rainha Dona María de Portugal e preceptor do Infante Pedro, futuro Pedro I de Castela. **Glosa Castellana al "Regimiento de Príncipes" de Egidio Romano**. Edição, estudo preliminar e notas de Juan Beneyto Perez. Madrid: Centro de estudios políticos y constitucionales, 2005, p. XVIII, XXV.

² Substancia no dicionário da Real Academia Espanhola: 2. f. Parte essencial, o mais importante de algo. 3. f. Conjunto de características permanentes e invariáveis que constituem natureza de algo. 4. f. Valor, importância ou utilidade de algo. Disponível em: <https://dle.rae.es/sustancia> Acesso em: 22 de abril de 2020.

³ sabedoria, subs. (de sabedor + ia) Conhecimento: ciência. MACHADO, José Barbosa. **Dicionário dos primeiros livros impressos em língua portuguesa**. Braga: Edições Vercial, Vol. 4 (Q-Z), 2015, p. 152.

⁴ **Glosa Castellana al "Regimiento de Príncipes" de Egidio Romano**. Edição, estudo preliminar e notas de Juan Beneyto Perez. Madrid: Centro de estudios políticos y constitucionales, 2005, p. 442.

⁵ DUARTE, D. **Leal Conselheiro**. Edição crítica, introdução e notas de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 17.

⁶ O infante D. Pedro, nasceu em 9 de dezembro de 1392, em Lisboa, e faleceu em 20 de maio de 1449, com cinquenta e sete anos, na batalha de Alfarrobeira contra o rei D. Afonso V, seu sobrinho. Ele aparece nas crônicas como um homem cultivado pelas letras e viagens. É admirado por seus contemporâneos, por sua prudência, cultura e pelo papel político fundamental em seu tempo, ao assumir a Regência do reino por dez anos, entre 1438 e 1449. Em seus estudos, era formado por leituras moralistas de Cícero, Sêneca e Egídio Romano, sendo reconhecido por seus escritos e traduções. SODRÉ, Paulo Roberto. A virtuosa compilação do infante D. Pedro e Fr. João de Verba. In: MONGELLI, Lênia Márcia (coord.). **A literatura doutrinária na Corte de Avis**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 311-312.

escrito com auxílio do confessor Fr. João Verba, como resultado da ampliação da tradução do *De Beneficiis* de Sêneca –,⁷ que “aqueles que dos seus, especialmente de sua casa, não têm cuidado, são homens sem fé, e pior ainda, infiéis”.⁸ Do mesmo modo, Gomes Eanes de Zurara, famoso cronista-mor português do século XV, adverte, na *Crónica da Tomada de Ceuta*, que “com toda nossa força devemos trabalhar para nossa santa casa não ser corrompida por nenhum mal sacrifício”.⁹

Nesse período de remodelamento dos valores cortesãos, o séquito régio valorizava o varão que conseguisse engravidar sua esposa, proteger seus dependentes e servir como provedor para a sua família.¹⁰ Esse remodelamento foi necessário tendo em vista o desequilíbrio no reinado de D. Fernando (1367-1383), quando o excessivo favorecimento do rei a alguns grupos provocou tensões graves no seio da nobreza e levou à crise do fim do século XIV.¹¹ Fernão Lopes narra, na *Crônica de D. Fernando*, que aquele rei — também conhecido por ser valente, ledo¹² e namorador, “amador de mulheres e achegado a elas” — amou muito seu povo e trabalhou para o bem reger em todas as coisas; segundo o cronista, “todas eram fundadas em boa razão e muito justamente ordenadas”. Todavia, o cronista-mor e guarda-mor da Torre do Tombo afirma que D. Fernando desfaleceu esses preceitos quando começou a guerrear com Castela; como consequência, “nasceu um novo mundo contrário ao primeiro, em que posteriormente vieram tristezas dobradas”.¹³ O ponto crucial de todo esse desequilíbrio foi provocado pelo seu casamento, que gerou descontentamento de parte do

⁷ O livro é constituído por seis partes, e trata do modo como o benefício – ou benfeitoria – estrutura o funcionamento de uma sociedade. A escrita do livro terá ocorrido entre 1418, data das cortes de Santarém referidas no prólogo-dedicatória, e 1433, data da morte de D. João I, e da subida ao trono de D. Duarte, que passaria, a partir daí, a ser designado por “elrei”, e não já por “Muy alto príncipe”, como acontece na dedicatória. A data mais provável para a sua conclusão é 1429, o que significa que teria sido a primeira das obras que integram a literatura doutrinária de Avis a ser terminada. De um livro que começa por ser concebido como doméstico – encomendado por D. Duarte e feito por D. Pedro principalmente para o seu irmão –, passa-se a um livro público, para ser lido de modo mais amplo, já que um tratado de educação de príncipes não deveria ser lido e destinado apenas a estes, mas também aos súditos, para que soubessem como obedecer. NUNES, Ariadne. **Livro da Vertuosa Benfeitoria** (LVB). In: TEODORO, Leandro Alves (Org.). *Obras pastorais e doutrinárias do mundo ibérico*. Banco de dados (Online). 2019. Disponível em: <https://umahistoriadapeninsula.com/livro-da-vertuosa-benfeitoria-lvb/>. Consulta em: 19/11/2019.

⁸ PEDRO, Infante D. O Livro da Virtuosa Benfeitoria. In: **Obras dos Príncipes de Avis**. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1981, p. 603.

⁹ ZURARA, Gomes Eanes de. **Crónica da Tomada de Ceuta por el rei D. João I**. Edição. Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915, p. 225.

¹⁰ BULLOUGH, Vern L. On being a Male in the Middle Ages. In: LEES, Clare A. **Medieval Masculinities: Regarding Men in the Middle Ages**. Minneapolis: University of Minnesota Press, Medieval Cultures, Vol. 7, 1994, p. 34.

¹¹ MATTOSO, José. **Perspectivas actuais sobre a nobreza medieval portuguesa**. Revista de História das Ideias, Vol. 19, 1997, p. 21.

¹² Ledo, adj. (do lat. laetus, a. um). Alegre; risonho; jubiloso. Formas: leda (VC. 24: HE, I); ledas (V C. 2): ledo (VC, 34; EE, 4); ledos (V C. 13; EE, I). MACHADO, José Barbosa. **Dicionário dos primeiros livros impressos em língua portuguesa**. Braga: Edições Vercial, Vol. 3 (I-P), 2015. p. 99.

¹³ LOPES, Fernão. **Crônica D. Fernando**. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2004, p. 3-4.

reino, ao escolher Leonor Teles — mulher de D. João Lourenço da Cunha, senhor de Pombeiro e vassalo do rei —, para ser sua rainha, ao invés dos vantajosos acordos de casamento com herdeiras dos reinos vizinhos.¹⁴ Já asseverava Fr. Juan García de Castrojeriz, na *Glosa Castellana*, que se uma mulher tivesse diversos casamentos ao longo da vida, suas relações seriam repletas de discórdia e inimizades.¹⁵ O que acabou por ocorrer com o reino português quando o rei morreu e deixou como herdeira do trono sua filha, sob a tutela da mãe, que não agradava a maior parte dos nobres do reino.

Diante do mau exemplo de D. Fernando, D. João, na disputa pelo poder após a morte do meio-irmão, decidiu casar-se com Filipa de Lancaster, que estava ligada ao reino inglês, tanto por parte de mãe quanto de pai.¹⁶ Desse modo, se Dona Leonor tinha sua imagem associada a Eva, Filipa correspondia a Maria, rainha da bondade.¹⁷ Surge, então, com força entre os reis de Avis a preocupação de restaurar o prestígio de toda a corte portuguesa. Convinha, pois, evitar que os seus dependentes fossem corrompidos por pensamentos e comportamentos pecaminosos e desonrosos, cabendo aos pais legar ensinamentos e exemplos aos filhos, proporcionando a eles as melhores oportunidades de formação e amadurecimento.¹⁸ Sobre o desenvolvimento moral dos filhos, D. Pedro considera a boa ensinança como ponto de destaque nessa proteção. Nesse sentido, os nobres, deveriam ser

¹⁴ O governo de D. Fernando havia herdado consideráveis recursos do reinado anterior de D. Pedro (1357-1367). No entanto, o novo rei envolveu-se em guerras dinásticas com Castela e não obteve vantagens nos três conflitos em que participou, não vencendo nenhum deles. Além disso, o seu reinado ocorreu nos anos da Peste Negra e houve também revoltas dos “miúdos” contra os abusos dos “grandes”, as chamadas “uniões”. Um episódio que desagradou bastante à população foi, ainda, o casamento de D. Fernando com uma dama castelhana que já era casada, chamada Leonor Teles. O casamento anterior desta dama fora anulado e está se casou em segredo com D. Fernando, o que foi mais tarde visto como motivo de infortúnio para o reino. O casal teve apenas uma filha, D. Beatriz, menor de idade quando do falecimento do rei, em 1383. Com a morte de D. Fernando, duas opções se apresentaram. Uma era o reino ser governado pela rainha, D. Leonor, que era acusada de ser amante de um nobre espanhol, o Conde de Andeiro. A outra era o reino ser conduzido pelo rei castelhano, D. João de Castela. Esta opção era a mais provável, visto que D. Fernando, depois da última das guerras contra Castela, havia assinado o Tratado de Salvaterra dos Magos, e, pelo Tratado, o descendente de sua filha, casada com o rei de Castela, seria o novo rei de Portugal. Como a donzela ainda não estava em idade núbil e esse herdeiro não havia sido sequer gerado, a tendência era que D. João de Castela assumisse o trono português. ZIERER, Adriana. **Modelos educativos de nobre e rei na Crónica de D. João I, de Fernão Lopes**. Acta Scientiarum. Education Maringá, Vol. 32, n. 1, 2010, p. 55-56.

¹⁵ **Glosa Castellana al "Regimiento de Príncipes" de Egidio Romano**. Edição, estudo preliminar e notas de Juan Beneyto Perez. Madrid: Centro de estudios políticos y constitucionales, 2005, p.

¹⁶ Em sua busca por uma rainha D. João I ainda considerou a possibilidade de matrimônio com a irmã de Filipe, Catarina que era filha do casamento seguinte de João de Gand, com Constança, filha de Pedro I de Castela, rei que foi assassinado e teve seu trono usurpado. Pela ligação com o reino castelhano, Catarina poderia ser mote para a continuação do conflito com Castela e o desejo de tomada desta coroa. D. João I, como bom rei, queria a paz e por isso escolhe Filipa, consolidando a aliança com a Inglaterra, sem alimentar a guerra com o reino vizinho.

¹⁷ TREVISAN, Mariana Bonat. **A primeira geração de Avis: uma família “exemplar” (Portugal – Século XV)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2016, p. 160-162.

¹⁸ SOUZA, Risonete Batista de. Montaria: a saborosa arte de formar o cavaleiro. In: MENDONÇA, Manuela, **A Literatura doutrinária na corte de Avis**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p.193.

acostumados a agir com base em bons exemplos, de modo que, ao longo da vida, compreendessem sozinhos as mais diversas artes¹⁹ para viverem da forma mais honrosa no mundo.²⁰ Para facilitar a sua assimilação, os tratadistas portugueses recomendavam que esses ensinamentos deveriam ter início desde a mais tenra idade.

Os primeiros anos de vida eram considerados por esses monarcas os mais promissores para o aperfeiçoamento de ações e para a aprendizagem de costumes que seriam praticados pelos nobres na vida adulta na corte. Nessa visão, os filhos e filhas absorviam parâmetros de conduta e moldavam uma imagem ideal sobre seus futuros a partir da interferência dos pais em suas vidas; melhor dizendo, os nobres aprendiam a projetar um modelo de virtude tomando como referência os ensinamentos e ações de seus progenitores. Para tornar esse modelo de formação português eficaz, os pais deveriam se importar com a maneira como agiam diante dos filhos, pois nesse período considerava-se que os gestos possuíam um valor edificante, pelo fato de poderem transmitir sinais de repressão, descontentamento e de crítica.²¹ Os pensadores da casa de Avis, seguindo o caminho de outros autores do período, distinguiam os gestos bons dos maus e apontavam a necessidade de a educação direcionada aos nobres abrir espaço para lições relativas ao disciplinamento do corpo.²² Seguindo a opinião comum a outros tratados do período, D. Duarte defendeu o pressuposto de que eram os movimentos e atitudes corporais, como os passos, a maneira de sentar à mesa, o olhar e o balançar das mãos que traduziam para o exterior, sob os olhos e julgamento dos outros, as qualidades e defeitos da alma.²³ Os gestos expressavam as emoções e as atitudes de cada um em relação aos outros. O rosto era a parte do corpo mais expressiva dos sentimentos; assim como as mãos também desempenhavam um papel importante.²⁴ Por suas prescrições aos nobres da corte, o rei-Eloquente ajudou a lançar os andaimes de um modelo de educação em que os pais deveriam ser espelhos de virtudes,²⁵ para que seus filhos assimilassem suas

¹⁹ Arte. subs. (do lat. arte-m). Ofício: profissão; astúcia: modo. MACHADO, José Barbosa. **Dicionário dos primeiros livros impressos em língua portuguesa**. Braga: Edições Vercial, Vol. 1 (A-C), 2015, p. 234.

²⁰ PEDRO, Infante D. O Livro da Virtuosa Bemfeitoria. In: **Obras dos Príncipes de Avis**. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto, Lello & Irmão, 1981, p. 625.

²¹ GARCIA HERRERO, María del Carmen. **Elementos para una historia de la infancia y de la juventud a finales de la Edad Media**. Madrid: Cátedra, 1985, p. 227.

²² SCHMITT, Jean-Claude. **La raison des gestes dans l'occident medieval**. France: Éditions Gallimard, 1990, p. 37.

²³ SCHMITT, Jean-Claude. **La raison des gestes dans l'occident medieval**. France: Éditions Gallimard, 1990, p. 39.

²⁴ BURROW, John. A. **Gestures and Looks in Medieval Narrative**. United Kingdom: Cambridge University Press, 2004, p. 39.

²⁵ GARCIA HERRERO, María del Carmen. **Elementos para una historia de la infancia y de la juventud a finales de la Edad Media**. Madrid: Cátedra, 1985, p. 229.

qualidades e perseverassem no caminho da retidão em todas as suas ações, principalmente no jogo social da corte portuguesa.

Por ser definido como espelho de virtudes para os membros de seu grupo e principal instrutor dos filhos, o pai era imbuído da tarefa de governar e ordenar sua prole e sua casa da forma mais firme possível. Fr. Juan García de Castrojeriz, já apontava, na *Glosa Castellana*, que o senhor, o pai e o marido eram uma única pessoa, sendo ele mesmo marido da mulher, pai dos filhos e senhor dos servos.²⁶ Da mesma forma, D. Diogo Ortiz — prelado castelhano de extrema importância por ter participado de funções episcopais a serviço da diocese de Tanger, de Ceuta e Viseu — afirma, no *Cathecismo pequeno*, que cabia ao pai ensinar e doutrinar os seus filhos nas “coisas mestres”.²⁷ Essa arte de governar era ordenada para o bem comum e estabelecida com a finalidade de instaurar e manter um movimento contínuo da reforma de si, de suas ações e pensamentos, bem como das pessoas colocadas sob sua proteção.²⁸ Como regedor, ao pai cabia dirigir e proteger, conduzindo os seus através do controle, correção, repreensão e orientação, sempre com a meta de formá-los nas virtudes cristãs. Todavia, essa era uma tarefa arduosa, uma vez que tais ações corretivas e instrutivas podiam deparar-se com uma recepção nem sempre passiva, já que os filhos, por vezes, podiam se revoltar contra os progenitores.²⁹ Portanto, a lealdade era vista como fundamental para o bom desenvolvimento das relações entre pais e filhos, como D. Duarte deixa claro:

[...] no regimento da casa, quanto bem faz a lealdade, e mal se recresce não sendo guardada ante marido e mulher, pai e filhos, senhores e servidores, e ante os bons amigos, os exemplos bem o demostram; porque não é outra coisa maior fundamento para com todas estas pessoas viver em paz e boa concórdia, pois, a lealdade com bom entender é bem guardada.³⁰

Desse modo, o cuidado em guardar a lealdade os levaria, nas palavras do rei-Eloquente, a “viver em paz e boa concórdia”.³¹ Mais do que uma virtude, a lealdade, para D. Duarte, era o principal fundamento da “ciência moral”, pois ela é “o direito conhecimento de nosso poder, saber, querer, memória, entender, vontade, seguindo e possuindo virtudes”, e é

²⁶ **Glosa Castellana al "Regimiento de Príncipes" de Egidio Romano.** Edição, estudo preliminar e notas de Juan Beneyto Perez. Madrid: Centro de estudios políticos y constitucionales, 2005, p. 350.

²⁷ ORTIZ, Diogo. **O Cathecismo pequeno de D. Diogo Ortiz, Bispo de Viseu.** Edição de Elsa Maria Branco da Silva. Lisboa: Edições Colibri, 2001, p. 154.

²⁸ SENELLART, Michel. **As artes de governar.** Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, Coleção Trans, 2006, p. 13.

²⁹ SENELLART, Michel. **As artes de governar.** Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, Coleção Trans, 2006, p. 28.

³⁰ DUARTE, D. **Leal Conselheiro.** Edição crítica, introdução e notas de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 374.

³¹ DUARTE, D. **Leal Conselheiro.** Edição crítica, introdução e notas de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 386.

capaz de ordenar “os pecados e outros falecimentos” e, com emenda “nos avisando”, liga o cristão “a nosso senhor Deus e às pessoas que se deve guardar”.³²

Para a direção da casa, era requerida, além da lealdade entre os seus membros, a virtude da justiça, já que o pai deveria agir como uma espécie de juiz das ações do seu grupo, inclusive de sua prole. D. Diogo Ortiz afirma, no *Cathecismo pequeno*, que a justiça é uma virtude direcionada a ordenar os atos daqueles por quem se era responsável, com vistas ao bem comum, especialmente por ela moderar as obras exteriores que aos outros são encomendadas.³³ Atribuía-se a essa virtude o poder de orientar e retificar as ações, principalmente nas relações entre as pessoas superiores, que tinham de guiar os demais. Segundo D. Duarte, a virtude da justiça é uma das bases em que se estrutura a formação de um bom conselheiro, virtude essa que foi uma das matérias do capítulo L do *Leal Conselheiro*, intitulado “Em geral da prudência, justiça, temperança, fortaleza e as condições que pertencem ao bom conselheiro”.

Em certa altura da obra, o rei-Filósofo afirma que a justiça consistia na ferramenta certa para um governante aprender a consolar, corrigir e emendar os seus súditos.³⁴ Apesar do escrito ser direcionado aos príncipes, nesse momento havia uma confusão quanto à figura do rei como marido, pai e governante,³⁵ mas era compreensível que D. Duarte buscasse constranger e instruir todos aqueles que o cercavam na corte régia.³⁶ O rei-Eloquente assevera ainda que “do bem reger da justiça se percalça honra e bom nome”; isto é, essa seria a virtude pela qual o responsável não apenas cuidaria das pessoas sob sua proteção, mas de si mesmo, zelando por sua própria imagem.³⁷ Na mesma esteira de seu irmão, o infante D. Pedro pondera, na *Virtuosa Benfeitoria*, que justo era o homem que presava e guardava o cumprimento da justiça dos homens e de Deus. Por isso, o monarca e outros nobres, ao terem de admoestar outras pessoas, possuíam a missão de amparar os seus conselhos em doutrinas e

³² DUARTE, D. **Leal Conselheiro**. Edição crítica, introdução e notas de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 3.

³³ ORTIZ, Diogo. **O catecismo pequeno de D. Diogo Ortiz**, Bispo de Viseu. Edição de Elsa Maria Branco da Silva. Lisboa: Edições Colibri, 2001, p. 207, 198.

³⁴ DUARTE, D. **Leal Conselheiro**. Edição crítica, introdução e notas de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 204.

³⁵ Em relação ao rei a ênfase sobre as virtudes se tornou maior, isso porque se cobrou dos monarcas ibéricos a congregação dos vários modelos de perfeição medievais. ALMEIDA, Simone Ferreira Gomes de. **A figura do herói antigo nas crônicas medievais da Península Ibérica (século XIII e XIV)**. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p. 104.

³⁶ Esse rei equilibrado nas virtudes corporais e intelectuais torna-se também um rei “útil” aos súditos; em outras palavras, o que notamos é que todo comportamento virtuoso de um rei deve visar primeiramente às benfeitorias para o reino. LE GOFF, Rei. In: LE GOFF, J.; SCHMITT, J.-C. (Orgs.). **Dicionário temático do Ocidente medieval**. Vol. II. Bauru: Edusc, 2002, p. 407-408.

³⁷ DUARTE, D. **Leal Conselheiro**. Edição crítica, introdução e notas de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 232.

dogmas da Igreja. Guiando-se por tais considerações, o pai e senhor, neste caso o rei, posicionava-se como a principal peça na edificação moral do seu grupo. Somente ao ser justo seria reconhecido por Deus, por seus iguais e por seus subordinados como um bom ordenador, em todas as suas ações, inclusive na instrução dos filhos.³⁸

Laços de sangue

A produção avisina sugere que o pai precisava educar e instruir seus filhos a partir de três pilares formadores: o amor, a obediência e o castigo.³⁹ D. Duarte assevera que o amor dos pais para com os filhos era manifestado por meio da vontade dos progenitores de zelar pela vida, saúde e honra de seus herdeiros. Para reforçar o seu posicionamento, ele relata como o amor e a concórdia alimentaram a sua relação com o próprio pai, o rei D. João I:

[...] Havíamos tenção, sem dúvida, de que nos amava e (nos) prezava muito, e era bem firme nesta boa vontade, havendo segura esperança que nunca jamais ante nós haveria mandamento de todo bom amor. Ao mantermos grande apreço, éramos avisados em toda coisa que a seu serviço e bom prazer tocasse com tão grande cautela.⁴⁰

Lembranças como essa, testemunhadas pelos príncipes de Avis em suas obras, cumpriam a função de instruir os nobres sobre a maneira como deveriam conduzir a própria casa. O relato de D. Duarte, mesmo construído sobre as bases de uma nostalgia engrandecedora, é digno de nota porque faz parte da sua tarefa de contribuir com a empreitada conjunta de reformulação das atitudes cotidianas do seu povo.⁴¹ Ao recordar como D. João I cuidava de seus familiares e também do reino português, D. Duarte convida os pais da corte de Avis a seguirem o exemplo desse monarca.

Na visão do rei-Eloquente, o amor se concretizaria numa relação em que dois seres interagem, um subordinado ao outro.⁴² A respeito dessa relação, o duque de Coimbra afirma, na *Virtuosa Benfeitoria*, que “o homem possui especial afeição pelas pessoas com que tem natural aliança e com eles deveria dispor das virtudes chamadas caridade e amor”.⁴³ Nesse

³⁸ PEDRO, Infante D. O Livro da Virtuosa Bemfeitoria. In: **Obras dos Príncipes de Avis**. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1981, p. 688.

³⁹ DUARTE, D. **Leal Conselheiro**. Edição crítica, introdução e notas de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 171.

⁴⁰ DUARTE, D. **Leal Conselheiro**. Edição crítica, introdução e notas de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 350-351.

⁴¹ RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 100.

⁴² SHERWIN, Michael S. **By knowledge & by love. Charity and knowledge in the moral theology of St. Thomas Aquinas**. Washington, D. C: The Catholic University of America, 2005, p. 75.

⁴³ PEDRO, Infante D. O Livro da Virtuosa Bemfeitoria. In: **Obras dos Príncipes de Avis**. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1981, p. 577.

ponto de vista, o amor oferecido pelo pai ao filho era tido como uma parte daquele que Deus oferece a toda a sua criação.⁴⁴ Por conseguinte, tomando esse amor como elemento-chave para o estabelecimento dos laços familiares, os pais estariam dispostos a realizar uma instrução mais virtuosa e dedicada ao aperfeiçoamento moral dos seus filhos. Como resposta ao amor oferecido pelos pais, esperava-se que houvesse uma total obediência dos filhos, argumentos que são aduzidos por D. Duarte quando enaltece o relacionamento familiar nutrido entre ele, seus irmãos e seu pai, dizendo ser agradecido, “pela graça, de com o rei — seu pai — serem bem ordenados, seguindo sempre seu serviço, que nos feitos haveriam melhores fins com seu auxílio”.⁴⁵ Zurara, por sua vez, ao descrever a relação entre eles, afirma, na *Crónica da Tomada de Ceuta*, que a obediência dos filhos ao pai “foi muito bem guardada, em todos os dias do dito senhor” e que “o serviram e amaram com grande vontade e obediência”.⁴⁶

A obediência era considerada peça indispensável para o funcionamento dos jogos edificantes desse período e, caso os filhos contrariassem as ordens dos pais, a relação de hierarquia na casa poderia ser mantida a partir da adoção de castigos. A respeito da punição como forma de instrução, considera o infante D. Pedro que o senhor da casa “ponha castigo em todos” aqueles com quem se convivia. Ademais, os filhos deveriam compreender que “não somente dos corpos, mas ainda das suas almas tinha o senhor grande cuidado” e que o pai era responsável por todos os que estavam sob o seu jugo.⁴⁷ Nesse contexto de redefinição do governo da casa, esses monarcas portugueses autorizavam os pais a aplicar certos castigos em seus filhos, a fim de que eles guardassem na memória a lembrança da primeira punição e temessem novas penas no futuro. Acerca dessas penas, o *Virgeu da Consolaçon* — compilado em português no mosteiro cisterciense de Alcobaça no século XV —, diz que aquele que foi castigado mansamente e não se mostrou arrependido deveria sofrer uma repreensão mais áspera. Essa obra de grande circulação na Península Ibérica, ao instruir os fiéis a corrigir as pessoas sob sua responsabilidade, assevera que o primeiro passo para as castigar era admoestá-las, sem perder de vista a humildade, e agir de maneira piedosa, de modo a fixar uma pena justa e correspondente ao mal a ser corrigido.⁴⁸ Por isso, estimava-se

⁴⁴ GILSON, Étienne. **O espírito da filosofia medieval**. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 350.

⁴⁵ DUARTE, D. **Leal Conselheiro**. Edição crítica, introdução e notas de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 350.

⁴⁶ ZURARA, Gomes Eanes de. **Crónica da Tomada de Ceuta**. Edição de Carlos Miranda. Lisboa: Editorial Escol, 2000, p. 131.

⁴⁷ PEDRO, Infante D. Livro da Virtuosa Benfeitoria [1418-1425]. In: **Obras dos Príncipes de Avis**. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão - Editores, 1981, p. 627.

⁴⁸ **Virgeu de Consolaçon**. Edição Crítica de Albino de Bem Veiga. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1958, p. 64-65.

que o pai fosse coerente em suas punições e castigasse os filhos de maneira mesurada.⁴⁹ Fr. Juan García de Castrojeriz recomendava, da mesma forma – na *Glosa Castellana* –, que por meio da disciplina, ou seja, pela informação oferecida com amor e pelo castigo com temor, todos os pais refreassem seus filhos de males e de pecados, os instruindo em bons costumes e em virtudes.⁵⁰

Em contrapartida, os pais deveriam esforçar-se para deixar aos filhos lembranças que despertassem modelos de conduta e inspirações de feitos grandiosos. Não faltavam pensadores nos séculos XIV e XV que afirmavam que, através da memória, o homem alcançaria o caminho das virtudes. Segundo o rei D. Duarte, o pai, ao provar aos filhos que conquistou fama e que se importou com a boa governança da casa, estimularia uma nova geração de nobres a repetirem os mesmos feitos e a se sentirem herdeiros da capacidade administrativa de seus genitores.⁵¹ Complementando o raciocínio de D. Duarte, seu irmão D. Pedro considera, na *Virtuosa Benfeitoria*, que o pai tinha de trabalhar arduamente para que seus filhos reconhecessem a glória decorrente de suas façanhas como cavaleiro e homem da corte, precisando tomá-las, desse modo, como parâmetro para as suas próprias ações.⁵² Após os filhos reconhecerem a glória dos feitos de seus pais, os príncipes de Avis sugerem que eles deveriam fixá-los em sua memória, construindo um amplo quadro de lembranças acerca dos fatos e das ações vividas por esse seu modelo de virtude.⁵³

Tendo em vista que os pais deveriam não apenas praticar ações virtuosas, mas também fazer com que os filhos as conhecessem para sempre poder tomá-las como exemplo, os progenitores tinham de se preocupar especialmente em legar lembranças concernentes à esfera do casamento aos nobres mancebos. Para mostrar como D. João I procurou ser exemplo para seus filhos e para toda a corte, Fernão Lopes afirma, na *Crónica de D. João I*, que ele “honrou muito e amou sua mulher (Dona Filipa) de honesto e são amor”.⁵⁴ O cuidado de mencionar a figura do rei como bom marido serviria de exemplo aos homens da corte e a seus filhos, na medida em que ao respeitar a sua esposa com grande diligência, o marido

⁴⁹ **Virgeu de Consolaçon.** Edição Crítica de Albino de Bem Veiga. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1958, p. 65.

⁵⁰ **Glosa Castellana al "Regimiento de Príncipes" de Egidio Romano.** Edição, estudo preliminar e notas de Juan Beneyto Perez. Madrid: Centro de estudios políticos y constitucionales, 2005, p. 446-447.

⁵¹ DUARTE, D. **Livro da ensinança de bem cavalgar toda sela.** Edição crítica Joseph M. Piel. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1986, p. 4.

⁵² PEDRO, Infante D. O Livro da Virtuosa Bemfeitoria. In: **Obras dos Príncipes de Avis.** Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1981, p. 581.

⁵³ YATES, Frances. A. **A arte da memória.** Tradução de Flavia Bancher. Campinas: Editora Unicamp, 2007, p. 78-79.

⁵⁴ LOPES, Fernão. **Crónica del Rei Dom Joham I.** Edição: Anselmo Braamcamp Freire. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, vol. II, 1973, p. 3.

mantinha-se afastado de ocasiões e motivos que o fizessem cair em tentação. Além de fixar exemplos para que os filhos pudessem aprender a cuidar de suas esposas no futuro, os pais deveriam investir na formação das filhas e fazê-las reter lições úteis para a vida adulta.

Como a educação das mulheres basicamente concentrava-se na aprendizagem de cuidados com a casa e com os filhos, os pais, junto com as mães, tinham a obrigação de iniciá-las nas regras que pautavam o casamento.⁵⁵ O infante D. Pedro afirma, na *Virtuosa Benfeitoria*, que o nobre era responsável por contratar mulheres aptas a ensinar as suas filhas a fiar, tecer, coser e a usar de todas as artes julgadas necessárias para as mulheres da corte.⁵⁶ Ação corroborada por Fr. Juan García de Castrojeriz, na *Glosa Castellana*, quando diz “as ensine (suas filhas) a fiar, a tecer e a fazer panos nobres, assim como se tivessem de viver na pobreza e por sua arte tivessem de ganhar sua vida”.⁵⁷ Entre as práticas destinadas às mancebas, como veremos na segunda parte deste estudo, destacavam-se, ainda, a dança e o canto, atividades muito apreciadas no ambiente cortesão e consideradas fundamentais para a mulher se tornar uma boa esposa.⁵⁸

Acerca dos cuidados com as filhas, Fernão Lopes, na *Crônica de D. João I*, narra um episódio pertinente sobre o papel do rei na guarda das mulheres de sua casa.⁵⁹ É interessante notar que, a partir do bom exemplo do rei como administrador e zelador da corte ao cuidar das mulheres que nela viviam, ele também expressava os cuidados com suas filhas e sua preocupação como pai.⁶⁰ Como o rei tinha de se preocupar com a fama das mulheres de sua casa, ao saber da má conduta de algumas delas, especialmente se possuíam amantes, ele deveria tomar certas atitudes para defendê-las. Um caso emblemático é o do camareiro-mor de D. João I, Fernando Afonso, que foi executado por manter relações extraconjugais com Beatriz de Castro, acompanhante de Dona Filipa. Por essa razão, o rei, ao manter todos ordenados dentro do séquito régio, faria com que as suas filhas tivessem bons exemplos para tomar como modelo. As crônicas escritas pelos cronistas da Torre do Tombo sugerem que os pais defendiam a honra das mulheres para evitar a desonra de sua casa e de seu nome.⁶¹ Dado

⁵⁵ VILLA PRIETO, Josué. **La educación de los niños pequeños en el ámbito familiar durante la Edad Media tardía: aspectos teóricos**. *Tiempo y sociedad*, n. 6, 2011-2012, p. 99.

⁵⁶ PEDRO, Infante D. O Livro da Virtuosa Bemfeitoria. In: **Obras dos Príncipes de Avis**. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto, Lello & Irmão, 1981, p. 626.

⁵⁷ **Glosa Castellana al "Regimiento de Príncipes" de Egidio Romano**. Edição, estudo preliminar e notas de Juan Beneyto Perez. Madrid: Centro de estudios políticos y constitucionales, 2005, p. 446-447.

⁵⁸ FOSSIER, Robert. **La société médiévale**. Paris: Armand Colin, 1991, p. 114.

⁵⁹ LOPES, Fernão. **Crônica del Rei Dom Joham I**. Edição: Anselmo Braamcamp Freire. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, vol. II, 1973, p. 283-287.

⁶⁰ WEBB, Diana. **Privacy and Solitude in the Middle Ages**. New York: Hambledon Continuum, 2007, p. IX.

⁶¹ VENTURA, Margarida Garcez. **A Corte de D. Duarte - Política, cultura e afectos**. Lisboa: Editora Verso da História, 2013, p. 90-91.

que as mulheres deveriam se preocupar com a casa e a família não apenas cuidando do armazenamento de alimentos, mas também da honra de sua linhagem, o comportamento delas era visto como significativo para a manutenção do bom nome da família.⁶² O que explica o dever dos pais e maridos de vigiá-las sempre de perto, além de mantê-las tanto quanto possível enclausuradas, e se fosse preciso sair, como em dias de cerimônias reais ou devocionais, deveriam ser escoltadas.⁶³

O papel dos pais ia muito além desses cuidados, ele tinha de apresentar a sua vida como um modelo a ser seguido por todos da sua casa, legando exemplos tanto por meio de seus conselhos ou admoestações quanto a partir de suas ações cotidianas.⁶⁴ Segundo Cícero, uma das figuras responsáveis pela transmissão da retórica grega ao mundo latino e autor da obra *Dos Ofícios*, traduzida para o português na corte de Avis entre os anos de 1433 e 1438, o dirigente não poderia deixar de se instruir e de cuidar de si mesmo. Tal referência da Antiguidade aditou que o governante tinha de inspirar outras pessoas a imitá-lo e, pelo brilho de sua alma e de sua vida, oferecer a si mesmo como um espelho de homem virtuoso a seus concidadãos.⁶⁵

O maior exemplo, ou memória, a ser deixado aos filhos era a virtude da temperança, que deveria pautar todos os passos da vida cotidiana do cristão. No *Sacramental*, obra de grande destaque em Portugal no século XV, escrita por Clemente Sánchez de Vercial (1470-1438), bacharel em leis, cônego da catedral de León e arcediogo de Valderas, a temperança é dividida em três partes: contenda, abstinência e modéstia. A primeira conhecida também como continência era virtude pela qual “a cobiça do povo ou de ajuntamento de gente é regida por boa governação”.⁶⁶ Como exemplo dessa virtude, D. Duarte declara, no *Leal Conselheiro*, que D. João I, por palavras e exemplos de continência, ordenava seus filhos, criados e servidores ao oferecer-lhes mercês, não permitindo que eles se perdessem nos vícios gerados pelo excesso de cobiça em jogos e justas.⁶⁷ D. Duarte assevera ainda que os senhores deveriam “possuir temperados cuidados com as fúrias e tristezas perante aqueles com que se convivia”. Em sua opinião, o senhor também deveria buscar sempre “manter-se límpido e

⁶² NEYREY, Jerome H. **Honor y verguenza**. Salamanca: Ediciones Sígueme, 2005, p. 58.

⁶³ ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **História da vida privada: da Europa feudal a Renascença**. Organização Georges Duby; tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, Vol. 2, 1990, p. 93.

⁶⁴ SENELLART, Michel. **As artes de governar**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, Coleção Trans, 2006, p. 100.

⁶⁵ SENELLART, Michel. **As artes de governar**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, Coleção Trans, 2006, p. 50.

⁶⁶ SÁNCHEZ DE VERCIAL, Clemente. **Sacramental**. Edição José Barbosa Machado. Edições Vercial, 2010, p. 104.

⁶⁷ DUARTE, D. **Leal Conselheiro**. Edição crítica, introdução e notas de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 358.

preservado, ouvindo e andando com pessoas dignas e de honestas vidas, lendo apenas livros aprovados”.⁶⁸ Com esse tipo de comportamento e ordenação, o pai, como senhor, instruíu os filhos a usarem da virtude da temperança por meio da continência. Ela representava, desse modo, o equilíbrio de todas as forças que moviam o homem, trazendo consigo a moderação e a sobriedade que ajudariam no desenvolvimento moral e religioso dos filhos e filhas da corte portuguesa.

Em linhas gerais, a produção avisina reservou uma parte expressiva de suas páginas para dissertar sobre o papel dos pais na formação dos futuros nobres da corte de Avis, delimitando lições que os varões tinham de conhecer, portanto, para iniciar os mancebos e mancebas nas regras de vida do séquito régio. Além de transmitir ensinamentos concernentes à vida na corte, os pais tinham de se colocar como exemplo para os seus filhos e fazê-los tomar as suas ações como modelos a serem seguidos no futuro. Articulando lições e exemplos, os nobres deveriam promover uma educação que tinha início desde a mais tenra idade e se baseava em jogos de amor, castigo e obediência. Conforme antecipado neste tópico, essa tarefa de instruir os filhos não era legada apenas ao pai, já que a mãe também era considerada um dos principais intermediários na formação dos mancebos e mancebas, como veremos agora.

2. A mãe

O cronista-mor e guarda-mor da Torre do Tombo, Fernão Lopes, abriu espaço, na *Crónica de D. João I*, para dissertar sobre o papel de Dona Filipa, esposa de D. João I, como mãe. Segundo ele, ela foi uma mulher fértil por quinze anos, conseguindo engravidar até os 42 anos, uma idade muito avançada para os padrões medievais. O cronista chama a atenção para a regularidade de suas gestações, já que ela engravidava com intervalos de um ano e alguns meses. Depois dos 34 anos, o cronista destaca, ainda, que ela começou a dar à luz em intervalos de três e dois anos.⁶⁹ O mesmo cronista articula uma história em que Dona Filipa, além de ter sido mãe de oito crianças, perder um feto e ver morrer dois filhos,⁷⁰ esteve muito próxima da morte ao dar a luz ao seu último herdeiro, D. Fernando, o infante Santo, em

⁶⁸ DUARTE, D. **Leal Conselheiro**. Edição crítica, introdução e notas de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 120-123.

⁶⁹ COELHO, Maria Helena da Cruz – **D. João I, o que re-colheu Boa Memória**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, p. 158.

⁷⁰ LOPES, Fernão. **Crónica del Rei Dom Joham I**. Edição: Anselmo Braamcamp Freire. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, vol. II, 1973, p. 306.

1402.⁷¹ As mulheres, nesse período, começavam a engravidar por volta dos dezesseis e dezoito anos, logo após o casamento; com uma expectativa de vida entre quarenta e sessenta anos, podiam ter entre dez e quinze gestações.⁷² Uma em cada sete mulheres morria no parto ou pouco tempo depois, em razão de lesões causadas por esse procedimento.⁷³

No caso de Dona Filipa, o parto de seu último filho, o infante Santo, é narrado na crônica escrita pelo Fr. João Álvares.⁷⁴ A progenitora encontrava-se “enferma de febre e em disposição tão fraca”, indo viver em Santarém. Os físicos, tentando evitar a morte da rainha, aconselharam o aborto, tendo o próprio rei D. João I se oferecido para lhe ministrar o xarope, mas Dona Filipa se recusou a tomar, dizendo que “não se tornaria homicida da própria carne e se dispondo a morrer, se fosse por vontade divina”, e assim salvou a vida do filho.⁷⁵ A rainha entregou-se em oração e mandou que buscassem a relíquia do Santo Lenho, na Igreja do Marmelar.⁷⁶ O apego a essas relíquias de Santos acontecia por que elas não protegiam apenas contra doenças e a morte, mas também ofereciam garantias para a vida no além.⁷⁷ D. João acatou os pedidos da esposa e auxiliou a sua profissão de fé naquele momento.⁷⁸ Contrariando as expectativas dos físicos, D. Fernando nasceu no dia 29 de setembro de 1402 — dia de São Miguel, a quem posteriormente o infante honrou ao fazer todos os anos jejum de pão e água —,⁷⁹ batizado com o nome do rei antecessor e meio-irmão de seu pai. Esse nascimento foi tido como milagroso e prenunciava a vida de martírio e santidade daquele

⁷¹ Branca de Portugal (1388 – 1389); Afonso de Portugal (1390 – 1400); Duarte I de Portugal (1391 – 1438); Pedro, Duque de Coimbra (1392 – 1449); Henrique, Duque de Viseu, O Navegador (1394 – 1460) Isabel (1397 – 1471); Branca (1398 – 1398); João, infante de Portugal (1400 – 1442); Fernando, o infante Santo (1402 – 1443).

⁷² FOSSIER, Robert. **Gente de la Edad Media**. Madri: Taurus, 2008, p. 58.

⁷³ BOCK, Gisela. **La mujer em la historia de Europa**. Espanha, Editora Critica, 2001, p. 28.

⁷⁴ O frei fora criado por D. Fernando desde os dez anos de idade, tendo sido seu secretário e acompanhando-o a partir de então, presumidamente o infante conhecera-o quando este já estava na idade adulta, o frei fora testemunha presencial dos últimos dias do infante, como quem o acompanhou na longa agonia, a que por fim succumbiu em Fez, em 1443. ÁLVARES, Frei João. **Chronica do Infante Santo D. Fernando**. Edição Mendes dos Remedios. Coimbra: França Amado Editor, 1911, p. 1.

⁷⁵ ÁLVARES, Frei João. **Chronica do Infante Santo D. Fernando**. Edição Mendes dos Remedios. Coimbra: França Amado Editor, 1911, p. 6.

⁷⁶ Segundo a tradição a relíquia do Santo Lenho chegou a Portugal em meados do século XIII da Palestina. A relíquia do *Lignum Crucis*, cultuada como sendo parte da verdadeira cruz em que Jesus teria sido martirizado, insere-se no imaginário construído ao redor dos mistérios da paixão de Cristo. Em Portugal, a ordem militar de São João de Jerusalém, tornou-se a guardiã deste fragmento do Santo Lenho que se preserva na Igreja de Vera Cruz de Marmelar. Este objeto esteve presente em momentos cruciais da história da monarquia portuguesa. NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa. **A relíquia do Santo Lenho em Portugal: narrativas de milagres**. História Revista, Vol. 19, n. 1, 2014, p. 106-110.

⁷⁷ DELUMEAU, Jean. **Nascimento e afirmação da Reforma**. São Paulo: Pioneira, Tradução de João Pedro Mendes, 1989, p. 65.

⁷⁸ ÁLVARES, Frei João. **Chronica do Infante Santo D. Fernando**. Edição Mendes dos Remedios. Coimbra: França Amado Editor, 1911, p. 7.

⁷⁹ ÁLVARES, Frei João. **Chronica do Infante Santo D. Fernando**. Edição Mendes dos Remedios. Coimbra: França Amado Editor, 1911, p. 15.

príncipe.⁸⁰ Dessa forma, as narrativas elaboradas pelos cronistas, a partir da figura de Dona Filipa, demonstravam como a figura da mãe, sobretudo pelas dificuldades recorrentes da gravidez, deveria ser glorificada e servir de exemplo de devoção e fortaleza diante das adversidades, desde os primeiros anos de maternidade.

Além da função de procriar, visando desdobrar o papel da mulher como instrutora de grande destaque na iniciação dos filhos nos valores cortesãos, o guarda-mor da Torre do Tombo, Gomes Eanes de Zurara, na *Crónica da tomada de Ceuta*, também toma a figura de Dona Filipa de exemplo ao considerar que ela “tem aquele amor que qualquer mãe por obrigação natural deve ter para com os seus filhos”.⁸¹ Por meio desse amor, o cronista recomenda à matriarca que ela deveria afastar seus filhos dos trabalhos perigosos, “possuindo demasiada tenção” ao vê-los praticar “jogos e folganças”, principalmente pelo uso de metais nos trabalhos e perigos que a estas atividades pertenciam.⁸² Porém, algumas situações, em que o risco era enfrentado em nome da fé, permitiam à mãe, apesar do seu sentimento protetor, incentivar os filhos em “trabalhos perigosos”, como explica Zurara ao afirmar que Dona Filipa instruía seus filhos a participarem da expedição rumo a Ceuta, em 1415. De acordo com ele, “aquela mulher cuja natureza é fraca, tão esforçadamente aconselhava os filhos para que sofressem morte por serviço de Deus”.⁸³ O incentivo a ações temerárias justificava-se pela relação com a virtude da fortaleza. Fr. Juan García de Castrojeriz afirmava, na *Glosa Castellana*, que existem sete tipos dessa virtude que os nobres deveriam distinguir: a fortaleza civil; a servil; a da cavalaria; a de “fúria”; a de costume; a bestial e a boa e virtuosa, que se destacava por representar aqueles que agem não por temor de pena, por armas ou “fúria”, mas pela voluntariedade em agir pelo bem comum, mesmo sabendo que perdas poderiam ocorrer.⁸⁴ Nesse sentido, evidencia o cronista que a rainha soube não se abalar, graças ao amor materno nutrido por seus três filhos varões mais velhos, ao incentivá-los nessa missão cristã no norte da África, demonstrando, ela própria, a virtude da fortaleza que também movia os filhos.

⁸⁰ CRUZ COELHO, Maria Helena da. **D. Filipa de Lencastre. A Inglesa Rainha. 1360-1415**. Vila do Conde: QuidNovi-Academia Portuguesa da História, 2011, p. 39.

⁸¹ ZURARA, Gomes Eanes de. **Crónica da Tomada de Ceuta por el rei D. João I**. Ed. Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915, p. 62.

⁸² ZURARA, Gomes Eanes de. **Crónica da Tomada de Ceuta por el rei D. João I**. Ed. Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915, p. 63.

⁸³ ZURARA, Gomes Eanes de. **Crónica da Tomada de Ceuta por el rei D. João I**. Ed. Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915, p. 164.

⁸⁴ **Glosa Castellana al "Regimiento de Príncipes" de Egidio Romano**. Edição, estudo preliminar e notas de Juan Beneyto Perez. Madrid: Centro de estudios políticos y constitucionales, 2005, p. 129-130.

Considerações como essas ajudaram a definir o lugar das mulheres no âmbito familiar da corte portuguesa, por destacar o papel delas na vida dos filhos como instrutoras dos juízos aceitos naquela plaga. Em outras palavras, em uma crônica acerca da conquista e manutenção da praça de Ceuta, Zurara não deixa de legar recomendações concernentes à casa, bem como à função das mulheres na criação dos filhos, destacando-se essa figura nas idades que D. Duarte reconhece que vão do nascimento aos 7 anos — caracterizada pela dentição — e dos 7 aos 14 anos, período ideal para o casamento.⁸⁵ Essa crônica e outras obras do círculo avisino foram produzidas num período em que a mulher, quando se casava, passava da tutela do pai para a do marido, de modo que ela adquiria novas funções depois do casamento.⁸⁶ Definidas e estabelecidas as alianças entre as linhagens pelo casamento, era, depois, pela reprodução biológica que se garantia a reprodução da nobreza, valorizando, as gerações de novos varões e a primogenitura.⁸⁷ Tornando-se senhora do espaço doméstico,⁸⁸ ela teria de cuidar da casa e realizar as próprias tarefas como o tecer e fiar e manter a sua linhagem viva por meio da gestação e criação dos filhos.⁸⁹ Sentenças que são corroboradas por Fr. Juan García de Castrojeriz quando explicita que “a mulher é guarda das aias⁹⁰ e de todas as coisas da casa” e ainda diz que ela deveria “obrar dentro de sua casa por aquelas coisas que são mestres a ela”.⁹¹ Era em casa, junto com as mães,⁹² que os mancebos e mancebas da nobreza portuguesa passariam boa parte de sua primeira e segunda idades, — como já destacado —, especialmente ao realizarem atividades ao ar livre e receberem os primeiros ensinamentos religiosos. Depois de se casar e se tornar mãe, a principal tarefa da mulher era guiar os filhos no caminho da salvação, de modo que eles se familiarizassem não apenas com as regras da corte, mas sobretudo com os dogmas do Cristianismo. Como antecipado anteriormente, até os quatorze anos — idade chamada por D. Duarte de “puerícia” — as mães tinham o dever, ao

⁸⁵ DUARTE, D. **Leal Conselheiro**. Edição crítica, introdução e notas de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 16.

⁸⁶ MENDONÇA, Manuela. **O Espelho de Cristina (Séc. XV)**. História Revista, Goiânia, v. 18, n. 1, 2013, p. 54.

⁸⁷ OLIVEIRA, Ana Rodrigues. **O dia-a-dia em Portugal na Idade Média**. Lisboa: Esfera dos Livros, 2015, p. 74.

⁸⁸ LE GOFF, Jean Jacques. **O homem medieval**. Lisboa: Editorial Presença, 1989, p. 22.

⁸⁹ GONTHIER, Nicole. **Éducation et cultures dans l'Europe occidentale chrétienne (du XIIe au milieu du XVe siècle)**. Paris: Édition marketing S.A, 1998, p. 96.

⁹⁰ Aio. subhs. (do gótico haja, tutor). Precetor: criado: escudeiro: camareiro. MACHADO, José Barbosa. **Dicionário dos primeiros livros impressos em língua portuguesa**. Braga: Edições Vercial, Vol. 1 (A-C), 2015, p. 101.

⁹¹ **Glosa Castellana al "Regimiento de Príncipes" de Egidio Romano**. Edição, estudo preliminar e notas de Juan Beneyto Perez. Madrid: Centro de estudios políticos y constitucionales, 2005, p. 352.

⁹² KLAPISCH-ZUBER, Christiane, A mulher e a família. In: LE GOFF, Jean Jacques. **O homem medieval**. Lisboa: Editorial Presença, 1989, p. 200.

lado do pai, de serem protagonistas na instrução dos filhos, tendo de sensibilizá-los para assumirem desde cedo seus deveres cristãos.⁹³

Apesar de a “infância” e a “puerícia” serem consideradas os estágios iniciais da formação dos nobres, a produção avisina do século XV dedicou pouco espaço em suas páginas para tratar dessa fase da vida, uma vez que os letrados portugueses estavam mais interessados na formação do cristão quando ele já estivesse adulto.⁹⁴ Depois de passarem pela “infância” os meninos e meninas adentravam na “puerícia” e eram mantidos em suas casas sob os cuidados das mães, em ambientes distintos: um cuidadosamente fechado, reservado às meninas, fossem elas futuras mães, esposas ou mesmo religiosas, para que nada lhes fosse ensinado que não correspondesse às atitudes consideradas próprias de uma donzela; e o outro aberto, em que os meninos eram detentores de uma maior liberdade, sendo criados de maneira mais desprendida. Por volta dos dez anos, eles começavam não apenas a cavalgar e caçar na companhia do pai,⁹⁵ mas também a exercitar o corpo e aprender os valores da cavalaria.⁹⁶ Esses valores estavam ligados ao sangue, ao patrimônio, à tradição e à honra, princípios que trariam coesão e estruturação à nobreza.⁹⁷ A cavalaria não estabelecia apenas uma maneira de viver, mas também uma ética social.⁹⁸ Nesse momento em que os filhos estavam divididos em ambientes diferentes, a mãe deveria, então, complementar a função dos pais na instrução dos filhos, mantendo todos ordenados, zelando, inclusive, pelo ensino das letras.

O ensino da fé acompanhava o das letras, de modo que a mãe deveria utilizar textos religiosos para iniciar os filhos nas leituras adequadas aos nobres. A produção avisina instruía a mãe sobre como ensinar os filhos a se importar com os ritos da Igreja e a realizar as orações. O Fr. João Álvares assevera, na *Crónica do infante Santo D. Fernando*,⁹⁹ que o

⁹³ VILLA PRIETO, Josué. **La educación de los niños pequeños en el ámbito familiar durante la Edad Media tardía: aspectos teóricos.** Tiempo y sociedade, n. 6, 2011-2012, p. 90.

⁹⁴ LOP OTÍN, María José. **De catedrales, escuelas y niños: el ejemplo del Toledo Bajomedieval.** Stud. hist., H.ª medieval, n. 36, Vol. 2, 2018, p. 40-41.

⁹⁵ **Glosa Castellana al "Regimiento de Príncipes" de Egidio Romano.** Edição, estudo preliminar e notas de Juan Beneyto Perez. Madrid: Centro de estudios políticos y constitucionales, 2005, p. 514.

⁹⁶ ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **História da vida privada: da Europa feudal a Renascença.** Organização Georges Duby. Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, Vol. 2, 1990, p. 80.

⁹⁷ MOCELIM, Adriana. **“Por meter amor e amizade entre os nobres fidalgos da Espanha”: O Livro de Linhagens do Conde Pedro Afonso no contexto tardo-medieval português.** Dissertação - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História. Curitiba, 2007, p. 100.

⁹⁸ AGUIAR, Miguel Pereira. **Ideologia Cavaleiresca em Portugal no Século XV.** Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Estudos Medievais, orientada pelo Professor Doutor José Augusto de Sottomayor-Pizarro, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2016, p. 46-50.

⁹⁹ ÁLVARES, Frei João. **Chronica do Infante Santo D. Fernando.** Edição Mendes dos Remedios. Coimbra: França Amado Editor, 1911, p. 8.

protagonista de sua narrativa, nos treze anos em que viveu sob os cuidados da mãe, Dona Filipa, aprendeu a rezar todas as horas canônicas segundo o costume inglês de Salisbury.¹⁰⁰ Se cabia aos pais a tarefa de alimentar seus filhos, assegurar-lhes o pão diário, e também de educá-los nas regras da corte, as mães tinham especialmente o dever de cuidar da formação religiosa dos mancebos e mancebas da casa. Fr. Juan García de Castrojeriz aponta, na *Glosa Castellana*, que “muito bom e proveitosos são os primeiros anos para a formação e para a doutrina” e, ao interpretar Salomão, no *Eclesiástico*, diz: “tendes de ensiná-los a servir na sua mocidade”, pois se assim o fizer “haverás deles bom gozo”.¹⁰¹ Como instrutora principal nos primeiros anos, cabia à mãe cercar seus filhos de referências cristãs, constituindo um ambiente propício à impregnação correta das práticas religiosas determinadas como virtuosas na corte portuguesa.¹⁰²

A mãe deveria escolher as primeiras leituras a serem feitas pelos filhos e sempre os incentivar nesta prática.¹⁰³ Sugerem os cronistas o apreço que Dona Filipa tinha pela religiosidade e pela educação, e que, assim, influenciou todos os seus filhos, de modo a ter criado em todos eles a apetência pela descoberta e pelo conhecimento, um modelo que deveria ser copiado pelas outras mães.¹⁰⁴ Apreciadora do conhecimento livresco, Dona Filipa liderava, na sua juventude, um pequeno círculo de escritores, que, além de Geoffrey Chaucer – autor que tinha exemplares de seus próprios livros nas bibliotecas dos príncipes de Avis, como o que parece ser uma versão portuguesa de um dos *Canterbury Tales*, *O conto do Pregador* –,¹⁰⁵ contava com nomes como Thomas Usk, Thomas Hoccleve, Sir Oton de

¹⁰⁰ Manuela Santos Silva afirma que esse rito tem sua origem na Grã-Bretanha, mas que durante toda a Idade Média os *scriptoria* de Salisbúria produziram uma relevante quantidade de livros contendo uma detalhada descrição de todos os ofícios religiosos e liturgias, orações, cânticos e rituais, para serem usados pelos membros do clero, todavia, acabou por vir a ser reduzida a um só livro, o Breviário, que muitos estabelecimentos pretendiam utilizar e do qual todos os crentes deviam ter um conhecimento bastante apurado, pois exigia-lhes a recitação de várias orações e salmos. SILVA, Manuela Santos. D. Duarte, e os irmãos - uma educação anglo-normanda? In: **D. Duarte e a sua época: arte, cultura, poder e espiritualidade**. Coordenação de Catarina Fernandes Barreira Miguel Metelo de Seixas IEM - Instituto de Estudos Medievais Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2014, p. 59.

¹⁰¹ **Glosa Castellana al "Regimiento de Príncipes" de Egidio Romano**. Edição, estudo preliminar e notas de Juan Beneyto Perez. Madrid: Centro de estudios políticos y constitucionales, 2005, p. 467-468.

¹⁰² BÉRIOU, Nicole. **La prédication aux derniers siècles du Moyen Age**. In: Communications, 72, L'idéal éducatif, 2002, p. 113.

¹⁰³ ALEXANDRE-BIDON, Danièle. **Grandeur et renaissance du sentiment de l'enfance au Moyen Âge**. In: Histoire de l'éducation, n° 50, 1991. Éducatons médiévales. L'Enfance, l'École, l'Église en Occident. Ve-XVe siècles. p. 53.

¹⁰⁴ SILVA, Manuela Santos. D. Duarte, e os irmãos - uma educação anglo-normanda? In: **D. Duarte e a sua época: arte, cultura, poder e espiritualidade**. Coordenação de Catarina Fernandes Barreira Miguel Metelo de Seixas IEM - Instituto de Estudos Medievais Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2014, p. 62.

¹⁰⁵ SILVA, Manuela Santos. D. Duarte, e os irmãos - uma educação anglo-normanda? In: **D. Duarte e a sua época: arte, cultura, poder e espiritualidade**. Coordenação de Catarina Fernandes Barreira Miguel Metelo de Seixas IEM - Instituto de Estudos Medievais Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2014, p. 61.

Granson e John Gower, que também teve sua obra traduzida para o português.¹⁰⁶ Foram esses escritores que a familiarizaram com a produção escrita da Europa do século XIV, tornando-a letrada para cuidar da instrução de seus futuros filhos. Por esses tão nobres dotes, Dona Filipa já era conhecida na Inglaterra, sua terra natal, e por esse comportamento exemplar, o poeta francês Eustache Deschamps¹⁰⁷ dedicou-lhe um poema em que a descreve como uma preciosa flor.¹⁰⁸

Talvez por influência da mãe, alguns dos infantes portugueses liam e sabiam escrever com desenvoltura, mostrando a capacidade de construir uma argumentação articulada, convincente e sustentada, utilizando-se dos mais variados pensadores antigos e medievais para expressar seus raciocínios, como Cícero, Sêneca, Santo Agostinho e São Tomás de Aquino. Enquanto D. Duarte e D. Pedro aventuraram-se na escrita de obras como as já citadas *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte*, *Leal Conselheiro* e o *Livro da ensinança a bem cavalgar a toda sela* e a *Virtuosa Benfeitoria*, os outros filhos de Dona Filipa, D. Henrique, Dona Isabel, D. João e D. Fernando não nos legaram tratados, mas elaboraram cartas em que apresentavam o domínio da escrita;¹⁰⁹ todavia, vale ressaltar que essa desenvoltura poderia vir de seus secretários. Apesar disso, a infanta Isabel, desde que se tornou duquesa da Borgonha,¹¹⁰ em 1430, financiou a confecção de várias obras, como a tradução realizada por Vasco de Lucena, alto funcionário da corte portuguesa que viveu na

¹⁰⁶ O livro de John Gower, poeta e moralista inglês, traduzido para o português foi *Confessio Amantis* de 1390, intitulado *O amante* foi traduzido pelo cônego da Sé de Lisboa Robert Payn que fazia parte do círculo da casa de Dona Filipa. BUESCU, Ana Isabel. **Imagens do Príncipe: Discurso Normativo e Representação (1525-49)**. Lisboa: Editora Cosmos, 1996, p. 51.

¹⁰⁷ Eustache Deschamps (1340-1404) foi um dos poetas franceses mais inovadores da Idade Média. O texto em questão foi escrito para Filipa quando foi sugerido que esta se casasse com Carlos VI da França. LAURIE, Ian S; SINNREICH-LEVI, Deborah M. **Eustache Deschamps: Selected Poems**. New York, Taylor & Francis Books, Inc, 2003, p. 15.

¹⁰⁸ [...] Oh! Quem quiser conhecer O doce nome que apenas conhece de ouvido, E o país onde habita, Lá das bandas da ilha de Albion! Creio que em Lancaster o encontrará. P.H. e E.L.I.P.P.E. Junte estas 8 letras E obterá o nome da preciosa flor de corpo gentil, olhos belos e doce face. Boas razões terão então de pensar que conheceu o valor dessa flor!. [...] Et qui voudra avoïre la congnoissance / Du tres doulx nom que pan o» congnoy / Et du pais ou est demorance / Voist en l'ille d'Albyon en recoy / En Lancaster le trouvt cecroy / P.H. et E.L.I.P.P.E. trace / Assemble tout: ces VIII lettres compasse / Saras le nommedt fleur de valour, / Qui a gent corps, beaux yeux et douce face. / Aux droit jugier je ne tien a la flair. Tradução de Prof. Doutor Aníbal Pintodt Castro. COELHO, Maria Helena da Cruz – **D. João I, o que re-colheu Boa Memória**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, p. 152.

¹⁰⁹ ANTUNES, Ana Paula Jerónimo. **De infanta de Portugal a duquesa de Borgonha D. Isabel de Lencastre e Avis (1397-1429)**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2012, p. 35.

¹¹⁰ A infanta Isabel teve uma participação política relevante nos eventos de sua época, organizou os tratados de paz na Guerra dos Cem Anos, foi uma importante mecenas e fez uma ligação comercial entre a Inglaterra de sua mãe, a Borgonha de seu marido e Portugal de seu pai, a descendência de Isabel está na origem do poderoso Império de Carlos V no século XVI. SANTOS-SILVA, Danielle Oliveira. **Estas Senhoras Rainhas: Trajetórias de Poder na Realeza Medieval Portuguesa (Séculos XII ao XV) – Um Estudo De Queenship**. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018, p. 74.

Borgonha, do *Li Fet des Romains*, uma compilação de 1213, de excertos das obras de Salústio, Suetônio e Lucano.¹¹¹ Existem rumores também de que D. Henrique traduziu uma obra de Aristóteles e produziu um tratado de astrologia intitulado *Serreto de los secretos da astrologia*.¹¹² D. Duarte chega a narrar, no *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte*, chamado também de *Livro da Cartuxa*, mais precisamente no capítulo LXIV, que vê a necessidade de agradecer a Deus por certas coisas em sua vida, em especial, ele destaca a figura de sua mãe, que para ele servia como exemplo e guia de boa educação, das rezas e de como usar das virtudes.¹¹³ Assim, a mãe, ao se esforçar para reter todo o conhecimento possível, poderia inspirar os filhos a seguir os seus próprios passos. Dona Filipa espelhava, aos olhos de seu filho, a fisionomia de uma boa mãe e foi uma das damas retratadas nas raríssimas efígies do século XV, como o maior exemplo a ser seguidos pelas mulheres de sua corte.¹¹⁴

A valorização da leitura entre os membros da corte de Avis ganhou impulso na época de D. Duarte.¹¹⁵ Esse rei considera, no *Leal Conselheiro*, que “ler bons livros e boa conversação” estimulavam a prática das virtudes e tornava a corte um lugar mais íntegro.¹¹⁶ Tanto que o rei-Eloquente escreveu diversas prescrições aos nobres de sua corte sobre a leitura, como veremos mais adiante. Nesse mesmo livro, D. Duarte, ao mencionar a obra *De Officiis* de Cícero — livro traduzido para o português por iniciativa do infante D. Pedro — determina que “a melhor herança e patrimônio são aqueles” dados pelos pais aos filhos “com

¹¹¹ Ademais, foram traduzidas duas obras da Antiguidade clássica: os *Faits et gestes d’Alexandre* (História Alexandri Magni), de Quinto Cúrcio, e o *Traitté des faiz et haultes prouesses de Cyrus* (a Ciropédia), de Xenofonte. Foi também Lucena que empreendeu a tradução, em 1442, do *De ingenuis moribus et liberalibus adolescentiae studiis*, de Pier Paolo Vergério, para a educação do jovem D. Alfonso V de Castela; depois o *De Senectute*, de Cícero, e o *Panegiricus Traiano Augusto*, de Plínio, o Jovem, dedicadas ao infante D. Pedro; e mais tarde, ao rei D. João II, três das quatro orações latinas realizadas pelo Deão de Vergy em defesa de D. Pedro após os conflitos com o rei português. SHIBATA, Ricardo Hiroyuki. **O retrato da sajes e booa princesa D. Isabel, Duquesa de Borgonha, e a corte portuguesa no século XV**. Revista Philologus, Ano 19, Nº 55. Rio de Janeiro: CiFEFiL, jan./abr.2013, p. 99.

¹¹² Outros exemplos da prática da tradução na dinastia de Avis remete a Infanta D. Catarina, filha do rei D. Duarte, recolhida em Lisboa no mosteiro do Salvador, teria traduzido o *Livro da regra e da perfeição dos monges*, de Lourenço Justiniano, autor que já fora fundamental à redação do *Leal Conselheiro*. O seu tio D. Henrique mandara traduzir o *Horologium Fidei*. Entre os filhos do malogrado Duque de Coimbra, o Condestável faz o elogio do “desprezo do mundo” e a Infanta D. Filipa, retirada até à morte no mosteiro de Odivelas, teria também traduzido textos sacros e de espiritualidade, e chegado a compor obras de devoção. ROSA, Maria de Lurdes. **Espiritualidade(s) na corte (Portugal, c. 1450-c.1520): que leituras, que sentidos?**. Anuario de Historia de la Iglesia, Vol. 26, 2017, p. 233. BUESCU, Ana Isabel. **Imagens do Príncipe: Discurso Normativo e Representação (1525-49)**. Lisboa: Editora Cosmos, 1996, p. 51, 276.

¹¹³ DUARTE, D. **Livro dos conselhos de El-rei D. Duarte** (Livro da Cartuxa). Transcrição de João José Alves Dias, Tradução de A. H de Oliveira Marques e João José Alves, Lisboa: Editorial Estampa, 1982, p. 237.

¹¹⁴ DUBY, Georges. **As damas do século XII**. Tradução Paulo Neves e Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das letras, 2013, p. 9,10.

¹¹⁵ CARVALHO, Joaquim de. **Obra completa**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1978, p. 132.

¹¹⁶ DUARTE, D. **Leal Conselheiro**. Edição crítica de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 10.

o louvor de virtudes e de bons feitos”.¹¹⁷ Nessa época em que aumentava a produção de obras em vernáculo e os infantes procuravam escrever seus próprios livros, as mães tinham o papel de convencer os filhos a se interessar pelo conhecimento escrito veiculado na corte de Avis acerca das condutas dos nobres.¹¹⁸ A mãe era a primeira agente dessa relação entre a formação moral e o conhecimento livresco que passa a moldar a corte portuguesa do século XV.

A mãe como exemplo às filhas

Numa época em que a corte portuguesa se preocupava em fomentar a produção de livros em vernáculo para a formação de seus membros, as mulheres eram imbuídas do dever não apenas de servir de modelos de esposa e mãe, mas também de transmitir aos filhos um rol de lições contidas nessas obras, como antecipado acima.¹¹⁹ Quanto à educação das filhas, as mães tinham o dever de inspirá-las a praticar a devoção, seguindo modelos como o de Dona Filipa,¹²⁰ já que a corte era o primeiro lugar que as rainhas e infantas deveriam demonstrar suas qualidades e virtudes para as demais mulheres.¹²¹ Mãe da Ínclita Geração, Dona Filipa representava o modelo oposto ao de Dona Leonor Teles, esposa de D. Fernando, julgada pecaminosa.¹²² As virtudes de solteira que notabilizavam Dona Filipa ganharam relevo depois

¹¹⁷ DUARTE, D. **Leal Conselheiro**. Edição crítica de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 239.

¹¹⁸ OLIVEIRA, Ana Rodrigues; OLIVEIRA, António Resende de. A mulher. MATTOSO, José; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (Org). **História da vida privada em Portugal**. Portugal: Temas e debates, 2011, p. 318. SILVA, André Filipe Oliveira da. **Ensinar e Aprender na Évora Medieval**. Universidade do Porto, Medievalista online Nº 24, 2018, p. 22.

¹¹⁹ FERNANDES, Maria de Lurdes Correia. **Espelhos, cartas e guias: Casamento e Espiritualidade na Península Ibérica 1450-1700**. Porto: Instituto de Cultura Portuguesa, 1995, p. 193.

¹²⁰ FERNANDES, Maria de Lurdes Correia. **Espelhos, cartas e guias: Casamento e Espiritualidade na Península Ibérica 1450-1700**. Porto: Instituto de Cultura Portuguesa, 1995, p. 197.

¹²¹ BUESCU, Ana Isabel. **Imagens do Príncipe: Discurso Normativo e Representação (1525-49)**. Lisboa: Editora Cosmos, 1996, p. 221.

¹²² Para muitos autores, inclusive Fernão Lopes, este casamento deu início ao desequilíbrio social que varreu o reino. Principalmente pela aproximação com a monarquia castelhana, via casamento da herdeira de D. Fernando com o rei de Castela, o que gerou sérios tumultos em terras portuguesas. Apesar da revolta o Tratado de Salvaterra dos Magos (1383) entregou a infanta ao castelhano Juan I, que ficara viúvo em plena negociação matrimonial para um dos filhos. O Tratado previa ainda uma série de situações e depositava a regência sobre Dona Leonor Teles, que já era odiada mais publicamente pela sua ligação com o Conde Andeiro, de quem já tivera filhos, provavelmente todos mortos a mando de D. Fernando. Depois da morte de D. Fernando, em 1383, a regência de Leonor Teles e o arraial por Dona Beatriz não se sustentaram e vários segmentos sociais do reino irromperam em indignação, afligidos pelo fato de o castelhano D. João I ter dado mostras públicas de que não queria ser coadjuvante neste palco. A sucessão de D. Beatriz se viu ameaçada também por candidatos poderosos, como os infantes D. João e D. Dinis, filhos do português D. Pedro I com Inês de Castro. GUIMARÃES, Marcella Lopes. **Estudo das representações de monarca nas crônicas de Fernão Lopes (séculos XIV e XV): O espelho do rei: “- Decifra-me e te devoro”**. Tese apresentada como requisito à obtenção do grau de Doutora em História, Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Orientadora: Professora Doutora Fátima Regina Fernandes Frighetto, Curitiba, 2004, p. 8-9, 18-19.

de casada, quando a maternidade “operou o milagre de bem-aventurados filhos”, que anunciavam uma dinastia renovada e uma sociedade “nova”.¹²³ Ao dissertar sobre a importância das mães na vida dos filhos, Fr. Juan García de Castrojeriz afirma, na *Glosa Castellana*, que de grandes mulheres nascem grandes filhos, assim como “das formosas nascem formosos filhos”,¹²⁴ além disso, as mulheres que rodeavam a virtuosa rainha poderiam usar de seu exemplo para guiar suas ações e posteriormente instruir os próprios filhos. Acerca das práticas de devoção da rainha Dona Filipa, diz Fernão Lopes:

[...] Todas as sextas-feiras tinha costume de rezar o Saltério, não falando com nenhuma pessoa até que o acabasse todo; e quando era embargada por doença ou constrangida por impedimento de parto, acerca de si lhe rezavam tudo o que havia em usança, ouvindo devotamente sem outra nenhuma torvação. Dos jejuns não cumpre fazer sermão, nem de ler das Santas Escrituras em convinháveis tempos, que assim eram todos repartidos com tão madura descrição, que nunca ociosidade em sua imaginação achava morada.¹²⁵

Como destacado antes, além da imagem de boa rainha, os cronistas pintavam Dona Filipa como modelo de mãe e esposa para as mulheres do séquito em razão de sua piedade e devoção,¹²⁶ bem como por ela se mostrar discreta e comprometida com a formação dos filhos.¹²⁷ Seguindo os caminhos de Fernão Lopes, ao exaltar a devoção de seus personagens, narra Gomes Eanes de Zurara, na *Crónica da tomada de Ceuta*, que, no leito de morte da mãe, a infanta Isabel “vendo a rainha [Dona Filipa], sua senhora e mãe, naquele estado, afastou-se com as outras senhoras e donzelas,” e rogaram a “Deus pela saúde da dita senhora”.¹²⁸ Ao narrar episódios como esse, os cronistas sugerem que a filha da rainha também se tornara exemplo para as mulheres católicas da corte, ao se inspirar nas condutas da matriarca da casa de Avis pela sua devoção.

O papel da mãe como modelo de devoção às filhas já havia sido abordado por Christine de Pisan (1363-1430), letrada italiana que viveu na França durante a primeira

¹²³ GUIMARÃES, Marcella Lopes. **Estudo das representações de monarca nas crônicas de Fernão Lopes (séculos XIV e XV): O espelho do rei: “- Decifra-me e te devoro”**. Tese apresentada como requisito à obtenção do grau de Doutora em História, Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Orientadora: Professora Doutora Fátima Regina Fernandes Frighetto, Curitiba, 2004, p. 221.

¹²⁴ **Glosa Castellana al “Regimiento de Príncipes” de Egidio Romano**. Edição, estudo preliminar e notas de Juan Beneyto Perez. Madrid: Centro de estudios políticos y constitucionales, 2005, p. 384.

¹²⁵ LOPES, Fernão. **Crónica de D. João I**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, Vol. II, 1983, p. 226.

¹²⁶ ZURARA, Gomes Eanes de. **Crónica da Tomada de Ceuta por el rei D. João I**. Ed. Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915, p. 117.

¹²⁷ SILVA, Manuela Santos. **Filipa de Lancáster en Portugal (1387-1415): ¿las raíces de una nueva religiosidad?**. In: Edad Media. Revista de História, 2017, nº 18, p. 107.

¹²⁸ ZURARA, Gomes Eanes de. **Crónica da Tomada de Ceuta por el rei D. João I**. Ed. Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915, p. 132.

metade do século XIV, em sua célebre obra o *Espelho de Cristina*¹²⁹, incorporada aos textos edificantes para as damas da realeza portuguesa — tradução do *Livre des Trois Vertus Trésor de la cité des dames*, de 1405, que foi publicada posteriormente, em Lisboa, em 1518.¹³⁰ Nesse livro, a tratadista afirma que a matriarca de uma família, “levando consigo filhas, parentas e mulheres de sua casa” aos ambientes religiosos, estaria ajudando na formação dessas cristãs que poderiam ser informadas acerca “dos doze artigos [da fé] e dos preceitos que pertencem à salvação”.¹³¹ Na mesma esteira da tratadista, Fr. Juan García de Castrojeriz assevera, na *Glosa Castellana*, que “as donzelas devem ser muito devotas em suas orações” devendo sempre estar “ocupadas em trabalhos virtuosos”, ademais, deveriam “ter horas departidas para suas orações”, devendo acontecer na “terceira, na sexta e na nona” e assim, manter-se voltadas “para obras proveitosas ou para oração devota”.¹³² A mãe, como intermediária na formação de suas filhas, deveria também dar exemplo no momento de recepção dos sacramentos religiosos, como ao ir à missa.

Fr. Juan García de Castrojeriz ainda declarava, na *Glosa Castellana*, que como instrutora “a mãe deve mostrar aos filhos os artigos da fé e que lhes diga que devem crer em um Deus, Pai, Filho e Espírito Santo”, que era “Todo poderoso, que fez o céu e a terra e todas as criaturas”. O teólogo ainda acrescenta que as primeiras idades são importantes pelo fato de os nobres “ao ouvirem suas mães lhes dizendo as coisas que tem de crer dão razão aos seus ditos”, principalmente por ainda não usarem de sua razão, mas, simplesmente, por crerem nas ações e costumes da progenitora. Desse modo, quando forem “grandes firmemente estarão por sua fé”, pois, aquele ensinamento que se “toma de moça, melhor as retém e mais firmemente está com elas” e, assim, exerce esse costume “como natural”.¹³³ Nesse comprometimento com a educação religiosa, a mãe orientava as leituras das filhas. Nessa mesma esteira, em outra altura do *Espelho de Cristina*, Christine de Pisan é ainda mais precisa sobre o seu conselho: “queira a princesa que quando a sua filha for da idade, que

¹²⁹ A tradução do livro de Christina de Pisan foi oferecida à rainha de Portugal, Dona Isabel, esposa de D. Afonso V e filha do regente D. Pedro. SHIBATA, Ricardo Hiroyuki. **O retrato da sajes e booa princesa D. Isabel, Duquesa de Borgonha, e a corte portuguesa no século XV**. Revista Philologus, Ano 19, N° 55. Rio de Janeiro: CiFEFiL, jan./abr, 2013, p. 2-3.

¹³⁰ Maria de Lurdes Correia Fernandes ressalta que a mesma obra, em uma tradução, com diferenças substanciais, é mandada imprimir, com o título *Espelho de Cristina*, em 1518, pela rainha D. Leonor, mulher de D. João II. FERNANDES, Maria de Lurdes Correia. Casamento e religiosidade feminina no século XV na Península Ibérica. In: MAGALHÃES Isabel Allegro de (Coord). **História e antologia da literatura portuguesa - Século XV**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998, p. 32.

¹³¹ PISANO, Cristina de. **Espelho de Cristina**, ed. fac-simile da de 1518, Lisboa, Bibl. Nac. de Lisboa, 1987, folha IX.

¹³² **Glosa Castellana al “Regimiento de Príncipes” de Egidio Romano**. Edição, estudo preliminar e notas de Juan Beneyto Perez. Madrid: Centro de estudios políticos y constitucionales, 2005, p. 533.

¹³³ **Glosa Castellana al “Regimiento de Príncipes” de Egidio Romano**. Edição, estudo preliminar e notas de Juan Beneyto Perez. Madrid: Centro de estudios políticos y constitucionales, 2005, p. 461-464.

aprenda a ler, que saiba suas horas nos livros de devoção e que fale de bons costumes e não de coisas vãs ou dissolutas”.¹³⁴

Desdobrando outros aspectos da figura da mãe como intermediária, Fernão Lopes discorre, na *Crónica de D. João I*, que o monarca adoecera “de grande dor de quentura”, isto é, um tipo febre comum provocado pelos calores estivais no mês de julho, em Portugal. O cronista exalta a figura de Dona Filipa que, durante todo o tempo, rezou, de forma humilde e devota, para pedir a cura do marido. Segundo a narrativa, em poucos dias, D. João, que já havia feito testamento, recuperou-se “como se ressuscitara da morte à vida”.¹³⁵ Além disso, a matriarca não apenas concedia o próprio modelo de virtude e devoção, ou os ensinamentos morais e religiosos, mas também recompensava a conduta correta; em outros termos, era a figura central que simultaneamente inspirava e retribuía as boas ações.

As filhas dos nobres beneficiar-se-iam não apenas da aprendizagem de virtudes e tarefas essenciais para o desenvolvimento da casa, mas também da possibilidade de se destacar no ambiente da corte e chamar a atenção da rainha vigente para que seus serviços fossem solicitados na corte régia. Assevera Christine de Pisan, no *Espelho de Cristina*, que a senhora que soubesse “se governar por tal maneira”, isto é, pelos bons modos e práticas das virtudes, seria por todos louvada como “sages”¹³⁶ e graciosa”, ou seja, aquela que soubesse “bem se governar em todas as maneiras” seria gratificada pelos bons modos e reconhecida na corte por este comportamento.¹³⁷ Por influência da rainha como mulher e mãe, eram interiorizados nas damas os princípios cortesãos e morais cristãos, e recebiam cultura e conhecimento por meio das reuniões e leituras que aconteciam em sua casa.¹³⁸ Dessa forma,

¹³⁴ PISANO, Cristina de. *Espelho de Cristina*, ed. fac-simile da de 1518, Lisboa, Bibl. Nac. de Lisboa, 1987, folha XII.

¹³⁵ LOPES, Fernão. *Crónica de D. João I*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, Vol. II, 1983, p. 239.

¹³⁶ Sages adj. (do francês sage). Sábio, prudente. MACHADO, José Barbosa. *Dicionário dos primeiros livros impressos em língua portuguesa*. Braga: Edições Vercial, Vol. 4 (Q-Z), 2015, p. 163-164.

¹³⁷ PISANO, Cristina de. *Espelho de Cristina*, ed. fac-simile da de 1518, Lisboa, Bibl. Nac. de Lisboa, 1987, folha.

¹³⁸ Na lista de 1402, a casa de Dona Filipa contava com quarenta donas e donzelas que tinham moradia na corte. Na Casa da Rainha havia membros das famílias **Moura** — a sua aia Beatriz Gonçalves, Leonor Gonçalves de Moura, Isabel Fernandes de Moura e uma outra Beatriz de Moura —, **Castro** — Beatriz de Castro. Álvaro Peres de Castro —, **Cunha** — Maria da Cunha —, **Albuquerque** — Joana Albuquerque —, **Pereira** — Beringela Nunes Pereira, filha de Rui Pereira e Beatriz Pereira, filha do marechal Álvaro Pereira e sua irmã Leonor Pereira —, **Coutinho** — Teresa Vasques Coutinho e sua irmã Leonor Vasques —, **Melo** — Beatriz de Melo —, **Ataíde** — Catarina Vasques de Ataíde e Filipa de Ataíde — **Resende** — Maria Resende —, **Teixeira** — Catarina Teixeira —, **Casal** — Inês do Casal — e **Leitão** — Leonor Leitão. Integrava ainda o antro de Dona Filipa uma bastarda do arcebispo de Braga, Martini Afonso da Charneca, Margarida Martins Miranda, e algumas mulheres aparentadas com servidores mais modestos do monarca, de nobreza recente ou mesmo não pertencentes a tal estrato, Catarina Fernandes de Barros, Beatriz Afonso Goriza e a mulher do manteeiro do rei, Gonçalo Anes Penteado. CRUZ COELHO, Maria Helena da. **D. Filipa de Lencastre. A Inglesa Rainha. 1360-1415**. Vila do Conde: QuidNovi-Academia Portuguesa da História, 2011, p. 51; COELHO, Maria Helena da Cruz – **D. João I, o que re-colheu Boa Memória**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, p. 189-190.

com essa instrução esperava-se que os filhos dessas nobres fossem cada vez mais bem instruídos na virtude e como consequência os padrões morais da corte seriam elevados.

Focando, assim como Fernão Lopes, na vida de Dona Filipa, Gomes Eanes de Zurara, na *Crónica da tomada de Ceuta*, também exalta a sua figura ao descrevê-la como possuidora de grandes virtudes dignas de memória.¹³⁹ Da mesma forma, D. Duarte destaca que sua mãe, a quem chamava de “Santa rainha”, fora um modelo para todas as senhoras de Portugal, pois ter-lhes-ia ensinado “a necessidade de amarem seus maridos e lhes guardarem a direita lealdade”.¹⁴⁰ O próprio D. Duarte salienta que ela, na figura de mãe, foi o principal modelo de esposa para sua filha, a infanta Isabel, quando estava na “puerícia”, idade caracterizada por esse mesmo monarca como a ideal para o casamento. Alguns desses comportamentos virtuosos característicos da relação com os maridos eram apresentados por Christine de Pisan, no *Espelho de Cristina*, quando a autora afirma que a “toda senhora que preza pela ordem do casamento é necessário que ame seu marido e viva em paz com ele”. Ademais, a nobre que queira “guardar a ensinança da honra, a manterá com seu senhor” tendo com ele “boa fé e verdadeiro amor” ao ser “humildosa em todo feito e palavra”, e “com reverência lhe obedecerá sem murmuração e guardará todo seu poder”, sendo comprometida com as obrigações do casamento, a senhora teria tudo, pois, a ela nada “era vedado”.¹⁴¹

No que diz respeito ao comportamento exemplar da mãe, Fr. Juan García de Castrojeriz declara, na *Glosa Castellana*, que o calar, em determinadas situações, com razão oferecia benefícios às mulheres, primeiro, tornando-as honestas e mais amadas; segundo, fazendo-as parecer mais sábias e, terceiro, tornando-as mais “guardadas de pelejas e de contendias”.¹⁴² O autor ainda aponta que, com a mãe, a moça deveria aprender a não ouvir e falar aquilo que não pertencia ao temor de Deus; que não ouvisse nem falasse coisas torpes, nem soubesse os “cantares do mundo”, nem se embebedasse em cantares doces da língua terrena. Com as mesmas preocupações quanto aos pecados da língua, no *Virgeu de Consolaçon*, seu autor afirma que “saiba em que tempo falas e pensa no que dirás, e fala e cala no tempo conveniente”, agindo dessa forma “não queiras falar nem explicar quando não

¹³⁹ ZURARA, Gomes Eanes de. **Crónica da Tomada de Ceuta por el rei D. João I.** Ed. Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915, p. 119.

¹⁴⁰ DUARTE, D. **Livro dos conselhos de El-rei D. Duarte** (Livro da Cartuxa). Transcrição de João José Alves Dias, Tradução de A. H de Oliveira Marques e João José Alves, Lisboa: Editorial Estampa, 1982, p. 237.

¹⁴¹ PISANO, Cristina de. **Espelho de Cristina**, ed. fac-simile da de 1518, Lisboa, Bibl. Nac. de Lisboa, 1987, folha XI.

¹⁴² **Glosa Castellana al "Regimiento de Príncipes" de Egidio Romano.** Edição, estudo preliminar e notas de Juan Beneyto Perez. Madrid: Centro de estudios políticos y constitucionales, 2005, p. 543-544.

fores perguntado”, outrossim, “seja a primeira em ouvir e última a falar”.¹⁴³ Além do mais, a nobre deveria ser “muito arredada da idade lozana¹⁴⁴ dos moços”, isto é, manter-se o mais longe possível daqueles mancebos que desejavam desvirtuá-las. Fr. Juan García de Castrojeriz diz ainda mais sobre os cuidados das mães com a instrução de suas filhas ao proferir: “se acredita que seja sábia e astuciosa”, ordena à “tua filha para que não seja ferida pela víbora, porque não existe tão grande cuidado para que não seja ferida pelo martírio do mundo ou da terra e que não saia fora de casa e perca sua virgindade”.¹⁴⁵ Dessa forma, a mulher, para ser uma boa esposa deveria ser capaz de amar seu marido e pôr em prática todas aquelas virtudes que lhe foram ensinadas nas primeiras idades pela mãe como a do decoro, da discrição e da temperança.

Em suma, esperava-se que a mãe, ao cuidar dos seus, fosse capaz de levar os filhos ao pleno cumprimento dos regimentos da fé cristã, bem como de instruir-lhes nos primeiros comportamentos sociais adequados para a vida na corte durante o período que permaneciam ao seu lado. Nos diversos tratados avisinados elencados, evidencia-se o maior apreço pelo cuidado com as filhas, uma vez que estas permaneciam ao lado da mãe por mais tempo, demandando uma maior atenção ao instruí-las nas principais virtudes para toda a vida. Além disso, destacou-se, em Portugal, a figura da rainha Dona Filipa, que, por seus filhos e cronistas, foi vista como o maior exemplo de mãe e esposa para as mulheres que a cercavam na corte, em especial, sua filha, a infanta Isabel. Do mesmo modo, o zelo e afeto são elementos notáveis dessa relação entre os membros das famílias, ou seja, entre pai, mãe e filhos.

Após termos analisado os principais aspectos que definiam a relação virtuosa entre pais e filhos, tendo agora em vista o número significativo dos filhos dos nobres nas casas, torna-se importante entender a relação entre esses membros, isto é, entre os irmãos, ponto que será explorado a seguir.

3. OS IRMÃOS

No núcleo familiar formado a partir do casamento, mais pessoas interagiam dentro de um mesmo ambiente, como o irmão. As relações entre irmãos constituíam uma peça-chave

¹⁴³ **Virgeu de Consolaçon**. Edição Crítica de Albino de Bem Veiga. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1958, p. 38.

¹⁴⁴ Lozano: Vigoroso, exuberante. In: Dicionário Infopédia de Espanhol - Português [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2020. Disponível: www.infopedia.pt/dicionarios/espanhol-portugues/lozano Acesso em: 22 de abril de 2020.

¹⁴⁵ **Glosa Castellana al "Regimiento de Príncipes" de Egidio Romano**. Edição, estudo preliminar e notas de Juan Beneyto Perez. Madrid: Centro de estudios políticos y constitucionales, 2005, p. 516.

para o desenvolvimento moral dos nobres portugueses, pelo fato de os mais velhos representarem um exemplo a ser seguido pelos mancebos mais novos. O vínculo entre irmãos era considerado pelos príncipes de Avis o mais duradouro dos relacionamentos familiares, estabelecendo-se do nascimento à morte, isto é, percorrendo todas as fases da vida. Os cronistas, por sua vez, assinalavam de maneira idílica a forma como os príncipes de Avis se comprometeram com a família, cuja ordenação se estendia ao próprio desenvolvimento do reino. Esses letrados sugerem que o convívio entre irmãos na infância, assim como entre pais e filhos, criava um clima de aprendizagem, notadamente em situações em que os mais velhos assumiam papéis de cuidadores dos mais novos.¹⁴⁶ Os príncipes letrados como D. Duarte e D. Pedro também recomendavam que os filhos dos nobres tinham de aprender com seus irmãos mais velhos certas regras gerais de seu grupo, concernentes tanto à realização de negócios de venda e compra ou à formação de alianças com outros nobres, quanto ao respeito e obediência esperados para honrar os pais.¹⁴⁷ Almejava-se que houvesse uma relação de solidariedade entre os irmãos, a fim de que um pudesse amparar o outro com conselhos e exemplos e também ensiná-lo a se comportar no cotidiano da corte.¹⁴⁸

Exemplo de responsabilidade com os pais

O infante D. Pedro, na *Virtuosa Benfeitoria*, aponta três formas naturais com que os filhos deveriam servir aos pais: a primeira é o “poder corporal”, isto é, a capacidade de amparar e fortalecer os pais, motivando-os em sua jornada terrena; a segunda é que os ame de todo o coração; e a terceira que suporte com humildade e paciência os seus “admoestamentos”¹⁴⁹, além de não os injuriar com duras e ásperas palavras e maldizeres.¹⁵⁰ Além disso, o infante D. Pedro e outros tratadistas destacam que os irmãos mais velhos deveriam se preocupar em ensinar os mais novos a tomarem essa mesma iniciativa, isto é, a cuidar de seus geradores. O infante ainda apresenta algumas especificações de como se tinha de honrar o pai e a mãe. Para tal nobre, aqueles que “maldisserem a seus pais” cometeriam um pecado mortal”. Por conseguinte, a partir do quinto mandamento contido no livro do

¹⁴⁶ LARRINGTON, Carolyne. **Brothers and Sisters in Medieval European Literature**. Woodbridge Suffolk: York Medieval Press, 2015, p. 2.

¹⁴⁷ LARRINGTON, Carolyne. **Brothers and Sisters in Medieval European Literature**. Woodbridge Suffolk: York Medieval Press, 2015, p. 7.

¹⁴⁸ ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **História da vida privada: da Europa feudal a Renascença**. Organização Georges Duby; tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, Vol. 2, 1990, p. 308.

¹⁴⁹ Variação de admoestação.

¹⁵⁰ PEDRO, Infante D. O Livro da Virtuosa Bemfeitoria. In: **Obras dos Príncipes de Avis**. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto, Lello & Irmão, 1981, p. 617-618.

Êxodo, “honrarás pai e mãe e viverás longamente sobre a Terra”, D. Pedro assinala que todo filho deve reverenciar, pelas obras e por palavras, os seus geradores, de tal maneira que nunca lhes faça injúrias.¹⁵¹ Portanto, os irmãos, ao agirem com seriedade e respeito junto aos pais, instruíam os demais a seguirem o mesmo caminho. Segundo ele, “bem-aventurados são os que socorrem as necessidades alheias”, especialmente os filhos quando amparam os seus geradores e “evitam de lhes pronunciar palavras feias”.¹⁵² Dada a responsabilidade de cuidar de seus geradores, explica o infante D. Pedro que os filhos deveriam retribuir a eles favores e benfeitorias, tendo de ampará-los e de zelar pela saúde deles. Como era um consenso, segundo esse mesmo príncipe, o fato de todos terem de ajudar “àqueles em necessidade e que, por mínguas, padeciam”,¹⁵³ os filhos deveriam se manter em alerta para que nada faltasse aos pais quando estes necessitassem de algo.¹⁵⁴ Ainda que recebesse dos pais, ao nascer, a honra e as virtudes, assim como o nome, o filho de um nobre não deveria jamais se esquecer de buscar os feitos honrosos, não manchando a reputação de sua linhagem.¹⁵⁵

Com a finalidade de proporcionar aos irmãos e outros nobres da corte um exemplo de comportamento baseado nessas regras inventariadas pelo infante D. Pedro, o próprio rei D. Duarte descreve um momento de sua vida em que, mesmo estando doente, cuidou da saúde de sua mãe.¹⁵⁶ No *Leal conselheiro*, D. Duarte comenta que, apesar de sofrer de humor melancólico,¹⁵⁷ não deixou de auxiliar a sua mãe Dona Filipa depois de ela ser infectada pela peste. Diz ele que quando esteve perto dela, servindo-a, conseguiu esquecer temporariamente o próprio sofrimento. Tal monarca afirma que aquele foi o começo da sua cura, porque a partir da dor de sua mãe, deixou de sentir a sua própria e, ao perceber que algum alívio se

¹⁵¹ PEDRO, Infante D. O Livro da Virtuosa Bemfeitoria. In: **Obras dos Príncipes de Avis**. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto, Lello & Irmão, 1981, p. 592.

¹⁵² PEDRO, Infante D. O Livro da Virtuosa Bemfeitoria. In: **Obras dos Príncipes de Avis**. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto, Lello & Irmão, 1981, p. 555.

¹⁵³ PEDRO, Infante D. O Livro da Virtuosa Bemfeitoria. In: **Obras dos Príncipes de Avis**. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto, Lello & Irmão, 1981, p. 724.

¹⁵⁴ GARCIA HERRERO, María del Carmen. **Los jóvenes en la Baja Edad Media: Estudios y Testimonios**. Institución Fernando el Católico Excma. Diputación de Zaragoza, 2018, p. 43-44.

¹⁵⁵ ZURARA, Gomes Eanes de. **Crónica da Tomada de Ceuta por el rei D. João I**. Ed. Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915, p. 112.

¹⁵⁶ Segundo narra o rei Eloquentes, o seu próprio sofrimento teve início aos 22 anos, início de sua mancebia, quando seu pai, o então rei D. João I, delegou a ele a responsabilidade do Conselho, da Justiça e da Fazenda, com um agravamento do encargo devido à partida de seu pai e irmãos para a conquista de Ceuta, em 1415. Com tantas pendências, o então infante conta que sua rotina se tornou atribulada e exaustiva, o que o fez perder toda a vontade e prazer pelas funções que exercia. DUARTE, D. **Leal Conselheiro**. Edição crítica de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 74.

¹⁵⁷ Segundo o autor o humor melancólico provinha principalmente do pecado da acídia, que era acompanhado pelo sentimento de tristeza e solidão. MINOIS, George. **Storia del mal di vivere. Dalla malinconia alla depressione**. Traduzione di Manuela Carbone, Bari: Dedalo, 2005, p. 36.

apresentava à enferma, recuperou a esperança de também se ver curado.¹⁵⁸ Com base nesta lição de D. Duarte, os filhos deveriam aprender a superar seus próprios dilemas e irem em auxílio daqueles que lhes deram a vida e, como reflexo de sua ação, os irmãos os tomariam como exemplo.

D. Pedro considera, na *Virtuosa Benfeitoria*, que o cristão precisaria, uma vez na vida, esquecer suas dores para se importar com seus semelhantes. Esse infante assevera que o bem comum é melhor que o pessoal, principalmente quando se pode ajudar o próximo, curando suas necessidades e retribuindo a todos cuidado e atenção.¹⁵⁹ Os filhos nobres tinham que dar a seus irmãos de sangue exemplos ao serem caridosos com seus iguais, principalmente dando mais atenção aos próprios pais quando estes necessitavam de algum tipo de amparo; melhor dizendo, a mesma caridade que motivava o cristão a cuidar dos mais necessitados teria de inspirar os filhos a zelar pela vida de seus geradores. A caridade representava o amor idealizado de uma pessoa por outra. Apoiando-se sobretudo no Evangelho do apóstolo João, esses tratadistas discorriam a respeito dos laços de amor entre os membros de um grupo e ofereciam critérios de relacionamento para os familiares.¹⁶⁰ Essa prática de ajuda aos mais necessitados e também aos familiares consistia, aos olhos desses letrados, numa expressão de amor a Deus.¹⁶¹

O cuidado com os pais era tão necessário que Martín Pérez — canonista que em 1399 teve sua obra copiada pelo mosteiro de Alcobaça — adverte, no *Livro das Confissões*, que se o filho fizesse malefícios aos pais ou se os filhos “não mantiveram cuidado com pai e com mãe, que caíram em loucura”, ou seja, que perderam os entendimentos, era consentido aos pais o direito dos de deserdarem o filho ou a filha. Ademais, o clérigo acrescenta outras circunstâncias para ocorrer a perda da herança: “pela inveja grande a seu pai ou a sua mãe” ou se o filho ou filha “procurasse morte a seu pai ou a sua mãe”.¹⁶² Além dos bens materiais, o canonista ainda reflete sobre as ações dos filhos para com os pais quando diz: “Se meteu mãos iradas no pai ou em mãe, se fez deles escárnio, se desejou a morte do pai ou da mãe”,

¹⁵⁸ DUARTE, D. **Leal Conselheiro**. Edição crítica de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 76.

¹⁵⁹ PEDRO, Infante D. O Livro da Virtuosa Bemfeitoria. In: **Obras dos Príncipes de Avis**. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1981, p. 588.

¹⁶⁰ Os tratadistas se apoiam nos relatos do apóstolo João quando ele descreve o momento que Jesus delega “amem-se uns aos outros, assim, como eu amei vocês”. **Bíblia Sagrada**. São Paulo: Editora Paulus, 1990, João 13. 33–5, p. 1312.

¹⁶¹ SCOTT, Anne, M. **Experiences of Charity: 1250-1650**. New York: Routledge, 2015, p. 9.

¹⁶² PÉREZ, Martín. **Livro das Confissões** – Parte I e II. Edição semidiplomática, introdução, lematização e notas de José Barbosa Machado e Fernando Alberto Torres Moreira, Portugal: Edições Vercial, 2009, p. 73-75.

outrossim, “se lhes tornou palavras, se lhes não fez o que lhe mandaram, se os não honrou” que contasse ao confessor e recebesse punição.¹⁶³

Outra espécie de lição que os irmãos mais velhos deveriam transmitir aos mais novos era concernente à relação de obediência a ser mantida com os pais. O infante D. Pedro, na *Virtuosa Benfeitoria*, deixa claro que os filhos deviam obediência eterna aos pais, por estes serem seus superiores e geradores. Acrescenta que aqueles nobres que não respeitassem essa regra e também não orientassem corretamente os seus irmãos poderiam ser castigados após a morte.¹⁶⁴ Na mesma linha da *Virtuosa Benfeitoria*, o *Virgeu de Consolaçom* — compilação em que são encontrados excertos de autoridades do cristianismo, como São Jerônimo, Santo Agostinho e São Gregório — alega que a obediência seria o esteio para o bom relacionamento entre os filhos e os seus geradores, sendo considerada um tesouro pelo qual os homens poderiam participar do reino de Deus. Partindo de Santo Agostinho, o tratado assevera que, da mesma forma como o filho obediente abre novos caminhos para enobrecer a sua alma e corrigir os seus pecados, o fiel desobediente se aproxima do diabo, pois está maculado por vícios.¹⁶⁵

A virtude da obediência era colocada em prática, segundo esses tratados, primeiro no âmbito da família, a partir do convívio com os pais.¹⁶⁶ O primeiro passo para a prática da obediência era disciplinar o próprio corpo, sabendo como olharia para os seus progenitores. Os filhos, além de terem de baixar a cabeça diante do pai em sinal de humildade e submissão,¹⁶⁷ não podiam deixar de manter certos cuidados como a fala dirigida a esse seu superior.¹⁶⁸ D. Diogo Ortiz prega, no *Cathecismo pequeno*, que nos movimentos de reverência a modéstia seria um auxiliador considerável, uma vez que ela regula a fala, o riso e os membros do corpo e, além do mais, coloca modos nas vestimentas, calçados e hábitos das pessoas.¹⁶⁹ Seguindo as mesmas ideias de D. Diogo Ortiz, o autor do *Orto do esposo* considera que o nobre mancebo sem obediência e reverência não percebe como será seu

¹⁶³ PÉREZ, Martín. **Livro das Confissões** – Parte I e II. Edição semidiplomática, introdução, lematização e notas de José Barbosa Machado e Fernando Alberto Torres Moreira, Portugal: Edições Vercial, 2009, p. 189.

¹⁶⁴ PEDRO, Infante D. O Livro da Virtuosa Bemfeitoria. In: **Obras dos Príncipes de Avis**. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto, Lello & Irmão, 1981, p. 617-618.

¹⁶⁵ **Virgeu de Consolaçom**. Edição Crítica de Albino de Bem Veiga. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1958, p. 85.

¹⁶⁶ GARCIA HERRERO, María del Carmen. **Los jóvenes en la Baja Edad Media: Estudios y Testimonios**. Institución Fernando el Católico Excma. Diputación de Zaragoza, 2018, p. 47.

¹⁶⁷ Curvar-se e ajoelhar-se tiveram um papel importante na vida social da época como reguladores de marcas cortesões de submissão, respeito e reverência. BURROW, John. A. **Gestures and Looks in Medieval Narrative**. United Kingdom: Cambridge University Press, 2004, p. 20.

¹⁶⁸ FOURNIÉ, Michelle; BLÉVEC, Daniel Le. **La Parole sacrée: formes, fonctions, sens (XIe-XVe siècle)**. Toulouse: Privat, 2013, p. 34-35.

¹⁶⁹ ORTIZ, Diogo. **O catecismo pequeno de D. Diogo Ortiz, Bispo de Viseu**. Edição de Elsa Maria Branco da Silva. Lisboa: Edições Colibri, 2001, p. 209.

futuro, por isso requer temperança e perfeição de bons costumes ao servir com sossego e obediência.¹⁷⁰ Já um segundo passo para essa virtude consistiria em aprender a ser leal ao seu superior. No que diz respeito à maneira como ele e seus irmãos se reportavam a seu pai, D. João I, assinala D. Duarte: “falavam-lhe, porém, sempre verdade, e o rei sabia que com eles podia contar, fosse para a aceitação de cargos e tarefas, se deslocarem junto com a corte e ao participarem de cerimônias”.¹⁷¹ Em outras palavras, D. Duarte, ao buscar construir parâmetros de comportamento para a corte de Avis, ensina os nobres a serem como ele e os irmãos, que procuraram corresponder às expectativas do pai D. João I.

Em síntese, essas relações familiares propaladas, mais espontaneamente ou de modo deliberado pelos infantes diante dos membros da corte — sempre que estes procuravam obedecer à vontade real e cumprir as suas ordens — colaboravam para a construção de um modelo de família real una e ponderada, devota e virtuosa. Os infantes formados nesse modelo de instrução tiveram o privilégio de possuir dois progenitores altamente habilitados e exigentes no ensino e na moral, como, aliás, é referido pelo próprio D. Duarte, no *Leal Conselheiro*: “E nos havemos por muito bem-aventurados, além da honra e proveito, por havermos tão virtuosos pai e mãe por senhores, dos quais recebemos nossa principal ensinança”.¹⁷² Tratadistas como D. Duarte, ao fixarem modelos de comportamento aos homens e mulheres da corte, procuraram regular, entre outros aspectos da vida cotidiana, os jogos de obediência entre pais e filhos. Além disso, não deixaram de ressaltar o papel dos irmãos mais velhos como intermediários dos mais novos, na medida em que precisavam lhes mostrar, passo a passo, os fundamentos da relação que tinham de manter não apenas com seus pais, mas também com outros nobres da corte régia.

Os cuidados entre irmãos

Na sociedade portuguesa do século XV, os pais confessavam preferir os filhos varões.¹⁷³ Na busca por esse objetivo de ter filhos homens, as famílias acabavam por gerar muitos descendentes, mas, como já dito anteriormente, não eram numerosos os mancebos que chegavam à idade adulta. Como resultado, estabelecia-se uma hierarquia baseada na ordem

¹⁷⁰ **Orto do esposo**. Edição de Bertil Maler, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Vol. 1, 1956, p. 116.

¹⁷¹ DUARTE, D. **Leal Conselheiro**. Edição crítica de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 351.

¹⁷² ANTUNES, Ana Paula Jerónimo. **De infanta de Portugal a duquesa de Borgonha D. Isabel de Lencastre e Avis (1397-1429)**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2012, p. 32.

¹⁷³ FREITAS, Judite Antonieta Gonçalves de. O papel sociopolítico da mulher nos finais da Idade Média: vida cortesã, matrimónio e ligações familiares. In: **Os instrumentos de igualdade de oportunidades em Portugal**, João Casqueira (Org.), Porto: Edições UFP, 2004, p. 14.

de nascimento e que constituía um fator importante na definição das relações e, por consequência, na formação dos papéis dos irmãos no âmbito da casa. Contudo, dadas as elevadas taxas de mortalidade de crianças no período, os mancebos mais novos poderiam alcançar uma posição privilegiada junto aos pais caso seus irmãos morressem. A primogenitura e a ordem de nascimento moldavam, em geral, os destinos dos irmãos. Do irmão mais velho, esperava-se que herdasse a maior parte das rendas, ao passo que o irmão mais novo possuía muitas vezes um papel menos definido dentro da família.¹⁷⁴ Os irmãos mais velhos assumiam uma responsabilidade e liderança quase paternal dentro do grupo, mantendo sua autoridade sobre os irmãos mais novos, mesmo que a exercendo à distância. Essa relação fica evidente na célebre *Carta de Bruges*, em que o infante D. Pedro, irmão mais novo, confessa a D. Duarte que teria de seguir as suas recomendações por três motivos: “primeiro pela autoridade do senhorio que vós tende sobre mim, em segundo pela maior idade e terceiro pela sua bondade e siso¹⁷⁵, porque são ensinamentos cuja ensinança nunca falece, sendo melhor a obediência do que o sacrifício”.¹⁷⁶

Sobre a autoridade que os irmãos mais velhos possuíam sobre os mais novos, o infante D. Pedro sentencia, na *Virtuosa Benfeitoria*, que os filhos, representando os pais, deveriam prestar auxílio aos seus irmãos em períodos de penúria pelo fato de pertencerem a “igual linhagem natural”.¹⁷⁷ Segundo ele, “Deus colocou em cada criatura uma natural inclinação ao seu fazedor” de tal modo que tudo aquilo que possui a mesma origem tenha “especial afeição com as coisas com que tem natural aliança”.¹⁷⁸ Em linhas gerais, os tratadistas da casa de Avis visavam ensinar aos nobres que os irmãos mais velhos, de ambos os sexos, tinham de estar presentes na vida dos mais novos, influenciando-os a realizar obras virtuosas.¹⁷⁹ Os nobres tinham de ajudar os irmãos mais novos nas mais variadas circunstâncias; por exemplo, se o pai viajasse, o irmão mais velho deveria assumir as suas responsabilidades, sendo incumbido da tarefa de vigiar a conduta das pessoas da casa, tendo de educá-las de acordo com as normas da corte ou até mesmo defender a honra das irmãs

¹⁷⁴ LARRINGTON, Carolyne. **Brothers and Sisters in Medieval European Literature**. Woodbridge Suffolk: York Medieval Press, 2015, p. 22.

¹⁷⁵ Siso. subs. (de seso. este do lat. Sensus) Juízo; tino; senso. MACHADO, José Barbosa. **Dicionário dos primeiros livros impressos em língua portuguesa**. Braga: Edições Vercial, Vol. 4 (Q-Z), 2015, p. 242-243.

¹⁷⁶ DUARTE, D. **Livro dos conselhos de El-rei D. Duarte** (Livro da Cartuxa). Transcrição de João José Alves Dias, Tradução de A. H de Oliveira Marques e João José Alves, Lisboa: Editorial Estampa, 1982, p. 27.

¹⁷⁷ PEDRO, Infante D. O Livro da Virtuosa Bemfeitoria. In: **Obras dos Príncipes de Avis**. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto, Lello & Irmão, 1981, p. 724.

¹⁷⁸ PEDRO, Infante D. O Livro da Virtuosa Bemfeitoria. In: **Obras dos Príncipes de Avis**. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto, Lello & Irmão, 1981, p. 577.

¹⁷⁹ DUARTE, Dom. **Livro dos conselhos de El-rei D. Duarte** (Livro da Cartuxa). Transcrição de João José Alves Dias, Tradução de A. H de Oliveira Marques e João José Alves, Lisboa: Editorial Estampa, 1982, p. 27.

diante de possíveis abusos ou ofensas que elas pudessem sofrer.¹⁸⁰ O mesmo acontecia caso a mãe tivesse morrido, mas era a irmã mais velha, neste caso, que lhe substituiria, além de assumir o papel de mediadora nos momentos de conflito.¹⁸¹ Um dos episódios dessa mudança de papéis ocorreu quando Dona Filipa morreu, em 1415, e a infanta Isabel foi imbuída da responsabilidade de criar seus irmãos e de continuar a desempenhar as mesmas funções da mãe na corte régia. Vale também destacar a atitude de Dona Isabel, já como duquesa da Borgonha, que acolheu, em sua corte, três de seus sobrinhos órfãos depois da morte do infante D. Pedro, em 1449, após os conflitos em Alfarrobeira com Afonso V.¹⁸²

D. Pedro sugere, na *Virtuosa Benfeitoria*, que os nobres deveriam respeitar esse jogo e obedecer aos irmãos mais velhos. Ele endossa que a união entre os irmãos geraria uma segurança na organização familiar, considerando que as disputas entre eles contrariavam a vontade divina.¹⁸³ O infante ainda associa a relação entre irmãos a uma formosa árvore de onde brotam três ramos de graciosas flores que tinham de ser guardados ou preservados pelos irmãos. O primeiro ramo que deveriam guardar seria o da “*acordança*”¹⁸⁴ entre si; o segundo é chamado de “igual companhia”, de tal forma que uns honrassem os outros por atitudes e palavras. Já o terceiro ramo dessa árvore, denominado “nobreza igual”, serviria para explicar que, apesar da igualdade de sangue, a cada um dos irmãos pertencia uma herança material diferente, de acordo com a ordem de nascimento.¹⁸⁵

Apesar da maneira idílica com que os infantes avisinos se comprometeram com a irmandade e da forma com que essas relações são narradas em suas crônicas com intuito afirmativo da dinastia, não se pode esquecer que esses mesmos príncipes não resgataram um de seus irmãos, D. Fernando, preso na África. Na expedição militar ao Norte desse continente, em 1437, estabeleceu-se uma rendição pela qual as forças portuguesas se retiraram, deixando o infante e alguns de seus servos como penhor para a devolução de Ceuta.¹⁸⁶ Durante os seis anos de cárcere, até mesmo Cortes em Leiria, em 1438, sobre a

¹⁸⁰ LARRINGTON, Carolyne. **Brothers and Sisters in Medieval European Literature**. Woodbridge Suffolk: York Medieval Press, 2015, p. 98.

¹⁸¹ FOSSIER, Robert. **Gente de la Edad Media**. Madri: Taurus, 2008, p. 62.

¹⁸² CORREIA, Licínia Maria da Trindade. **A Insinuação das Damas - Formas de Poder Feminino no século XV (o caso de Isabel de Lencastre)**. Dissertação de Mestrado em História, Lisboa, 2013, p. 48.

¹⁸³ PEDRO, Infante D. O Livro da Virtuosa Bemfeitoria. In: **Obras dos Príncipes de Avis**. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto, Lello & Irmão, 1981, p. 599.

¹⁸⁴ Acordar, vb. (do lat. medieval accordare. este de cor. cordis. coração). Ajustar: concordar; conceder: recordar: lembrar; despertar, acordar do sono. MACHADO, José Barbosa. **Dicionário dos primeiros livros impressos em língua portuguesa**. Braga: Edições Vercial, Vol. 1 (A-C), 2015, p. 51.

¹⁸⁵ PEDRO, Infante D. O Livro da Virtuosa Bemfeitoria. In: **Obras dos Príncipes de Avis**. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto, Lello & Irmão, 1981, p. 599-600.

¹⁸⁶ O Fr. João Álvares narra que o infante foi encaminhado aos mouros em companhia de Rodrigo Estevez, seu amo; Fr. Gill Mendez, seu confessor; João Rodriguez, seu colaço, João Alvarez, seu secretário; mestre

questão de D. Fernando foram realizadas.¹⁸⁷ Todavia, acordou-se que Ceuta não seria devolvida aos mouros e que o rei D. Duarte trabalharia para libertar seu irmão por outro preço, o que não foi feito e acabou por acelerar o desgaste da saúde do rei-Eloquente e do próprio infante em seu cativeiro.¹⁸⁸

O infante Santo, durante sua clausura, sofreu muito, segundo narra Fr. João Álvares, em cada uma das povoações a que chegava “metiam o nome dele em cantigas,¹⁸⁹ faziam escárnios, cuspiam lhe no rosto e levantavam pedras”.¹⁹⁰ Durante sua reclusão, ainda era obrigado a limpar as bestas e a estrebaria, além de cuidar da limpeza de sua torre e de uma horta ao redor.¹⁹¹ Apesar do revés que viveu no Marrocos, de acordo com esse cronista, o infante jamais se esqueceu de seus irmãos: ele clamava ao “Senhor Deus, e a Virgem Maria” todos os dias e entre os pedidos rogava, pelo rei, pela rainha e por seus irmãos, para que “vos encaminhem ofícios ou benefícios ou dignidades, que merecessem, e que sejam contentes”; ainda afirmava que confiava “nestes senhores, e em todos os outros com que tinha dívida e aliança”. O frei narra que o infante humildemente não acreditava merecer um milagre de Deus para que fosse salvo, chegando até mesmo a dizer que preferia morrer a viver em tal sofrimento.¹⁹² A morte, então, chegou ao infante em 05 de junho de 1443, vítima das condições em que se encontrava e de uma desinteria, mas seu drama não acabara ali, já que, como um mártir, teve seu corpo exposto nas muralhas de Fez. Fr. João Álvares, que esteve esses anos com o príncipe, seria resgatado em 1448, cinco anos depois da morte de D.

Martinho, seu físico; Fernan Gill, guarda roupa; João Vásquez, seu cozinheiro mor; Airas da Cunha, João Gomez do Avelar, Pero de Taide, cavaleiros fidalgos de sua casa; e Gomez da Silva, comendador de Vondar. O frei ainda narra que o infante durante o cativeiro sempre intercedeu por seus criados, principalmente para que não lhes dessem mau tratamento e sempre que lhes davam o que comer e beber, e do seu vestir, e de sua cama dividia com eles. ÁLVARES, Frei João. **Chronica do Infante Santo D. Fernando**. Edição Mendes dos Remedios. Coimbra: França Amado Editor, 1911, p. 29-30, 56.

¹⁸⁷ Durante o reinado de D. Duarte foram realizadas três cortes, a primeira para a recepção de “menagem” e de obediência ao Rei; a segunda, para a obtenção de ajuda pecuniária dos povos para a expedição de Tânger; e a terceira, para a obtenção de meios e de apoio para a libertação do Infante, em troca da cedência de Ceuta. FREITAS, Judite Antonieta Gonçalves de. **A Burocracia do “Eloquente” (1433-1438): Os textos, as normas, as gentes**. Patrimonia: Cascais, 1996, p. 31; COELHO, António Borges. **Clérigos, mercadores, judeus e fidalgos**. Lisboa: Editorial Caminho, 1994, p. 72.

¹⁸⁸ Deixemos ainda o temporal galardão, que esperamos de receber do rei e de vossos irmãos por amor de vós, mas ainda da gloria do Paraíso pelos nossos merecimentos temos grande. ÁLVARES, Frei João. **Chronica do Infante Santo D. Fernando**. Edição Mendes dos Remedios. Coimbra: França Amado Editor, 1911, p. 37, 81.

¹⁸⁹ Frei João Álvares narra que cantavam: Já agora os nossos mouros tomaram Ceuta!, Outra vez diziam: — Agora mataram o Conde e trazem bem mil cristãos cativos!. ÁLVARES, Frei João. **Chronica do Infante Santo D. Fernando**. Edição Mendes dos Remedios. Coimbra: França Amado Editor, 1911, p. 99.

¹⁹⁰ ÁLVARES, Frei João. **Chronica do Infante Santo D. Fernando**. Edição Mendes dos Remedios. Coimbra: França Amado Editor, 1911, p. 47.

¹⁹¹ ÁLVARES, Frei João. **Chronica do Infante Santo D. Fernando**. Edição Mendes dos Remedios. Coimbra: França Amado Editor, 1911, p. 55.

¹⁹² ÁLVARES, Frei João. **Chronica do Infante Santo D. Fernando**. Edição Mendes dos Remedios. Coimbra: França Amado Editor, 1911, p. 84-86.

Fernando, e em 1450 voltou ao Marrocos para buscar as relíquias do príncipe, que começava a ser cultuado como o “Infante Santo”.¹⁹³

Vê-se que D. Henrique era particularmente empenhado em exaltar a memória de seu irmão e, que não seria somente para satisfazer um louvável sentimento de reconhecimento e piedade fraterna, mas talvez pela culpa que carregava sobre o fim trágico daquele príncipe. O culto ao infante Santo foi edificado no sentido de legitimação da expansão portuguesa, fazendo parte do projeto político da Casa de Avis. Dando continuidade a esse projeto, em 1451, chegou a Santarém Fr. João Álvarez com as relíquias do infante Santo,¹⁹⁴ nesse momento, o rei D. Afonso V ordenou que elas fossem encaminhadas ao Mosteiro da Vitória, onde se encontrava a sepultura do dito infante. Ali, foi realizada, então, uma cerimônia de martírio a D. Fernando; seu irmão D. Henrique ordenou que, todos os dias, naquele altar, se cantassem missas, às suas custas, até que o rei encaminhasse os restos mortais à capela perpétua dos Avis.¹⁹⁵ Dona Isabel, duquesa da Borgonha, também buscou exaltar a imagem do irmão ao estimular a sua santificação, tanto que ordenou a produção de um processo formal de canonização, de autor anônimo, intitulado *Martirium pariter et gesta magnifici ac potentis Infantis Domini Fernandi*,¹⁹⁶ redigida entre 1470-1471, possivelmente por um franciscano. As tentativas de Isabel não se concretizaram em razão das mortes da duquesa e do Papa Paulo II, eventualmente interessado no assunto, entre julho e dezembro de 1471. Desaparecendo os impulsionadores da iniciativa, o processo foi arquivado e esquecido na Cúria romana.¹⁹⁷ Nota-se o empenho e esforço de D. Henrique e da duquesa da Borgonha em

¹⁹³ Fr. João Álvarez narra que após a morte do infante seu corpo foi aberto e retirado todas as tripas para que fosse preservado para um possível resgate português, depois os mouros enforcaram seu corpo e deixaram exposto nos muros de Fez. Com essas ações, narra o frei, que uma infinidade de gente se aglomerou, e que não somente lhes bastava verem o corpo, posto em tanta desonra, mas ainda lançavam pedras, laranjas, outros cuspiam contra ele, além de usarem de palavras de escárnio ao dizerem: Este é o rei dos arrenegados, que vñham conquistar os mouros de Deus? Que não cabiam em sua terra, e queriam tomar alheia! Ora tomem o que lhes veio! Outros diziam: Quem tão ardidamente vinha pelejar com quem não tinha razão, como não vieram tirar este seu Rey de cativo?. ÁLVARES, Frei João. **Chronica do Infante Santo D. Fernando**. Edição Mendes dos Remedios. Coimbra: França Amado Editor, 1911, p. 111-118.

¹⁹⁴ Depois, as diversas cerimônias oficiais, em junho 1451 uma grandiosa cerimônia marcou a trasladação das vísceras do Infante, única parte do seu corpo que o fiel secretário consegue posteriormente resgatar, da corte lisboeta, onde tinham sido apresentadas ao rei, para ao panteão dinástico fundado por seu Pai; em 1472. ROSA, Maria de Lurdes. **Longas guerras, longos sonhos africanos. Da tomada de Ceuta ao fim do Império**. Porto: Fio da Palavra Editores, Lda, 2010, p. 96.

¹⁹⁵ ÁLVARES, Frei João. **Chronica do Infante Santo D. Fernando**. Edição Mendes dos Remedios. Coimbra: França Amado Editor, 1911, p. 125-127.

¹⁹⁶ O *Martyrium *et gesta* baseou-se, essencialmente, na crônica biográfica feita pelo secretário do Infante Santo, mas fornece também, elementos colhidos de outras fontes, algumas delas provavelmente orais. ARRUDA, Fabiana dos Santos. **A representação do martírio do Infante Santo em Portugal nos séculos XV e XVII – um exercício reflexivo sobre a história comparada**. Dissertação, Orientador: Clinio Oliveira do Amaral, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em História, 2016, p. 61.

¹⁹⁷ ROSA, Maria de Lurdes. **Longas guerras, longos sonhos africanos. Da tomada de Ceuta ao fim do Império**. Porto: Fio da Palavra Editores, Lda, 2010, p. 96-97.

corrigir e minimizar as dores causadas a seu irmão, D. Fernando, ao incentivarem a sua santificação e a valorização de sua memória, talvez pela incapacidade de o socorrerem com vida do cárcere. Ao fim, por meio do empenho dos irmãos da dinastia de Avis em honrar a figura de um deles que havia sido, de certa maneira, maculada, eles buscaram de forma idílica recuperar o seu prestígio por meio da exaltação de seus feitos, um tipo de ação que deveria ser mantido em todas as relações entre irmãos na corte.

Conselhos de irmãos para irmãos

Além dessa relação hierárquica e de proteção entre os filhos de um nobre, a produção avisina destacou a importância de um irmão saber como aconselhar o outro. Segundo D. Duarte, no *Leal Conselheiro*, o bom aconselhador é reconhecido por ser bondoso ao ouvir as querelas que lhe são feitas; ter boa memória para reter informações sobre tudo que aprende e escuta; é cortês ao falar, respondendo sempre com o coração e honestos pensamentos; é verdadeiro e de bons costumes, evitando sempre os excessos e prezando pela temperança; foge das mentiras e despreza as riquezas como o ouro e a prata ao estimar a virtude da justiça.¹⁹⁸ Embora pudesse ser voluntário e inesperado pelo destinatário, o aconselhamento era entendido como uma forma de persuasão para ensinar ações a serem colocadas em prática no presente e no futuro. Aquele que aconselhava poderia ser visto como sábio, honesto e benevolente por seu destinatário pelo fato de investir em sua formação.¹⁹⁹ D. Diogo Ortiz assevera, no *Cathecismo pequeno*, que “a falta de ouvido aos conselhos dos superiores” é uma forma de “soberba, isto é, uma forma de ingratidão ou desobediência”. Esse letrado ainda considerava o conselho como “um dom movido por Deus”, desse modo, para ele, o pior ato que uma pessoa poderia fazer era se precipitar ao agir ou sem uma deliberação prévia.²⁰⁰ Por isso, os conselhos oferecidos de bom grado pelos irmãos deveriam ser ouvidos, respeitados e levados em consideração pelo nobre antes de agir.

Muitas das correspondências em que se encontram esses conselhos entre os filhos de D. João I apresentam-se no *Livro da Cartuxa*, obra idealizada por D. Duarte em que o rei reuniu diversas correspondências e textos variados. O esforço de escrever cartas, sistematizado em tratados era usado para exprimir inquietações espirituais, apresentar

¹⁹⁸ DUARTE, D. **Leal Conselheiro**. Edição crítica de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 202-203.

¹⁹⁹ REALE, Giovanni. **História da filosofia grega e romana – Aristóteles**. São Paulo: Edições Loyola, Vol. 4, 2007, p. 165-171.

²⁰⁰ ORTIZ, Diogo. **O cathecismo pequeno de D. Diogo Ortiz, Bispo de Viseu**. Edição de Elsa Maria Branco da Silva. Lisboa: Edições Colibri, 2001, p. 233, 255.

deliberações oficiais e para formas mais particulares de expressão. Além das funções administrativa e régia, as cartas desempenhavam as funções de esclarecer, admoestar, aconselhar, repreender ou censurar.²⁰¹ Nesse período, eram comuns dois tipos de cartas, as oficiais (*negotiates*) e as familiares. A oficial, em geral, continha uma forma argumentativa e podia possuir uma linguagem figurada como aquelas que se encontravam em discursos na corte; caracterizava-se por uma escrita mais preocupada com o estilo e os padrões cultos. Já a carta familiar distinguia-se pela brevidade e a clareza ao evitar o uso de terminologias desconhecidas e provérbios. Este tipo de arranjo só seria permitido nas cartas que pretendessem ser secretas, ou seja, que utilizassem de uma linguagem propositalmente confusa para todos, exceto para o destinatário. As cartas, portanto, deveriam possuir uma ordenação adequada das palavras para expressar o significado que pretendia seu remetente contendo alguns parâmetros básicos para o seu entendimento.²⁰² Assim, em uma carta escrita pelo infante D. Pedro a D. Duarte, quando este se tornou rei, o primeiro aconselhou o segundo a ser católico e muito firme na fé ao realizar as suas obras; que fizesse “justiça sem embargo de ódio ou afeição”; defendesse suas terras dos inimigos de todos os danos e malfeitos, fossem eles estrangeiros ou naturais. Ainda recomendava que ele fosse verdadeiro em suas ações e palavras; que administrasse corretamente a renda, não tomando de uns para dar a outros; fosse receptivo e de forma graciosa oferecesse acolhimento aos visitantes, e por fim, escolhesse oficiais capacitados para ajudá-lo na organização do reino.²⁰³

Esses conselhos poderiam ser oferecidos em diferentes ocasiões, como em certos momentos em que um irmão partia em viagem. Quando D. Henrique, irmão de D. Duarte, viajou para Tânger, seus irmãos se preocuparam com suas ações e, assim, D. Duarte e D. Pedro lhe deixaram recomendações.²⁰⁴ Escreve o rei-Eloquente uma carta datada de 10 de

²⁰¹ FRANÇA, Susani Silveira Lemos; ALMEIDA Letícia Alfeu Gonçalves de. **Queixas de um célebre teólogo sobre a universidade quatrocentista: as críticas de Jean Gerson sobre os mestres e alunos do seu tempo.** Acta Sci. Educ, Vol. 41, 2019, p. 2.

²⁰² Dos conteúdos básicos o primeiro era a saudação, uma expressão de cortesia que completa um sentimento amistoso, com independência do ramo social da pessoa de que se trate. O segundo era a benevolência, ou seja, uma ordenação adequada das palavras para influir com eficácia na mente do receptor. O terceiro seria a narração, isto é, o motivo da escrita da carta que deveriam aparecer de maneira rápida e clara, o qual beneficiaria a causa do remetente. O quarto era a forma correta de se pedir algo pela carta, existindo nove espécies de petições: suplicatória, didática, cominativa, exortativa, incitativa, admonitória, de conselho autorizado, reprovativa ou simplesmente direta. Por fim, existia a conclusão caracterizada pela oportunidade de pontuar as vantagens e desvantagens dos temas tratados nela. MURPHY, James Jerome. **La retórica en la Edad Media: historia de la teoría de la retórica desde San Agustín hasta el Renacimiento.** México: Fondo de Cultura Económica, 1986, p. 203-204, 230.

²⁰³ DUARTE, D. **Livro dos conselhos de El-rei D. Duarte** (Livro da Cartuxa). Transcrição de João José Alves Dias, Tradução de A. H de Oliveira Marques e João José Alves, Lisboa: Editorial Estampa, 1982, p. 75-76.

²⁰⁴ COELHO, António Borges. **Clérigos, mercadores, judeus e fidalgos.** Lisboa: Editorial Caminho, 1994, p. 71.

setembro de 1437, em que resumiu uma lista de ações que ele deveria cumprir no norte da África.²⁰⁵ Entre os mais de cinquenta conselhos presentes na correspondência, D. Duarte sugere a D. Henrique práticas como estas: “não vos meteis em desordenadas despesas porque se não colocar nisto temperança, não vos podeis escusar de grandes mínguas, pasmos e falecimentos”.²⁰⁶ Ao continuar a escrita, D. Duarte ainda se preocupa com as decisões militares que o irmão mais jovem poderia tomar durante os conflitos em Tânger, denominando aqueles conselhos como “avisamentos especiais”. É nessa altura que ele diz: “os ensine [soldados] a reger e trazer a lança ao colo e sob a mão, porque são coisas de grande proveito, avisando os capitães que ensinem sua gente e, no meu *Livro de Cavalgar*,²⁰⁷ encontrarás (...) toda boa ensinança”.²⁰⁸ Ademais, quando o infante D. Pedro partia para a Hungria, alguns anos antes da viagem a Tânger, D. Duarte lhe aconselhou a não deixar o ócio ocupar todo o seu cotidiano. Como irmão mais velho, procurou instruir D. Pedro para que ele soubesse cuidar de seu corpo, ingerindo bebidas e alimentos saudáveis.²⁰⁹ Além disso, relembrando o irmão de alguns fatos que ele próprio já havia passado, com suas aflições causadas pela doença do humor melancólico, D. Duarte teme que o irmão, estando longe, passasse pelo mesmo dilema, por talvez não saber como organizar seus horários e afazeres da maneira mais adequada.

Quanto a essa mesma ação de aconselhar os irmãos, D. Duarte, no *Leal Conselheiro* — no capítulo intitulado “*maneiras de amar*” — confessa sua preocupação com o destino da irmã, a infanta Isabel, que em 1430 havia partido para a França ao se casar com Filipe III, duque da Borgonha. Nesse livro, ele declara: “a duquesa da Borgonha, minha muito prezada e amada irmã, nunca tão perfeitamente sentiu minha boa vontade como desde que foi destes reinos partida”.²¹⁰ Essa passagem nos leva a inferir que a ausência desta irmã lhe deixou uma profunda saudade, difícil de colmatar, embora tenha sido a sua falta que despertou o sentimento que por ela tinha. Por muitos anos, a preocupação de D. Duarte foi a procura de um bom casamento para a infanta, algo que trouxesse benefícios ao reino, mas também

²⁰⁵ DUARTE, D. **Livro dos conselhos de El-rei D. Duarte** (Livro da Cartuxa). Transcrição de João José Alves Dias, Tradução de A. H de Oliveira Marques e João José Alves, Lisboa: Editorial Estampa, 1982, p. 121.

²⁰⁶ DUARTE, D. **Livro dos conselhos de El-rei D. Duarte** (Livro da Cartuxa). Transcrição de João José Alves Dias, Tradução de A. H de Oliveira Marques e João José Alves, Lisboa: Editorial Estampa, 1982, p. 122.

²⁰⁷ Os ensinamentos quanto ao uso da lança estão contidos no capítulo IV, da quarta parte da obra escrita pelo rei. DUARTE, Dom. **Livro da ensinança de bem cavalgar toda sela**. Edição crítica Joseph M. Piel. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1986.

²⁰⁸ DUARTE, D. **Livro dos conselhos de El-rei D. Duarte** (Livro da Cartuxa). Transcrição de João José Alves Dias, Tradução de A. H de Oliveira Marques e João José Alves, Lisboa: Editorial Estampa, 1982, p. 131.

²⁰⁹ DUARTE, D. **Livro dos conselhos de El-rei D. Duarte** (Livro da Cartuxa). Transcrição de João José Alves Dias, Tradução de A. H de Oliveira Marques e João José Alves, Lisboa: Editorial Estampa, 1982, p. 22.

²¹⁰ DUARTE, D. **Leal Conselheiro**. Edição crítica de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 173.

valorizasse a irmã. No testamento de D. João I, redigido em 4 de outubro de 1426, o rei mandou e estabeleceu que D. Duarte cuidasse dessa sua irmã e encontrasse o melhor marido para ela, admoestando o seu filho mais velho com estas palavras: “a infanta Dona Isabel, minha filha, sua irmã, ajude a casar e alojar e lhe faça toda honra e bem que poder”.²¹¹ Cruzando informações dos tratados e crônicas, não faltam indícios que justifiquem o papel dos irmãos como zeladores da vida das irmãs e sobrinhos. Mas essa mesma produção confirma que a relação entre irmão e irmã, depois do casamento desta, muitas vezes dependia da boa relação com os cunhados. Como as mulheres passavam para a guarda de seus maridos, estes deveriam autorizar os contatos entre as suas esposas e familiares. Já se elas ficassem viúvas, era o irmão, na falta do pai, que obrigatoriamente tinha de ampará-las.²¹²

As obras quatrocentistas pintavam, portanto, um modelo ideal de relação entre os irmãos da corte baseado na própria experiência de vida deles. Visando tornar o convívio entre os irmãos um fértil campo de aprendizagem, essa produção buscou instruir os nobres para que não apenas aconselhassem os seus irmãos e irmãs, mas também soubessem como ampará-los quando viajassem, ficassem doentes ou viúvos. Além disso, os tratados produzidos no âmbito dessa corte investiram na formação dos irmãos mais velhos a fim de que demonstrassem aos mais novos como poderiam mostrar sinais de obediência aos seus superiores, especialmente aos pais, que transformavam a família portuguesa em um conjunto dinâmico com uma unidade básica de interrelação social em que homens e mulheres contribuíam para o seu sustento e reprodução. Esse cuidado entre irmãos conferiu aos conselhos um espaço relevante nos escritos avisinios, sobretudo nos registros epistolares.

Destacados os intermediários da formação dos nobres que possuíam laço sanguíneo com eles, como o pai, mãe e irmão, falta analisar o papel de outras figuras na iniciação desses homens e mulheres nas regras da corte de Avis. Vejamos agora a função dos amigos, preceptores e confessores como formadores dos nobres desse séquito régio português.

²¹¹ Monumenta Henricina, vol. X, doc. 70, p. 131-139.

²¹² LARRINGTON, Carolyne. **Brothers and Sisters in Medieval European Literature**. Woodbridge Suffolk: York Medieval Press, 2015, p. 9.

CAPÍTULO II - A FORMAÇÃO FORA DO CÍRCULO FAMILIAR

1. Os amigos

O infante D. Pedro assevera, na *Virtuosa Benfeitoria*, que a partir da união das pessoas nasce duas formas de igualdade, a primeira é a irmandade — já trabalhada no capítulo anterior — e a segunda é chamada de amizade. Ele julga que essa última forma de irmandade é fundada “no bem honesto e virtuoso” e que quem a sente não busca seu próprio proveito nem prazer em relação ao amado, mas a cultiva somente por ela ser boa para ambos.¹ Essa obra do duque de Coimbra, ao dissertar sobre as relações sociais da corte de Avis e apresentar as virtudes que deveriam ser praticadas por todos os nobres do reino de Portugal, enfatiza outro intermediário para a formação de homens e mulheres de seu meio: os amigos. Esse letrado defende que a amizade se constituía a partir da troca de conselhos, instrução e conhecimento, estabelecendo condições para a formação de todos os envolvidos no relacionamento. Dado o papel dessas relações, os nobres eram estimulados a possuir amigos desde a mais tenra idade para que pudessem ouvir advertências e orientações relativas às práticas da corte.²

Os letrados de Avis, assim como os pensadores de outras plagas cristãs, atestavam que a amizade demandava tempo para se consolidar, por isso, preocupavam-se com as relações entre os mais novos.³ As amizades iniciavam-se nas primeiras idades, durante os primeiros anos da instrução conduzida pelo preceptor ou religioso. A convivência no ambiente de aprendizagem das letras respondia à preocupação de mestres e geradores de estreitar as relações entre os nobres e estimular entre eles o nascimento da amizade, fortalecida pelo convívio, pela igualdade, e semelhança de estados e costumes.⁴ Esperava-se do nobre que possuísse qualidades para estabelecer laços, desde cedo, com os homens e mulheres mais exemplares da corte.

Sobre as qualidades esperadas dos amigos para serem considerados virtuosos e instrutores, D. Duarte afirma que através da amizade verdadeira não se poderia “longamente manter sem temperança de sentido”, isto é, regendo-se pela virtude da temperança; assim, ao amigo deveriam ser feitas ações que prezassem pela sua honra, proveito e saúde, agindo em

¹ PEDRO, Infante D. O Livro da Virtuosa Bemfeitoria. In: **Obras dos Príncipes de Avis**. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1981, p. 598-602.

² SÈRE, Bénédicte. *Essai sur un oxymore normatif : l'amitié politique à la fin du Moyen Âge*. *Parlement[s]*, Revue d'histoire politique, Dossier coordonné par Arnaud Suspène, n. 11, p. 88.

³ MAY, Simon. **Love: A History**. New Haven: Yale University Press, 2011, p. 62.

⁴ BUESCU, Ana Isabel. **Na corte dos reis de Portugal. Saberes, ritos e memórias**. Lisboa: Edições Colibri, 2010, p. 30-32.

perfeito “requerimento de amor, que pela falta de vontade nunca possa ser culpado”.⁵ Na mesma linha de pensamento de seu irmão, o infante D. Pedro afirma, na *Virtuosa Benfeitoria*, que deveria ser tomado por bom amigo, e consequentemente auxiliador no mantimento das virtudes, aquele que era inocente diante dos males e cobiças de que os homens, em geral, eram reféns. Da mesma forma, por reconhecimento das boas ações de um amigo, tudo o que era verdadeiro e honesto deveria ser objeto de amor e de gratidão.⁶

O duque de Coimbra ainda afirma que um bom amigo também deveria auxiliar o seu companheiro a não realizar ações danosas a outras pessoas, isto é, deveria prezar e ordenar o companheiro na boa prática das virtudes para o bom alinhamento de todas as relações na corte.⁷ Os amigos deveriam, portanto, compartilhar a prática das virtudes adequadas à corte portuguesa e também à realização de determinadas atividades características da nobreza como a caça, jogos, leituras e conversas proveitosas.⁸ Considerando que as amizades deveriam ser escolhidas entre os cristãos mais exemplares, íntegros e bem-intencionados, para que se pudesse partilhar de suas virtudes, dizia Fr. Juan Garcia Castorejiz, na *Glosa Castellana*, que aqueles que tem boas maneiras de viver e conversar se destacavam como amigos.⁹ Dessa forma, eles eram reconhecidos pelo doce conversar, o esforço em prol do próximo, o afeto, a entrega, e, acima de tudo, a gentileza.¹⁰

Os escritos avisinos ensinavam o nobre na escolha de um bom amigo desde o período de iniciação aos valores cortesãos, esperando que houvesse uma reciprocidade na prática das ações virtuosas.¹¹ D. Duarte recomenda aos leitores do *Leal Conselheiro* que não esperassem das pessoas amadas, “homens e mulheres”, a perfeição, aconselhando, ao contrário, reconhecer-lhes a “lealdade e boa vontade”, além de valorizar “aqueles que realmente guardam e mantêm boas leis de amizade”.¹² De tal maneira, para o rei-Eloquente, os amigos, para serem boas influências, deveriam obedecer “às determinações de todas as coisas direitas

⁵ DUARTE, D. *Leal Conselheiro*. Edição crítica, introdução e notas de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 283.

⁶ PEDRO, Infante D. O Livro da Virtuosa Bemfeitoria. In: *Obras dos Príncipes de Avis*. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1981, p. 598-602.

⁷ PEDRO, Infante D. O Livro da Virtuosa Bemfeitoria. In: *Obras dos Príncipes de Avis*. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1981, p. 627-632.

⁸ SÈRE, Bénédicte. *De la vérité en amitié. Une phénoménologie médiévale du sentiment dans les commentaires de l'Éthique à Nicomaque (XIIIe-XVe siècle)*. Revue historique, 2005, p. 8.

⁹ *Glosa Castellana al "Regimiento de Príncipes" de Egidio Romano*. Edição, estudo preliminar e notas de Juan Beneyto Perez. Madrid: Centro de estudios políticos y constitucionales, 2005, p. 207.

¹⁰ VILLA PRIETO, Josué. *La amistad en la mentalidad medieval: análisis de los tratados morales de la Península Ibérica*. Lemir, n. 20, 2016, p. 200.

¹¹ SÈRE, Bénédicte. *De la vérité en amitié. Une phénoménologie médiévale du sentiment dans les commentaires de l'Éthique à Nicomaque (XIIIe-XVe siècle)*. Revue historique, 2005, p. 2.

¹² DUARTE, D. *Leal Conselheiro*. Edição crítica, introdução e notas de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 197.

e honestas; porque uma das principais leis de amizade é nunca requerer coisas injustas ou torpes,¹³ nem as fazer, posto que requeridas sejam”, isto é, um amigo nunca deveria instruir o outro em más ações. A amizade perfeita não poderia acontecer senão entre pessoas virtuosas, com um propósito e querer comuns, com entendimentos humildosos e vontades concordes, fundadas em “muita lealdade de grandes, largos e bons corações, para fazerem, dizerem e suportarem por seu senhor ou amigo quanto precisar”.¹⁴

A respeito dessas leis de amizade que os amigos deveriam seguir, D. Duarte deixa claro que a lealdade é a principal delas, pois está associada à fidelidade a Deus e aos homens, representando a atitude virtuosa por excelência.¹⁵ No *Leal Conselheiro*, o rei-Filósofo igualmente destaca que não existe amizade sem lealdade, sendo esta a virtude mais nobre e mais autêntica, pois leva o homem ao bem e a “virtuosamente sempre viver e obrar”.¹⁶ Segundo as instruções de D. Duarte direcionadas aos membros da corte, dever-se-ia construir no coração um “castelo”, onde o “inimigo” não poderia adentrar, isto é, as companhias consideradas desleais e viciosas, evitando, assim, “correr pelos maus cuidados” e incorrer “no mal fazer” que a convivência com pessoas de tal qualidade poderia acarretar.¹⁷ A lealdade assume, pois, um sentido maior do que o de fidelidade particular entre duas partes. Para o rei-Eloquente e seus contemporâneos, a lealdade era um verdadeiro chamado para que cada um pusesse em prática as virtudes, tendo em vista contribuir para o bem maior do reino, sendo, neste caso, os amigos os intermediários na formação de seus companheiros.¹⁸

D. Duarte considera que a lealdade poderia ser demonstrada pelos amigos por meio de ações cotidianas, ao manter os segredos, nunca dizendo nem dando a entender o que sabe ou duvida; sendo verdadeiro e guardar-se de toda mentira digna de repreensão; apresentando segurança mútua e tendo boa capacidade de interpretar as intenções, palavras e semblantes do outro. Assim como seu irmão, o infante D. Pedro corrobora o valor da lealdade entre amigos ao dizer que ela “é muito amada” e por esse sentimento os amigos são levados a “oferecer não somente suas coisas”, mas a si mesmos, ao colocarem-se em “perigos mortais” para a

¹³ D. Duarte no *Leal Conselheiro* explica que coisas torpes são ações que se fazem contra a consciência, a boa honestidade, direito e razão. DUARTE, D. **Leal Conselheiro**. Edição crítica, introdução e notas de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 183.

¹⁴ DUARTE, D. **Leal Conselheiro**. Edição crítica, introdução e notas de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 46.

¹⁵ CALAFATE, Pedro. **História do pensamento filosófico português**. Lisboa: Editorial Caminho, SA, Volume I, 1999, p. 395.

¹⁶ DUARTE, D. **Leal Conselheiro**. Edição crítica, introdução e notas de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 265.

¹⁷ DUARTE, D. **Leal Conselheiro**. Edição crítica, introdução e notas de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 386.

¹⁸ DUARTE, D. **Leal Conselheiro**. Edição crítica, introdução e notas de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 387.

proteção do outro.¹⁹ Por esse motivo, a amizade perfeita combinava diversas virtudes e valorizava desde uma boa conversa até um bom conselho.²⁰ Por fim, os laços de amizade eram renovados e perpetuavam-se pela lealdade, pelo respeito, e pela guarda de segredos, bem como pelo compartilhamento mútuo de amor e de responsabilidades, incluindo-se a defesa e proteção da fama e da honra de um amigo na corte.²¹ O vínculo entre os amigos poderia até mesmo ser “oficializado” pelos ritos da Igreja quando um deles entregava ao outro a função de padrinho ou madrinha de seus descendentes, gesto reconhecido como uma formalização pública das amizades.²²

A respeito das semelhanças entre os envolvidos por laços de amizade, afirma o duque de Coimbra, também na *Virtuosa Benfeitoria*, ser necessário que os amigos tenham “em sua alma todas as coisas comuns de si”, para que por meio de seus corações outorguem apenas benfeitorias aos seus amados.²³ Similarmente, Castrojeriz aprofunda, na *Glosa Castellana*, o paralelo entre o amor ao outro e o amor de si: a “amizade que cada um tem com o outro nasce da que nasce em si mesmo”.²⁴ Portanto, alguém só poderia dedicar-se a instruir um amigo se estivesse disposto a ser virtuoso. A amizade perfeita para os letrados portugueses era, desse modo, aquela dos homens bons e semelhantes em virtude, porque eles também desejavam o bem e porque eram bons em si mesmos,²⁵ o que de certa forma os inspirava a agir de acordo com os padrões moralmente aceitos na corte portuguesa. Além de compartilhar as felicidades e aflições com os amigos, a igualdade era condição fundamental. As amizades entre pessoas pertencentes a grupos sociais distintos eram extremamente raras entre os ibéricos do século XV, principalmente quando se apregoava que uma amizade só poderia se estabelecer dentro

¹⁹ PEDRO, Infante D. O Livro da Virtuosa Bemfeitoria. In: **Obras dos Príncipes de Avis**. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1981, p. 623.

²⁰ SÈRE, Bénédicte. **Essai sur un oxymore normatif : l'amitié politique à la fin du Moyen Âge**. Parlement[s], Revue d'histoire politique, Dossier coordonné par Arnaud Suspène, n. 11, p. 87.

²¹ SCORPO, Antonella Liuzzo. **Friendship in medieval Iberia: historical, legal and literary perspectives**. Farnham: Ashgate, 2014, p. 199.

²² Ao nascer, a criança não só recebe um nome que firma a sua pertença a uma estirpe como também estabelece, por via do batismo, um laço espiritual com os padrinhos. Este parentesco fictício entre o filiulus (termo formado a partir do diminutivo *filius*, com o significado de “filhinho”, “filho querido” ou *affiliatus* (etimologicamente filho adoptivo») e mantinham-se durante toda a vida. A prova do prolongamento dessa afetividade registrava-se na hora da morte dos padrinhos, a partir da qual os afilhados eram contemplados com doações *post mortem* pelo motivo de não raro existir um parentesco biológico entre os padrinhos à criança. VENTURA, Leontina. A família: o léxico MATTOSO, José; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (Org). **História da vida privada em Portugal**. Portugal: Temas e debates, 2011, p. 119-120. SÈRE, Bénédicte. **De la vérité en amitié. Une phénoménologie médiévale du sentiment dans les commentaires de l'Éthique à Nicomaque (XIIIe-XVe siècle)**. Revue historique, 2005, p. 10.

²³ PEDRO, Infante D. O Livro da Virtuosa Bemfeitoria. In: **Obras dos Príncipes de Avis**. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1981, p. 624.

²⁴ **Glosa Castellana al "Regimiento de Príncipes" de Egidio Romano**. Edição, estudo preliminar e notas de Juan Beneyto Perez. Madrid: Centro de estudios políticos y constitucionales, 2005, p. 18.

²⁵ SINGER, Irving. **Naturaleza del amor**. De Platon a Lutero. México: Siglo XXI Editores Vol. 1, 1992, 23%.

de uma mesma fé e, nesse caso, sob os mandamentos da Igreja Católica.²⁶ Dessa forma, para ser considerado um amigo, existia um quadro de ações a se respeitar.²⁷

Como exemplo das relações baseadas na sabedoria e nas boas maneiras, destaca-se a companhia entre o rei D. Duarte e Alfonso de Cartagena²⁸ — prestigioso letrado e jurista castelhano, Deão de Santiago e Bispo de Burgos —, que teve início com as missões do último ao reino de Portugal a mando de Juan II, de Castela. Das diversas ocasiões em que esse letrado visitou a corte portuguesa, a primeira revelou-se a mais notável, dado o número de iniciativas de promoção da escrita levadas a cabo e pela sua aproximação com os membros da corte, em especial com D. Duarte.²⁹ Nesse tempo em que Cartagena inicia a sua atividade literária em território português,³⁰ veio a traduzir o *De Senectute* e o *De Officiis*, de Cícero, o *De Casibus Virorum Illustrium*, de Boccaccio e redige o *Memoriale Virtutum*,³¹ este último concluído no verão de 1422 e dedicado ao príncipe herdeiro, “ao muito ilustre e muito ínclito

²⁶ SCORPO, Antonella Liuzzo. **Friendship in medieval Iberia: historical, legal and literary perspectives**. Farnham: Ashgate, 2014, p. 200.

²⁷ SÈRE, Bénédicte. **De la vérité en amitié. Une phénoménologie médiévale du sentiment dans les commentaires de l'Éthique à Nicomaque (XIIIe-XVe siècle)**. Revue historique, 2005, p. 7.

²⁸ Alfonso García de Santa Maria (1385-1456), mais conhecido como Alfonso de Cartagena, era filho de Pablo de Santa Maria (1350/1355- 1435) e sucedeu a seu pai como Bispo de Burgos. Estudou Direito Civil e Canônico na Universidade de Salamanca. Interveio em 1434 no concílio da Basileia como representante de Juan II de Castela. Alfonso de Cartagena teve uma personalidade de valor universal, foi diplomático, jurista, teólogo, historiador, literato e poeta. SANTIAGO-OTERO, Horácio; SOTO RÁBANOS, José Maria. **Los saberes y su transmisión en la Península Ibérica (1200-1470)**. s/d, p. 246.

²⁹ A primeira estadia durou aproximadamente um ano, entre outubro ou dezembro de 1421 até dezembro de 1422; a segunda estadia, mais breve, ocorreu entre janeiro e abril de 1423; a terceira, mais difícil de delimitar cronologicamente, mas também comedida, inicia-se depois de 10 de setembro de 1424 e finda antes de concluído esse ano; e a quarta desenrolou-se entre setembro e dezembro de 1427. MORRÁS, María (edición, prólogo y notas de). **Alonso de Cartagena, Libros de Tulio: De Senetute, De los Ofícios**. Alcalá de Henares (Madrid): Universidad de Alcalá de Henares, 1996, p. 16-17.

³⁰ Alfonso de Cartagena, chegou até mesmo a escrever um livro que abordava as questões da amizade. O livro está organizado em oito partes, em que se organiza *Doctrinal de los cavalleros*. Chegando a afirmar que: [...] Quanto los omnes son mas honrados e más poderosos et más ricos tanto han menester más los amigos. Et esto por dos razones: la primera es porque non podrien ellos aver provecho de las riquezas si non usasen dellas, e tal uso deve ser fazer bien; y el bienfecho deve ser dando a los amigos [...] La segunda razón es porque con los amigos se ganan e se guardan e se acrescentan las riquezas e las honras que los omnes han; e de otra guisa, los omnes sin los amigos non podrían durar, porque quanto más honrado e más poderoso es el omne, tanto peor golpe recibe si le fallece ayuda de amigos. VILLA PRIETO, Josué. **La amistad en la mentalidad medieval: análisis de los tratados morales de la Península Ibérica**. Lemir, n. 20, 2016, p. 197.

³¹ O *Memoriale Virtutum* insere-se na larga tradição medieval de obras dedicadas à educação de príncipes. Sua redação original foi feita em latim e, ao final do século XV, um anônimo realizou uma tradução para o romance. A língua latina permitia ao autor uma maior concisão conceitual, pois o castelhano ainda apresentava algumas terminologias que conduziriam ao erro ao se transvasar conceitos próprios da filosofia moral. Com base na filosofia de Aristóteles, a obra demonstra de forma prática os princípios que regem a educação do príncipe e seu comportamento na corte, em especial as virtudes morais. Cartagena não aborda somente temas filosóficos e pedagógicos, também expõe sua visão da História e sua forma de entender a monarquia castelhana. D. Duarte assume essas exigências expostas no *Memoriale Virtutum*, não só para si, mas para a sua corte, como matriz para todos os seus súditos, uma obra pedagógica que desejava disseminar na sua corte como forma de elevação das qualidades morais. MARTÍNEZ GÓMEZ, Cristina. **Estudio, edición crítica y traducción del Memoriale virtutum de Alfonso de Cartagena**. Universidad Complutense de Madrid, Facultad de filología, Departamento de Filología Latina, Tesis doctoral, Dr. D. Antonio López Fonseca, Madrid, 2015, p. 11-12, 40, 52.

senhor Dom Duarte, rei de Portugal”.³² O rei-Eloquente, nesse período, já se juntara ao pai, D. João I, no governo do reino e já completava quase uma década na administração da Coroa.³³ D. Alfonso de Cartagena era, então, um homem da esfera do poder, e D. Duarte escreveu ao amigo, pedindo-lhe que colocasse por escrito as conversas proveitosas que haviam mantido, na Câmara Real, acerca das virtudes, com o fim de servir de manual para a educação do príncipe e dos demais nobres da corte.³⁴ Pedidos como esses, do rei-Filosofo ao seu amigo, revelam o caráter edificante e proveitoso da amizade com os virtuosos e sábios, e o valor destes na formação e iniciação dos nobres nos valores cortesãos.

Como manter-se afastado de maus exemplos

Para a casa de Avis, na construção de parâmetros de comportamentos virtuosos, não foi menos importante ensinar os nobres que formavam sua corte a identificar os homens e mulheres que não possuíam as qualidades aceitáveis para serem considerados bons amigos. Já assegurava D. Duarte, no *Leal Conselheiro*, que aqueles cujas atitudes atentavam contra a moralidade e os mandamentos da lei de Deus representavam o egoísmo em face da auto entrega na caminhada junto ao amigo.³⁵ Sobre as ações que deveriam ser detectadas pelos nobres a respeito da amizade, D. Duarte, no *Leal Conselheiro*, denuncia os nobres que estavam “mais interessados em litigar do que em amar”, isto é, em contestar ao invés de apoiar, e os bajuladores, mais interessados “em falsificar com lisonja do que em servir de coração”, de forma que eram apenas atraídos pelas riquezas materiais que poderiam alcançar por meio de uma amizade, sem se entregar por completo ao sentimento recíproco vivido pelos amigos.³⁶

De forma semelhante, a *Glosa Castellana* narra como um filósofo egípcio, mestre de Platão, respondeu a um lisonjeiro: “falso lisonjeiro, não aproveitarás nada comigo, pois, bem

³² Cartagena na tradução do prólogo da obra apresenta D. Duarte como: [...] Conmigo pensando determiné trasladar en nuestra común lengua castellana un gracioso e noble tratado que de virtudes fallé, el qual de los dichos de los morales filósofos compuso el de loable memoria don Alfonso de Santa María, obispo de Burgos, al muy illustre e muy ínclito señor don Duarte, rey de Portugal, seyendo primero príncipe, al qual Memorial de virtudes intituló. CAMPOS SOUTO, M. **Memorial de virtudes de Alfonso de Cartagena**, Burgos, 2004, p. 191.

³³ DIONÍSIO, João. Do “*Memoriale virtutum*” de Alfonso de Cartagena ao “*Leal conselheiro*” de D. Duarte. Revista de Estudos Românicos, 2011, p. 263.

³⁴ VENTURA, Margarida Garcez. **Espelhos de espelhos... D. Duarte na companhia de D. Afonso de Cartagena entre a cultura, a moral e a política**. Hist. R., Goiânia, Vol. 18, nº 1, 2013, p. 41.

³⁵ DUARTE, D. **Leal Conselheiro**. Edição crítica, introdução e notas de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 153-154.

³⁶ VILLA PRIETO, Josué. **La amistad en la mentalidad medieval: análisis de los tratados morales de la Península Ibérica**. Lemir, n. 20, 2016, p. 200. SÈRE, Bénédicte. **De la vérité en amitié. Une phénoménologie médiévale du sentiment dans les commentaires de l'Éthique à Nicomaque (XIIIe-XVe siècle)**. Revue historique, 2005, p. 14.

te entendo e vejo teus enganos que traz envoltos em suas palavras doces”.³⁷ Sobre esse tipo de ação, D. Duarte já explorava, no *Leal Conselheiro*, os pecados da boca, ao fazer uma lista destes, semelhantes aos que deviam ser evitados pelos amigos. A saber, mau juramento, perjúrio, blasfêmia, usar do nome de Deus em vão, murmurar contra Deus, mentir, rir e escarniar de maneira desordenada, dizer palavras que não pertencem ao bom costume, rogar pelas causas injustas e aprovar o mal, e a disseminação da discórdia.³⁸ Como elementos da amizade verdadeira, acrescentam-se os cuidados na fala, pois “da conversa alegre convém ser razoável e manter a virtude da discrição, guardando-se da mentira e das ásperas palavras”. D. Duarte ainda continua a valorizar as amizades ao detectar a maneira como se desenrolavam. Os diálogos denunciavam, portanto, o caráter de uma amizade: o semblante afrontoso, o calar com desprezo, a interrupção da fala, os excessos e asserções sem fundamento, o desvendar de segredos, os maldizeres e o enfadamento com tristezas, as palavras desonestas, assim como as conversas sem fim eram sinais de uma falsa e danosa amizade.³⁹

Ainda sobre os cuidados com aqueles que não eram reconhecidos como bons amigos, D. Duarte alerta, no *Leal Conselheiro*, que dos semelhantes não devemos ter inveja ou imitar, mas procurar sempre o caminho da virtude e da boa esperança, deixando de lado o ímpeto de julgar, censurar e castigar os feitos alheios. O rei-Eloquente considera que ao invejoso falta a caridade, virtude pela qual se ama “Nosso Senhor sobre todas as coisas e o próximo como a si mesmo”, e pela qual desejamos ao próximo todo o bem que queremos para nós. Ainda defende D. Duarte que não cabia aos bons amigos o ciúme, uma vez que este vício implica em desconfiança, em falta de segurança e em receio de que aquilo que o outro possui foi obtido de forma desonesta, sem boa intenção ou boa vontade.⁴⁰ Asseverava-se, portanto, que os nobres, além de saberem discernir com quem se afeiçoar, deveriam reconhecer as situações em que os elos de amizade deveriam ser quebrados, havendo várias justificativas para isso: deslealdade, traição, desonra e depreciação, que são desencadeadas por três vícios: a soberba, a vanglória e a cobiça desordenada. A primeira é o desejo de possuir as coisas dos outros, levar vantagem pelo seu desprazer e regozijar-se ao ver que o iguala ou se torna melhor; a segunda é a crença de que se possui vantagens sobre os demais e que seus sucessos

³⁷ **Glosa Castellana al "Regimiento de Príncipes" de Egidio Romano.** Edição, estudo preliminar e notas de Juan Beneyto Perez. Madrid: Centro de estudios políticos y constitucionales, 2005, p. 101.

³⁸ DUARTE, D. **Leal Conselheiro.** Edição crítica, introdução e notas de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 265.

³⁹ DUARTE, D. **Leal Conselheiro.** Edição crítica, introdução e notas de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 175-180.

⁴⁰ DUARTE, D. **Leal Conselheiro.** Edição crítica, introdução e notas de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 38-39.

e méritos são maiores; o terceiro é o desejo de ter para si aquilo que o outro tem ou está por alcançar, e não obtendo, surge o sentimento de inveja.⁴¹

D. Duarte ainda declara que os nobres prudentes deveriam evitar a companhia de homens “de curto saber, ásperos, grossos, sensabores ou desejadores de sua vantagem” e que não aparentassem “bom amor e conversação”. No que diz respeito às companhias erradas, D. Diogo Ortiz assevera, no *Cathecismo pequeno*, que com aqueles que não se tem amizade se deve agir e conversar “sem fingimento” e aconselha ainda que se fale apenas o necessário e de assuntos não danosos e perigosos.⁴² O rei-Eloquente adverte que aqueles que “bem não conhecemos, os feitos e ditos” devemos duvidar ao julgar suas ações para nos guardarmos de más companhias.⁴³ Desse modo, os nobres deveriam procurar como amigos apenas aqueles que de alguma forma, seja por meio de gestos ou palavras, realizavam boas ações com o coração, isto é, que praticavam a caridade e o amor ensinados pelo cristianismo, além do sentimento de reconhecerem-se de forma mútua como amigos. Assim, o início de uma amizade não se dava ao acaso, mas exigia dos nobres uma capacidade de avaliar na corte os comportamentos alheios e de escolher seus iguais com base nas virtudes da prudência e da discrição.

Por fim, conclui-se que os amigos eram mais uma peça chave no desenvolvimento e formação dos filhos nobres da corte portuguesa, ganhando destaque na produção avisina. Os amigos deveriam ser reconhecidos por suas virtudes e bom comportamento, bem como pelos bons conselhos e ações. Como exemplo de amizade no reino português surge a relação de D. Duarte e Alfonso de Cartagena, que por meio de conversas e cartas de conteúdos proveitosos puderam se unir para aperfeiçoar as suas qualidades. Dos amigos, ainda, esperava-se que fossem de igual linhagem e leais em palavras e gestos. Dessa forma, a verdadeira amizade era reconhecida por ser uma paixão equilibrada, de forma que os envolvidos soubessem e pudessem confiar um no outro. Por isso mesmo, letrados do período preocuparam-se em legar recomendações sobre como reconhecer aqueles que não respeitavam as leis de amizade propostas.

⁴¹ VILLA PRIETO, Josué. *Las actitudes cotidianas en la mentalidad medieval: análisis de las crónicas y los tratados Morales de la Península Ibérica (siglos XIII-XV)*. Lemir 22, 2018, p. 41.

⁴² ORTIZ, Diogo. *O catecismo pequeno de D. Diogo Ortiz, Bispo de Viseu*. Edição de Elsa Maria Branco da Silva. Lisboa: Edições Colibri, 2001, p. 173.

⁴³ DUARTE, D. *Leal Conselheiro*. Edição crítica, introdução e notas de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 187.

2. Preceptores e confessores

No *Orto do esposo* — obra que participa da tradição constituída por tratados religiosos e obras de edificação, escrita em português por um monge anônimo do Mosteiro de Alcobaça nos finais do século XIV ou inícios do século XV —, seu autor afirma: “ensine aos nobres a sabedoria, a falar bem as coisas naturais e o movimento das estrelas, mas não se esqueça dos segredos de Deus e como as almas não podem morrer”.⁴⁴ O autor desconhecido desse tratado buscava demonstrar como os nobres deveriam ser instruídos durante suas vidas, não somente com conhecimentos práticos, mas também sobre os ensinamentos divinos. Dessa forma, mais um grupo de guias se destaca nesse momento na corte portuguesa, na iniciação dos nobres nos valores cortesãos: os preceptores e confessores. Em consonância com as afirmações do *Orto do esposo*, o Fr. franciscano Juan García de Castrojeriz já afirmava, na *Glosa Castellana*, que convém saber que “os pobres podem dar desculpas para não aprender as letras, todavia, os filhos dos ricos e dos nobres não possuem nenhuma desculpa que não os deixem aprender”.⁴⁵

O preceptor e a instrução nas letras

Com efeito, por volta dos sete anos, como já dito anteriormente, uma mudança fundamental operava-se no quotidiano dos nobres da corte portuguesa.⁴⁶ Essa idade marcava, de uma forma geral, o início de uma nova convivência e de uma nova aprendizagem guiadas pelos mestres. Até então inseridos em um universo destinado quase exclusivamente às mulheres — pelo menos durante algumas horas por dia —, os nobres começavam a familiarizar-se com alguns exercícios adequados ao seu nível etário e considerados próprios do grupo. O estudo das letras, nesse período, era conduzido sobretudo por clérigos e religiosos; já na sociedade laical, apenas alguns letrados possuíam formação para a leitura, e a nobreza recorria habitualmente aos mestres particulares para instruírem e edificarem seus filhos nos valores cortesãos.⁴⁷

O infante D. Pedro, na *Virtuosa Benfeitoria*, destacou a importância de se recorrer aos mestres experientes e sábios ao escrever: “a ensinaça pertence àqueles que são melhores

⁴⁴ *Orto do esposo*. Edição de Bertil Maler, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Vol. 1, 1956, p. 342

⁴⁵ *Glosa Castellana al "Regimiento de Príncipes" de Egidio Romano*. Edição, estudo preliminar e notas de Juan Beneyto Perez. Madrid: Centro de estudios políticos y constitucionales, 2005, p. 469.

⁴⁶ BUESCU, Ana Isabel. *Na corte dos reis de Portugal. Saberes, ritos e memórias*. Lisboa: Edições Colibri, 2010, p. 26-27.

⁴⁷ GAMA, José. *A filosofia da cultura portuguesa no Leal Conselheiro de D. Duarte*. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995, p. 203.

dispostos a usar do que aprenderam”. Para o infante, o conhecimento ou a sabedoria acumulados ao longo da vida deveriam ser empregados em “projetos honrosos com grandes mercês e benfeitorias”, pois a falta de ensino da doutrina, juntamente com “a fraqueza da nossa memória, não” poderiam reter “tudo aquilo que é necessário para virtuosamente fazermos nossas obras”.⁴⁸ A memória era a faculdade mais promissora que um nobre poderia desenvolver, já que a prática das virtudes dependia dela; a memória era vista como uma biblioteca que o homem passava a vida a edificar com base nos ensinamentos recebidos pelos mestres.⁴⁹ O duque de Coimbra reverberava, desse modo, a crescente valorização da instrução e do refinamento dos membros da corte, apontando a necessidade de se guiar pela memória dos mais sábios:

[...] deve chamar bem-aventurado e glorioso o mundo quando reinam os sábios, porque a sabedoria e o real poderio são muitos em uma pessoa [...] E o povo leigo nunca tão mal seria regido pelos que fossem sábios, pelo que maior proveito não tirasse.⁵⁰

Na corte dos reis de Avis, era comum que houvesse dois tipos de mestres, de um lado, aqueles com formação religiosa,⁵¹ de outro, os leigos, em geral, provenientes de universidades portuguesas ou de outras faculdades europeias,⁵² que retornavam ao reino após concluídos os estudos.⁵³ No âmbito da casa, os preceptores eram integrados ao cotidiano familiar, em que possuíam um recinto próprio, com mobiliário e instrumentos para a instrução dos seus protegidos nos valores cortesãos. Com essa presença constante no convívio familiar, o mestre poderia instruir o seu pupilo não apenas tomando as artes liberais como eixo da aprendizagem, mas também os comportamentos considerados apropriados à sua

⁴⁸ PEDRO, Infante D. O Livro da Virtuosa Bemfeitoria. In: Obras dos Príncipes de Avis. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1981, p. 536-537.

⁴⁹ CARRUTHERS, Mary. **Machina Memorialis: Méditation, réthorique et fabrication des images au Moyen Âge**. Cambridge: Éditions Gallimard, 1998, p. 13.

⁵⁰ PEDRO, Infante D. **Livro da Virtuosa Benfeytoria**. Edição crítica, introdução e notas de Adelino de Almeida Calado. Coimbra: Biblioteca geral da Universidade de Coimbra, 1994, p. 133-5.

⁵¹ Por meio da documentação oferecida nos Sínodos e Concílios, desde o século XI, comprovam o interesse da Igreja em instruir e ensinar as pessoas as orações e os fundamentos da doutrina Cristiana. INFANTES, Victor. **De las primeras letras. Cartillas españolas para enseñar a leer de los siglos XV y XVI**. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, 1998, p. 17.

⁵² NORTE, Armando Jose Gomes do. **Letrados e Cultura Letrada em Portugal (séculos. XII e XIII)**. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese elaborada para a obtenção do grau de Doutor em História Medieval, 2013, p. 186.

⁵³ FARELO, Mário. Amigos para a vida? Solidariedade dos estudantes portugueses na Península Itálica (finais do séc. XIV inícios do séc. XV). In: LOPES, Paulo Catarino (Org.). **Portugal e a Europa nos séculos XV e XVI. Olhares, relações, identidade(s)**. Disponível em: <https://iem.fcsh.unl.pt/ebooks/estudos21/235/#zoom=z>. Acesso em: 20 de janeiro de 2020, p. 275.

posição, sendo, por vezes, uma figura permanente na vida de seus alunos.⁵⁴ No geral, não havia um consenso em relação ao número desses preceptores, oscilando-se entre a necessidade de um mestre ou de vários.⁵⁵

O preceptor deveria ser alguém versado em letras e consequentemente possuidor de uma elevada e apreciável erudição.⁵⁶ Ao mestre era necessário boa presença física e graciosos costumes, os defeitos físicos desde que não fossem demasiado evidentes poderiam ser esquecidos – em geral, esses problemas aconteciam no andar e na fala. De certa maneira, as próprias ações dos preceptores eram um modelo para o nobre. D. Diogo Ortiz já asseverava, na *Cartinha para ensinar a ler*, que os nobres deveriam ser prudentes e trabalharem para seguir os movimentos e inspirações de seus mestres e conselheiros.⁵⁷ Assim, o mestre, ao possuir virtuosas qualidades, ao ser piedoso, devoto e cumpridor dos seus deveres, inspiraria aqueles que o rodeavam. Todavia, o que importava era que fosse sábio e não menosprezasse os ensinamentos elementares para a formação do pupilo. A respeito desses intermediários da formação dos nobres, Gomes Eanes de Zurara, cronista-mor da Torre do Tombo, afirma – na *Crônica da Tomada de Ceuta* – que a função dos mestres era moldar os costumes, ao colocar “grandes e muitas questões aos seus novos discípulos”, questões que deveriam ser respondidas com a aprendizagem das mais diversas ciências e seriam utilizadas por eles ao longo de sua vida na corte régia, por exemplo, ao lerem e conversarem.⁵⁸ Os preceptores encarregavam-se, portanto, da instrução integral dos pupilos, isto é, do aprendizado das letras aos comportamentos cortesãos considerados adequados.

No âmbito familiar da corte dos reis de Avis, que contava com uma prole numerosa, cada um dos filhos possuía o seu preceptor. D. João I e Dona Filipa tinham a possibilidade de oferecer a seus filhos um conjunto de servidores para auxiliá-los no ensino das letras e da prática da fé. O infante D. Afonso (1390–1400), por exemplo, teve ao seu lado, durante a breve vida, Gomes Martin de Lemos — conhecido como o Velho e senhor de Oliveira do

⁵⁴ GONTHIER, Nicole. *Éducation et cultures dans l'Europe occidentale chrétienne (du XIIe au milieu du XVe siècle)*. Paris: Édition marketing S.A, 1998, p. 85-86.

⁵⁵ Em determinados momentos a escolha de um único mestre era aceita para não criar conflitos de doutrinas e ensinamentos, o que podia acabar pode dificultar a educação das crianças. BUESCU, Ana Isabel. *Na corte dos reis de Portugal. Saberes, ritos e memórias*. Lisboa: Edições Colibri, 2010, p. 29.

⁵⁶ NORTE, Armando Jose Gomes do. *Letrados e Cultura Letrada em Portugal (séculos. XII e XIII)*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese elaborada para a obtenção do grau de Doutor em História Medieval, 2013, p. 43.

⁵⁷ *Cartinha para ensinar a ler*. In: TEODORO, Leandro Alves. *Guias dos Costumes Cristãos: Os primeiros opúsculos pastorais em língua portuguesa*. São Paulo: Editora Unifesp, 2019, p. 371.

⁵⁸ ZURARA, Gomes Eanes de. *Crônica da Tomada de Ceuta por el rei D. João I*. Ed. Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915, p. 30.

Conde.⁵⁹ Outro exemplo é Mateus de Pisano, conhecido em seu tempo como um dos maiores poetas, também filósofo e orador, que teve a responsabilidade de instruir o futuro rei D. Afonso V, filho de D. Duarte e Dona Leonor de Aragão.⁶⁰ Sobre as qualidades de Mateus de Pisano, Zurara narra, na *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*,⁶¹ que o mestre incentivava o príncipe tanto “a escrever em nosso próprio vulgar português”, quanto a traduzir da língua latina para essa língua. Essas atividades de escrita eram estimuladas para que o príncipe “não somente dos seus naturais houvesse conhecimento e saber das grandes cavalaria”, isto é, para não conhecesse somente as histórias de sua linhagem, mas também tivesse ciência dos feitos “daquele conde e dos outros que com ele correrão” e, mais ainda, de “todo conhecimento de toda nobreza da cristandade”.⁶² Como já dito anteriormente, era comum que o rei escolhesse os mesmos preceptores de seus filhos para os filhos dos nobres que os cercavam. Esta ação era feita com o intuito de que a estreita relação entre os mancebos proporcionasse entre eles o nascimento de uma amizade ou lealdade que era fortalecida pelo convívio, pela igualdade de costumes e de estado.⁶³

A transmissão do saber aos nobres ocorria com base em atividades práticas e teóricas, momentos que se alternavam, ora com o discípulo assistindo ao mestre, ora praticando e depois sendo avaliado.⁶⁴ A formação baseava-se em técnicas de compreensão dos textos, buscando solucionar as dúvidas de leitura para resolver problemas que pudessem gerar possíveis “opiniões” ou incompreensões.⁶⁵ O fim do conhecimento era, portanto, o

⁵⁹ SILVA, Manuela Santos. Um reino, uma família, um herdeiro: os primeiros anos da dinastia de Avis (1387-1402). In: **O Túmulo do Infante D. Afonso de Portugal da Sé de Braga**. Ana Isabel Seruya (coord), Lisboa, FCT, IMC, MC, 2010, p. 22.

⁶⁰ ZURARA, Gomes Eanes de. **Crónica da Tomada de Ceuta por el rei D. João I**. Ed. Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915, p. XXII.

⁶¹ O Conde D. Pedro de Meneses em Ceuta, representava uma das mais poderosas famílias da época de D. Fernando, consolidando uma situação social semelhante, após a ascensão ao trono da dinastia de Avis. Não menos significativo da força das tradições familiares é, porém, o facto de que D. Pedro, para alcançar este objetivo, não renega o seu passado — antes assenta nele, no prestígio antigo da linhagem, toda a recuperação de poder a que procede. Ao mesmo tempo, fundando um morgadio com um acento tão claro na memória da linhagem, vai fornecer o eixo em torno do qual os descendentes irão articular uma série de ações posteriores. ROSA, Maria de Lurdes. **A religião no século: vivências e devoções dos leigos**. In: Carlos Moreira Azevedo (Dir.). *História Religiosa de Portugal*, Vol. 1, Formação e limites da cristandade, Lisboa: Círculo de leitores, 2000, p. 488.

⁶² ZURARA, Gomes Eanes de. **Crónica do Conde D. Pedro de Meneses**. Edição: Maria Teresa Brocardo. Braga: Fundação Calouste Glubenkian, 1997, p. 175-176.

⁶³ BUESCU, Ana Isabel. **Na corte dos reis de Portugal. Saberes, ritos e memórias**. Lisboa: Edições Colibri, 2010, p. 30.

⁶⁴ SILVA, André Filipe Oliveira da. **Ensinar e Aprender na Évora Medieval**. Universidade do Porto, Medievalista online nº 24, 2018, p. 17.

⁶⁵ A estrutura organizativa da discussão medieval era 1. Pergunta. 2. Proposição de resposta. 3. Objeções à proposição. 4. Determinação por parte do maestro. 5. Respostas as objeções (optativo). Na situação escolar, está metodologia podia aplicar-se a interpretação de textos, na prova de hipóteses ou como exame de conhecimento dos estudantes. Era, por tanto, um instrumento intelectual de grande valor. MURPHY, James Jerome. **La**

refinamento do pensamento.⁶⁶ O conhecimento dos alunos era, ainda, adquirido e aumentado por meio de conversas proveitosas com os mestres e da prática da leitura em conjunto.⁶⁷ A base para essas conversas proveitosas adivinha da importância que os antigos estoicos davam a ela, principalmente quando Sêneca se torna uma figura de destaque para os membros da dinastia de Avis.⁶⁸ Dessa forma, o diálogo entre um mestre e seus alunos representava um itinerário do pensamento cujo caminho era traçado pelo acordo constante entre o que interroga e o que responde. Vale destacar que o sucesso não estava em encontrar a resposta primeiro, mas, sim, em exercitar a maneira mais eficaz da aplicação de um método argumentativo retirado dos pensadores estudados e colocá-las em prática no seu cotidiano.⁶⁹ Cabia ainda aos preceptores instruir seus pupilos a se valerem da leitura como combate à ociosidade, principalmente para que nos momentos de tranquilidade na corte usassem seu tempo para rezar e ler obras de cunho religioso.⁷⁰

Ademais, deveria ser o mestre experiente na prática das lições que ensinava,⁷¹ tendo cuidado com todos os assuntos trabalhados. Ao asseverar, na *Glosa Castellana*, que algumas ciências são empecilhos e outras proveitosas, Fr. Juan García de Castrojeriz parte do pressuposto de que os preceptores, com suspeita e cautela, poderiam abordar assuntos como nigromancia e piromancia,⁷² entre outras artes de adivinhação e de conjuração.⁷³ Ciências essas que também eram contestadas por D. Duarte, no *Livro da Cartuxa*, quando recebe instruções do doutor Diogo Afonso a respeito da astrologia. Segundo esse guia, aquela ciência é bem-vinda desde que auxilie os homens a compreender as coisas naturais, ou seja, as secas, as chuvas e as inclinações dos homens às enfermidades; do contrário, isto é, para

retórica en la Edad Media: historia de la teoría de la retórica desde San Agustín hasta el Renacimiento. México: Fondo de Cultura Económica, 1986, p.144.

⁶⁶ GARÍN, Eugenio. **La educación en Europa, 1400-1600: problemas y programas.** Barcelona: Novagrafik, 1987, p. 61.

⁶⁷ BECEIRO PITA, Isabel. **La visión de la realeza: Juan II de Castilla y los Avís contemporâneos.** Organização BARREIRA, Catarina Fernandes; SEIXAS, Miguel Metelo de. In: D. Duarte e a sua época: arte, cultura, poder e espiritualidade, Lisboa, 2014, p. 90.

⁶⁸

⁶⁹ HADOT, Pierre. **Exercícios espirituais e filosofia antiga.** Editor Edson Manoel de Oliveira Filho, São Paulo: É Realizações, 2014, p. 41,43.

⁷⁰ BUESCU, Ana Isabel. **Na corte dos reis de Portugal. Saberes, ritos e memórias.** Lisboa: Edições Colibri, 2010, p. 40.

⁷¹ BUESCU, Ana Isabel. **A educação de príncipes e niños generosos: um modelo quinhentista peninsular.** Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, Revista de História das Ideias, Vol. 19, 1997, p. 353.

⁷² A necromancia ou nigromancia era a suposta arte de se comunicar com o mundo espiritual para obter informações do futuro por meio da invocação dos mortos e a Piromancia é a adivinhação por meio do fogo, ao ter suas labaredas observadas.

⁷³ **Glosa Castellana al "Regimiento de Príncipes" de Egidio Romano.** Edição, estudo preliminar e notas de Juan Beneyto Perez. Madrid: Centro de estudios políticos y constitucionales, 2005, p. 481-483.

prever o futuro, seria considerada um pecado pela Igreja.⁷⁴ Já no *Leal Conselheiro*, o rei-Eloquente considera essas ciências “desvairadas maneiras” nas quais o nobre deposita sua crença e fé, pois, para o rei, o mais seguro caminho era seguir o conselho que diz: “lança teus cuidados em Deus e ele te recriará”.⁷⁵ Portanto, cabia ao mestre ensinar aos seus discípulos apenas aquelas ciências que o estimulariam a praticar todas as virtudes cristãs e, por conseguinte, a se aproximar de Deus.

Quanto à tarefa de ordenar os alunos na iniciação das letras, no *Orto do esposo*, seu autor afirma que a educação, de uma maneira geral, deveria começar “primeiro pela leitura e ensino das coisas mais simples”, para depois chegar a “coisas mais altas”.⁷⁶ O nobre deveria primeiro aprender as letras, depois as sílabas e as palavras. As crianças aprendiam as letras por meio de um *alphabetarium*, a contar pela régua abaci e começavam a escrever com a *cerata tabula et stilus*;⁷⁷ a instrução poderia ser complementada com o ensino do canto.⁷⁸ Fr. Juan García de Castrojeriz recomendava, na *Glosa Castellana*, que os moços, no momento da leitura, soubessem articular sua voz e as letras, os “pés das sílabas”, os acentos e a regra da Gramática.⁷⁹

Depois de já iniciado na leitura e nos preceitos básicos da fé, o passo seguinte a ser dado na educação dos nobres consistia no aperfeiçoamento das letras por meio do ensino das sete artes liberais,⁸⁰ divididas entre o *trivium* – gramática,⁸¹ dialética e retórica –, além do

⁷⁴ DUARTE, D. **Livro dos conselhos de El-rei D. Duarte** (Livro da Cartuxa). Transcrição de João José Alves Dias, Tradução de A. H de Oliveira Marques e João José Alves, Lisboa: Editorial Estampa, 1982, p. 204-205.

⁷⁵ Além das já citadas D. Duarte as complementa com o fato de os nobres acreditarem nas profecias, visões, sonhos, “dar à vontade”, virtudes das palavras, pedras e ervas, sinais do céu. DUARTE, D. **Leal Conselheiro**. Edição crítica de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 144, 147.

⁷⁶ **Orto do esposo**. Edição de Bertil Maler, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Vol. 1, 1956, p. 40.

⁷⁷ PERNOUD, Régine. **Luz Sobre a Idade Média**. Tradução Antônio Manuel de Almeida Gonçalves, Portugal: Europa-América, 1997, p. 95.

⁷⁸ INFANTES, Victor. **De las primeiras letras. Cartillas españolas para enseñar a leer de los siglos XV y XVI**. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, 1998, p. 25.

⁷⁹ **Glosa Castellana al "Regimiento de Príncipes" de Egidio Romano**. Edição, estudo preliminar e notas de Juan Beneyto Perez. Madrid: Centro de estudios políticos y constitucionales, 2005, p. 475.

⁸⁰ Egídio Romano afirmava, no *Regimento de príncipes*, que essas eram as características de cada arte liberal: a Gramática aprende e sabe aquele que sabe as regras e os mandamentos que pertencem a Gramática; o segundo, o moço deve aprender Lógica que rege o entendimento e o entender; o terceiro a Retórica, que mostra o componente das razões; o quarto era a Música, que pelo canto os mancebos tomem prazer e percam o nojo; o quinto era a Aritmética, para que saibam contar e viver em conta e para que lhes mostre como acordar os cantos, já que não se pode aprender a Música sem a Aritmética; o sexto, convém de aprender a Geometria, para que saibam as proporções e as medidas das terras; o sétimo, que saibam a Astrologia, que é a ciência dos corpos do céu, dos movimentos, das distâncias das estrelas e das virtudes que existem sobre os corpos da terra. **Glosa Castellana al "Regimiento de Príncipes" de Egidio Romano**. Edição, estudo preliminar e notas de Juan Beneyto Perez. Madrid: Centro de estudios políticos y constitucionales, 2005, p. 476-479.

⁸¹ Dos livros usados no ensino de gramática e de retórica em língua latina destacam-se escritores como Ovídio, Lucano, Cícero, Catão, Sedúlio, Prudência, etc. Bernardo e Conrado de Hirsau. NUNES, Rui Afonso da Costa. **História da educação na Idade Média**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979, p. 200.

quadrivium – aritmética, geometria, música e astronomia, inspiradas nos ensinamentos de Aristóteles.⁸² Artes que Fr. Juan García de Castrojeriz considerava essenciais para os nobres, já que pelo seu aprendizado eles eram enobrecidos, ou seja, se tornavam mais aptos a desenvolver suas virtudes.⁸³ Como testemunho da importância das artes liberais, vale a pena destacar as palavras do cronista Gomes Eanes de Zurara ao narrar as qualidades do conde D. Pedro de Meneses exaltadas no cerco em Ceuta, sobretudo no capítulo X da crônica a respeito deste, em que é afirmado: “era o conde D. Pedro de graciosas palavras e homem que falava sabedoramente, como aquele que em sua mocidade aprendera muito das artes liberais”, e assim o “tomarão aquelas gentes temerosas ousadia daquelas razões”, quer dizer, os soldados que combatiam ao seu lado o tomariam como exemplo.⁸⁴ Depois que aprendesse a ler e escrever com facilidade, o nobre era colocado nas mãos do *grammaticus*, que deveria lhe ensinar a falar corretamente e a interpretar os poetas (*recite loquendi scientiam et poetarum ennarationem*).⁸⁵

Além das artes liberais, outra via utilizada pelos preceptores para edificarem seus alunos era o ensino do latim, que era tido como fundamental para distinguir um nobre culto e instruído,⁸⁶ aqueles que não possuíam o domínio dessa língua eram considerados iletrados.⁸⁷ Apesar da expansão, no século XV, das línguas vernáculas, muitos textos de base utilizados pelos mestres nesse período eram em sua maioria antigos e compostos em latim. Ainda que D. Duarte, no *Leal Conselheiro*, defendesse a necessidade de livros serem escritos e traduzidos para a instrução daqueles que o rodeavam na corte régia, esse rei alega que os nobres deviam ter acesso cedo também às artes de ler, escrever e a falar em latim, pois, para ele, esta língua era a “língua de bom encaminhamento para uma vida virtuosa”.⁸⁸ Dessa maneira, os alunos, por meio das instruções de seus preceptores, deveriam ter em mente que o

⁸² GONTHIER, Nicole. **Éducation et cultures dans l'Europe occidentale chrétienne (du XIIe au milieu du XVe siècle)**. Paris: Édition marketing S.A, 1998, p. 63.

⁸³ **Glosa Castellana al "Regimiento de Príncipes" de Egidio Romano**. Edição, estudo preliminar e notas de Juan Beneyto Perez. Madrid: Centro de estudios políticos y constitucionales, 2005, p. 473.

⁸⁴ ZURARA, Gomes Eanes de. **Crónica do Conde D. Pedro de Meneses**. Edição Maria. T. Brocardo. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, p. 219-220.

⁸⁵ MURPHY, James Jerome. **La retórica en la Edad Media: historia de la teoría de la retórica desde San Agustín hasta el Renacimiento**. México: Fondo de Cultura Económica, 1986, p. 35-36.

⁸⁶ BECEIRO PITA, Isabel. La visión de la realeza: Juan II de Castilla y los Avis contemporáneos. In: Coordenação de Catarina Fernandes Barreira Miguel Metelo de Seixas. **D. Duarte e a sua época: arte, cultura, poder e espiritualidade**, Europress, IEM - Instituto de Estudos Medievais; CLEGH - Centro Lusíada de Estudos Genealógicos, Heráldicos e Históricos, 2014, p. 91.

⁸⁷ Iletrado era também um termo de amplo significado: abrangia quem não sabia ler nem escrever - aqueles a quem chamamos de analfabetos, mas também aqueles que não sabiam latim ou não o sabiam escrever, embora compreendessem um pouco. BEONIO BROCCHERI, Mariateresa Fumagalli. O intelectual. In: LE GOFF, Jean Jacques. **O homem medieval**. Lisboa: Editorial Presença, 1989, p. 125.

⁸⁸ DUARTE, D. **Leal Conselheiro**. Edição crítica de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 239-241.

estudo do latim constituía um método e caminho confiáveis para se chegar ao saber e à virtude.⁸⁹

Os mestres, ao instruírem seus discípulos na sabedoria, deviam observar e respeitar os diferentes graus de desenvolvimento dos alunos; também cabia a eles estimular a aprendizagem através da atribuição de prêmios e acompanhar as crianças para que não prejudicassem sua mocidade com vícios. Segundo D. Pedro, na *Virtuosa Benfeitoria*, os mestres, ao ensinarem, se “não tomassem dos discípulos especiais encargo e nem colocassem sobre eles singular firmeza”, isto é, se não se preocupassem constantemente com todas as suas ações, abriam a possibilidade de seus escolares dizerem que não aprendem e que os mestres estão somente interessados em ganhar o soldo como recompensa.⁹⁰ Nesses momentos em que estavam em contato com príncipes e outros nobres, Fr. Juan García de Castrojeriz considera, na *Glosa Castellana*, que o mestre entrega sua vida ao discípulo, usando-a como exemplo: ao fazer uma comparação com a forma com que os preceptores poderiam influenciar na formação de seus alunos, cita que “os vasos corruptos corrompem tudo o que colocam dentro dele”. Assim, o teólogo, ao rememorar Séneca, afirma que “os homens mais creem em seus olhos do que em suas orelhas”.⁹¹ O preceptor deveria, portanto, ser reconhecido por suas virtudes e ações ao fazê-las conhecidas por seus guiados.

O duque de Coimbra afirma, na *Virtuosa Benfeitoria*, que “os mestres, especialmente ao ensinar, agregam muito trabalho aos discípulos”, ou seja, oferecem a eles muitas oportunidades de repensarem e refletirem sobre suas ações, “em seus castigos exaltam as virtudes naturais” e, assim, “despertam o entendimento que estava adormecido e lhes tiram as trevas da ignorância e lhes fazem conhecer o claro esplendor”.⁹² Outrossim, era função dos preceptores impedir que os seus alunos presenciassem situações impróprias que pudessem de alguma forma imitar; e se mesmo assim fosse tão grande a inclinação para o vício, tornavam-se necessários a repreensão e o castigo, que poderia ser físico, como o uso do açoite.⁹³ A punição era uma ferramenta necessária no processo instrutivo, pois se considerava que

⁸⁹ MARAVALL, José Antonio. **La formación de la conciencia estamental de los letrados**. Revista de estudios políticos, n. 70, 1953, p. 60.

⁹⁰ PEDRO, Infante D. O Livro da Virtuosa Bemfeitoria. In: **Obras dos Príncipes de Avis**. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1981, p. 716.

⁹¹ **Glosa Castellana al "Regimiento de Príncipes" de Egidio Romano**. Edição, estudo preliminar e notas de Juan Beneyto Perez. Madrid: Centro de estudios políticos y constitucionales, 2005, p. 482-483.

⁹² PEDRO, Infante D. O Livro da Virtuosa Bemfeitoria. In: **Obras dos Príncipes de Avis**. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1981, p. 717.

⁹³ BUESCU, Ana Isabel. **Na corte dos reis de Portugal. Saberes, ritos e memórias**. Lisboa: Edições Colibri, 2010, p. 32. RODRIGUES, Ana Maria. A criança. In: MATTOSO, José; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (Org). **História da vida privada em Portugal**. Portugal: Temas e debates, 2011, p. 266.

através dela os nobres tomariam consciência de seus erros e evitariam repetir os padrões de conduta viciosos.⁹⁴

Segundo o infante D. Pedro, o cotidiano de seus ofícios transformavam os mestres em verdadeiros amigos de seus protegidos, sem, no entanto, que a firmeza e o respeito à hierarquia se perdessem, uma vez que “a sabedoria põe em regimento nossos estados”.⁹⁵ O infante assevera ainda, na *Virtuosa Bemfeitoria*, que assim como “qualquer coisa que os filhos fazem e podem dar a seus pais, é tudo benefício dos geradores, o proveito que o estudante tem na universidade é um benefício que seu mestre lhe dá”. O fato de os mestres oferecerem seu ensinamento de bom grado não poderia impedir os pupilos de os recompensar, pois nunca deveriam deixar de ser gratos e “obrigados a quem por natureza somos teúdos”, isto é, a quem se é devedor.⁹⁶ Além disso, essa instrução também mobilizava os pais, uma vez que, apesar de os filhos serem entregues a esses homens de saber, cabia aos geradores acompanhar o desenvolvimento e a aprendizagem dos mancebos.⁹⁷ O importante era que os pais soubessem os limites ao interferirem nas escolhas feitas pelo mestre no momento do ensino e confiassem em suas diretrizes.⁹⁸ Os nobres, na fase de iniciação que recebiam dos preceptores, eram obrigados a demonstrar o conhecimento, a obediência e ajudar os mestres quando necessário.⁹⁹ O duque de Coimbra afirmava que todo o ensinamento, em geral, requer que os discípulos entendam o que lhes é ensinado, sendo atentos para que recebessem os frutos do trabalho, que deveria ser feito com diligência. Para o infante, os maiores malefícios do mundo “são a ingratidão e o desconhecimento, uma vez que essas acontecem por não saberem dar ou receber benefícios”. Portanto, através do “ensinamento bem usado”, oferecido pelos preceptores, era possível acabar com esses males a que todos estão sujeitos, já que na visão do infante “toda criatura razoável pode receber essa ensinança”.¹⁰⁰ Dessa forma, os mestres, ao instruírem e ensinarem os nobres, abriam caminhos para que eles recebessem

⁹⁴ VILLA PRIETO, Josué. **La educación de los niños pequeños en el ámbito familiar durante la Edad Media tardía: aspectos teóricos**. Tiempo y sociedade, n. 6, 2011-2012, p. 106.

⁹⁵ PEDRO, Infante D. O Livro da Virtuosa Bemfeitoria. In: **Obras dos Príncipes de Avis**. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1981, p. 716-717

⁹⁶ PEDRO, Infante D. O Livro da Virtuosa Bemfeitoria. In: **Obras dos Príncipes de Avis**. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1981, p. 580.

⁹⁷ VILLA PRIETO, Josué. **La educación de los niños pequeños en el ámbito familiar durante la Edad Media tardía: aspectos teóricos**. Tiempo y sociedade, n. 6, 2011-2012, p. 100.

⁹⁸ ALEXANDRE-BIDON, Danièle. **Grandeur et renaissance du sentiment de l'enfance au Moyen Âge**. In: **Histoire de l'éducation**, n° 50, 1991. Éducatons médiévales. L'Enfance, l'École, l'Église en Occident. Ve-XVe siècles. p. 53.

⁹⁹ PEDRO, Infante D. O Livro da Virtuosa Bemfeitoria. In: **Obras dos Príncipes de Avis**. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1981, p. 704.

¹⁰⁰ PEDRO, Infante D. O Livro da Virtuosa Bemfeitoria. In: **Obras dos Príncipes de Avis**. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 525-763, 1981.

uma formação ancorada na aprendizagem dos rudimentos da fé e dos costumes adequados ao seu estado.

Os confessores e a iniciação dos nobres nos valores cristãos

Dentre algumas figuras que apareciam a partir da segunda idade para instruir os nobres, junto com os preceptores, estavam os religiosos. Na introdução do *Leal Conselheiro*, D. Duarte já demonstrava a sua preocupação em ensinar os nobres que o cercavam na corte régia, quando determina que diz Nosso Senhor: “aquele que guardar seus mandamentos e os ensinar” aos demais será chamado em seu “reino de grande”. O rei-Eloquente ainda narra que o ofício dos “Oradores” – entendidos por clérigos, frades de todas as ordens e ermitões – está em ensinar as orações aos outros estados, mas a sua principal função era ensinar aqueles homens e mulheres, por palavras e bons exemplos, a receberem os sacramentos.¹⁰¹ Sendo assim, um tipo específico de clérigo tem destaque nas obras produzidas na corte de Avis, os confessores. A estes não cabia apenas a tarefa de reconciliar com Deus a alma dos nobres que confessavam, mas aconselhar em questões que inquietassem suas consciências.¹⁰² Era, então, recorrente a associação do confessor ao médico, pois o bom confessor era visto como um “físico espiritual entendido e esperto.” Segundo lembra D. Duarte, o bom confessor sabia “dar medicinal remédio, conhecendo a doença e as causas dela”.¹⁰³ Por essa perspectiva, a ênfase no pecado e em nas consequências reforçava a autoridade do clero, chegando a ser o confessor um personagem crucial dentro da sociedade portuguesa desse tempo ao instruir os nobres.¹⁰⁴

Um episódio marcante em que a figura do confessor aparece como instrutor dos nobres é narrado pelo segundo cronista e guarda-mor da Torre do Tombo, Gomes Eanes de Zurara, em sua crônica acerca da conquista e manutenção da praça de Ceuta, no século XV. Na crônica em questão, mais especificamente no capítulo X, o cronista explica que o rei D. João I procurou garantir que a investida militar dos portugueses em Ceuta era legítima e aprovada por Deus. Por isso, convocou alguns letrados do reino a aconselhá-lo, entre os

¹⁰¹ DUARTE, D. **Leal Conselheiro**. Edição crítica de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 8, 25.

¹⁰² MARQUES, João Francisco. **Franciscanos e dominicanos confessores dos reis portugueses das duas primeiras dinastias**. In: Colóquio espiritualidade e corte em Portugal, Porto, Espiritualidade e Corte em Portugal: séculos XVI a XVIII, 1993, p. 53.

¹⁰³ DUARTE, D. **Leal Conselheiro**. Edição crítica de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 107.

¹⁰⁴ SOTO RÁBANOS, José María, “Visión y tratamiento del pecado en los manuales de confesión de la Baja Edad Media hispana”, en Hispania Sacra, LVIII, 118 (juliodiciembre/ 2006), p. 417.

quais, seus confessores,¹⁰⁵ o mestre Fr. João de Xira, o doutor Fr. Vasco Pereira e o infante D. Duarte.¹⁰⁶ Ordenava o rei que aqueles homens “provejam em seus livros e consciências, se por ventura terei algumas dúvidas em conta do que eu devo fazer segundo fiel e católico cristão”.¹⁰⁷ Após conhecer as reflexões dos letrados, D. João I decidiu que daria início à reconquista daquelas plagas e contava com as palavras de seu confessor para instruir seus homens para aquela missão. Segundo Zurara, quando os cavaleiros estavam reunidos em Lagos, sul de Portugal, coube ao Fr. João de Xira a tarefa de explicar àqueles homens o motivo de estarem ali e o plano da missão a ser realizada na África. Proferido no dia 28 de junho de 1415,¹⁰⁸ esse discurso notabilizou-se por conter as palavras que direcionavam aos portugueses a verdade acerca de seus destinos como cruzados em terras de infiéis.¹⁰⁹ Apesar de ter sido realizada coletivamente, essa pregação feita pelo frei aos soldados foi similar à confissão, pois pretendia alentar as consciências daqueles homens que se preparavam para o combate e absolvê-los de seus pecados, intensificando, dessa forma, o valor da figura do confessor como instrutor dos nobres que recorriam a eles, sendo visto como médico das almas e conselheiros.¹¹⁰

Zurara narra e destaca o sermão realizado por Fr. João de Xira, quando esse falava aos nobres que embarcavam para a guerra, ao apregoar palavras que deviam imprimir a confiança necessária àqueles homens portugueses. O franciscano estimulava-os a defender o reino e, consequentemente, as suas crenças, ao demonstrar as virtudes que do seu estado eram esperadas. Para enfatizar a demonstração de fé e fortaleza ensinadas aos cavaleiros pelo Fr. João de Xira, o cronista Gomes Eanes de Zurara menciona esta parte da referida prédica:

[...] Usando de meu ofício vos requeiro e rogo a todos quantos aqui presentes sois, que considereis bem, em vossas consciências, quaisquer pecados, males ou erros, que tendes cometidos, e que peçais ao Senhor Deus perdão deles com todo

¹⁰⁵ Tanto quanto possível, os reis escolhiam livremente seus confessores, pois procurariam alguém que apreciassem e confiassem em questões transcendentais, como a salvação de sua alma, conselhos morais e até políticos em circunstâncias em que a tomada de decisão não fosse fácil. ARQUERO CABALLERO, Guillermo F. **El confesor real en la Castilla de los Trastámara: 1366-1504**. Tesis doctoral, Director Dr. José Manuel Nieto Soria, Facultad de geografía e historia, Madrid, 2016, p. 342-343.

¹⁰⁶ ZURARA, Gomes Eanes de. **Crónica da Tomada de Ceuta por el rei D. João I**. Edição: Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915, p. 31.

¹⁰⁷ ZURARA, Gomes Eanes de. **Crónica da Tomada de Ceuta por el rei D. João I**. Ed. Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915, p. 30.

¹⁰⁸ Até então o projeto da tomada de Ceuta era mantido pelo rei D. João I como um segredo.

¹⁰⁹ O seu sermão insiste em duas grandes ideias: por um lado, está-se a lutar numa Guerra Santa, com carácter redentor; por outro, é uma guerra justa, uma vez que os cristãos mais não fazem do que recuperar territórios usurpados à sua fé pelos muçulmanos. Santa. ROSA, Maria de Lurdes. **Espiritualidade(s) na corte (Portugal, c. 1450-c.1520): que leituras, que sentidos?**. Anuario de Historia de la Iglesia, Vol. 26, 2017, p. 239.

¹¹⁰ ARQUERO CABALLERO, Guillermo F. **El confesor real en la Castilla de los Trastámara: 1366-1504**. Tesis doctoral, Director Dr. José Manuel Nieto Soria, Facultad de geografía e historia, Madrid, 2016, p. 57.

coração e vontade, e façais deles penitência, havendo firme propósito de vos guardar de pecar daqui em diante.¹¹¹

Ressoando lições importantes de manuais de confessores e dos tratados morais que tinham como alvo a formação e iniciação dos nobres nos valores cortesãos e da Igreja, o sermão do Fr. João de Xira enfocava o potencial curativo da penitência para a correção das falhas cometidas. Dessa forma, a Guerra Santa empreendida pelo rei D. João I era chancelada. Como ensinava Martín Pérez,¹¹² no *Livro das Confissões*, cabia ao pecador desejar fazer emenda dos seus erros: que “de coração se arrependa, que os confesse pela boca e faça emenda deles por obras”.¹¹³ Segundo o bispo de Viseu, três coisas convêm aos religiosos e fiéis saberem a respeito deste sacramento que instrui para uma vida correta: a primeira, que, “segundo dizem os doutores da Santa Igreja, é verdade e graça com a qual alvorecemos, choramos e sentimos dos males que fizemos com propósito de fazer emenda deles e com vontade de não fazer mais pecados”. A segunda, diz respeito às três maneiras de fazer penitência, segundo Santo Agostinho: uma é que faz o homem no batismo; outra é aquela que fazem os cristãos depois do batismo ao confessar os pecados mortais, e a terceira, a que fazem os justos ao contarem, todos os dias, os pecados cotidianos em que caem.

As penitências eram deixadas em juízo dos confessores, para que eles “olhassem cada pecador de acordo com o seu arrependimento, com quanto amor de Deus e com quanto propósito de mudar sua vida tivessem”. Ademais, o confessor poderia delimitar e restringir as penitências pela fraqueza de alguns pecadores que “não são tão fortes dos corpos para sofrerem a penitência”, valendo-se “do tempo e da pena que colocaram os santos e ordenaram para dos pecados fazer cumprida emenda”. Era responsabilidade dos confessores olhar e adaptar as penitências de acordo com as idades, forças, condições, as companhias, as moradas, as terras e as qualidades dos confessos para “bem sofrer”.¹¹⁴ Os nobres portugueses eram, pois, constrangidos a aplicar na vida cotidiana as restrições que eram sugeridas pelos confessores, conforme o seu estado. Tais restrições objetivavam ainda restituir a unidade do

¹¹¹ ZURARA, Gomes Eanes de. **Crónica da Tomada de Ceuta por el rei D. João I**. Edição: Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915, p. 161.

¹¹² Martín Pérez que tinha grande prestígio com D. Duarte, principalmente, quando rei o cita no *Leal Conselheiro* ao dizer que é de grande auxílio aos que desejam se interessar sobre os pecados de cada estado o livro produzido por ele. DUARTE, D. **Leal Conselheiro**. Edição crítica, introdução e notas de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 260.

¹¹³ PÉREZ, Martín. **Livro das Confissões** – Parte III e IV. Edição semidiplomática, introdução, lematização e notas de José Barbosa Machado e Fernando Alberto Torres Moreira, Portugal: Edições Vercial, 2010, p. 63, 67, 68.

¹¹⁴ PÉREZ, Martín. **Livro das Confissões** – Parte III e IV. Edição semidiplomática, introdução, lematização e notas de José Barbosa Machado e Fernando Alberto Torres Moreira, Portugal: Edições Vercial, 2010, p. 105-106.

corpo e do espírito, o seu equilíbrio natural, como também contribuía para a unidade do corpo social, isto é, a corte.

A prédica de Fr. João de Xira termina, significativamente, com o episódio dos Macabeus – tópico clássico do martírio dos guerreiros, que teve um importante papel na formação da ideia de Guerra Santa. No final da *Crónica da Tomada de Ceuta*, conta-se, ainda, que o Fr. João de Xira teria realizado “uma pregação com muitas autoridades da Santa Escritura, aprovando o grande serviço” que Deus recebera com aquele feito.¹¹⁵ O Norte da África foi assim constantemente recriado como antigo território cristão, que os reis de Portugal restauraram. Não foi só Fr. João de Xira que trabalhou com o rei para legitimar juridicamente a invasão a Ceuta como uma cruzada, mas também as dioceses que lá foram criadas não eram entendidas como novas, mas, sim, como restauradas. O sucesso da recuperação portuguesa da “Cristandade africana” relacionou-se, dessa forma, à retomada dos territórios onde viveram e pregaram grandes santos, entre eles Agostinho.¹¹⁶ Dessa forma, a guerra norte africana- constituía para aqueles nobres portugueses o terreno por excelência da aquisição de honra e prestígio; bem mais do que a riqueza material, representavam uma ascensão moral diante de Deus.¹¹⁷ Outrossim, o fato de as atitudes do confessor serem citadas pelos cronistas revelam que as crônicas cumpriam a função de *exempla*, isto é, de uma compilação de contos moralizantes que poderiam ser lidos, reproduzidos e disseminados pelos demais religiosos em suas pregações.

A disseminação de parâmetros de comportamentos aos confessores havia ganhado força no final do século XIV, devido ao fato de essas figuras serem os principais guias dos homens que frequentavam a corte portuguesa, com o intenso debate sobre a legitimidade das práticas religiosas entre grupos de religiosos e de fiéis. A consolidação dos leigos como parte fundamental da Igreja tornou centrais temas como a necessidade e as formas de mediação com o divino e o relacionamento da Igreja com a política do reino. Por outro lado, também foram inúmeros os religiosos e eclesiásticos que se colocaram ao lado dos fiéis e reclamaram abertamente contra a corrupção da Igreja, ensaiando formas novas de vida religiosa e intervenção pastoral. Havia um grande número de padres e faltavam pastores, os bispos não vigiavam de forma assídua suas dioceses, assim como alguns religiosos estavam mais interessados nos benefícios oferecidos pela Igreja do que em ordenar os homens e edificar

¹¹⁵ ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta por el rei D. João I*. Edição: Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915, p. 254.

¹¹⁶ ROSA, Maria de Lurdes. *Espiritualidade(s) na corte (Portugal, c. 1450-c.1520): que leituras, que sentidos?*. Anuario de Historia de la Iglesia, Vol. 26, 2017, p. 240.

¹¹⁷ ROSA, Maria de Lurdes. *Longas guerras, longos sonhos africanos. Da tomada de Ceuta ao fim do Império*. Porto: Fio da Palavra Editores, Lda, 2010, p. 94, 20.

seus valores.¹¹⁸ Dessa forma, o clero precisava de uma reforma que renovaria o seu pacto com Deus e com os homens a que deveriam instruir. O debate concretizou-se em torno de uma reforma cristã, que buscava a “pureza primitiva” do início do cristianismo.¹¹⁹ Em Portugal, por exemplo, por volta de 1400 os dois grandes conventos franciscanos de Alenquer e Leiria aderiram aos movimentos reformistas, com o apoio da monarquia e de vários nobres, pertencentes a famílias que continuaram a auxiliá-los nas décadas subsequentes. Como exemplo, temos D. João I que privilegiou os ramos reformistas da ordem franciscana ao longo de seu reinado; e mais tarde D. Duarte que fundou o Mosteiro das Virtudes e patrocinou os pequenos oratórios do Norte e Centro do país.¹²⁰

Além desse apoio material para o fortalecimento dessas instituições, os príncipes de Avis também nos legaram algumas recomendações para a reforma e instrução do clero, em especial, os confessores, dada a necessidade desses homens servirem como exemplo de vida para os demais. D. Pedro inicia a célebre *Carta de Bruges* afirmando que o bom exemplo dos prelados tem grande resultado nos súditos, e uma vez que eles são instituídos pelo consentimento e autoridade do rei, aconselha D. Duarte a fomentar o aumento do número de clérigos, porém que estes sejam devidamente instruídos, em especial, em latim, para que soubessem doutrinar os fiéis de forma correta nos valores e práticas cristãs.¹²¹ No Sínodo de D. João Afonso Esteves de Azambuja¹²² — único do século XV cujo texto chegou até nós e está escrito em português, realizado em Lisboa, em 13 de Janeiro de 1403,¹²³ o religioso faz um longo estatuto sinodal sobre o problema da cultura do clero. Dessa forma, ele assevera que a instrução deles vai além da simples aprendizagem da gramática e exige um mínimo de conhecimentos da doutrina cristã a fim de poderem ensinar os fiéis. Estabelece D. João

¹¹⁸ DELUMEAU, Jean. **Nascimento e afirmação da Reforma**. São Paulo: Pioneira, Tradução de João Pedro Mendes, 1989, p. 67.

¹¹⁹ ROSA, Maria de Lurdes. **A religião no século: vivências e devoções dos leigos**. In: Carlos Moreira Azevedo (Dir.). *História Religiosa de Portugal*, Vol. 1, Formação e limites da cristandade, Lisboa: Círculo de leitores, 2000, p. 492.

¹²⁰ ROSA, Maria de Lurdes. **A religião no século: vivências e devoções dos leigos**. In: Carlos Moreira Azevedo (Dir.). *História Religiosa de Portugal*, Vol. 1, Formação e limites da cristandade, Lisboa: Círculo de leitores, 2000, p. 494-495.

¹²¹ DUARTE, D. **Livro dos conselhos de El-rei D. Duarte** (Livro da Cartuxa). Transcrição de João José Alves Dias, Tradução de A. H de Oliveira Marques e João José Alves, Lisboa: Editorial Estampa, 1982, p. 25, 31.

¹²² D. João Afonso Esteves de Azambuja (1402-1415), um religioso português de origem flamenga, fora sucessivamente bispo de Silves, do Porto e de Coimbra, quando foi transferido para Lisboa. Esteve no concílio de Pisa em 1409, como embaixador do rei D. João I e foi criado cardeal presbítero a 6 de junho de 1411. Quando regressava a Portugal, faleceu na cidade de Bruges no dia 28 de janeiro de 1415. GARCIA, Antonio, Garcia. Y. **Synodicon Hispanum**. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, Vol. II, Portugal, 1982, p. 318. GARCIA, Antonio, Garcia. Y. **Synodicon Hispanum**. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, Vol. II, Portugal, 1982, p. 283.

¹²³ PEREIRA, Isaiás da Rosa. **A vida do clero e o ensino da doutrina cristã através dos sínodos medievais portugueses**. Lusitania Sacra. Lisboa, 1978, p. 40-41.

Esteves de Azambuja que todos os clérigos de ordens sacras e todos os beneficiados, que tivessem aptidão, deveriam aprender gramática, pois, por ela entenderiam o que rezam, leem e cantam nos ofícios da Igreja.¹²⁴

Com alguma semelhança ao pensamento de D. Pedro e de D. João Afonso Esteves de Azambuja quanto à instrução do clero, D. Diogo Ortiz, bispo de Viseu, defende – no *Cathecismo pequeno* – que quatro coisas, ao menos, eram necessárias ao confessor, a saber, vida exemplar para ajudar as outras pessoas a moldarem suas ações, afastando-se dos pecados; ciência; silêncio e prudência.¹²⁵ Ao confessor se pedia, em síntese, sabedoria e prudência, juntamente com uma boa preparação doutrinária que lhe permitisse aconselhar o seu confesso sobre assuntos espirituais e outros temas. Na mesma linha de pensamento, no *Virgeu da Consolação*, é exposto por meio de palavras de São Mateus que os clérigos são a luz do mundo, “por isso convém luzir por vida, vivendo em honestidade, boa vida e por ciência e ensinança”, e por suas ações convém demonstrar verdade e sabedoria, porque é aquele que ensina o que os outros devem fazer.¹²⁶ Ademais, o autor do *Virgeu* faz uma generalização ao apontar que o religioso deveria ser abstinente, simples, humilde e sem querelas, para que pudesse ser chamado “filho de Deus”. Os confessores deveriam buscar sempre se aperfeiçoar diante de seus subordinados, em virtudes e bons costumes, assim como a prática de boas obras.¹²⁷ Todas as obras deveriam ser cumpridas de forma humilde em favor da caridade, além de ser casto e diligente para dar bom exemplo.¹²⁸ Segundo D. Duarte, no *Leal Conselheiro*:

[...] os oradores [que] querem as riquezas, honras, reverências, liberdades, segurança de segral justiça e dos feitos da guerra, usando de pouca e fraca oração, não querendo por ofícios e corregimentos honrar Deus nem suas igrejas, não ensinando, regendo, ministrando sacramentos aos que são obrigados, e a todos dão exemplo de escândalo e de pouca devoção e mal viver, tais como estes que tal seguem senão esta tibia vontade, querendo haver as honras, riquezas, poderios, soltura de todas folganças aos defensores e casados outorgados, não suportando seus perigos, trabalhos e despesas.¹²⁹

¹²⁴ GARCIA, Antonio, Garcia. Y. *Synodicon Hispanum*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, Vol. II, Portugal, 1982, p. 320.

¹²⁵ ORTIZ, Diogo. *O catecismo pequeno de D. Diogo Ortiz, Bispo de Viseu*. Edição de Elsa Maria Branco da Silva. Lisboa: Edições Colibri, 2001, p. 280.

¹²⁶ *Virgeu de Consolação*. Edição Crítica de Albino de Bem Veiga. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1958, p. 115.

¹²⁷ ARRANZ GUZMÁN, Ana. La buena fama del clero y el peligro de escândalo público: Un tema de preocupación episcopal. In: BECEIRO PITA, Isabel (Org.). *Poder, piedad y devoción: Castilla y su entorno. Siglos XII-XV*. Madrid: Sílex® Ediciones S.L., 2014, p. 106.

¹²⁸ *Virgeu de Consolação*. Edição Crítica de Albino de Bem Veiga. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1958, p. 105, 106.

¹²⁹ DUARTE, D. *Leal Conselheiro*. Edição crítica de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 44.

Dessa forma, D. Duarte esperava dos membros do clero que se dedicassem à oração e ao ofício divino; que doutrinassem os fiéis e lhes administrassem os sacramentos e com espírito humilde e desprendido, sem ambição de poder nem de riquezas, dando exemplo de devoção e integridade. De forma semelhante, o clérigo mestre em direito canônico da Universidade de Salamanca, Martín Pérez, afirma, no *Livro das Confissões*, que “convém ao confessor ser sabedor das leis de Deus e não desprezar as constituições da Santa Igreja, as quais devem todos os cristãos obedecer”.¹³⁰

Assim como os preceptores por suas atitudes e exemplos instruíam os nobres que os cercavam na corte régia a se comportar e praticar as virtudes, os confessores também eram responsáveis por guiá-los pelo exemplo de suas ações. O prestígio e o reconhecimento que os confessores possuíam na corte, para além das considerações feitas sobre essas figuras, confirmavam-se também por meio dos altos valores pagos a eles. O capelão dos infantes, por exemplo, Fr. Vasco Pereira, era remunerado em 3500 libras mensais.¹³¹ Por sua vez, Fr. João Álvarez também narra, na *Chronica de D. Fernando*, que o infante Santo, em seu cárcere no Marrocos, no momento em que escrevia seu testamento, lembrou de seu confessor e deixou ao Mestre Fr. Gil a quantia de 10 mil réis, por seus bons serviços.¹³² Serviços esses que podiam ser reconhecidos quando o fiel cumpria as penitências ordenadas pelo confessor.

Os preceptores e confessores que viviam sob a dinastia de Avis deveriam priorizar em seus discípulos a totalidade da formação e a iniciação social, moral e religiosa, proporcionando os conhecimentos essenciais para a vida do nobre na corte. Nas primeiras idades, os nobres deveriam ser instruídos nas artes e condutas que lhes trariam mais benefícios para suas relações na corte portuguesa e no seu desenvolvimento moral e espiritual. Além disso, os membros da dinastia de Avis e os letrados do período relembram como o ensino da fé e da escrita eram complementares e indissociáveis, uma vez que, ao aprenderem a ler, as crianças também eram iniciadas nos costumes cristãos e, com o passar dos anos, aprofundavam-se no conhecimento em busca de uma vida virtuosa.

¹³⁰ PÉREZ, Martín. **Livro das Confissões** – Parte I e II. Edição semidiplomática, introdução, lematização e notas de José Barbosa Machado e Fernando Alberto Torres Moreira, Portugal: Edições Vercial, 2009, p. 27.

¹³¹ SILVA, Manuela Santos. **Isabel: a Infanta da Ínclita Geração (1397-1430)**. Comunicação apresentada à Academia Portuguesa de História, 2011, p. 8.

¹³² ÁLVARES, Frei João. **Chronica do Infante Santo D. Fernando**. Edição Mendes dos Remedios. Coimbra: França Amado Editor, 1911, p. 149.

PARTE II - INSTRUMENTOS DE ORDENAÇÃO

A corte portuguesa dos reis de Avis, no século XV, foi idealizada como um ambiente de intensas trocas entre leigos e clérigos, constituindo-se como um dos lugares mais importantes da renovação da sociedade portuguesa a partir da normatização do comportamento.¹³³ Os nobres cortesãos dispunham de vários modelos e instrutores, que concorriam ativamente entre si, para adestrar o corpo e o alma. A corte, então, era lugar de confluência e coexistência de práticas voltadas para o desenvolvimento dessas duas esferas componentes do homem. D. Duarte, em certa altura do *Leal Conselheiro*, determinava que muitas vezes, por falta de incentivo, os cristãos deixam de aprender, praticar virtudes e ter boas manhas com a sua alma e o seu corpo. Para o rei-Eloquente, era por meio das ações de figuras como os pais, irmãos, amigos, preceptores e confessores, como vimos, que os nobres de sua corte eram persuadidos de obrar virtuosamente ao longo de suas vidas.¹³⁴ O rei ainda afirmava que uma das técnicas de ensino utilizadas por esses guias era justamente a repetição do mote de que por “um prático exemplo bem se pode conhecer”.¹³⁵

Para D. Duarte, a vida estava calcada na realização virtuosa das obras do corpo e do entendimento, que deveriam ser feitas com “diligencia de boas e prestes execuções”, isto é, “sempre com boa vontade”, evitando a preguiça, o “empacho” e a “fraqueza do coração”, que levam o homem a não cumprir essas obras. O rei determinava que “para bem e virtuosamente obrar do siso, prudência, discrição e bom entendimento”, eram necessárias três condições: “querer, poder e saber”. Enquanto o bem querer dependia da “vontade, boa, firme e diligente”, o “suficiente poder” vinha da “boa disposição corporal, da fazenda, do tempo”, e “das virtudes naturais outorgadas” por Deus aos nobres, para que “o corpo e os membros”, por bom costume, soubessem “servir e cumprir”. Já o “bem saber” requeria condições “praticadas pela boa conversação e pelo visto em livros virtuosos, de acordo com as necessidades pessoais”, bom como o “exercício bem continuado”.¹³⁶

Algumas atividades encarregaram-se mais especialmente de consolidar esse projeto de edificação dos nobres, sendo objetos dos tratados e tendo uma função instrumental na ordenação dos comportamentos. Nesse processo de iniciação nos valores cortesãos e de

¹³³ ROSA, Maria de Lurdes. **Espiritualidade(s) na corte (Portugal, c. 1450-c.1520): que leituras, que sentidos?**. Anuario de Historia de la Iglesia, Vol. 26, 2017, p. 225.

¹³⁴ DUARTE, D. **Leal Conselheiro**. Edição crítica de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 104,108.

¹³⁵ DUARTE, D. **Leal Conselheiro**. Edição crítica de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 138.

¹³⁶ DUARTE, D. **Leal Conselheiro**. Edição crítica de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 20. 46, 102, 108.

fortalecimento do corpo e do espírito, um intermediário podia recorrer a instrumentos diversos, como a leitura, a escrita, a missa, a montaria, a música ou a tecelagem, na mesma medida em que um mesmo instrumento poderia ser utilizado por mais de um instrutor. Partindo desse pressuposto, os capítulos a seguir percorrem algumas dessas atividades/ferramentas empregadas pelos que se encarregavam da educação dos nobres, procurando mapear os principais valores enfatizados. Em um primeiro momento, trata-se de explorar um conjunto de prescrições e informações concernentes ao regimento do corpo dos nobres por meio de atividades como a caça, a montaria, a música, o tecer e fiar, atividades fundamentais por informarem sobre as virtudes que os nobres deveriam possuir para se destacar na corte. Em seguida, entram em foco como os instrutores indicavam àqueles nobres certas formas de aprimoramento de seus espíritos por meio da presença nas missas, do contato com os livros e da prática da leitura, ações que ganhavam destaque porque, em geral, traziam algum tipo de alívio espiritual ao seu praticante.

Capítulo I - Lições para aprimoramento corporal

1. A caça e a montaria

O processo de pacificação dos reinos ibéricos no fim do século XIV fez com que a arte militar se transformasse, no século XV, em uma forma de desenfadamento e em um meio de instrução dos nobres nos valores cortesãos. Nesse sentido, D. João I, no *Livro da Montaria*, aconselha, por exemplo, aos nobres, a prática de “andar ao monte”,¹ por ser um desporto completo para o mantimento e instrução daqueles homens, pois “repara todas as coisas”, cumpre a função de “recrear o entender”, e ainda guarda para que os nobres não percam o uso das armas durante o período de paz prolongada.² Observa-se, nos reinados de D. João I e D. Duarte, a partir da escrita de obras de conteúdo mais técnico, sobretudo do *Livro da Montaria* e do *Livro da ensinança de bem cavalgar toda sela*, a ascensão da normatização dessas práticas de distração e de aperfeiçoamento do corpo, principalmente da montaria.³

Essas obras eram utilizadas como catálogos de técnicas e conselhos que serviam como instrumentos para a formação dos nobres, isto é, para serem especialmente entregues pelas famílias aos seus filhos quando estes fossem iniciados nos valores cortesãos.⁴ Ao praticarem essas atividades e demonstrarem todas as virtudes necessárias à caça e à montaria, aqueles nobres poderiam provar também seu valor moral para dirigirem as próprias vidas. Se o letramento do nobre cabia à mãe e ao preceptor, a montaria e a caça eram aprendizados conduzidos pelo pai. Os pais passavam a conviver com seus filhos de forma mais assídua quando estes contavam aproximadamente sete anos, devendo instruí-los na prática desses exercícios.⁵ Segundo Fr. Juan García de Castrojeriz, autor de grande destaque em Portugal, na *Glosa Castellana*, cabia ao pai ensinar aos filhos a arte da cavalaria, além de correr e

¹ A caça lúdica representava a montaria, conhecida como correr monte. FRADEJAS RUEDA, José Manuel. **El noble ejercicio de caça y monte**. In: Estudios mirandeses: Anuario de la Fundación Cultural "Profesor Cantera Burgos", Nº 27, 2, 2007, p. 110.

² JOÃO I, D. **Livro da Montaria de D. João I de Portugal**. Edição de Francisco Maria Esteves Pereira, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1918, p. 15.

³ Dos séculos XII a XV, a caça recebeu diversas denominações, aquela feita aos animais de maior estatura, como o porco montês, o urso, o cervo, o lobo e a raposa chamavam-se montaria (de monte). MONCHET, Koldo Trápaga. **El estudio de los bosques reales de Portugal a través de la legislación forestal en las dinastías Avis, Habsburgo y Braganza** (c. 1435-1650). Philostrato, Revista de Historia y Arte, nº 1, 2017, p. 8.

⁴ ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **História da vida privada: Do Império Romano ao ano mil**. Organização Paul Veyne; tradução Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, Vol. 1, 1989, p. 468.

⁵ GONTHIER, Nicole. **Éducation et cultures dans l'Europe occidentale chrétienne (du XIIe au milieu du XVe siècle)**. Paris: Édition marketing S.A, 1998, p. 100.

saltar, praticar a esgrima e cortar com lanças, pedras e dardos.⁶ Ademais, no *Ensino Cristão*, um pequeno opúsculo português reservado aos homens casados entre os séculos XV e XVI, seu autor afirma que o pai deveria ensinar os filhos a não se seduzirem pelas vitórias e ganhos nesses jogos, mantendo-se sem contenda e sem desejo demasiado de ganhar, isto é, conduzindo-se pela virtude da continência,⁷ que temperava as fúrias e tristezas, como já havia recomendado D. Duarte quando cita o exemplo de D. João I.⁸

Muitas vezes, as caças eram praticadas quando um rei e seus nobres se deslocavam de uma cidade a outra, já que em Portugal as cortes eram itinerantes.⁹ A montaria e a caça eram desportos há muito considerados exclusivo da nobreza, principalmente pela necessidade de grandes montantes de dinheiro e de tempo livre para a sua prática, em especial a montaria, que era conhecida por ser o desenfadamento usual dos reis e de seus filhos homens.¹⁰ A caça ainda era um exercício frequentemente usado além da distração como forma de variar a alimentação,¹¹ já que em alguns casos era através dela que se obtinham carnes muito apreciadas pela nobreza, pelo seu fino gosto, como a do porco montês, do cervo, das galinhas, dos pombos e das perdizes.¹² Em outros casos, como na caça de lobos e raposas, a prática ainda acontecia como forma de preservação de rebanhos, que eram arrematados por esses animais; o porco montês e os ursos do mesmo modo, uma vez que causavam devastações nas sementes de cereais, hortas, vinhedos e colmeias.¹³

Por meio das crônicas e obras escritas por letrados portugueses nesse período, compreende-se, em suma, que a caça era uma atividade praticada pelos filhos dos nobres e

⁶ **Glosa Castellana al "Regimiento de Príncipes" de Egidio Romano.** Edição, estudo preliminar e notas de Juan Beneyto Perez. Madrid: Centro de estudios políticos y constitucionales, 2005, p. 446-447.

⁷ TEODORO, Leandro Alves. **Ensino cristão.** Edição, estudos e notas de Leandro Alves Teodoro São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018. (Coleção Memória Atlântica, II), p. 191.

⁸ Citado na página 31 da dissertação.

⁹ Esses deslocamentos ocorriam por motivos vários como a guerra, acontecimentos políticos, a realização de cortes, cerimônias, atos solenes, pela fuga da peste, pelas atividades lúdicas, como a caça, ou por certas deslocamentos sazonais da preferência do rei. Com grande destaque durante o reinado de D. João I, demarcou-se a centralidade da corte régia fixada em torno do triângulo de Lisboa que recebeu a corte 44 vezes, de Santarém, 38 vezes, e Évora, 23 vezes. COELHO, Maria Helena da Cruz – **D. João I, o que re-colheu Boa Memória.** Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, p. 210-213.

¹⁰ FRADEJAS RUEDA, José Manuel. **El noble ejercicio de caça y monte.** In: Estudios mirandeses: Anuario de la Fundación Cultural "Profesor Cantera Burgos", N° 27, 2, 2007, p. 108.

¹¹ ZADORA-RIO, Élisabeth. **Parcs à gibier et garennes à lapins: contribution à une étude archéologique des territoires de chasse dans le paysage médiéval.** In: Hommes et Terres du Nord, 1986/2-3. Actes du colloque Du pollen au cadastre, p. 133.

¹² A caça, no período em questão, tornou-se um elemento essencial da vida social e econômico, poderia ocorrer por três quesitos: a defensiva, ofensiva e lúdica. A caça ofensiva representava um meio de subsistência para os caçadores; a defensiva era caracterizada por ser uma obrigação de oradores, defensores e labradores, pois o seu sucesso representava o benefício da comunidade. FRADEJAS RUEDA, José Manuel. **El noble ejercicio de caça y monte.** In: Estudios mirandeses: Anuario de la Fundación Cultural "Profesor Cantera Burgos", N° 27, 2, 2007, p. 97-98, 102.

¹³ JOÃO I, D. **Livro da Montaria de D. João I de Portugal.** Edição de Francisco Maria Esteves Pereira. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1918, p. XXXIV.

tinha seu início e aprendizagem com os pais. O rei D. Duarte narra, no *Leal Conselheiro*, que ele e os irmãos, na presença do pai, D. João I, nos momentos de folgança, costumavam andar “no monte e na caça”, sempre com a preocupação de realizar a montaria da melhor forma, a fim de não proporcionarem ao progenitor “o pequeno desprazer da perda de todas as veações”.¹⁴ Assim, ele afirma que “alegremente como bem podíamos, com bom resguardo de seu e nossos estados, segundo os tempos e lugares, com ele [D. João I] falávamos e praticávamos”.¹⁵ Exemplificando lições como essa de D. Duarte, o cronista régio Gomes Eanes de Zurara relata, na *Crónica da Tomada de Ceuta* que, no ano de 1414, os infantes D. Pedro e D. Henrique, filhos de D. João I, partindo de Viseu no caminho perto de Portel, mataram um grande urso, que enviaram ao rei, “mandando-lhe dizer palavras graciosas, de que seu pai ouviu com grande prazer” pelo grande presente recebido.¹⁶ Zurara ainda afirma que era por ações como essas que “os filhos dos bons homens chegavam àquele ofício”, em que os pais eram honrados pelos filhos ao perceberem que tiveram sucesso na sua instrução.¹⁷

Como D. Duarte orienta no *Livro da Cartuxa*, o bom exercício das armas, além de estimular as virtudes viris, como a coragem e a fortaleza, fazia parte do programa de instrução dos nobres da corte para que seus corpos se fortalecessem e se ocupassem de atividades próprias de seu estado.¹⁸ O rei Eloquent, no *Livro da ensinança de bem cavalgar toda sela*, disserta como a virtude da fortaleza realizada durante a caça inspirava os homens, principalmente por ela lhes estimular “boas vontades de fazer todas as cousas virtuosamente e lealmente”, seja a Deus ou aos homens, todos os dias de suas vidas. Por meio da fortaleza, os nobres mostravam-se aptos a suportar todas “as cousas fortes e contraíras”; assim, tornavam-se sábios graças às boas experiências e ao entendimento daquilo que pertencia aos seus estados e ofícios.¹⁹

¹⁴ Veações é o plural de veação e o significado de veação é: 1. caçada de animal feroz; 2. Iguaria preparada com a carne dos animais mortos na caça. “Veações”. In **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa**, 2008-2020, <https://dicionario.priberam.org/vea%C3%A7%C3%B5es> [consultado em 17-03-2020].

¹⁵ DUARTE, D. **Leal Conselheiro**. Edição crítica de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 355.

¹⁶ ZURARA, Gomes Eanes de. **Crónica da tomada de Ceuta por el rei D. João I**. Ed. Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915, p. 76.

¹⁷ ZURARA, Gomes Eanes de. **Crónica da Tomada de Ceuta por el rei D. João I**. Ed. Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915, p. 109.

¹⁸ DUARTE, D. **Livro dos conselhos de El-rei D. Duarte** (Livro da Cartuxa). Transcrição de João José Alves Dias, Tradução de A. H de Oliveira Marques e João José Alves, Lisboa, Editorial Estampa, 1982, p. 135.

¹⁹ DUARTE, D. **Livro da ensinança de bem cavalgar toda sela**. Edição crítica Joseph M. Piel. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1986, p. 8.

O nobre e o cuidado consigo

No *Livro da Montaria*, D. João I recomenda aos seus filhos e vassalos algumas diretrizes transmitidas pelos seus físicos quanto ao comportamento a ser mantido antes e durante os exercícios realizados na montaria, para que obtivessem mais êxito. Advertia, por exemplo, que para o bom mantimento do fôlego durante as corridas a pé e a cavalo, se comesse e bebesse com temperança durante as caçadas.²⁰ Como lembra Martín Pérez sobre os excessos, no *Livro das Confissões*, o homem, ao se embriagar com vinho forte, acabava por tirar o seu entendimento; assim, “dizem os doutores que este peca mortalmente” e, por isso, deveria conhecer “as compleições de seus corpos para guiá-los segundo seu poder”.²¹ No *Orto do esposo*, o autor também indica que o vinho abate o entendimento e destrói a memória, fazendo o homem esquecer-se do que sabe, ação que o leva a cometer erros; relembra, pois, Macróbio: “o esquecimento é companheiro da bebedice”.²² Dessa forma, os letrados e religiosos buscavam, nesses escritos, deixar claro àqueles nobres que o abuso do vinho poderia causar danos aos seus atos, neste caso, à prática da caça e da montaria, uma vez que, ao prejudicar os sentidos, poderia colocar o cavaleiro em perigo. Os controles alimentares também deveriam ser respeitados após a caça, pois D. João I também assinala que, devido ao calor do corpo gerado pelo exercício, se antes tomassem o vinho terçado, deveriam ingerir um meio de água ou mais. Além disso, tinham de comer pouco, “posto que as iguarias” a que tinham acesso nas caçadas eram muitas, e em excesso causariam danos.²³ Segundo D. Duarte, para o nobre ter uma vida plena, era necessário, além de outras coisas, praticar o “regimento da física no comer, beber e todas as outras coisas que sem pecado se puderem fazer”.²⁴ Essas prescrições não apenas deveriam ser seguidas pelos nobres nos momentos de desenfadamento, mas também aplicadas no seu cotidiano.

Na mesma esteira do rei-Eloquente, Martín Pérez adverte que a temperança, uma das virtudes tidas como responsáveis por regular o corpo do nobre e torná-lo apto para a cavalgada, não apenas ordenava o beber, mas também o comer. Dessa maneira, o letrado aconselha o nobre a manter os costumes e não ser torpe em comer ou em beber, pois, ao

²⁰ JOÃO I, D. *Livro da Montaria de D. João I de Portugal*. Edição de Francisco Maria Esteves Pereira. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1918, p. 25.

²¹ PÉREZ, Martín. *Livro das Confissões* – Parte I e II. Edição semidiplomática, introdução, lematização e notas de José Barbosa Machado e Fernando Alberto Torres Moreira, Portugal: Edições Vercial, 2009, p. 209.

²² *Orto do esposo*. Edição de Bertil Maler, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Vol. 1, 1956, p. 56.

²³ JOÃO I, D. *Livro da Montaria de D. João I de Portugal*. Edição de Francisco Maria Esteves Pereira. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1918, p. 41.

²⁴ DUARTE, D. *Leal Conselheiro*. Edição crítica de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 82-83.

cavalgar pelos campos em caçada, demonstraria o cuidado com o corpo e criaria parâmetros de bom comportamento para outros homens. Ainda no que diz respeito aos cuidados corporais, o clérigo recomenda que “não se abra muito a boca ou soe com os beijos”, que não “verta os manjares ou o vinho por si ou pela mesa ou que se coloque torpemente toda a mão ou todos os dedos na escudela”, ou use das toalhas para se limpar. Essas atitudes igualariam os homens a bestas demonstrando a sua animalidade e irracionalidade, sendo assim, os nobres deveriam ser mais temperados em suas ações.²⁵ De forma semelhante, o rei D. Duarte considerava a temperança o esteio do regimento da saúde. Ele advertia sobre a necessidade de se “guardar boa e razoável temperança nos trabalhos do espírito e do corpo”, e considerava que na “idade e disposição dos tempos, está grande parte do regimento da saúde”, isto é, quanto mais cedo o nobre tomasse esses cuidados, mais rapidamente estes se tornariam regulares e mais fáceis de manter por toda a vida. Desdobrando esse raciocínio, o rei-Eloquente diz que, embora pareça “difícil de guardar, se o for acostumando, parecerá bem ligeiro de fazer” e conclui que “quem no trabalho se acostumar”, o bem encontrará.²⁶ Para serem comedidos nas práticas, os filhos dos nobres deveriam, portanto, ser iniciados na virtude da temperança pelos pais, especialmente aprendendo o conteúdo prescrito pelo *Livro da Montaria* e o *Livro da ensinança de bem cavalgar toda sela*.

O *Orto do esposo*, em consonância com as ideias de D. Duarte, afirma que o homem, quando tem o corpo saudável, anda folgado²⁷ pelos campos verdes, pelos montes, pelas serras e pelas matas, caçando os cervos e os gamos e as outras bestas, feras e as aves.²⁸ Essa importância do corpo saudável era reiterada pelos cronistas portugueses Gomes Eanes de Zurara e Rui de Pina quando nutrem, igualmente, uma crença no poder e valor das aparências, nunca, porém, sem associá-las às condutas morais. Dessa forma, ao registrar os feitos daqueles homens “dignos de memória”,²⁹ tais cronistas também buscaram descrever a sua formosura corporal que era muito útil no momento da prática. Rui de Pina, por exemplo, ao retratar D. Duarte, deixa registrado que o rei “foi homem de boa estatura do corpo, e de

²⁵ PÉREZ, Martín. **Livro das Confissões** – Parte III e IV. Edição semidiplomática, introdução, lematização e notas de José Barbosa Machado e Fernando Alberto Torres Moreira, Portugal: Edições Vercial, 2010, p. 122.

²⁶ DUARTE, D. **Leal Conselheiro**. Edição crítica de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 382.

²⁷ Folgado, subs. (do part, de folgar). Descansado. MACHADO, José Barbosa. **Dicionário dos primeiros livros impressos em língua portuguesa**. Braga: Edições Vercial, Vol. 2 (D-H), 2015, p. 496.

²⁸ **Orto do esposo**. Edição de Bertil Maler, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Vol. 1, 1956, p. 176-177.

²⁹ Para Gomes Eanes de Zurara contar a vida e os feitos de grandes homens representava uma seletiva de ações que mereciam ser lembrados e exaltados. FRANÇA, Susani Silveira Lemos. Investidas moralizantes na história da expansão portuguesa. In: FRANÇA, Susani Silveira Lemos; RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros (Org.). **A escrita da história de um lado a outro do Atlântico**. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2018, p. 168.

grandes e fortes membros”.³⁰ O segundo cronista régio, Gomes Eanes de Zurara, ao descrever os feitos do infante D. Henrique não deixa de tratar de suas “feições corporais”. Segundo ele, o infante era um homem de “boa grandeza” de “carnadura grossa, de largos e fortes membros”. Por esses retratos e outros deixados pelos cronistas, as aparências dos nobres, reis e infantes eram também espelhos das virtudes.³¹

Outrossim, o nobre cavaleiro deveria ser instruído sobre as roupas adequadas à montaria. O cuidado minucioso com a indumentária definia e era indispensável ao bom cavaleiro. As vestimentas tinham de ser medianas em tamanho e largas, de mangas não muito curtas e de materiais leves, visto que o nobre cavalgador deveria sentir-se o mais confortável possível. Um item muito importante ainda era o uso de um pequeno chapéu para proteger-se do sol.³² A atenção do cavaleiro aos detalhes valia também para os pés, D. João I adverte que o mais indicado era o uso de botas, sendo rechaçada a ideia de usar sapatos comuns ou calças soladas.³³ Dessa forma, as manhas da caça, do cavalgar e os treinos de armas, em geral, deveriam fazer parte da vida cotidiana dos principais membros do corpo social português; ademais, eram exercícios obrigatórios que contribuíam para cuidar do aspecto geral do corpo.

Corroborando a relação entre a saúde do corpo e da alma que alicerçava a instrução dos nobres portugueses, D. Duarte sugere, no *Leal Conselheiro*, que a “manha de cavalgar” era usada para dar descanso ao entendimento,³⁴ e acrescenta ainda que andar em boas e “ledas bestas”, ou seja, animais bem cuidados, trazia alegria para o coração.³⁵ Nos tratados doutrinários produzidos na corte de Avis, por D. João e D. Duarte, a partir das prescrições sobre o aperfeiçoamento dos nobres que os cercavam na corte régia, além de desenfadar o entender, segundo o rei de Boa memória, a montaria restaurava a “faculdade do entender” ao descansar todos os sentidos.³⁶ Para aqueles reis, o entender e o entendimento eram as faculdades pelas quais os homens se desenvolviam e apreendiam novas ações, evitando o ócio e, ao mesmo tempo, mantendo atualizados os conhecimentos bélicos em tempos de

³⁰ RUI DE PINA. Chronica do senhor Rey D. Duarte. In: **Crónicas de Rui de Pina. D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Dinis, D. Afonso IV, D. Duarte, D. Afonso V, D. João II**. Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977, p. 494-495.

³¹ MATTOSO, José (Dir.). **História da vida privada em Portugal**. Vol. 1. Idade Média, p. 359.

³² DUARTE, D. **Livro da ensinança de bem cavalgar toda sela**. Edição crítica Joseph M. Piel. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1986, p. 30-36.

³³ JOÃO I, D. **Livro da Montaria de D. João I de Portugal**. Edição de Francisco Maria Esteves Pereira, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1918, p. 334.

³⁴ ZURARA, Gomes Eanes de. **Crónica de Guiné (1452-1453)**. Introdução, novas anotações e glossário de José de Bragança. Lisboa: Livraria Civilização, 1973, p. 21.

³⁵ DUARTE, D. **Leal Conselheiro**. Edição crítica de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 451.

³⁶ JOÃO I, D. Livro da Montaria. In: Obras dos Príncipes de Avis, p. 15.

paz.³⁷ Tanto quanto a leitura e as conversas proveitosas,³⁸ essas práticas desportivas eram aconselháveis para ordenar o corpo, fazendo-o forte e ágil,³⁹ e para aguçar os sentidos, virtudes que principalmente em tempos de guerra eram desejáveis aos cavaleiros.⁴⁰

Os letrados avisinos, reafirmando o vínculo entre a moral e a saúde, estiveram atentos aos ensinamentos dos físicos e, ao mesmo tempo, procuraram eles próprios refletir sobre a saúde e sua relação com as virtudes. Os nobres, para administrarem suas ações segundo as virtudes da temperança e da fortaleza, deveriam: comer e beber com modéstia, preocupar-se com a postura durante a caçada, manter as mãos e o rosto limpos e vestir-se adequadamente ao seu estado e práticas, não entrar em contendas, em resumo, cabia-lhes praticar a montaria e a caça como forma de ordenar simultaneamente o corpo e o espírito. Tais foram algumas das tópicos recorrentes que os letrados portugueses do século XV utilizavam para instruir os nobres da corte régia nos valores e virtudes por eles prezados, tendo como norte a prática da caça e da montaria.

A segurança e o comportamento sobre o cavalo

Dada a importância atribuída à prática da caça e da montaria como forma de desenfadamento na vida da corte, os nobres deveriam ser instruídos para que a realizassem da forma mais correta e honrosa. Fr. Juan García de Castrojeriz afirma, na *Glosa Castellana*, que quando os moços são bem informados na sua “*niñes*” e são criados ligeiros, eles se movem a todo bem e criam as qualidades e virtudes necessárias a um nobre.⁴¹ Dessa forma, eles deveriam conhecer as posturas corporais adequadas durante a caça e a montaria. D. Duarte declara, no *Livro da ensinança de bem cavalgar toda sela*, que tudo aquilo que o nobre faz

³⁷ A partir de Aristóteles, os letrados de Avis propuseram que o entendimento estava ligado à prática vivida e não derivaria de um saber. D. Duarte, assim, propunha que o entendimento estaria dividido em cinco partes: d’prender, renembrar, judicativa, inventiva, declarador, executiva e da firmeza e perseverança. DUARTE, D. **Leal Conselheiro**, p. 7-13. Sobre o entender o entendimento, ver: PACHECO, Maria Cândida Monteiro. **Intelecto prático e vontade em D. Duarte, rei de Portugal**. Versão portuguesa de “Intellect pratique et volonté chez Duarte, roi du Portugal”. In: Les Philosophies Morales et politiques au Moyen Âge. Actes du IXe Congrès International de Philosophie Médiévale, Ottawa, 17 au 22 août 1992, Ottawa, New York, Toronto, 1995, p. 767-776.

³⁸ Tais escritores portugueses quatrocentistas propuseram uma série de práticas de si para regulamentar os cuidados cotidianos que seus contemporâneos e sucessores deviam ter consigo mesmos, com os outros e principalmente com o sagrado. SILVA, Michelle Tatiane Souza e. **Ler e ser virtuoso no século XV**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p. 14.

³⁹ LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. **Uma história do corpo na Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 149.

⁴⁰ FRADEJAS RUEDA, José Manuel. **El noble ejercicio de caça y monte**. In: Estudios mirandeses: Anuario de la Fundación Cultural “Profesor Cantera Burgos”, N° 27, 2, 2007, p. 109.

⁴¹ **Glosa Castellana al “Regimiento de Príncipes” de Egidio Romano**. Edição, estudo preliminar e notas de Juan Beneyto Perez. Madrid: Centro de estudios políticos y constitucionales, 2005, p. 447.

sobre o cavalo demonstra grande vantagem sobre os outros, pois, estar montado significava exprimir bons costumes e bons ensinamentos, e se distinguir perante os demais.⁴²

O comportamento sobre o cavalo, para o rei-Eloquente, deveria ser feito de forma temperada, assim como no comer e beber; e os movimentos deveriam ser razoáveis e soltos, ou seja, o cavaleiro seria capaz de manter seu corpo à vontade, da maneira mais natural possível. Acima de tudo, dever-se-ia manter a postura para que fosse “formoso em toda sela e forma de cavalgar”, sabendo se corrigir na besta para bem parecer, além de possuir grande disposição ao andar por grandes caminhos e fazer grandes corridas.⁴³ O nobre deveria, ainda, conseguir controlar suas bestas da melhor forma, sendo perspicaz ao prever tudo o que poderia acontecer ao montar, sempre receoso de cair e, se caísse, que soubesse fazê-lo de forma cuidadosa. Orienta também que soubesse “bem ferir das esporas segundo se requiere em cada tempo e besta” e que a mão trouxesse todos os freios do cavalo durante todo tempo para a sua segurança.⁴⁴ A partir do comportamento ideal demonstrado sob o cavalo, o nobre serviria, então, como modelo àqueles homens que o cercavam no momento da caça, pelo fato de o exercício de montar ser considerado uma forma de distinção e imponência.

Além de trazer honras e imposição física, a caça e a montaria eram consideradas uma ação segura a ser praticada pelos nobres. Segundo D. João I, “morrem mais homens que andam sobre o mar do que sobre o monte”, por ano morrendo mais de mil que “andam sobre o mar”, enquanto no monte morrem cerca de um a cada dez anos.⁴⁵ Mas, para que essa prática se tornasse realmente segura para os nobres, eram necessárias algumas regras e condições. D. Duarte enumera três requisitos para ser bom cavalgador: grande vontade, poder abastado e muito saber.⁴⁶ Além disso, era imprescindível possuir boas bestas, cavalgar bem, andar folgado, ser honrado e proveitoso, bem se guardar, ser ledo e ter grande coração, modos de agir que seriam aprendidos com os pais durante a vida.⁴⁷ Sobre os perigos de se cair do cavalo, Fernão Lopes, primeiro cronista-mor da Torre do Tombo, narra e adverte, na *Crónica de D. João I*, que o rei Juan I, de Castela, havia morrido aos 32 anos pela queda do seu cavalo quando caçava com alguns nobres. O acidente aconteceu quando o cavalo do rei tropeçou e

⁴² DUARTE, D. **Livro da ensinança de bem cavalgar toda sela**. Edição crítica Joseph M. Piel. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1986, p. 5.

⁴³ DUARTE, D. **Livro da ensinança de bem cavalgar toda sela**. Edição crítica Joseph M. Piel. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1986, p. 13.

⁴⁴ CLARK, John. **The Medieval Horse and its Equipment, c.1150-1450**. London: HMSO, 1995, p. 43-44.

⁴⁵ JOÃO I, D. **Livro da Montaria de D. João I de Portugal**. Edição de Francisco Maria Esteves Pereira, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1918, p. 37.

⁴⁶ DUARTE, D. **Livro da ensinança de bem cavalgar toda sela**. Edição crítica Joseph M. Piel. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1986, p. 2.

⁴⁷ DUARTE, D. **Livro da ensinança de bem cavalgar toda sela**. Edição crítica Joseph M. Piel. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1986, p. 9.

os dois caíram “quebrando todo o corpo”.⁴⁸ O relato do cronista atenta o nobre sobre como ele deveria saber se resguardar, portanto, dos perigos que acontecem pelas quedas e “topamentos”⁴⁹ nas árvores, sejam eles dos homens ou das bestas. Dessa forma, o nobre deveria aprender a montar por terrenos diferentes, possuindo conhecimento dos matos, serras e coutadas,⁵⁰ e de quaisquer outros lugares, já que o percurso era repleto de incertezas; por isso, era primordial que delimitassem uma zona da floresta para a perseguição ao animal.⁵¹

Acerca das modalidades de montaria ensinadas aos nobres pelos pais para que fossem considerados honrados e exemplares, D. Duarte cataloga cinco maneiras diferentes de cavalgar. O primeiro deles requeria pernas direitas, um pouco adiantadas e firmadas nas estribeiras; o segundo devia também trazer as pernas direitas e um pouco encolhidas; o terceiro, com as pernas firmes na estribeira e dentro da sela, além de receber ajuda dos “arções”⁵²; o quarto devia trazer as pernas sempre encolhidas, sentado na sela e com pés firmados; o quinto jeito seria cavalgar sem estribeiras, de modo que o nobre teria de apertar as pernas e manter-se direito.⁵³ Ainda sobre as formas de um nobre portar-se sobre o cavalo, D. Duarte deixa claro que existem quatro partes do corpo em que convém ao nobre deixar de forma solta: a primeira é o braço direito, que deveria estar bem postado para reger, lançar, cortar e fazer qualquer outro movimento; a segunda diz respeito à mão e ao braço esquerdo, para trazer e soltar as rédeas quando necessário; a terceira refere-se ao controle das pernas e do joelho para ferir a besta quando necessário; e a quarta consiste na continência do corpo,

⁴⁸ LOPES, Fernão. **Crónica del Rei D. Joham I**. Edição: Anselmo Braamcamp Freire. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, vol. II, 1973, p. 304.

⁴⁹ “Topamentos” do verbo topar (de origem onomatopáica). Dar de caras com: encontrar-se. Formas: topa (VC, 3); topa (VC, I); topara (EE, 2); topará (VC, I); topasse (VC, I: tope (VC, 1); topousc (EE, 1). MACHADO, José Barbosa. **Dicionário dos primeiros livros impressos em língua portuguesa**. Braga: Edições Vercial, Vol. 4 (Q-Z), 2015, p. 351.

⁵⁰ As coutadas, eram conhecidas por serem terras em que não se permite a caça, por estar reservada a seu proprietário, sendo em sua maior parte reservada para pasto. Dessa forma, reis e senhores sempre iam acrescentando em seus D.ínios para seu desenfado venatório, o que era permanente motivo de contestação das populações rurais, que tinham a caça restringida, diziam eles que está arte deveria ser um bem comum, uma vez que foi dada por Deus para mantimento dos homens, e que com o passar do tempo serviu de proveito a uns quantos, justamente os mais ricos e poderosos. Porém, sobretudo, em coitos extensos com um grande número de animais selvagens, ao não serem periodicamente abatidos, entravam com frequência nos terrenos de cultura, provocando os maiores danos. D. João I procurou gerir este jogo de interesses, ao permitir que as gentes caçassem certas espécies inferiores, apenas resguardando as mais nobres (porco-montês e veado), e aproveitassem da lenha e madeira das matas, ao permitir que ocasionalmente, os homens matassem os porcos-monteses e veados que destruíam os campos de cereais e as vinhas, assim, como era exigido que os donos dos gados que invadissem e prejudicassem as culturas pagassem as coimas devidas aos agricultores. COELHO, Maria Helena da Cruz. **D. João I, o que re-colheu Boa Memória**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, p. 256-259.

⁵¹ CHAPOT, Victor. **Les méthodes d'attelage et d'équitation aux siècles passés**. In: Journal des savants, Mai 1932, p. 207.

⁵² Arções plural de arção, peça arqueada de madeira que faz parte da armação de uma sela.

⁵³ DUARTE, D. **Livro da ensinança de bem cavalgar toda sela**. Edição crítica Joseph M. Piel. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1986, p. 15-19.

isto é, em evitar movimentos bruscos. Considera, em suma, que “a soltura dos braços e das pernas” se deve ter ao não os trazer de forma desordenada sendo que cada qual cumpra seu ofício.⁵⁴ O bom cavaleiro deveria ser instruído para bem utilizar todas essas maneiras, adequando-se aos diferentes momentos da montaria, além de conhecer todas as técnicas e manejos, mantendo-se seguro em todas as ações. D. João I recomenda aos filhos que era necessário conhecerem esses preceitos para “não caírem em erro”,⁵⁵ por exemplo, realizando saltos desnecessários.

A virtude da prudência conduzia, portanto, o andar “no monte e na caça”, principalmente como forma de garantir a segurança do nobre. No *Boosco Deleitoso*, ela aparece como uma dona que torna o homem sábio e atento ao seu redor, aprendendo a conquistar fama e a abrandar os males de sua alma.⁵⁶ Ademais, D. Duarte – ao informar sobre as virtudes que regiam o homem, no *Livro da ensinaça de bem cavalgar toda sela* – apresenta a prudência como a capacidade de discernir entre o bem e o mal, isto é, de reconhecer os feitos que enobreceriam a alma e evitar práticas pecaminosas.⁵⁷ Essa interpretação da prudência pelos letrados portugueses surgiu principalmente do contato com os textos estoicos, com destaque a Cícero.⁵⁸ A prudência, assim como outras virtudes, traduzia-se em um conhecimento orientado a regular a conduta humana e criar parâmetros para se conhecerem as ações a serem executadas dentro e fora da corte.⁵⁹ Dessa forma, era por meio da montaria, mais do que qualquer outro instrumento, praticada de maneira sistemática, quase diária e seguindo esses preceitos, que o nobre aprendia a ser prudente, ou seja, a se comportar em diferente seguimentos de sua vida.

O conhecimento das veações e dos instrumentos

D. João I assevera que convinha aos pais estimular seus filhos para conhecerem os animais que caçavam, para que esta prática fosse realizada da forma mais eficaz e segura. Como já dito anteriormente, em Portugal, os que mais se destacavam eram o cervo, o urso e o

⁵⁴ DUARTE, D. **Livro da ensinaça de bem cavalgar toda sela**. Edição crítica Joseph M. Piel. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1986, p. 72.

⁵⁵ JOÃO I, D. **Livro da Montaria de D. João I de Portugal**. Edição de Francisco Maria Esteves Pereira, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1918, p. 138.

⁵⁶ **Boosco deleitoso**. Edição de Augusto Magne. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Vol. 1, 1950. p.13.

⁵⁷ D. DUARTE. **Livro da ensinaça de bem cavalgar toda sela**. Edição crítica Joseph M. Piel. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1986, Capítulo VIII - per que se demostram quatro vontades que som em nos, e como per ellas nos devemos reger, p.

⁵⁸ Como citado na página 39 da dissertação.

⁵⁹ ÉTIENNE, Jacques. **Sagesse et prudence selon le stoïcisme**. In: Revue théologique de Louvain, 1^o année, fasc. 2, 1970, p. 175-176.

porco montês. Apesar de D. João I enumerar esses três animais comumente caçados por nobres, era o porco montês, espécie que habitava toda a Europa, que mais corriqueiramente os caçadores encontravam.⁶⁰ O rei dedica, por conseguinte, no *Livro da Montaria*, vinte e nove capítulos ao porco montês, ao descrever seus hábitos e a forma correta de caçá-lo. O monarca narra que este animal, de carne muito apreciada pelos nobres,⁶¹ era naturalmente feroz e selvagem.⁶² Os caçadores costumavam rastreá-lo,⁶³ o que facilitava a caça, identificando-o através de pegadas, do frescor da terra, dos excrementos e pela cor dos galhos quebrados encontrados durante o caminho.⁶⁴

Dos outros animais, como o cervo, os escritos também consideravam necessário conhecer o porte e os comportamentos, a saber, que é um mamífero herbívoro de grande porte e que sua carne era muito apreciada na mesa dos grandes senhores.⁶⁵ O autor do *Orto*

⁶⁰ Exceto na Inglaterra onde foi extinto ainda no século XII. JOÃO I, D. **Livro da Montaria de D. João I de Portugal**. Edição de Francisco Maria Esteves Pereira. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1918, p. XLVI.

⁶¹ Os pratos feitos com esses animais eram frequentemente recheados ou servidos com molhos. Existiam pratos feitos com barriga de porco, jarretes de porco, presunto, fígado e estômago, e de fato, o ventre da porca era considerado uma iguaria. Em toda a Europa medieval, os porcos eram uma das fontes mais importantes na alimentação por sua carne e gordura. ADAMSON, Melitta Weiss. **Food in Medieval Times**. Vol. 1, Greenwood, 2004, p. 30.

⁶² Tendo considerável força, resistindo a lobos e cães, tornando-se mais perigoso quando cercado por homens e cavalos. Essa selvageria torna-se mais frequente entre os meses de outubro e novembro quando acontece a época do acasalamento, em que os mesmos atacam uns aos outros para possuir uma fêmea. A gestação das fêmeas dura quatro meses, ou seja, de fevereiro a abril, geralmente nascem de três a nove filhotes, que são amamentados por mais quatro meses, atingindo seu desenvolvimento máximo aos seis anos. JOÃO I, D. **Livro da Montaria de D. João I de Portugal**. Edição de Francisco Maria Esteves Pereira. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1918, p. XLVI.

⁶³ TILANDER, Gunnar. **Mots se rapportant au sanglier dans les livres de chasse du moyen âge**. In: Romania, tome 51 n°202, 1925, p. 256.

⁶⁴ Suas características físicas eram: estatura média de 1,60 centímetros de comprimento, excluindo a calda, além de 0,90 centímetros de altura e uma tromba móvel. Em geral, alimentava-se de ervas, raízes e tubérculos tenros, insetos, reptéis, ovos, crias de cervos e cabras, devastava campos cultivados, vinhedos e hortas. dedos pares — sendo que cada membro possui duas unhas anteriores e duas posteriores, as patas geralmente são curtas e grossas, o seu tronco era recolhido e comprimido lateralmente; o pescoço muito curto, a cabeça cônica e forte, focinho alongado, a sua tromba móvel era utilizada para escavar a terra, orelhas estreitas, compridas e com pelos, uma calda delgada terminada com um pincel de pelos, possui um couro espesso, quando jovem possuía malhas e riscas ruivas, o couro ainda é coberto por pelos denominados “cerdas”, que eram muito duros e pouco abundantes, existindo desde o pescoço até as costas uma crina, o ruído emitido por ele era designado como um ladrar. O porco-montês geralmente se estabeleciam em um covil denominado pocilga, localizado no meio dos montes, principalmente em regiões de mato denso, na proximidade de um charco, pântano ou lagoa. Passa a maior parte do dia dentro da pocilga e no verão nas horas de maior calor vão aos charcos, com hábitos noturnos. JOÃO I, D. **Livro da Montaria de D. João I de Portugal**. Edição de Francisco Maria Esteves Pereira. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1918, p. XLVII, 100, XLV.

⁶⁵ Sua carne geralmente era assada ou cortada em formato arredondado como uma massa para formar pastéis. ADAMSON, Melitta Weiss. **Food in Medieval Times**. Greenwood, Vol. 1, 2004, p. 36. Acredita-se que os cervos já foram abundantes em Portugal durante os séculos XII e XIII. Na Península Ibérica, os machos não passam dos 250 kg e as fêmeas 150 kg, os machos ainda são providos de cornos em forma de galhos, que se renovam periodicamente. Sua pelagem muda de acordo com a estação do ano, variando de castanho-avermelhado no verão a castanho-escuro no inverno. O cervo habitava, preferencialmente, os matos das planícies, vivia em famílias compostas de um macho adulto e muitas fêmeas com suas crias, que após algum tempo são expulsos pelo macho alfa. A época de acasalamento tem início em setembro, tendo como característica as lutas violentas entre os machos, da gestação nasce, geralmente, um único filhote. Os filhotes

do esposo, em sua célebre obra, descreve o cervo como um animal manso que se aflige com a aproximação do homem.⁶⁶ No reinado de D. João I, os ursos já eram bem raros em Portugal, contudo, como já comentado anteriormente, em 1414, o episódio em que os infantes D. Pedro e D. Henrique mataram um grande próximo a Portel foi considerado feito digno de memória, registrado pelo cronista. D. João I afirma que era imprescindível que o nobre soubesse de todos os detalhes a respeito do animal, para que pudesse se proteger e obter sucesso durante a caça.⁶⁷ Os nobres, a partir do conhecimento dos hábitos e da forma correta de perseguir esses animais, teriam, então, êxito na prática e também poderiam realizá-la da forma mais segura. D. João I diz, no *Livro da Montaria*, que todos esses passos deveriam ser bem executados pelos nobres, desde o momento da escolha da montada até a forma de carregar o animal abatido.⁶⁸

Da mesma forma que recomendava que os nobres fossem instruídos a respeito dos hábitos desses animais, D. João I deixa claro também ser esperado que aqueles homens soubessem porquê e como usar os mais diversos instrumentos e a forma correta da manutenção. Dos animais utilizados, destacavam-se os cães, cabendo aos pais ensinar aos filhos a melhor forma de criar estes animais para que os utilizassem na caça e que também soubessem reconhecer os seus avisos e costumes.⁶⁹ O rei D. João I enfatiza que os cães eram

apresentam manchas brancas no dorso que os ajudam a camuflar-se em seu ambiente. O pescoço do macho adulto é guarnecido por longos pelos que formam uma crina para baixo, além disso ainda se caracterizam por uma cauda muito curta. Eles repousam e ruminam de dia, alimentando-se de folhas, frutas, ramos de árvores e arbustos, ademais era um animal reconhecido pela sua rapidez. JOÃO I, D. **Livro da Montaria de D. João I de Portugal**. Edição de Francisco Maria Esteves Pereira. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1918, p. LIII.

⁶⁶ **Orto do esposo**. Edição de Bertil Maler, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Vol. I, 1956, p. 178.

⁶⁷ Além da prática de desenfadamento, a caça aos ursos servia como uma forma de obter sua pele, que era usada para a fabricação de roupas e tapetes e de proteção de territórios de plantio. Quanto a eles, geralmente, era necessário saber que alimentavam-se de folhas, raízes tenras, tubérculos, frutas e cogumelos, além de serem conhecidos por devastarem os campos cultivados, hortas e vinhedos, procuravam ainda as colmeias de abelhas; seu lado carnívoro era alimentado com pequenos animais como coelhos e lebres, além de arrebatar cordeiros e cabritos. Eles costumam ter um período de engorda do verão até o outono, onde construíam uma cama com ramos e folhas em grutas, rochedos ou mesmo dentro de troncos de árvores, onde passavam o período de maior frio, posteriormente ficou conhecido como hibernação. Ademais, a época de acasalamento acontece de julho a setembro, sua gestação dura seis meses, com a fêmea parindo de janeiro a março dois filhotes, estes amamentam por seis meses. O urso raras vezes agia de maneira hostil, todavia, ao ser ferido ou ameaçado tornava-se muito perigoso, principalmente ao usar suas garras. JOÃO I, D. **Livro da Montaria de D. João I de Portugal**. Edição de Francisco Maria Esteves Pereira. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1918, p. XLIX, LI.

⁶⁸ JOÃO I, D. **Livro da Montaria de D. João I de Portugal**. Edição de Francisco Maria Esteves Pereira, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1918, p. 324.

⁶⁹ A caça com cães consistia em uma longa perseguição na floresta e a caça com pássaros era estática e praticada em áreas abertas. Nos casos em que eram empregadas as aves de rapina, como o gavião, o açor e o falcão, a caçada era denominada “altanaria”, em que os animais eram adestrados durante a vida para tomar a presa. Altanaria que vem do alto, aludindo ao fato da ave de rapina voar muito alto e cair sobre as presas, ainda aquelas caças específicas que envolvessem um gavião se chamaria cetraria enquanto falcoaria se empregasse o uso de um falcão. GUERREAU, Alain. Caça. In: LE GOFF, Jacques; SCHIMITT, Jean-Claude. **Dicionário analítico do Ocidente medieval**, Vol. I. Coordenação e tradução Hilário Franco Júnior, São Paulo: Editora Unesp, 2017, p. 159.

empregados pelos monteiros como seus auxiliares, não apenas para descobrir a jazida da veação, mas também para perseguir, acurralar e apreender, dado o olfato aguçado para rastrear as presas, além disso, os sons emitidos pelos cães eram capazes de fazer os monteiros identificarem qual a situação da veação.⁷⁰ Ademais, os estábulos da nobreza tinham de ser bem apetrechados e conter cavalos para todos os membros da família.⁷¹ D. Duarte assevera que as estrebarias localizavam-se, em geral, o mais perto possível da casa de seu senhor, para que fossem bem acomodados e tratados regularmente.⁷² Do mesmo modo, D. João I aconselha aos nobres alguns cuidados com os seus cavalos: que fossem fortes e, quando fossem sair para montar, que não possuísem nenhuma pata manca.⁷³

D. Duarte afirma, igualmente, que para a montaria e, consequentemente, a caça ocorressem da melhor forma possível, os acessórios deveriam estar em bom estado e bem ajustados. O rei D. João I afirma que dos utensílios pertencentes ao costume da caça os nobres deveriam ter conhecimento e serem instruídos no seu uso, entre esses, encontrava-se a lança, usada para ferir a veação.⁷⁴ Segundo D. Duarte, no *Livro da Ensinança a bem cavalgar a toda sela*, para um bom arremesso da lança, quatro coisas eram necessárias: a primeira, que se lance longe; a segunda, que se lance certo; a terceira, que se lance de forma segura, guardando a si e seu cavalo, e a quarta, com formosura.⁷⁵ Era recorrente também o uso da buzina, um instrumento usado para a comunicação e envio de sinais, esta era feita de latão ou cobre; além dela era comum o uso das vozes também para advertir os outros monteiros da

⁷⁰ Na primeira parte do *Livro da Montaria*, do capítulo IX ao XIV, D. João ainda faz uma complexa análise sobre a criação dos cães partindo do momento do nascimento até o seu adestramento. O rei se diz capaz de determinar as qualidades dos cães pela sua pelagem e cor do focinho. Dessa forma, os cães distinguiam-se em três grupos: o primeiro, caçava e matava para o homem; o segundo, buscava e achava a caça para o homem matá-la; e o terceiro, buscava a caça e não a matava. Esses animais eram muito utilizados principalmente na caça ao porco montês, sendo eles diferenciados entre os “sabujos”, que buscavam o porco, e o “alão”, que o perseguia. Para o controle dos cães também era utilizada a trela, que servia para conduzi-los e era constituída por uma tira de boi ou corda de seda e crina de cavalo. JOÃO I, D. **Livro da Montaria de D. João I de Portugal**. Edição de Francisco Maria Esteves Pereira. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1918, p. 249, 253, LXIV.

⁷¹ ANTUNES, Ana Paula Jerónimo. **De infanta de Portugal a duquesa de Borgonha D. Isabel de Lencastre e Avis (1397-1429)**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2012, p. 23-24.

⁷² CLAR K, John. **The Medieval Horse and its Equipment, c.1150-1450**. London: HMSO, 1995, p. 34.

⁷³ JOÃO I, D. *Livro da Montaria de D. João I de Portugal*. Edição de Francisco Maria Esteves Pereira, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1918, p. 334.

⁷⁴ Descrita como uma arma de arremesso e que ela deveria ser feita de vara bem longa e reta, com um ferro bem talhado e afiado na ponta JOÃO I, D. **Livro da Montaria de D. João I de Portugal**. Edição de Francisco Maria Esteves Pereira, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1918, p. 12.

⁷⁵ Segundo o rei-Eloquente a espada também poderia ser levada de quatro formas: a primeira, de talho travesso; a segunda, de revés; a terceira, pendente de cima para baixo e a quarta, de ponta. D. Duarte acredita que a primeira e a segunda são as melhores para ferir qualquer homem a cavalo. DUARTE, D. **Livro da ensinança de bem cavalgar toda sela**. Edição crítica Joseph M. Piel. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1986, p. 113.

situação em que se encontravam.⁷⁶ O nobre, ao possuir conhecimento dos sinais da buzina e das vozes, era capaz de destacar-se na montaria, uma vez que, dessa maneira, estaria atento a tudo o que acontecia ao seu redor.⁷⁷

Fica claro que a partir dos ensinamentos previstos por D. João I e D. Duarte quanto à caça e a montaria, não se procurava apenas estabelecer regramentos para o êxito nessas práticas. Buscava-se, antes de tudo, ensinar o uso das virtudes, principalmente da temperança, da fortaleza e da prudência, para que os nobres apreendessem a administrar e a coordenar o seu corpo e a sua alma e a proceder nas relações da corte como bons nobres e cristãos, nunca se esquecendo de que esse ensino e incentivo para o exercício deveria mirar a figura do pai como exemplo primordial para o seu sucesso. Em outras palavras, os nobres expressavam seu valor moral ao praticarem essas atividades, demonstrando que as virtudes necessárias na caça e na montaria também eram fundamentais para bem conduzirem suas próprias vidas e a relação com os seus iguais.

Sendo assim, após percorrermos algumas das principais lições sobre uma prática tão valorizada na formação dos jovens da corte portuguesa do século XV, vejamos agora a importância da música para a socialização e iniciação desses filhos de nobres, bem como a arte de fiar e tecer para as mulheres.

2. A MÚSICA E A DANÇA

Na corte portuguesa dos reis de Avis, a dança, a música e, para as mulheres, a arte de tecer e fiar constituíam um outro conjunto de ações que tornavam os nobres mais virtuosos e eram instrumentos de adequação aos valores cortesãos fornecidos pelos pais e por alguns preceptores e religiosos. Esses homens e mulheres, desde cedo, eram iniciados nessas artes, que ganhavam destaque por sua complementaridade, principalmente por estarem ligadas à igreja e ao mundo laico.⁷⁸ Dessa forma, essas artes forneciam um conjunto de regras

⁷⁶ JOÃO I, D. **Livro da Montaria de D. João I de Portugal**. Edição de Francisco Maria Esteves Pereira. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1918, p. 225.

⁷⁷ Os animais e alguns utensílios como as buzinas eram coordenados, em geral, por jovens que ficaram conhecidos como escudeiros, uma “profissão” que surgiu da cavalaria no século XI. A sua função era servir o seu superior, seja nos cuidados pessoais, como um amo; fazendo as lavagens e vestindo-o; ou até mesmo para o preparo do cavalo e seu adestramento. Sobretudo na prática da caça, eram eles os responsáveis pelo cuidado dos cães e das aves. Sobretudo na prática da caça, eram eles os responsáveis pelo cuidado dos cães e das aves. D. João I exalta a figura desses personagens dizendo, no *Livro da Montaria*, que eles eram tão corajosos quanto aqueles que se aventuravam nos mares, dizendo ainda que eles deveriam ser homens honrados e virtuosos. JOÃO I, D. **Livro da Montaria de D. João I de Portugal**. Edição de Francisco Maria Esteves Pereira. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1918, p. 36. CLINCHAMPS, Philippe du Puy de. **História breve da cavalaria**. Editorial Verbo, Lisboa, 1965, p. 39-40.

⁷⁸ KASSING, Gayle. **History of dance**. EPUB, United States: Human Kinetics, 2018, 23%.

consideradas fundamentais para o jogo social na corte e para uma vida de virtudes,⁷⁹ ou seja, instruíam os nobres sobre o comportamento que deveriam apresentar no cotidiano. Quanto às artes que os nobres deveriam aprender, D. João I declara, no *Livro da Montaria*, que a música e a dança muito se complementavam por serem capazes de demonstrar “a ledice⁸⁰ do homem perante os seus”.⁸¹

Os nobres tinham o primeiro contato com a música durante o ensino do *quadrivium*, que seria o melhor meio de compreender a ordem do universo, enquanto obra concebida por Deus,⁸² matéria que era caracterizada por ser uma ciência da ordem cósmica, isto é, uma associação do ritmo poético com o ritmo do mundo.⁸³ A música entra no *quadrivium* como uma ciência dos números,⁸⁴ definida por Cassiodoro no século VI — autor que em diversas alturas aparece nos tratados produzidos pelos Avis.⁸⁵ Os tipos musicais que predominaram a partir do século XII em Portugal, para servir como forma de instrução aos nobres, foram aqueles ligados à liturgia. Com efeito, destacava-se a aprendizagem do coro gregoriano, o cantochão⁸⁶ e o canto litúrgico, que eram executados durante as missas e demais datas religiosas comemorativas. O canto gregoriano era reconhecido por possuir um ritmo

⁷⁹ FOSSIER, Robert. *La société médiévale*. Paris: Armand Colin, 1991, p. 114.

⁸⁰ LEDICE: Alegria, contentamento e prazer. Vem do Latin Letitia. VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de, O.F.M. 1744-1822, *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram : obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam / Publicado em beneficio da litteratura portugueza por Fr. Joaquim de Santa Rosa Viterbo*. 2ª ed. revista, correcta e copiosamente addicionada de novos vocábulos, observações e notas críticas com um índice remissivo. Lisboa: A. J. Fernandes Lopes 1865, Vol. 2, p. 88.

⁸¹ JOÃO I, D. *Livro da Montaria de D. João I de Portugal*. Edição de Francisco Maria Esteves Pereira, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1918, p. 10.

⁸² LOPES, J. F. N. S. T. *A Escola de Chartres e a Tradição do Quadrivium*. In: *Cuestiones Teológicas*, n. 96, Medelim-Colômbia, 2014.

⁸³ Jean-Claude Schmitt, apresentação da palestra *Ritmos sociais e imagens na Idade Média* que ocorreu junto ao grupo temático O ensino da fé cristã na Península Ibérica (sécs. XIV e XV), no dia 24 de setembro de 2019, no Instituto de Ciências Humanas da UNICAMP. Disponível em: <https://umahistoriadapeninsula.com/i-seminario-do-grupo-o-ensino-da-fe-crista-na-peninsula-iberica-secs-xiv-e-xv-2/> Acesso em: 23 de maio de 2020.

⁸⁴ Na música, as proporções matemáticas são baseadas nos números 2, 3 / 2,4 / 3,9 / 8, ou seja, os intervalos da oitava, quinta, quarta e tom. Nesta concepção pitagórica, o número 3 ocupa um lugar especial como o primeiro número ímpar, fonte e princípio de todos os números; sendo sagrado por ter um começo, um meio e um fim, isto é, tudo está no Tudo. Daí emerge a interpretação teológica de número 3 como um símbolo da Trindade. CLÉMENT, Gisèle, *L'alliance de la prière et de la musique: le motet Panthéon/Apollinis/[Quadruplum]VZodiacum/In omnem terram* de B. de Clugni (milieu XIVe siècle) In: FOURNIÉ, Michelle; BLÉVEC, Daniel Le. *La Parole sacrée: formes, fonctions, sens (XIe-XVe siècle)*. Toulouse: Privat, 2013, p. 150.

⁸⁵ Por esta razão, foi introduzida à aritmética e muitos teóricos atribuem sua criação a Pitágoras. GONTHIER, Nicole. *Éducation et cultures dans l'Europe occidentale chrétienne (du XIIe au milieu du XVe siècle)*. Paris: Édition marketing S.A, 1998, p. 67.

⁸⁶ O Cantochão, no sentido mais fiel a palavra, significa canto plano, ou seja, uma única linha melódica, pelo menos no início da canção. Ele era cantado lentamente em uníssono, sem harmonia e seguindo o ritmo natural das palavras, este estilo também é conhecido como monodia, isto é, uma única voz, ainda que por vários cantores, sem harmonia e sem acompanhamento instrumental. Inspirado no estilo judaico do canto dos Salmos, o cantochão cantava apenas textos sagrados e era bastante simples de aprender. Tornou-se uma parte da liturgia católica e cada região desenvolveu um estilo de cantochão.

puramente prosódico e subordinado ao texto, sendo sempre cantado em uníssono; a sua aprendizagem reforçava as instruções religiosas contidas nos textos litúrgicos e salmos.⁸⁷ A música para os ofícios estava compilada num livro religioso chamado *Antiphonale*,⁸⁸ a que os nobres tinham acesso para a leitura durante a execução dos cantos e que buscavam analisar e memorizar suas estruturas, a partir de estudos, reflexões e classificações produzidas por escritores de referência.⁸⁹

As canções eram todas registradas em um sistema de escrita de base alfabética, sem notações especiais para os fenômenos prosódicos, que os nobres deveriam saber interpretar.⁹⁰ Nos tratados musicais do período, há pouca informação sobre os contextos de aprendizagem da música, sua organização temporal ou mesmo o papel dos professores junto aos nobres no momento do ensino. Além dos tratados teóricos, outro tipo de documento associado ao ensino musical dos nobres é o que passou a ser chamado de “anotações do aluno”, anotações manuscritas que, devido à fartura e ao conteúdo, foram entendidas como escrituras feitas por um aprendiz em um contexto de estudo.⁹¹ Pela importância da música, D. Duarte pregava, em suas obras, que se formasse uma verdadeira escola de canto litúrgico na corte. O rei-Eloquente determina, assim, no *Leal Conselheiro*, que, “quando forem cantar, que todos saibam a letra e cantem no tom correto”; os fiéis não poderiam se distrair nos momentos do canto; ademais, deveriam reconhecer as vozes dos capelães.⁹² Enquanto para D. Duarte todos poderiam e deveriam aprender música, para o infante D. Pedro, na *Virtuosa Benfeitoria*, este estudo cabia “àqueles que mais pertencem à ensinança”, isto é, deveria “ser ensinada a quem tem boa voz e acordante”, pois estes são os mais “dispostos a usar do que aprenderam”.⁹³

Dessa maneira, o canto constituía um instrumento de iniciação dos jovens nobres, estimulando desde cedo a disciplina, a modéstia, bem como o respeito à solenidade religiosa. D. Duarte aconselha, no *Leal Conselheiro*, o recrutamento de pelo menos quatro mancebos

⁸⁷ Apesar de o nome remeter ao Papa Gregório I (590-604) a sua atribuição a ele ocorreu apenas em 873. ARPEAUX, Otto Maria. **O livro de ouro da História da música - Da Idade Média ao século XX**. Ediouro, 2001, p. 20, 21, 25.

⁸⁸ GROUT, Donald J; PALISCA, Claude V. **História da música ocidental**. Tradução: Ana Luísa Faria, Lisboa: Gradiva, 2007, p. 51.

⁸⁹ GONTHIER, Nicole. **Éducation et cultures dans l'Europe occidentale chrétienne (du XIIe au milieu du XVe siècle)**. Paris: Édition marketing S.A, 1998, p. 67.

⁹⁰ MASSINI-CAGLIARI, Gladis. **A música da fala dos trovadores: desvendando a prosódia medieval**. São Paulo: Editora Unesp, 2015, p. 20.

⁹¹ GALÁN, Santiago. **Estudiando música en la España bajomedieval: el ms. 2044 de la Universidad de Barcelona**. In: Estudios sobre patrimonio, cultura y ciencias medievales, n. 19, 2017, p. 386.

⁹² DUARTE, D. **Leal Conselheiro**. Edição crítica de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 342-343.

⁹³ O duque de Coimbra ainda afirmava que aquelas pessoas que fossem roucas e desacordantes nunca poderiam ser nomeadas como cantor. PEDRO, Infante D. **O Livro da Virtuosa Bemfeitoria**. In: **Obras dos Príncipes de Avis**. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1981, p. 536.

que auxiliariam os clérigos na capela para que os ritos fossem cumpridos por todos os nobres da forma correta. A pressa dos cantores e dos fiéis poderia até mesmo ameaçar o cumprimento tanto da contenção penitencial, como da solenidade festiva, pois quanto maior fosse a solenidade a ser comemorada, a mais respeitosa lentidão se exigia do canto, pois o contrário representava um indecoro no culto.⁹⁴ Ao conduzirem-se de forma lenta e pausada, esses nobres demonstravam dignificação e inspiravam os demais a cumprirem os ritos da Igreja da maneira esperada. Dessa forma, essas atitudes configuravam-se como peças-chave na manutenção de valores e na sociabilidade desses nobres e, eles demonstravam reverência ao culto e respeito à liturgia ao manterem a temperança durante a execução dos ritos.

Para o rei-Eloquente, o ideal era que seis moços fossem selecionados para o trabalho na capela, pois, se algum deles estivesse com problemas de saúde poderia ser substituído. Os meninos deveriam possuir entre sete e oito anos, já ter um pequeno conhecimento sobre o canto, ser inteligentes e sossegados⁹⁵, além de apresentarem uma diferença de idade entre três e quatro anos, para “sempre haver moços a aprender”. D. Duarte aconselha ainda que o ensino seja feito “à estante”, ou seja, pela música escrita e não de cor, diante do capelão, de forma que os alunos superassem a vergonha. Além disso, como já dito anteriormente quanto aos preceptores, D. Duarte afirma que quando os jovens nobres chegassem à idade de mudança da voz, deveriam aprender latim. Assim, o rei deixava clara a sua preocupação em instruir todos os que o cercavam na corte régia, ao pedir que os moços fossem corrigidos, não só no canto, mas em todas as atividades, ao lhes proporcionar boa ensinância também “para serem bons em sua vida e costume”.⁹⁶

Na corte régia portuguesa, a música profana que se destaca, como forma de desenfadamento dos nobres, era a poesia lírica feita por trovadores e os jograis — estes possuem poucos registros, embora se tenha conhecimento de um que pertenceu ao séquito de Dona Filipa e foi denominado Judá Negro.⁹⁷ Esse modelo musical era uma marca de distinção social dos nobres,⁹⁸ e estes deveriam ser instruídos sobre os seus modos, assim, afastou-se rapidamente do religioso e aparecia em algumas festividades na corte, possuía um

⁹⁴ FERREIRA, Manuel Pedro. Observações sobre o regimento da capela de D. Duarte. In: BARREIRA, Catarina Fernandes; SEIXAS, Miguel Metelo de (Org.). **D. Duarte e a sua época: arte, cultura, poder e espiritualidade**. Lisboa: Coordenação de IEM - Instituto de Estudos Medievais Universidade Nova de Lisboa, 2014, p. 36.

⁹⁵ Que está ou vive em sossego; quieto; calmo; silencioso.

⁹⁶ DUARTE, D. **Leal Conselheiro**. Edição crítica de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 342-344.

⁹⁷ VENTURA, Margarida Garcez. **A Corte de D. Duarte - Política, cultura e afectos**, Aveleda: Editora Verso da História, 2013, p. 130.

⁹⁸ BRAGARD, Philippe; CAUCHIES, Jean-Marie; HENRION, Marie (eds.). **Lire, danser et chanter au château - La culture châtelaine, XIII-XVIIe siècles**. Turnhout: Brepols, 2016, p. 25.

ritmo mais livre e a linguagem vulgar utilizada ditava sua própria acentuação. A beleza e a perfeição eram alcançadas pela eficaz correspondência entre a melodia e os sentimentos contidos no texto. A polifonia profana baseava-se, aparentemente, em temas seculares e a língua vulgar amparava a independência desse gênero musical.⁹⁹ A música profana ainda era executada por músicos e menestrelis da corte, cuja atuação era requerida também nas festividades, por esse contato com a nobreza, era necessário que mantivessem costumes tão virtuosos quanto seus promotores, sendo designados por vezes “músicos de sala”, que geralmente eram de origem estrangeira.¹⁰⁰ Esses músicos muitas vezes ganhavam destaque e proteção dos reis e nobres. Fr. João Álvarez afirma, na *Chronica do Infante Santo D. Fernando*, que mesmo no leito de morte aquele infante português se recordou de seus músicos e deixou a alguns deles, como Fernão Repote, Diogo Mealha, Martini Esteves e João Alves, a quantia de seis mil reis.¹⁰¹ No exemplo português, essas longas carreiras musicais a serviço da nobreza duravam várias décadas.¹⁰² As músicas nesse período eram acompanhadas não apenas por canções, mas também por danças, que tinham um lugar de destaque no convívio da corte.

As mulheres não tinham permissão para cantar, pois muitos consideravam o canto uma brecha para os pecados, embora isso não as impedisse de realizar essa ação. Apesar de não ser bem-visto que as mulheres cantassem, curiosamente a música sempre aparece ligada a elas, por exemplo, na iconografia.¹⁰³ Ainda assim, em muitas ocasiões mais ou menos privadas de desenfadamento, de festa, de celebração e momentos de fim do ócio, a sua prática acontecia como demonstração de virtudes e modos considerados adequados a elas como delicadeza, modéstia e decoro. Dona Leonor de Aragão, por exemplo, tocou a viola ou o alaúde¹⁰⁴, nas festas do seu próprio casamento com o então infante D. Duarte, em 1428.¹⁰⁵

⁹⁹ GONTHIER, Nicole. **Éducation et cultures dans l'Europe occidentale chrétienne (du XIIe au milieu du XVe siècle)**. Paris: Édition marketing S.A, 1998, p. 285-287.

¹⁰⁰ GOMES, Rita Costa. **A Corte dos reis de Portugal no final da Idade Média**. Portugal: Difusão Editorial S.A, 1995, p. 116.

¹⁰¹ ÁLVARES, Frei João. **Chronica do Infante Santo D. Fernando**. Edição Mendes dos Remedios. Coimbra: França Amado Editor, 1911, p. 149.

¹⁰² GOMES, Rita Costa. The Royal Chapel. In: **Iberia Models, Contacts, and Influences**. The Medieval History Journal, 12, 1, 2009, p. 93.

¹⁰³ VALERO, Sandra Ferrer. **Mujeres silenciadas en la Edad Media**. EPUB, Punto de Vista Editores, 2016, p. 70%.

¹⁰⁴ O alaúde já era conhecido no século IX, tendo sido trazido para a Península Ibérica pelos árabes, mas o seu uso só se divulgou no resto da Europa pouco antes do Renascimento. Outros instrumentos que eram utilizados nesse período eram: O Fiedel, principal instrumento de corda friccionada dos tempos medievais, que tinha diferentes nomes e uma grande variedade de formas e tamanhos — é o protótipo da viola do Renascimento e do moderno violino; o saltério, um gênero de cítara tocada quer dedilhando ou percutindo as cordas — o antepassado remoto do cravo e do clavicórdio; as flautas, tanto retas como transversais, e charamelas, instrumentos de sopro da família do oboé; as trombetas só eram usadas pela nobreza; o instrumento popular

Essa ação da futura rainha servia para apresentar suas qualidades e virtudes perante os nobres que viviam com ela no ambiente cortesão. Quanto a essa instrução musical oferecida aos nobres, cabia à mãe ensinar as filhas a cantar os ofícios divinos, possuindo um temperamento doce e agradáveis modos ao realizá-lo, sempre com o refinamento característico de uma dama virtuosa.¹⁰⁶

Em conjunto com a prática da música era realizada a dança, parte central de muitas cerimônias da corte, sendo o seu ensino imprescindível para a iniciação dos nobres nas virtudes de seu grupo.¹⁰⁷ Assim como a música, alguns teólogos consideravam essa prática como uma oportunidade de pecar, todavia, existiam formas honestas de realizá-la, sendo até mesmo incentivadas pelos príncipes devido a necessidade de promover a instrução lúdica e como forma de desenfadamento em sua corte.¹⁰⁸ Em Portugal, a dança era praticada nos dias dos santos, em dias de festas especiais e em alguns ritos da igreja.¹⁰⁹ Escreveu D. João I, no *Livro da Montaria*, a propósito da dança, que ela era como um remédio “para o cansaço do entendimento”; que era prazeroso ver a sala “bem guarnecida de muitos ricos panos” e, outrossim, ver muitas donas e donzelas “muito ricamente vestidas”, e também cavaleiros, que se alegravam ao “ouvir os muito doces tangeres que fazem os instrumentos”, e tomavam uma formosa dona ou donzela pela mão para dançar.¹¹⁰ Nesse momento, a música e a dança, não obstante o seu risco potencial para o vício, a vaidade e os prazeres, eram ocasiões para edificar e afirmar comportamentos morais do mundo cortesão, e alguns da cavalaria, onde sobressaíam, então, aqueles nobres que se mostravam prudentes e temperados, nos seus gestos.

universal era a gaita de foles e os tambores, que começaram a ser usados principalmente para marcar o tempo do canto e da dança. GROUT, Donald J; PALISCA, Claude V. **História da música ocidental**. Tradução: Ana Luísa Faria, Lisboa: Gradiva, 2007, p. 91-92.

¹⁰⁵ COELHO, Maria Helena da Cruz – **D. João I, o que re-colheu Boa Memória**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, p. 150.

¹⁰⁶ POWER, Eillen. **Gente de la Edad Media**. Buenos Aires: Eudeba, Biblioteca Cultural Colección lectores 90, 1994, p.107.

¹⁰⁷ SOUZA, Maria Izabel Escano Duarte de. As mulheres e os livros de horas. In: **Encontros com as Imagens Medievais**. Maria Cristina Correia L. Pereira (organizadora) – 1. ed. – Macapá: UNIFAP, 2017, p. 120.

¹⁰⁸ BUESCU, Ana Isabel. **Imagens do Príncipe: Discurso Normativo e Representação (1525-49)**. Lisboa: Editora Cosmos, 1996, p. 222-223.

¹⁰⁹ A igreja cristã mediu a sobrevivência do paganismo pelo número de seus convertidos, no entanto, as formas anteriores de adoração e divindades resistiram. Dessa forma, os rituais pagãos foram absorvidos em festivais cristãos. A política do Papa Gregório era purificar os festivais pagãos a ponto de, pelo menos superficialmente, eles perderem a conexão com suas origens. Como consequência, muitas das funções das antigas divindades foram designadas para santos cristãos. KASSING, Gayle. **History of dance**. EPUB, United States: Human Kinetics, 2018, 24%.

¹¹⁰ JOÃO I, D. **Livro da Montaria de D. João I de Portugal**. Edição de Francisco Maria Esteves Pereira, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1918, p. 11-12

Os modos e os comportamentos adequados eram esperados de homens e mulheres que dançavam nos grandes salões da corte portuguesa de Avis para se divertir, se desenfadar ou para celebrar ocasiões importantes. Os nobres dedicavam algum tempo para aprender passos precisos e a adquirir refinamentos sutis para a prática; para que isso ocorresse, era necessário que fossem treinados. Nesse período, predominavam as danças de corais circulares, com alguns casais ou danças de pequenos grupos.¹¹¹ Regra geral, os mesmos passos eram usados ao longo de toda a coreografia, e os trechos que precediam os finais também eram semelhantes.¹¹² Os mestres de dança instruíam a todos nas últimas novidades de outros reinos e proporcionavam diversão para a corte.¹¹³ Essa diversão para o infante D. Pedro, na *Virtuosa Benfeitoria*, representava deleitação, que trazia “largueza ao coração”, isto é, ledices que eram demonstradas por risos e “podemos dizer que são alegrias”.¹¹⁴ Os nobres aprendiam por meio da dança a acompanhar a música; a lembrar-se das etapas em sequência; ter noção de espaço; leveza; demonstrar coordenação corporal e a mover-se de forma graciosa.¹¹⁵ Ao terem noção dessas regras, também demonstravam sua apreciação por determinadas virtudes como a temperança e a diligência que exigiam de seus portadores. O seu objetivo era, principalmente, o de permitir que a nobreza exibisse seus modos, sua riqueza e seu poder.¹¹⁶

3. O tecer e fiar

Como a educação das mulheres basicamente concentrava-se na aprendizagem de cuidados com a casa e com os filhos, os pais junto às mães tinham a obrigação de iniciá-las nas regras que pautavam o casamento.¹¹⁷ O infante D. Pedro afirma, na *Virtuosa Benfeitoria*, que o nobre era responsável por contratar mulheres aptas a ensinar as suas filhas a fiar, tecer, coser e a usar de todas as artes julgadas necessárias para as mulheres da corte.¹¹⁸ Ação corroborada por Fr. Juan García de Castrojeriz, na *Glosa Castellana*, quando diz “as ensine (suas filhas) a fiar, a tecer e a fazer panos nobres, assim como se tivessem de viver na

¹¹¹ KASSING, Gayle. **History of dance**. EPUB, United States: Human Kinetics, 2018, 28%.

¹¹² GROUT, Donald J; PALISCA, Claude V. **História da música ocidental**. Tradução: Ana Luísa Faria, Lisboa: Gradiva, 2007, p. 91.

¹¹³ KASSING, Gayle. **History of dance**. EPUB, United States: Human Kinetics, 2018, 23%.

¹¹⁴ PEDRO, Infante D. O Livro da Virtuosa Bemfeitoria. In: **Obras dos Príncipes de Avis**. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1981, p. 558.

¹¹⁵ KASSING, Gayle. **History of dance**. EPUB, United States: Human Kinetics, 2018, 24%.

¹¹⁶ SPARTI, Barbara. Isabella and the Dancing Este Brides, 1473–1514. In: BROOKS, Lynn. **Women's Work Making Dance in Europe before 1800**. Wisconsin: University of Wisconsin Press, 2007, p. 25.

¹¹⁷ VILLA PRIETO, Josué. **La educación de los niños pequeños en el ámbito familiar durante la Edad Media tardía: aspectos teóricos**. Tiempo y sociedade, n. 6, 2011-2012, p. 99.

¹¹⁸ PEDRO, Infante D. O Livro da Virtuosa Bemfeitoria. In: **Obras dos Príncipes de Avis**. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto, Lello & Irmão, 1981, p. 626.

pobreza e por sua arte tivessem de ganhar sua vida”.¹¹⁹ Em suma, essas práticas destinadas às mancebas destacavam-se por serem muito apreciadas no ambiente cortesão e consideradas fundamentais para a mulher se tornar uma boa esposa.¹²⁰

Como já visto no primeiro capítulo, os pais e as mães responsabilizavam-se e envolviam-se diretamente na educação de suas filhas quando se tratava da arte de fiar, tecer e bordar. As mães, além de serem verdadeiros exemplos de virtude, desenvolviam um papel singular na transmissão de saberes, costumes e comportamentos. Quanto aos trabalhos de caráter mulheril da casa, destacavam-se coser, bordar e tecer, atividades que além de lhes tirarem a ociosidade tornariam as mancebas esposas e mães idôneas. Essas instruções lhes eram asseguradas por volta dos doze anos.¹²¹ Segundo o infante D. Pedro, na *Virtuosa Benfeitoria*, as mães deveriam “ensinar suas filhas a fiar, a tecer e usar de todas as artes em que se ocupa o estado das mulheres,” instruindo-as para que “pudessem fazer vestidos, e a coser.” Na opinião desse tratadista, as mães deveriam instruir suas filhas sobre a importância de distinguir os tipos de tecidos, os pontos da costura e as cores ideais para cada ocasião, atentando-se para o recato durante a prática. Ademais, o infante D. Pedro afirma que seriam conhecimentos úteis se porventura enfrentassem alguma “desesperada míngua” ou “falecimentos”, isto é, quando passassem por algum tipo de dificuldade como morte de pai ou marido.¹²² Em outras palavras, a mãe, ao dar as diretrizes dessas ações, não apenas estaria tirando suas filhas do ócio, mas também as preparando para possíveis problemas familiares ou financeiros. Além dos propósitos funcionais, o bordado comunicava aos demais as aptidões morais e religiosas daquele grupo de mulheres nobres, como suas preferências e seu poder.¹²³

Em especial o tecer e o fiar, para essas mulheres nobres, serviam como ocupação das mãos e do espírito. Na *Glosa Castellana*, Fr. Juan Garcia de Castrojeriz narra um diálogo sobre a ociosidade entre Santo Agostinho e Ponciano, seu discípulo, nele o mestre afirma: “Nunca esteja ocioso, mas sempre faça alguma coisa”, pois o “diabo sempre se mantém ocupado” em tentar os demais. Apesar de essa arte sempre ser recebida das mães, o mesmo autor afirma por meio do exemplo do Imperador Otaviano que também era tarefa dos pais

¹¹⁹ **Glosa Castellana al "Regimiento de Príncipes" de Egidio Romano.** Edição, estudo preliminar e notas de Juan Beneyto Perez. Madrid: Centro de estudios políticos y constitucionales, 2005, p. 446-447.

¹²⁰ FOSSIER, Robert. **La société médiévale.** Paris: Armand Colin, 1991, p. 114.

¹²¹ BUESCU, Ana Isabel. **Na corte dos reis de Portugal. Saberes, ritos e memórias.** Lisboa: Edições Colibri, 2010, p. 40.

¹²² PEDRO, Infante D. O Livro da Virtuosa Benfeitoria. In: **Obras dos Príncipes de Avis.** Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1981, p. 626.

¹²³ LESLIE, Catherine Amoroso. **Needlework through History: An Encyclopedia.** London: Greenwood Press, Handicrafts through World History, 2007, p. XI.

proporcionar às filhas a oportunidade de receber esse ensino. Segundo ele, Otaviano ensinou todas as suas filhas a trabalhar muito bem, ou seja, de forma que as fizesse aprender a tecer e todas as demais obras que “são de mulheres”, para que nunca estivessem ociosas.¹²⁴ Elas se dedicavam a fazer delicados bordados de casulas e frontais de altar. Apesar de servir como distração, essa atividade deveria coexistir de forma equilibrada com a oração. O trabalho com os tecidos, em geral, ocorria no quarto, e das mãos das mulheres saíam enfeites do corpo e os tecidos ornamentados que decoravam o próprio quarto, a sala e a capela.¹²⁵

A partir dessas informações, portanto, para esses nobres portugueses que frequentavam a corte dos reis de Avis no século XV, artes como a música, a dança e o fiar e tecer serviam como forma de ocupação de seus corpos e de seus espíritos. Tratam-se de conhecimentos caros a esses nobres, pois desde cedo homens e mulheres tinham de ser instruídos por seus pais nessas atividades que faziam parte do mundo laico e do religioso. Constituíam, em suma, instrumentos da consolidação de costumes e virtudes, seja na forma de desenfadamento e de fim do ócio, de aprimoramento das qualidades e habilidades pessoais, ou de sustento dessa nobreza portuguesa

¹²⁴ **Glosa Castellana al "Regimiento de Príncipes" de Egidio Romano.** Edição, estudo preliminar e notas de Juan Beneyto Perez. Madrid: Centro de estudios políticos y constitucionales, 2005, p. 387.

¹²⁵ KLAPISCH-ZUBER, Chrístiane, A mulher e a família. In: LE GOFF, Jean Jacques. **O homem medieval.** Lisboa: Editorial Presença, 1989, p. 207.

Capítulo II - Lições para o aperfeiçoamento espiritual

1. A missa

Em um período em que os reis de Avis investiam na formação espiritual de seus súditos por meio da elaboração de tratados e promoção da reforma eclesiástica, não que se refere à corte portuguesa, o costume era rezar as horas segundo o rito da Sé de Salisbury.¹ Costume esse que segundo Fernão Lopes foi implantado por Dona Filipa de Lancaster, quando esta se casou com D. João I, em 1387, na cidade do Porto, tendo em vista que na Inglaterra essa era uma prática comum.² O rito de Salisbury indica que essas orações poderiam ser realizadas em casa ou nas missas. Uma das práticas quotidianas da corte joanina e de todos os seus membros era, além das devoções e das práticas espirituais, o culto celebrado na capela. Esse novo rito servia como um instrumento de iniciação dos nobres nos valores considerados adequados pela realeza. A rainha D. Filipa havia introduzido, portanto, na capela real uma inovação à liturgia oficial, ao trazer o costume de Salisbury, conhecido por *Sarum Use*, transmitindo a mesma forma de rezar aos seus filhos, como é reconhecido por alguns cronistas. Esse modo de se relacionar com Deus implicava em um maior grau de complexidade e de cerimonial nas missas, com a participação de vários religiosos e cantores, costume que perdurou na corte portuguesa ao longo de algumas gerações.³ Estes usos tinham sido compostos há alguns séculos nas ilhas britânicas a partir da liturgia e de rituais romanos trazidos para a Inglaterra em finais do século VI por Santo Agostinho de Cantuária.⁴ Todavia, além da corte régia, não existem informações de que o rito era realizado nas demais igrejas portuguesas.⁵

¹ O rito leva esse nome por ter sido fundado pelo bispo Richard Poore (1194-1217), que pertencia a mesma Catedral, que havia sido construída pouco depois do IV Concílio de Latrão, em Roma, e expressava na sua arquitetura um novo pensamento teológico. O bispo Poore até mesmo publicou um novo rito litúrgico para a sua nova catedral, que ficou conhecido como *Uso Sarum* ou *Rito Sarum*, que acabou por ser usado em toda a Inglaterra medieval. Seu fim ocorreu com o advento do século XVI, mas deixou marcas na liturgia anglicana criada por Henrique VIII. Caracterizava-se por revisar algumas liturgias e adaptações dos usos anglo-celta-saxões locais com o latino de Roma.

² LOPES, Fernão. **Crónica del Rei D. Joham I**. Edição: Anselmo Braamcamp Freire. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, vol. II, 1973, p. 211.

³ SILVA, Manuela Santos. **A rainha inglesa de Portugal: Filipa de Lencastre**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012, p. 172.

⁴ SILVA, Manuela Santos. **Práticas religiosas e hábitos culturais inovadores na corte dos reis de Portugal (1387-1415)**. In: Poder Espiritual/Poder Temporal. As relações Igreja-Estado no Tempo da Monarquia (1179-1909). Actas do Colóquio, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 2009, p. 199.

⁵ SILVA, Manuela Santos. **Práticas religiosas e hábitos culturais inovadores na corte dos reis de Portugal (1387-1415)**. In: Poder Espiritual/Poder Temporal. As relações Igreja-Estado no Tempo da Monarquia (1179-1909). Actas do Colóquio, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 2009, p. 201.

Os príncipes de Avis, por meio dos seus diversos escritos e seguindo as orientações diluídas em tratados, estabeleciam que o ato de acompanhar a missa⁶ era um modo de valorizar a palavra divina, considerada um alimento da alma e muito necessária aos membros da corte para a iniciação nos valores de seu estado.⁷ São Lucas determina, na Bíblia, que “como o corpo precisa de alimento material, a alma precisa de comida espiritual, pois, o homem não vive só de pão, mas de toda palavra que sai da boca de Deus”,⁸ palavras que seriam proferidas por membros da Igreja a seus fiéis durante a missa e que serviriam para instruir os seus ouvintes nas virtudes, além de serem incentivadas por aqueles mais próximos aos nobres. Em conformidade com essa noção, Clemente Sánchez de Vercial assevera, no *Sacramental*, que o ofício da missa foi estabelecido por Jesus quando tomou o pão e deu graças partindo aos seus discípulos, dizendo: “toma [e come], este é o meu corpo que será traído por vós. Isto fazei em minha memória. E assim estabeleço este sacrifício segundo a ordem de Melchisedech, que oferece pão e vinho, transmutando o pão em seu corpo e o vinho em seu sangue”.⁹

Clemente Sánchez, visando a instruir os nobres sobre esse sacramento, narra no mesmo texto que os apóstolos, logo após a morte de Cristo, começaram a realizar esse sacrifício, no entanto, não diziam outra coisa salvo essas palavras que Jesus lhes dissera. Com o tempo, acrescentaram o *Pater Noster* e depois estabeleceram que fossem lidos as epístolas e o Evangelho, transformando-se, assim, este ritual, na missa. O letrado afirma que, por tempos, “os apóstolos e os santos padres ordenaram e estabeleceram as outras orações que deram forma a este sacramento”.¹⁰ A missa era entendida por aqueles homens como uma forma de instrução e edificação de valores. Assim, a finalidade da realização das missas, segundo o *Sacramental*, estava, primeiro, em “servir como mezinha para os pecados de cada dia”. Segundo, em “estar em meio ao paraíso”. Terceiro, porque “o salvador se junta espiritualmente por este sacramento aos fiéis”. Quarto, porque “em cada dia que o fiel vai à missa, age na memória da sua paixão” e o quinto, para que “cada dia se use do cordeiro

⁶ A palavra missa tem origem da frase que termina o serviço: *Ite, missa est* - “Ide-vos, a congregação pode dispersar”. GROUT, Donald J; PALISCA, Claude V. **História da música ocidental**. Tradução: Ana Luísa Faria, Lisboa: Gradiva, 2007, p. 52.

⁷ Acho importante colocar, em nota, ao menos o número de página de 2 tratados em que isso aparece

⁸ **Bíblia Sagrada**. São Paulo: Editora Paulus, 1990, Lucas 4: 4, p. 1254.

⁹ SÁNCHEZ DE VERCIAL, Clemente. **Sacramental**. Edição José Barbosa Machado. Edições Vercial, 2010, p. 145.

¹⁰ SÁNCHEZ DE VERCIAL, Clemente. **Sacramental**. Edição José Barbosa Machado. Edições Vercial, 2010, p. 145.

verdadeiro que era trazido na missa”.¹¹ Assim, tais escritos procuravam ensinar os nobres que a missa era um importante instrumento em suas vidas, por sua eficácia na correção dos erros, ou seja, ela era entendida como uma forma de purificação daqueles homens e mulheres.

Devido à importância conferida à missa, a dinastia de Avis buscou deixar os nobres a par dos regimentos da capela real, que se locomovia com a corte pelos diversos paços reais — entre outros os de Leiria, Sintra e Almeirim —, patenteando bem a importância da atividade litúrgica na vida cortesã e da família real.¹² As capelas serviam como órgão dedicado ao culto cristão na corte, ao mesmo tempo em que expressavam a singularidade da posição dos reis na sociedade cristã.¹³ O cronista régio Gomes Eanes de Zurara deixa clara a importância da missa, na *Crônica da tomada de Ceuta*, quando afirma que, nos encontros com os capelães, os príncipes davam exemplos aos demais ao ouvirem “a missa do Espírito Santo oficiada com grande solenidade”, por tal que a sua “Santa Graça lhe pudesse dar verdadeiro conhecimento de tudo o que naquele feito, por seu santo serviço, entediavam de fazer”.¹⁴ O cronista ainda narra que o rei D. João I determinou que “sempre por devoção ouviria semelhante missa cada semana naquele dia quinta-feira”, não somente ele, mas “todos [os] seus filhos o juraram sempre em suas capelas enquanto viverem”.¹⁵ Fr. João Álvarez afirma, ao relatar os últimos desejos do Infante Santo D. Fernando, que aquele príncipe ordenou: “no dia de meu enterramento me digam trinta missas de réquiem rezadas”,¹⁶ pedido que demonstra como a missa era vista como um instrumento de estreitamento da relação dos homens com Deus e como alívio para os sofrimentos terrenos. D. Duarte ainda determina ser indispensável que aqueles homens e mulheres, para viver em “uma casa ordenada”, fossem à missa todas as manhãs, pois, ali “serão tratados todos os conselhos que serão cumpridores por serviço de Nosso Senhor Deus e por nossa honra e proveito”.¹⁷

Dessa forma, podemos compreender a importância da missa na instrução dos nobres que cercavam o rei, pois era um momento de reflexão em que os homens e mulheres da corte

¹¹ SÁNCHEZ DE VERCIAL, Clemente. **Sacramental**. Edição José Barbosa Machado. Edições Vercial, 2010, p. 147.

¹² COELHO, Maria Helena da Cruz. **D. João I, o que re-colheu Boa Memória**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, p. 185.

¹³ GOMES, Rita Costa. **The Royal Chapel in Iberia: Models, Contacts, and Influences**. *The Medieval History Journal*, 12, 1, 2009, p. 79–80.

¹⁴ ZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica da Tomada de Ceuta por el rei D. João I**. Ed. Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915, p. 78.

¹⁵ ZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica da Tomada de Ceuta por el rei D. João I**. Ed. Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915, p. 78.

¹⁶ ÁLVARES, Frei João. **Chronica do Infante Santo D. Fernando**. Edição Mendes dos Remedios. Coimbra: França Amado Editor, 1911, p. 133.

¹⁷ D. DUARTEA. **Livro dos conselhos de El-rei D. Duarte** (Livro da Cartuxa). Transcrição de João José Alves Dias, Tradução de A. H de Oliveira Marques e João José Alves Dias, Lisboa, Editorial Estampa, 1982, p. 18.

buscavam respostas para possivelmente solucionar todos os dilemas que os rodeavam em seu cotidiano e ocasião para firmar suas virtudes. Segundo o *Virgeu de Consolaçon*, um dos manuais mais difundidos na Europa daquele período,¹⁸ a participação na missa era capaz de proporcionar o “conhecimento e a possibilidade de sentir em si todos os bens que Ele nos dá, sempre tendo consciência de louvá-lo por palavras, por obra e por coração”. Dessa maneira, aqueles que não O louvavam “seriam mudos no outro mundo” e não poderiam se redimir pelos pecados cometidos. Destarte, o autor diz que “pelo salmo lemos e cantamos, temos devoção e fazemos caminho nos corações, pelo qual, no fim, encontra-se Jesus Cristo”.¹⁹ Nesse trecho, mais um vez é retomada a importância da instrução dos homens quanto aos valores da missa, tendo em vista o seu poder purificador das ações dos homens.

Os regramentos e o comportamento ideal na missa

D. Duarte explicita, no *Livro da Cartuxa*, com base nas palavras de confessores, pregadores, bispos e capelães, que, todos os dias, os nobres deveriam ouvir a missa, especialmente nas terças e quintas-feiras;²⁰ já aquelas realizadas aos domingos eram feitas em “memória da grande ressurreição de Jesus”.²¹ No *Sacramental*, Clemente Sánchez anuncia a preferência para que as missas fossem realizadas pela manhã, uma vez que este sacramento pertence ao tempo de graça — salvo a missa de Natal, que deveria ocorrer à noite,²² segundo D. Duarte, entre as nove e as dez horas.²³ A missa deveria ser celebrada nas primeiras horas do dia por representar a ressurreição de Jesus, e poderia ter lugar em uma igreja, altar ou terra sagrada.

Na concepção do rei-Eloquente, a missa era essencial para guiar a todos os nobres na ordenança de suas casas e de todas as coisas a serem cumpridas em serviço de Deus e do

¹⁸ BIZZARRI, Hugo O. **Vergel de consolação da alma ou Viridario**. In: TEODORO, Leandro Alves (Org.). O ensino da fé cristã na Península Ibérica (séculos XIV e XV). Banco de dados (Online). 2019. Disponível em: <https://umahistoriadapeninsula.com/vergel-de-consolacao-da-alma-ou-viridario/>. Consulta em: 20 de dezembro de 2019.

¹⁹ **Virgeu de Consolaçon**. Edição Crítica de Albino de Bem Veiga. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1958, p. 81-82.

²⁰ DUARTE, D. **Livro dos conselhos de El-rei D. Duarte** (Livro da Cartuxa). Transcrição de João José Alves Dias, Tradução de A. H de Oliveira Marques e João José Alves, Lisboa, Editorial Estampa, 1982, p. 11.

²¹ ORTIZ, Diogo. **O catecismo pequeno de D. Diogo Ortiz**, Bispo de Viseu. Edição de Elsa Maria Branco da Silva. Lisboa: Edições Colibri, 2001, p. 183.

²² SÁNCHEZ DE VERCIAL, Clemente. **Sacramental**. Edição José Barbosa Machado. Edições Vercial, 2010, p. 146.

²³ DUARTE, D. **Leal Conselheiro**. Edição crítica de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 346.

reino.²⁴ Na mesma esteira de D. Duarte, Martín Pérez asseverava, no *Livro das Confissões* – uma das fontes utilizadas pelo monarca para a escrita do *Leal conselheiro* – que os fiéis, aos domingos e nos dias de festas, deveriam guardar “todas as obras que são corporais”, sendo essas as ações que tornam “o homem servo do corpo e andando em serviço dele”, assim como: arar, cavar, caminhar e vender; ou seja, nesses dias, aos homens era recomendado que não se trabalhasse. O clérigo ainda reitera que nesses dias deveria prevalecer a temperança, reprovando aqueles que “muitos manjares e muito adubos²⁵ querem fazer em tais dias”, isto é, deveria existir um receio quanto àqueles homens e mulheres que mesmo sabendo das indicações decidiam trabalhar ou se exercitar em excesso. Além disso, “salvo em festas gerais e que fizessem largas esmolas às igrejas e aos pobres”, poderiam os cristãos “nos tempos perigosos colher pão ou vinho” ou aos domingos e nas festas realizar aquelas atividades sem as quais eles não poderiam sobreviver.²⁶

Na visão de D. Duarte, o comportamento na missa também era uma ocasião importante em que os nobres deveriam observar as regras de comportamento exercidos na corte, tanto que ele lhe dedica um capítulo, no *Leal Conselheiro*, intitulado “Do regimento que se deve ter na capela pera ser bem regida”.²⁷ O rei-Eloquente determina que, “quando forem cantar, que todos saibam a letra e cantem no tom correto e, nos momentos de silêncio, que ele seja respeitado”; os fiéis não poderiam se distrair nas orações e cantos; não deveriam escarnecer ou rir durante a cerimônia.²⁸ Além disso, deveriam manter-se em seus lugares, a não ser em casos em que “a necessidade o constrangesse”, e reconhecer as vozes dos capelães.²⁹ Martín Pérez considerou, no *Livro das Confissões*, um pecado venial quando o fiel “entrou e andou sem devoção na igreja ou se foi tarde ou deixou de ir nela por acídia”.³⁰ O clérigo ainda afirma que ninguém poderia “fazer igreja nem dizer missa em sua casa sem licença do

²⁴ DUARTE, D. *Livro dos conselhos de El-rei D. Duarte* (Livro da Cartuxa). Transcrição de João José Alves Dias, Tradução de A. H de Oliveira Marques e João José Alves, Lisboa, Editorial Estampa, 1982, p. 18.

²⁵ Adubar, vb. (do frâncico dubban, bater, pelo lat. medieval adobare ou adubare). Adicionar temperos: preparar: estrumar. MACHADO, José Barbosa. *Dicionário dos primeiros livros impressos em língua portuguesa*. Braga: Edições Vercial, Vol. 1 (A-C), 2015, p. 73.

²⁶ PÉREZ, Martín. *Livro das Confissões* – Parte I e II. Edição semidiplomática, introdução, lematização e notas de José Barbosa Machado e Fernando Alberto Torres Moreira, Portugal: Edições Vercial, 2009, p. 185-187.

²⁷ DUARTE, D. *Leal Conselheiro*. Edição crítica de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998. Capítulo LRVI, p. 342-345.

²⁸ O riso sempre foi visto pelos Padres da Igreja, tais como Santo Agostinho e Santo Ambrósio, como uma faculdade humana, ele é desprezível, inconveniente e contrária aos ensinamentos de Cristo. MINOIS, George. *História do riso e do escárnio*. Tradução Maria Elena Ortiz Assumpção, São Paulo: Editora Unesp, 2003, p. 87.

²⁹ DUARTE, D. *Leal Conselheiro*. Edição crítica de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 342-343.

³⁰ PÉREZ, Martín. *Livro das Confissões* – Parte III e IV. Edição semidiplomática, introdução, lematização e notas de José Barbosa Machado e Fernando Alberto Torres Moreira, Portugal: Edições Vercial, 2010, p. 121.

bispo”.³¹ Na mesma linha do castelhano, o rei-filósofo afirma, no *Leal Conselheiro*, que os locais sagrados deveriam ser honrados com comportamentos corretos, com “fé certa e firme em nossos feitos” para que, assim, “com Ele disponhamos com sua graça, alegria e boa esperança”.³² Dessa forma, o comportamento do nobre dentro do ambiente da missa era relevante, principalmente, por servir como sinal de respeito aos que o cercam naquele momento de oração e a Deus, bem como de exemplo aos demais fiéis.

D. Duarte fornece, ainda, instruções quanto aos membros da capela, como sobre os moços responsáveis por direcionar os nobres no momento da realização do sacramento da eucaristia. Segundo o rei, como já dito anteriormente quando foi abordado o tema da música, estes deveriam ter entre sete e oito anos, com boa entonação vocal, e saber as horas canônicas, da missa, o ofício dos mortos e demais cerimônias religiosas.³³ O serviço da capela ainda necessitava de objetos de grande valor e de magníficos livros.³⁴ Toda a cerimônia missal era baseada em diferentes livros confessionais para a formação do clero e para a instrução daquela gente. Fr. João Álvarez narra, na *Chronica do Infante Santo D. Fernando*, que a capela de D. Fernando possuía um livro em que estava escrita a ordenança de quando haviam de fazer “os ofícios de contraponto e de canto de chão”,³⁵ o infante também tinha por escrito todos os jejuns do ano.³⁶ Finalmente, para que os livros fossem usados, eles deveriam ser bem cuidados, tanto por fora como por dentro. Portanto, os sínodos insistiam que os livros litúrgicos fossem bem corrigidos e emendados, especialmente o cânon da Missa, tarefa confiada, no sínodo de Lisboa de 1248, por D. Aires Vasques, ao próprio clero.³⁷ Dessa maneira, o cuidado com a missa no cotidiano régio, seja no âmbito material,

³¹ PÉREZ, Martín. **Livro das Confissões** – Parte I e II. Edição semidiplomática, introdução, lematização e notas de José Barbosa Machado e Fernando Alberto Torres Moreira, Portugal: Edições Vercial, 2009, p. 59.

³² DUARTE, D. **Leal Conselheiro**. Edição crítica de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 139.

³³ SILVA, Manoela Santos. **Tendências e Agentes Espirituais da Capela Régia de D. Filipa de Lencastre**. In: Raízes Medievais do Brasil Moderno. Ordens Religiosas entre Portugal e o Brasil, Academia Portuguesa de História, Centro de História da Sociedade e da Cultura, Lisboa, 2012, p. 77.

³⁴ GUENÉE, Bernard. Corte. In: LE GOFF, Jacques; SCHIMITT, Jean-Claude. **Dicionário analítico do Ocidente medieval**, Vol. I. Coordenação e tradução Hilário Franco Júnior, São Paulo: Editora Unesp, 2017, p. 303.

³⁵ O cantochão é um estilo conhecido no mundo ocidental em função de sua importância sagrada nas liturgias católicas e ortodoxas, sobretudo, no mundo medieval. Não por acaso, o cantochão inicia-se na aurora da Idade Média com o trabalho cotidiano dos monges ao lavar o chão do mosteiro. O esfregão em seu movimento anima a alma cadenciada que inicia um salmo cantado (que, nesta dimensão, chega a ser um pleonismo). Os outros colegas de ofício e credo respondem cantando o mesmo verso como antífona. Por vezes, apenas atrasam o compasso. Disponível em: <https://www.editorapeiropolis.com.br/cantochao-das-antifonas-pequenas-por-marcos-ferreira-santos/>. Acesso em: 30 de março de 2020.

³⁶ ÁLVARES, Frei João. **Chronica do Infante Santo D. Fernando**. Edição Mendes dos Remedios. Coimbra: França Amado Editor, 1911, p. 18.

³⁷ GARCIA, Antonio, Garcia. Y. **Synodicon Hispanum**. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, Vol. II, Portugal, 1982, p. 297. O GARCIA É APENAS O ORGANIZADOR DA COLEÇÃO.

dos horários ou da organização geral, dependia do empenho de todos os envolvidos, fossem nobres ou religiosos, para o seu sucesso.

Desse modo, o calendário missal era de extrema importância para a vida da corte, devendo ser respeitado e muito bem organizado, acima de tudo para que houvesse a participação de todos os fiéis, principalmente dos nobres que lá residiam. Ele funcionava como um lembrete e um estímulo do rei Eloquentes sobre a viabilidade da salvação da alma. D. Duarte, no *Livro da Cartuxa* e no *Leal Conselheiro*, elabora uma cronologia bem organizada do tempo e da duração das missas, de acordo com o que se estava a celebrar. Assim, os nobres que o acompanhavam tinham uma ideia bem clara do tempo e dos dias em que deveriam comparecer. A seguir, alguns exemplos:³⁸

MISSA	DURAÇÃO
Missa cantada por um Bispo com “asperges” e “Patrem” ³⁹	1h30 min
Missa cantada comum sem “asperges” e “Patrem”	1h
Missa cantada de réquiem	- De 1h
Missa rezada	30 min
Vésperas solenes de Bispos	2h
Vésperas rezadas	1h
Véspera de Natal ⁴⁰	1h

³⁸ DUARTE, D. **Leal Conselheiro**. Edição crítica de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 346-348. DUARTE, D. **Livro dos conselhos de El-rei D. Duarte** (Livro da Cartuxa). Transcrição de João José Alves Dias, Tradução de A. H de Oliveira Marques e João José Alves, Lisboa, Editorial Estampa, 1982, p. 215-216.

³⁹ Segundo Manuel Pedro Ferreira, essa era uma missa pontifical, do tipo mais solene de missa. Começa com a bênção e aspersão ritual da água benta sobre os fiéis ao som da antífona: *Asperges me*, e inclui o Credo cantado. O facto de se referir o Credo pelo início da secção coral *Patrem omnipotentem*, que se segue à entoação a solo Credo *in unum Deum*, leva a crer que o Credo fosse a duas ou mais vozes, pois só nos livros de polifonia a entoação é omitida, passando esta parte do Ordinário da Missa a ser referida pela primeira palavra que surge escrita perante os cantores. FERREIRA, Manuel Pedro. Observações sobre o regimento da capela de D. Duarte. In: BARREIRA, Catarina Fernandes; SEIXAS, Miguel Metelo de (Org.). **D. Duarte e a sua época: arte, cultura, poder e espiritualidade**. Lisboa: Coordenação de IEM - Instituto de Estudos Medievais Universidade Nova de Lisboa, 2014, p. 40.

⁴⁰ A missa de natal era considerada mais ornamentadas do que as demais, eram características desse ofício ser celebrado ao pôr do Sol. Primeiro apareciam os salmos, após várias orações introdutórias, incluindo o *Pater noster* e a Ave Maria, o primeiro versículo do salmo 69, *Deus in adiutorium*, era cantado. Segue-se depois o primeiro salmo completo, o n.º 109, *Dixit Dominus*, antecedido da antífona *Tecum principium*. Após o último versículo do salmo, a Doxologia, composta pelas palavras *Gloria Patri, et Filio, et Spiritui Sancto. Sicut erat in principio, et nunc, et semper, et in saecula saeculorum. Amen*. Seguiam-se os salmos 110, 111 e 129, cada qual com a sua antífona e cada um num modo diferente. Depois vinha o responsório, iniciado depois de uma leitura bíblica do capítulo — neste dia os versículos 1 e 2 da epístola aos Hebreus 1 — é cantado o breve responsório *Verbum caro*. Em seguida, é entoado o hino *Christe Redemptor omnium*, que saúda a chegada do Salvador. A música deste hino é simples, com um máximo de duas notas por sílaba, e poderá ter sido interpretada ritmicamente, em vez de adoptar as durações livres dos textos em prosa e dos salmos. O último canto do serviço das vésperas era o Magnificai, que é antecedido e seguido de uma antífona adequada ao dia, neste caso o *Hodie*

Ofício de purificação com terço cantado, benção dos círios, pregação e procissão	3h
Ofício de quarta-feira de cinzas, com sete salmos e benção das cinzas	2h
Missa de Santa Maria	1h30 min
Ofício de Ramos	5h
Véspera de Pascoa	5h
Ofício da Ressureição	1h
Véspera de Pentecoste	3h
Dia de São Pedro	1h30 min
Dia de Santa Maria de agosto	3h
Dia de Todos os Santos	2h
Finados ⁴¹	2h

Fica claro como, para os príncipes de Avis e os letrados do período, a participação dos membros da corte na missa era uma virtude regenerativa, dada a eficácia do sacramento em corrigir os efeitos do mal no mundo.⁴² Um dos exemplos de nobre que de forma assídua participava desse ofício era D. Nuno Álvarez Pereira,⁴³ como citado em sua crônica:

[...] ouvia suas missas muito devotamente. Cada um dia duas missas e três em todos os sábados; e três em todos os domingos de que em Portugal ficou bom exemplo [...] era confessado muito a miúdo; e comungando quatro vezes no ano. Por Natal, por Páscoa, por Pentecoste e por Santa Maria de agosto.⁴⁴

Christus natus et (Hoje nasceu Cristo). Ele era cantado sobre uma fórmula muito semelhante à dos salmos, mas sendo cantado não apenas para o primeiro, mas para todos os restantes versículos. GROUT, Donald J; PALISCA, Claude V. **História da música ocidental**. Tradução: Ana Luísa Faria, Lisboa: Gradiva, 2007, p. 63-64.

⁴¹ A comemoração dos finados, era determinado por ser um tempo próprio dos mortos, sua realização depende inteiramente da data de trespasse, entrecruzando-se com o tempo coletivo dos vivos. Foi o abade de Cluny, Odilon, que fixou em 2 de novembro, dia seguinte à Festa de Todos os Santos, sua celebração é bem atestada a partir de cerca de 1030. Mas existiam ainda outras festas destinadas a categorias particulares de defuntos ou obedecendo usos litúrgicos mais antigos ou locais. A festa de 2 de novembro teria tido, entre outras razões, uma função análoga, deslocando da primavera para o outono o momento principal da celebração cristã dos mortos. SCHMITT, Jean-Claude. **Os vivos e os mortos na sociedade medieval**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 194-195.

⁴² SENELLART, Michel. **As artes de governar**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, Coleção Trans, 2006, p. 169.

⁴³ Nuno Álvares Pereira (1360-1431), foi Condestável de Portugal na época de D. João I e herói da Batalha de Aljubarrota, em 1385. Um nobre formado no ideal da valentia, da bravura e da galhardia, que distinguiam os mais afamados cavaleiros das Ordens lendárias medievais portuguesas. D. Nuno era conhecido como um homem de guerra e homem de paz, um agente da justiça do rei. Por sua lealdade teve a oportunidade de arranjar a união de sua filha Beatriz Pereira de Alvim com D. Afonso, o 1.º Duque de Bragança. Dando origem a futura Casa de Bragança a partir da união dos Pereira com os Avis. FERNANDES, Fatima Regina. **A construção da sociedade política de Avis: a luz da trajetória de Nuno Alvares Pereira**. VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais A guerra e a sociedade na Idade Média, 2009, p. 422.

⁴⁴ **Chronica do Condestabre de Portugal D. Nuno Alvarez Pereira**. Revisão, prefácio e notas de Mendes dos Remédios. Coimbra: F. França Amado, 1911, p. 206-207.

As missas realizadas em datas comemorativas, como as acima citadas, dependiam muito da incorporação do calendário litúrgico, que era articulado muitas vezes pelo ritmo das estações.⁴⁵ Ademais, possuíam seus próprios significados perante os fiéis, como a missa de Natal, um dia de Paraíso na terra; a de Todos os santos, festa dos eleitos; a Páscoa, que representava a ressurreição do Salvador e abria as portas do céu; a Ascensão, de Jesus ao céu; Pentecostes, a descida da sabedoria divina aos apóstolos e a Assunção, o transporte de Maria ao Paraíso.⁴⁶ O ano litúrgico ainda era ritmado por outras festas religiosas, em particular as dos santos.⁴⁷ Martín Pérez afirma, no *Livro das Confissões*, que o bispo poderia ordenar que determinadas datas fossem retidas em seu bispado. Além disso, ele elenca quais eram as festas que deveriam ser guardadas, pelos nobres, “por ordenação e por mandamento da igreja”:

[...] A festa de Natal, de Santo Estêvão, de São João dos Inocentes, São Silvestre, Circuncisão, dia da Aparição a que chamam Epifania, Santa Maria de fevereiro, a Páscoa com toda sua semana, três dias das ladainhas, a ascensão, dia de Santo Espíritos, a que chamam Pentecostes, São João Batista, as festas dos XII apóstolos, São Lourenço, Santa Maria de agosto, Santa Maria de setembro, São Miguel, a consagração de cada igreja, a que chamam *dedicatio ecclesie*, a festa de todos os Santos, São Martinho e Santa Cruz de maio.⁴⁸

As missas dedicadas aos santos eram numerosas no cotidiano português do século XV.⁴⁹ O culto a essas figuras no Ocidente era muito intenso, tendo em vista que os primeiros a que os fiéis veneraram espontaneamente foram os mártires, principalmente graças às

⁴⁵ O calendário litúrgico possuía um ritmo com feriados móveis e fixos. 12 horas solares (2x), 8 horas canônicas, o saltério como um *horologium*, os sinos marcavam o tempo, um ritmo triplo na páscoa que era marcada pelo calendário lunar, solar e pelo litúrgico. Jean-Claude Schmitt, apresentação da palestra *Ritmos sociais e imagens na Idade Média*, que ocorreu junto ao grupo temático O ensino da fé cristã na Península Ibérica (sécs. XIV e XV), no dia 24 de setembro de 2019, no Instituto de Ciências Humanas da UNICAMP. Disponível em: <https://umahistoriadapeninsula.com/i-seminario-do-grupo-o-ensino-da-fe-crista-na-peninsula-iberica-secs-xiv-e-xv-2/> Acesso em: 23 de maio de 2020.

⁴⁶ DELUMEAU, Jean. **O Que Sobrou do Paraíso**. Tradução Maria Lúcia Machado, São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 15.

⁴⁷ Muitos etnólogos enxergam nesses calendários a perenidade de certas festas pagãs ligadas aos trabalhos estivais dos camponeses. A Igreja, sem dúvida alguma, controlava a formação dos ritos no período com objetivo de deter o monopólio dos ritos julgados mais importantes, sendo o elo de comunicação com o divino. SCHIMITT, Jean-Claude. Ritos. In: LE GOFF, Jacques; SCHIMITT, Jean-Claude. **Dicionário analítico do Ocidente medieval**, Vol. II. Coordenação e tradução Hilário Franco Júnior, São Paulo: Editora Unesp, 2017, p. 473.

⁴⁸ PÉREZ, Martín. **Livro das Confissões** – Parte I e II. Edição semidiplomática, introdução, lematização e notas de José Barbosa Machado e Fernando Alberto Torres Moreira, Portugal: Edições Vercial, 2009, p. 188.

⁴⁹ Na pedagogia adotada havia lugar especial para a devoção aos santos e seus despojos, considerados representações palpáveis de sua existência terrena. Para tanto vários cultos alcançaram status privilegiado e foram conquistando adeptos, incentivados e promovidos por bispos, monges e pelo próprio papado. NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa; COSTA, P. P. **A visibilidade do sagrado: Relíquias cristãs na Idade Média**. Curitiba: Prismas, 2017, p. 43.

testemunhas das perseguições de que aqueles homens e mulheres foram vítimas.⁵⁰ Sobre os santos, o infante D. Pedro aponta, na *Virtuosa Benfeitoria*, que “a doutrina segundo a qual nos regemos foi outorgada a todas as gentes” por aqueles homens. Ademais, segundo diz o apóstolo São Pedro no primeiro capítulo da II epístola, foram os Santos ensinados por divina inspiração, e “não por humanal vontade eles agiam, mas, sim, pelo espírito de Deus falavam, os quais ante as coisas que disseram amoestam toda a geração humana a fazer bem ao próximo e havendo misericordiosa compaixão das suas necessidades”.⁵¹ Em outras palavras, na opinião do infante, pelo exemplo dos Santos trazidos nas escrituras, os nobres deveriam aprender a tornar-se virtuosos e atuar como “instrutores” e protetores do povo.

As missas celebradas aos santos obedeciam ao calendário dos dias festivos. A partir dessas datas dedicadas à figura de um santo, condutas específicas eram exigidas dos cristãos; práticas litúrgicas específicas eram reservadas a cada santo, segundo uma hierarquia de valores, distintos de acordo com as tradições de cada lugar.⁵² O *Virgeu de Consolaçon* aponta que o apóstolo pede que “se honre as festas de Deus e dos santos com mesura e em alegria de vontade, e não com fartura do ventre”, isto é, que essas festividades não fossem reconhecidas pelos excessos dos cristãos, cabendo aos clérigos instruírem seus fiéis a cumprirem essas ordenações. Alegava, pois, que essas ocasiões eram de reflexão, ou seja, momentos em que se

⁵⁰ Desde o quarto século, um número de cristãos excepcionais foram tratados como mártires, que permite falar sobre três categorias de santos: aqueles que sofreram por sua fé sem morrer, os ascetas que submetidos seus corpos para sofrimentos comparáveis aos dos mártires e martírio sem derramamento de sangue; e alguns grandes prelados, como Santo Ambrósio, venerado desde o dia de sua morte em 397. O número de Santos cresceu durante a Idade Média, no entanto, em algumas regiões que não sofreram com perseguições, no início do século V não havia mártires para oferecer à veneração dos fiéis. Em sua origem, esse tipo de culto aos Santos estava ligado ao túmulo ou a descoberta de um corpo santo pelo bispo do lugar. No momento de fortalecimento do cristianismo na Europa, no século V, o culto aos santos, ou seja, aos milagres e às próprias vidas dessas figuras, sofre uma alteração. Passa a ocorrer, então, um fenômeno caracterizado pela transferência da atenção da pessoa milagrosa, isto é, que realiza o milagre, para os objetos de culto, como as relíquias. Já no século XIII, ocorre uma redefinição dos valores sobre os poderes miraculosos, quando o papa Inocêncio III, então, afirma que as virtudes eram mais importantes do que os milagres. Nesse período, então, levasse em conta, para a as canonizações, apenas os milagres póstumos, isto é, a santidade definia-se mais após o julgamento da Igreja em relação às ações virtuosas de um fiel ao longo de toda a sua vida. Os santos passam, então, a ser os mortos excepcionais e não os vivos, São Bernardo foi o último grande milagreiro em vida reconhecido pela Igreja. Ademais, no século XIV, observar-se um florescimento do interesse pelas relíquias novamente, sendo estas usadas como atrativos diversos: na defesa e exaltação de casas reais, ordens religiosas, pobreza dos frades menores, etc. SÁNCHEZ HERRERO, José. **La Religiosidad popular cristiana medieval**. Porto: Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Marques, Vol. II, 2006, p. 469. VAUCHEZ, Andre. **Saints, prophètes et visionnaires. Le pouvoir surnaturel au Moyen Age**. Paris: Albin Michel, 1999. BROWN, Peter. **The Cult of the Saints: Its Rise and Function in Latin Christianity**. The Haskell Lectures on History of Religions n. 2, University of Chicago Press, 1981, p. 71.

⁵¹ PEDRO, Infante D. O Livro da Virtuosa Bemfeitoria. In: **Obras dos Príncipes de Avis**. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1981, p. 569.

⁵² GOMES, Saul António. **Hagiografia, arte e cultura no Outono da Idade Média**. Revista Diálogos Mediterrânicos, N. 6, 2014, p. 34.

estaria mais próximo de Deus, devendo, assim, evitar o pecado e as injúrias.⁵³ Repousava-se, igualmente, no dia da festa do padroeiro da confraria e da paróquia,⁵⁴ variando entre trinta a trinta e três por ano, segundo as províncias da cristandade.⁵⁵

As regras que norteavam a conduta geral dos fiéis nos dias santos e que deveriam ser ensinadas aos mais novos eram ainda mais enfatizadas para os nobres e para a realeza. Apesar de ser permitido comer com temperança, Fr. João Álvarez narra, na *Chronica do infante Santo D. Fernando*, que o príncipe realizava seus jejuns em diversos feriados, como três dias antes da Páscoa, em que “comia pão de ração e de dia e de noite estava na igreja com o sacramento até a ressurreição”; ainda “jejuava nas vigílias dos aniversários que cada ano fazia o Rei e a Rainha”. Nesses dias, ainda eram delimitadas as horas para se comer. Martín Pérez aconselha, no *Livro das Confissões*, que se “coma desde a sexta hora até nona e coma o que quiser, salvo carne a grossura e vinho”.⁵⁶ Fr. João Álvarez também aponta que D. Fernando “não somente nas viandas e sono fazia abstinência”, mais ainda “no vestir e nos desenfadamentos”, de tal modo que possuía temperança, evitando as manhas, jogos e festas em sua casa nos dias santos, e em que a igreja fazia solenidade. Essas ações eram realizadas para que tudo fosse atribuído e feito em serviço de Deus e à honra dos santos.⁵⁷ Ações indispensáveis que eram ensinadas e apregoadas desde o momento de iniciação dos nobres nos valores de seu estado.

Era preciso, portanto, que os membros da corte portuguesa, que cercavam o rei e sua família, fossem instruídos desde cedo a comparecerem à missa e que soubessem como se comportar durante as celebrações. Dessa forma, reis como D. Duarte e letrados daquele

⁵³ **Virgeu de Consolação**. Edição Crítica de Albino de Bem Veiga. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1958, p. 18.

⁵⁴ No âmbito religioso, as confrarias são associações laicas fundamentadas em princípios religiosos que, geralmente, realizavam obras de caridade e formavam uma espécie de rede de apoio aos irmãos associados. Geralmente organizavam festas que ocorriam em honra do patrono da localidade e da igreja a que se frequentava.

⁵⁵ PERNOUD, Régine. **Luz sobre a Idade Média**. Tradução Antônio Manuel de Almeida Gonçalves, Portugal: Europa-América, 1997, p. 188.

⁵⁶ PÉREZ, Martín. **Livro das Confissões** – Parte III e IV. Edição semidiplomática, introdução, lematização e notas de José Barbosa Machado e Fernando Alberto Torres Moreira, Portugal: Edições Vercial, 2010, p. 104.

⁵⁷ Item — as vigílias das festas de Jesus Cristo. Item — as vigílias da Virgem Maria. Item — as vigílias de São Vicente; item — a vigília da invenção de santa cruz. Item — a vigília de São Jorge; item — Santiago; item — a de santo Antônio; item — a da Madalena; item — a de nascença de São João; item — a de Santa Catarina; item — de São Miguel de setembro; item — a de todos os Santos; e a condoito toda as quartas e sextas-feiras; item — as Quaresmas e Adventos e Quatro Temperas; item — todas as vigílias dos Apóstolos; item — a vigília da conversão de São Paulo; item — a de São Brás; item — a de santa Luzia; item — a de Santana; item — a de santa Apolônia; item — as duas vigílias de São Miguel, uma em maio e outra em setembro; item — a vigília de santa de setembro; item — a vigília de incola de Santi Petri e naquela noite não dormia; item — a noite de Natal não dormia; item — a vigília de São Luís, rei da França; item — a de São Duarte rei da Inglaterra; item — a de São D.ingos, item — a de São Francisco. ÁLVARES, Frei João. **Chronica do Infante Santo D. Fernando**. Edição Mendes dos Remedios. Coimbra: França Amado Editor, 1911, p. 15-16, 18.

período julgavam ser necessário que os nobres soubessem de todos os pormenores dessas ações, desde o porquê de a missa existir e suas ordenações, até a forma como elas deveriam ser realizadas. Além de incentivarem por palavras, era por meio de exemplos dos próprios reis, nobres e clérigos que as demais gentes aprenderiam a seguir esses preceitos de maneira correta e se preparariam, segundo as prescrições da época, para a salvação.

2. Os livros e a leitura

Os príncipes de Avis e seus letrados coetâneos, no período de transição do século XIV para o XV, ao longo de suas instruções aos nobres que os cercavam na corte régia portuguesa, apresentavam o conhecimento como forma fundamental de desenvolvimento do homem como servo de Deus. Esses príncipes faziam parte de uma nobreza que pretendia cada vez mais incorporar-se ao mundo dos letrados ao destacar a importância dos livros e da leitura no processo de iniciação nos valores cortesãos.⁵⁸ No *Livro da Montaria*, D. João I afirma que o homem nunca poderia ser bom sem adquirir “bom conhecimento” ou “bom entendimento”, principalmente porque, ao ter informações sobre as más condutas, saberia dos ricos de praticá-las. Esse conhecimento, para o rei, viria com o auxílio dos livros e da leitura. Por conseguinte, ele afirma que os livros não foram feitos para aqueles que não sabem guardar o conhecimento, mas, sim, para os que o desejam reter.⁵⁹ Os livros, além de servirem ao desenfadamento, forneciam preceitos sobre a forma correta de agir e atuavam como preciosos instrumentos da edificação dos nobres.⁶⁰ Dessa maneira, em vez de oposição entre experiência e erudição, é mais correto falar em uma complementação dessas qualidades, em que o primeiro lugar era atribuído à experiência e o segundo ao saber livresco.⁶¹

Quanto aos costumes e ações virtuosas que os nobres deveriam aprender, na concepção do infante D. Pedro, na *Virtuosa Benfeitoria*, cabia sempre “recrear os falecimentos”, isto é, os erros, e trabalhar para o aperfeiçoamento moral, por meios “proveitosos”, ou seja, dos conteúdos que trouxessem o benefício “necessário, honroso e prazível” para a virtude.⁶² O duque de Coimbra também julgava profícua a leitura de bons

⁵⁸ ALVAR, Carlos. **Promotores y destinatarios de traducciones en Castilla durante el siglo XV**. Cahiers de linguistique et de civilisation hispaniques médiévales. N°27, 2004. p. 127.

⁵⁹ JOÃO I, D. **Livro da Montaria de D. João I de Portugal**. Edição de Francisco Maria Esteves Pereira. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1918, p. 45, 92,93, 95.

⁶⁰ BECEIRO PITA, Isabel. **Libros, lectores y bibliotecas em la Espana Medieval**. Murcia: Nausícaã, 2007, p. 115.

⁶¹ GAMA, José. **A filosofia da cultura portuguesa no Leal Conselheiro de D. Duarte**. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995, p. 127.

⁶² PEDRO, Infante D. O Livro da Virtuosa Bemfeitoria. In: **Obras dos Príncipes de Avis**. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto, Lello & Irmão, 1981, p. 555.

livros — aqueles escritos pelos religiosos e letrados —⁶³, ao afirmar que “do que é dito com boa intenção, a sentença tira sempre a melhor parte”, esperando que aqueles homens e mulheres soubessem interpretar o conteúdo dessas obras da forma mais proveitosa.⁶⁴ Em conformidade com seu irmão, D. Duarte já reverberava, no *Livro da ensinança de bem cavalgar toda sela*, que “os livros de moral filosófica são de muitas maneiras para darem ensinamentos de bons costumes e seguimento das virtudes”, esses tipos de produções deveriam então “ser vistos, ensinados, e bem praticados em todas as coisas a que são pertencentes”. Outrossim, por meio do conhecimento adquirido com as leituras, os nobres teriam acesso a conteúdos considerados de grande valor edificante e exemplar para usarem em suas conversas, tornando-as “proveitosas”, isto é, virtuosas e dignas do bom cristão. O autor do *Orto do esposo* considerava a leitura um trabalho honesto e muito proveitoso para a emenda da alma, para ele, aqueles que têm muitos livros e pouco ou nunca os leem são semelhantes aos avarentos que tem muitas riquezas e delas nunca usam.⁶⁵ Como exemplo aos membros da corte, narra Fr. João Álvarez, na *Chronica do Infante Santo D. Fernando*, que o príncipe “não estava em algum espaço sem desembargar ou dar ajuntamento aos seus feitos, ou ler, ou ouvir boas cousas”.⁶⁶

As obras catalogadas pelo rei D. Duarte no *Livro da Cartuxa* estavam divididas em “latim” e “livros de linguagem”, isto é, em vernáculo. Todavia, não se tem informações se essa divisão era um critério de distinção por parte de quem se encarregou de estabelecer o inventário, ou se corresponderia a uma organização espacial do aposento onde se encontravam os livros. Destes, dezenove eram em latim, o restante em linguagem, não se distinguindo entre o português e o castelhano, mas estando seguramente ambos os idiomas representados — como no caso do *Regimento de príncipes* de Egídio Romano, e até outros idiomas peninsulares, como as referências à obra de Valério Máximo e uma *Historia de Troya em aragoes*.⁶⁷ Entre a grande variedade de obras, distinguiam-se basicamente as seguintes categorias: os de exortação religiosa, tratados de caça e de construção moral.⁶⁸

⁶³ GONTHIER, Nicole. *Éducation et cultures dans l'Europe occidentale chrétienne (du XIIe au milieu du XVe siècle)*. Paris: Édition marketing S.A, 1998, p. 34.

⁶⁴ PEDRO, Infante D. O Livro da Virtuosa Bemfeitoria. In: *Obras dos Príncipes de Avis*. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto, Lello & Irmão, 1981, p. 531.

⁶⁵ *Orto do esposo*. Edição de Bertil Maler, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Vol. 1, 1956, p. 45.

⁶⁶ ÁLVARES, Frei João. *Chronica do Infante Santo D. Fernando*. Edição Mendes dos Remedios. Coimbra: França Amado Editor, 1911, p. 17.

⁶⁷ BUESCU, Ana Isabel. *Livros e livrarias de reis e de príncipes entre os séculos XV e XVI*. E-Humanista: Volume 8, 2007, p. 145.

⁶⁸ SILVA, Michelle Tatiane Souza e. A arte de ensinar por escrito: os tratados em língua portuguesa (séculos XIV-XV). In: FRANÇA, Jean Marcel Carvalho; PEREIRA, Milena da Silveira (Org.). *Por escrito lições e relatos do mundo luso-brasileiro*. São Carlos: Editora EduFCar, 2018, p. 49.

Compunham esse repertório as obras dos filósofos e pensadores dos mais variados tempos, alternando do período áureo da Grécia até produções contemporâneas vindas de diversas partes da Europa.⁶⁹ Essas produções escritas possuíam grande importância para a nobreza por dois motivos. Primeiro, pela promoção social alimentada por poemas épicos e amorosos, nos quais os homens eram feitos heróis míticos. Segundo, pelo ato de recordar, que para eles era imprescindível dada a importância da genealogia.⁷⁰ Para D. Duarte, por meio da recordação, “sabemos, vemos e ouvimos, pensamos e ordenamos fazer” nossas ações no cotidiano.⁷¹

O rei-Eloquente também afirmava que os livros de ensinança da guerra, como as crônicas⁷², há muito faziam “parte das leituras para os senhores e cavaleiros, e seus filhos”, que delas tiravam “grandes e bons exemplos, com sabedorias que muito prestam, com a graça do senhor, em tempos de necessidade”. Ademais, tais escritos auxiliavam em todas as “boas manhas do corpo que pertencem a cada um segundo aquele estado que tiver”, portanto, essas atividades ensinadas pela leitura nunca deveriam ser deixadas, especialmente “cavalgar e lutar, que são fundamentais para o percalço às más honras”, como já trabalhado anteriormente.⁷³ Essas afirmações tão caras a D. Duarte justificavam a escrita do *Livro da Montaria*, por seu pai, e do seu *Livro da ensinança de bem cavalgar toda sela*, na busca da instrução daqueles que os cercavam na corte. Para além das artes técnicas, os livros, naquele tempo, eram os mediadores da salvação, sendo considerados, por D. Duarte e seus contemporâneos como os grandes portadores e divulgadores da verdade.⁷⁴

Além dos livros voltados para a formação do corpo, os nobres ainda tinham contato com escritos de devoção, introduzidos desde cedo pelos preceptores e pelos pais, principalmente textos dos Padres da Igreja e hagiografias — nomeadamente a de São Francisco de Assis, através de Tomás de Celano, de São Boaventura e de Santa Catarina de Siena, que chegaram a D. Duarte por meio de textos biográficos anônimos existentes na corte

⁶⁹ VENTURA, Margarida Garcez. **A Corte de D. Duarte - Política, cultura e afectos**. Lisboa: Editora Verso da História, 2013, p. 16.

⁷⁰ GOMES, Saul Antonio. **As políticas culturais de tradução na corte portuguesa no século XV**. Cahiers d'études hispaniques médiévales. N°33, 2010, p. 174. FOSSIER, Robert. **Gente de la Edad Media**. Madri: Taurus, 2008, p. 296.

⁷¹ DUARTE, D. **Leal Conselheiro**. Edição crítica, introdução e notas de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 7-8.

⁷² Segundo Maria Helena da Cruz Coelho, a sacralização desse discurso cronístico propiciou a expansão que tão cara foi aos portugueses, justificando o campo de batalha que enfrentaram na África a uma assimilação com os cruzados que, em guerra justa, lutavam pela fé cristã e pela Igreja de Roma. COELHO, Maria Helena da Cruz. **D. João I, o que re-colheu Boa Memória**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, p. 111.

⁷³ DUARTE, D. **Livro da ensinança de bem cavalgar toda sela**. Edição crítica Joseph M. Piel. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1986, p. 120-121.

⁷⁴ GEREMEK, B. **L'exemplum et la circulation de l'aculture au Moyen Âge**. Mélanges de l'Ecole Française de Rome. Moyen-Age, Temps Moderns, Vol. 92, n. I, 1980, p. 153-179.

inglesa, a que Dona Filipa tinha acesso.⁷⁵ Segundo o autor do *Orto do esposo* “todo homem deve trabalhar para aprender a ler os livros das ciências proveitosas e das Santas Escrituras”.⁷⁶ A retenção do conhecimento a partir dos livros fundava uma sociedade virtuosa.⁷⁷ Em decorrência desse preceito, os nobres portugueses passaram a carregar consigo os Livros de Horas, um importante instrumento de devoção portátil — não costumavam ser longos e geralmente eram pequenos, pois a sua utilização não dependia de uma supervisão religiosa.⁷⁸ Em Portugal, um dos mais valiosos pertenceu ao rei D. Duarte e foi encomendado na Flandres.⁷⁹ Dessa forma, eles se constituíram como um importante instrumento para a realização de práticas devocionais dos leigos, sobretudo, entre os séculos XIII e XV.⁸⁰

A disseminação dos livros de horas ocorreu, principalmente, por serem conhecidos como fontes autorizadas pela Igreja para incentivar os nobres nos preceitos espirituais.⁸¹ Esses livros deveriam ser ricamente ornados, pois acreditava-se que o ouro resplandecia o conteúdo sagrado do texto, que apresentava uma estrutura padrão, mas que poderia conter variações de acordo com os costumes de cada região.⁸² O Livro de Horas era dividido em diferentes ofícios e escritos geralmente em latim, poderiam apresentar ainda um Calendário litúrgico e algumas orações escritas em vernáculo.⁸³ O seu eixo central estava relacionado ao

⁷⁵ VENTURA, Margarida Garcez. **A Corte de D. Duarte - Política, cultura e afectos**, Aveleda: Editora Verso da História, 2013, p. 115.

⁷⁶ **Orto do esposo**. Edição de Bertil Maler, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Vol. 1, 1956, p. 64.

⁷⁷ MARAVALL, José Antonio. **La formación de la conciencia estamental de los letrados**. Revista de estudios políticos, n. 70, 1953, p. 59.

⁷⁸ VAUCHEZ, André. **A espiritualidade da Idade Média Ocidental**. Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro. Zahar. 1995, p. 169.

⁷⁹ Livro de Horas de D. Duarte que está disponível no Arquivo Nacional Torre do Tombo. O Códice iluminado, tem iniciais folheadas a cores e ouro, tarjas e cercaduras ornamentadas com temas vegetalistas estilizados, representação de aves, animais fantásticos e figuras antropomórficas, a inicial inscrita nas armas reais no fólio onde começa o ofício de Nossa Senhora. Títulos a vermelho. Provavelmente foi um presente da Dona Isabel, duquesa de Borgonha, mulher de Filipe, o Bom. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4381017> Acesso em: 15 de março de 2020. D. Duarte foi um leitor assíduo de seu Livro de horas, a exemplo de muitos proprietários de obras semelhantes, personalizou-as de forma afetiva, acrescentando-lhes orações pela alma dos pais. ROSA, Maria de Lurdes. Sagrado, devoções e religiosidade. In: MATTOSO, José; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (Org). **História da vida privada em Portugal**. Portugal: Temas e debates, 2011, p. 385.

⁸⁰ Nenhum outro tipo de livro fora mais produzido na Europa, pois eram produzidos exatamente para o uso dos leigos WIECK, 1988, p. 27.

⁸¹ FREITAS, Judite Antonieta Gonçalves de. **Tradição e práticas culturais na Idade Média: a escrita, o livro e a moral prática**. Literatura e Religião, III encontro de estudos sobre ciências culturais, p. 32.

⁸² BELL, Susan Groag. **Medieval Women Book Owners: Arbiters of Lay Piety and Ambassadors of Culture**. Signs: Journal of women in culture and society 7/4, 1982, p. 743.

⁸³ Por serem originários do Breviário, livro de orações dos monges, os Livros de Horas continham orações, antifonas e hinos que deveriam ser recitados em momentos específicos do dia que respeitavam as oito horas canônicas. São elas: Matinas (00:00); Laudes (03:00); Primas (06:00); Tercias (09:00); Sextas (12:00); Nonas (15:00); Vésperas (18:00) e a Completas (21:00). A autora lembra que o número sete é simbólico e faz referência a uma passagem do Antigo Testamento que parece “antecipar” e justificar a prática monástica: “Sete vezes ao dia, te louvo pela justiça dos teus juízos” (Salmo 119, 164). DAWES, Mary. **Investigation into a French Fifteenth-Century Book of Hours**. Tese submetida à Escola de Artes da Universidade de Nova Orleans, 2005. http://etd.lsu.edu/docs/available/etd-06142005-153505/unrestricted/Dawes_thesis.pdf Acesso

culto à Virgem Maria e ajudava o fiel a buscar a santificação do seu cotidiano e da sua vivência religiosa, começando pela lembrança das festas litúrgicas e terminando com as orações pelos mortos.⁸⁴ Em alguns casos, eles poderiam auxiliar a alfabetização das crianças, apresentando as letras do alfabeto. Sendo assim, esses ricos códices incluídos em testamentos e apreciados como objetos preciosos não apenas constituíam símbolos de poder e prestígio, mas também atestavam o lugar preponderante do livro e da leitura no conjunto de valores que se acreditava edificar o nobre virtuoso.⁸⁵

Para esses príncipes, tão importante quanto possuir livros era declarar e exibir a sua posse, pois assim incentivavam os nobres da corte a cultivar a leitura e retificar comportamentos, também promovendo uma identidade, já que o nobre poderia ler os mesmos textos que a realeza. As referências às posses de livros são realçadas nos tratados avisinios, como a lista que D. Duarte insere no *Livro da Cartuxa*; mais do que simplesmente citá-los, o rei fazia questão de assinalar os volumes que constavam em sua biblioteca. Assim como seu irmão, D. Henrique, em sua moradia entre Sagres e o Cabo de São Vicente, possuía uma biblioteca em que figuravam obras matemáticas, mapas e portulanos, além de uma torre que servia de observatório astronômico.⁸⁶ Ainda sobre os livros pertencentes aos príncipes, Fr. João Álvarez conta, na *Chronica do Infante Santo D. Fernando*, que este, em seu testamento, ao distribuir seus pertences, fez um pequeno relatório das obras que possuía e que estava disposto a doar. Elas consistiam em:

[...] Item uma bíblia pequena por Latim. Item um Sanctorum. Item um livro de pregações de Frei Vicente por linguagem. Item um livro que chamam Crimaco. Item um Evangelho. Item um Caderno de canto de Santa Maria das Neves. Item um Caderno do ofício da Vitória. Item outro Caderno do ofício do Corpo de Deus. Item outro Caderno de benzer as ruas. Item outro Caderno do ofício de Santa Elizabeth. Item o livro das Colações dos Padres, e estatura Monachorũ. Item os Sermões de Santo Agostinho por Latim. Item um livro de linguagem que chamam rozal de amor. Item um livro das meditações de São Bernardo. Item um livro de linguagem que chamam *Stimulo amoris*. Item o Soliloquio de Santo Agostinho e de suas meditações em linguagem. Item outro livro que chamam Izac em linguagem. Item um livro de papel por Latim de muitas cousas místicas que foi do Thezr de Évora. [...] Item um livro da vida de São Jeronimo em linguagem. Item outro livro da vida dos Santos em linguagem. Item o livro da Ranha Dona Elizabeth, Item dois livros pequenos de Orações, um de pergaminho, e outro de

em 9 de agosto de 2019, p. 38. HARTHAN, John. **Books of Hours and Their Owners**. London: Thames and Hudson, 1977, p. 12.

⁸⁴ GONTHIER, Nicole. **Éducation et cultures dans l'Europe occidentale chrétienne (du XIIe au milieu du XVe siècle)**. Paris: Édition marketing S.A, 1998, p. 14. HARTHAN, John. **Books of Hours and Their Owners**. London: Thames and Hudson, 1977, p. 14.

⁸⁵ PENKETH, Sandra. Women and Books of Hours. IN: SMITH, L. and TAYLOR, J.H.M. **Women and the Book. Assessing the Visual Evidence**. The British Library and University of Toronto Press, 1996, p. 269.

⁸⁶ LE GOFF, Jacques. **Homens e mulheres da Idade Média**. São Paulo: Estação Liberdade, 2013, p. 349.

papel coberto de veludo preto. [...] livro das morais de São Gregório em toda sua vida. Um livro por Latim das Colações dos Padres. Um livro de linguagem, que chamam hermo espiritual.⁸⁷

Do mesmo modo que seu irmão, quanto ao aproveitamento dos livros, D. Duarte possuía em sua biblioteca oitenta livros, acervo que exprimia bem o cruzamento entre os temas sagrados e profanos e orientações de comportamentos considerados adequados aos estados da corte. Tornava-se importante, entretanto, também enfatizar aos membros da corte que o nobre virtuoso não era aquele que apenas possuía livros por seu valor material, mas que sabia tirar proveito de seu conteúdo.

Apesar de possuírem um número expressivo de volumes para o século XV, as bibliotecas dos primeiros membros da dinastia de Avis perdem destaque se comparadas àquelas dos duques da Borgonha, Dona Isabel e seu esposo Felipe III, que tinham uma biblioteca de cerca de 900 volumes, enquanto as dos irmãos da duquesa não ultrapassavam os dois dígitos.⁸⁸ Em um período em que a produção massiva de livros ainda não tinha começado, tendo em vista que a invenção da imprensa só traria maiores efeitos no fim do século XV, essa nobreza portuguesa, não obstante as práticas de leitura incentivadas, podia ser considerada essencialmente auditiva.⁸⁹ O rei D. João I, por exemplo, buscava instruções nos escritos e pretendia que as recomendações assentadas neles chegassem ao conhecimento de todos na corte régia, por meio das leituras públicas. Como narra o cronista Gomes Eanes de Zurara, na *Crônica do Conde D. Pedro de Menezes*, o rei pedia que frequentemente fosse lido em sua câmara o texto de Egídio Romano sobre o correto regimento dos príncipes, e até mesmo aconselhou essa leitura àqueles que fossem lutar em Ceuta.⁹⁰ Com efeito, pode-se dizer que as leituras públicas realizadas sob requisição régia atestam o uso dos livros como instrumentos preponderantes da formação dos nobres, na mesma medida em que reforçavam o poder dos reis, visto que sobressaía a imagem do soberano como educador dos povos do reino e como incentivador das condutas retas ao promover o aperfeiçoamento dos atributos que sua condição exigia.

A forma da leitura

⁸⁷ ÁLVARES, Frei João. **Chronica do Infante Santo D. Fernando**. Edição Mendes dos Remedios. Coimbra: França Amado Editor, 1911, p. 139,141, 143.

⁸⁸ SILVA, Manuela Santos. **Isabel: a Infanta da Íncrita Geração (1397-1430)**. Comunicação apresentada à Academia Portuguesa de História, 2011, p. 3.

⁸⁹ BUESCU, Ana Isabel. **Cultura impressa e cultura manuscrita em Portugal na época moderna: uma sondagem**. Penélope 21, 1999, p. 11.

⁹⁰ ZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica do Conde D. Pedro de Menezes**. Edição: Maria Teresa Brocardo. Braga: Fundação Calouste Glubenkian, 1997, Capítulo 8.

Ao longo de suas obras, os membros da dinastia de Avis e letrados do período consideravam a leitura uma forma de aprimorar as qualidades e virtudes dos homens que liam ou ouviam; entretanto, para eles, essa tarefa não era tão simples, já que essa atividade possuía diretrizes para a sua melhor aplicação em favor do desenvolvimento das virtudes dos nobres. Para eles, a leitura era um meio pelo qual os homens encontravam o conhecimento verdadeiro — aquele que provinha de Deus — e eram iniciados nos valores cortesãos. Para D. Duarte, “ler bons livros” compunha um quadro de práticas que conduziam os cristãos a uma vida virtuosa, semelhante a práticas como os “jejuns, vigílias, ouvir sermões e bons falamentos”.⁹¹ Além de recomendar os modos mais proveitosos da leitura, o rei também revela que ao “ler havemos três proveitos”: o primeiro, é “utilizar bem o seu tempo”; o segundo, “acrescentar boa sabedoria”, e o terceiro, o fato de que, “quando o leitor estiver ocioso, ter lembrança do que leu, e dessa forma, não se ocupar em maus pensamentos”.⁹² Portanto, ao ler, esses nobres tomavam para si os bons exemplos contidos naquelas páginas e conheciam as práticas que os conduziriam a uma vida virtuosa.

Para um melhor aproveitamento da leitura, D. Duarte esclarece que esta era uma prática cotidiana, e que, se o nobre algumas vezes não sentisse vontade de realizá-la, deveria praticá-la mesmo sem disposição, já que ficar sem ler era uma falta consigo mesmo e com seu refinamento espiritual.⁹³ Estimulando igualmente a leitura, o *Orto do esposo* defende que o homem deveria ler, em certas horas do dia, determinadas obras recomendadas pela Igreja, como a Bíblia. Essa leitura “deveria servir ao seu bom propósito e proveito de intenção” para que os homens a retenham no seu coração, de tal forma que não abrissem espaço para ações que não condissessem com o que foi lido e com o conhecimento que os levaria a prática das virtudes e ao bom comportamento. Deveria o homem continuar a ler amiúde, com perseverança e por amor da verdadeira sabedoria; a leitura deveria ser calma e não acelerada, ou não se compreenderiam os ensinamentos.⁹⁴ O *Orto do esposo* também já declarava que o ato de ler um livro poderia trazer diferentes sentimentos e desafios a se superar com perseverança, por exemplo: mesmo que a leitura fosse enfadonha e demorada, o leitor não deveria desistir, mas ter em vista que “com simpleza o entendimento apareceria”, e se com

⁹¹ DUARTE, D. **Leal Conselheiro**. Edição crítica, introdução e notas de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 296.

⁹² DUARTE, D. **Leal Conselheiro**. Edição crítica, introdução e notas de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 4.

⁹³ DUARTE, D. **Leal Conselheiro**. Edição crítica, introdução e notas de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 348.

⁹⁴ **Orto do esposo**. Edição de Bertil Maler, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Vol. 1, 1956, p. 53, 64.

tristeza a leitura fosse feita, também deveria continuar, pois em algum momento encontraria alegria.⁹⁵ Segundo D. Duarte, no *Livro da Cartuxa*, existiam, ainda, outras diretrizes para uma boa leitura, isto é, uma leitura “proveitosa”. Ele indica que não era aconselhável ao nobre ler mais de uma hora ou doze páginas; a leitura deveria ser um meio, principalmente, para aprender e para o divertimento. O rei-Eloquente ainda afirma que quando não se pudesse ler algum trecho, pela complexidade ou enfadamento, o nobre não poderia abandonar a leitura, pois, “tudo perfeitamente deveria ser entendido”; ele asseverava que, quando isso ocorresse, deveria passar a leitura adiante e orar para que “Deus vos dê conhecimento e perfeito entendimento”.⁹⁶

Do mesmo modo, D. Duarte assinala que os que quisessem bem aprender, deveriam ler, de início, pouco, devagar e “bem apontado” – com direcionamento. Se necessário, poderiam retornar algumas vezes ao que já leram, pois, mesmo que já tivessem concluído a leitura de todo o livro, não se deveria enfadar de retomá-la, já que “algumas coisas entenderéis sempre novamente”.⁹⁷ Ainda no *Orto do esposo*, seu autor já asseverava que, depois da leitura, era função do leitor “meditar e pensar com grande diligência no que leu, cuidando para compreender todas as informações e conselhos ali contidos”.⁹⁸ A ideia de meditar sobre as leituras, os gestos e as conversas representavam um esforço dos nobres para ordenar e tornar aquelas informações mais coerentes e praticáveis.⁹⁹ D. Duarte argumenta ainda, no *Leal Conselheiro*: era importante que o nobre dedicasse “alguma parte do tempo em boas cousas ler” para que, então, pudesse oferecer “vosso bom conselho”,¹⁰⁰ isto é, por meio das leituras, o nobre não apenas elevaria o seu comportamento, mas se necessário ofereceria àqueles que estavam em necessidade algum tipo de auxílio.

Os livros e a leitura eram, portanto, cada vez mais valorizados entre os reis, nobres e letrados do século XV, em Portugal, já que essas práticas eram vistas como uma forma diária eficaz de afirmação da autoridade dessas figuras e de instrução daqueles que viviam na corte. O livro era um objeto de herança inestimável aos nobres por ser uma ferramenta do letramento, um apoio à piedade e um meio de relaxamento. A essas práticas era creditada a

⁹⁵ **Orto do esposo**. Edição de Bertil Maler, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Vol. 1, 1956, p. 3.

⁹⁶ DUARTE, D. **Livro dos conselhos de El-rei D. Duarte** (Livro da Cartuxa). Transcrição de João José Alves Dias, Tradução de A. H de Oliveira Marques e João José Alves, Lisboa, Editorial Estampa, 1982, p. 148.

⁹⁷ DUARTE, D. **Livro dos conselhos de El-rei D. Duarte** (Livro da Cartuxa). Transcrição de João José Alves Dias, Tradução de A. H de Oliveira Marques e João José Alves, Lisboa, Editorial Estampa, 1982, p. 149.

⁹⁸ **Orto do esposo**. Edição de Bertil Maler, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Vol. 1, 1956, p. 54.

⁹⁹ HADOT, Pierre. **Exercícios espirituais e filosofia antiga**. Editor Edson Manoel de Oliveira Filho, São Paulo: É Realizações, 2014, p. 29.

¹⁰⁰ DUARTE, D. **Leal Conselheiro**. Edição crítica, introdução e notas de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 339.

possibilidade de se avançar no espaço e no tempo, carregando uma mensagem aos que estavam distantes e possibilitando que o poder da dinastia de Avis se expandisse e perpetuasse.¹⁰¹ Ainda que o latim viesse a se manter na vida dos príncipes de Avis e dos nobres que os cercavam como a principal medida de prestígio e virtude, a escrita vernácula ganha, nesse período e espaço, relevância como instrumento para os nobres portugueses elevarem o seu modo de vida e os seus valores.

¹⁰¹ MERCURI, Danielle Oliveira. **Sábios e sagrados: Os reis ibéricos e seus cronistas**. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2013, p. 130.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Corrigir e edificar a conduta dos súditos, em especial dos nobres que os cercavam na corte régia, foi uma questão de relevo para os membros da dinastia de Avis, em Portugal, no fim do século XIV e início do XV. Tendo em vista a necessidade de remodelamento dos valores cortesãos após a ascensão de D. João I ao poder, em 1385, aqueles homens buscaram gerar ensinamentos para as todas etapas da vida dos nobres, em especial as primeiras idades. Esse apreço pela instrução era notado pelo incentivo à produção e disseminação de obras de cunho moralizante que visavam iniciar homens e mulheres nas virtudes exigidas no cotidiano da corte. A aplicação desses princípios edificantes dependia da ação de um conjunto de intermediários e de práticas exercidas ao longo da vida. Apesar desses registros e prescrições serem de distintas formas e com diferentes ênfases, o propósito era sempre o de evitar que os nobres caíssem em erro e pudessem levar uma vida de virtudes a fim de que fossem modelos de conduta dentro e fora da corte.

No emaranhado de referências encontradas no *corpus* documental deste estudo, alguns pontos se sobressaem. O primeiro é a formação e manutenção das relações sociais existentes na corte. Para os homens daquele tempo era imprescindível que os mais jovens fossem instruídos da forma correta, como vimos, o que tinha início na mais tenra idade, principalmente por estas relações servirem como inspiração para as ações que os nobres realizariam posteriormente, na sequência de uma fase de iniciação nas condutas próprias de seu estado. D. Duarte reafirma, no *Leal Conselheiro*, que a vida em comunidade fazia parte das necessidades da natureza humana, mas que tais necessidades deveriam ser comandadas pelo bom regimento das vontades e orientadas para o cumprimento do bem comum.¹ Dessa maneira, os nobres aprendiam a projetar um modelo tomando como referência os ensinamentos e gestos daqueles com quem conviviam, como no caso dos irmãos, quando os mais velhos serviam de exemplo aos mais novos nas atitudes em relação aos pais durante toda a vida, seja nos cuidados em momentos de aflição ou na guarda da obediência.

Outro ponto destacado pelos escritos diz respeito às figuras que eram consideradas guias na instrução dos nobres. Seis figuras destacavam-se na formação e instrução para iniciá-los nos valores da nobreza: pais, mães, irmãos, amigos, preceptores e confessores. Ao longo do estudo percebemos que esses instrutores poderiam ser classificados entre os que possuíam um laço sanguíneo e aqueles que apareciam mais tardiamente na vida daqueles

¹ DUARTE, D. **Leal Conselheiro**. Edição crítica de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998, p. 1.

homens e mulheres. Todavia, ambos tinham em algum momento destaque na edificação de valores conforme uma série de princípios morais que se definiam por sua natureza cristã e pela aceitação social ao proporcionarem a eles as melhores oportunidades para sua formação e amadurecimento. Essa instrução poderia ocorrer por meio de exemplos de comportamentos, conselhos e castigos. Um ponto notável é que se os nobres não podiam escolher aqueles com quem conviviam pelos laços sanguíneos, era quase que de total responsabilidade deles escolher os demais – fato que exigia dos nobres uma capacidade de avaliar na corte os comportamentos alheios e de escolher seus iguais com base nas virtudes por eles mantidas.

Esse repertório de ensinamentos oferecidos por esses guias confluía ou ganhava forma em algumas atividades cotidianas específicas do universo da nobreza voltadas para o desenfadamento e para se aproximar de Deus, atividades que, neste trabalho, foram chamadas de “instrumentos”. Esses podiam ser divididos entre os destinados à edificação do corpo e outras da alma. Nesse processo de iniciação nos valores cortesãos e de fortalecimento do corpo e do espírito, um intermediário podia recorrer a instrumentos diversos, como a leitura, a escrita, a missa, a montaria, a música ou a tecelagem. Os nobres também aprendiam e aperfeiçoavam o seu uso por meio dos exemplos de mais de um tipo de guia, como no caso do incentivo à leitura que vinha muitas vezes da mãe, do pai e dos preceptores. Um outro componente importante para que os nobres fossem educados com êxito era o exercício da memória, que em um primeiro momento era utilizada como um lugar de armazenamento dessas normas de conduta consideradas adequadas aos estados daqueles homens e mulheres. Os nobres mantinham vidas as regras de seu grupo ao praticarem essas atividades e demonstrarem que eram capazes de possuir todas as virtudes necessárias tanto para realizá-las quanto para dirigirem suas vidas.

Durante esse caminho, foi possível observar que algumas virtudes foram mais apreciadas e exaltadas por aqueles homens, virtudes que por sua vez eram as mais esperadas dos intermediários, que também instruía com base em suas experiências de vida. Já recomendava D. Duarte, no *Livro de ensinança de bem cavalgar toda sela*, que Deus ordenava aos homens que fossem leais em todas as suas ações e que possuíssem fortaleza de corpo e de coração para enfrentarem suas dificuldades² A lealdade, o amor e a justiça fundamentavam principalmente a relação com os pais e os amigos, laços que exigiam confiança e suporte nos momentos decisivos. A temperança e a prudência moldavam os cuidados com o corpo, moderando a fala, o comer e todos os gestos, como ao montar, cantar

² DUARTE, D. **Livro da ensinança de bem cavalgar toda sela**. Edição crítica Joseph M. Piel. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1986, p.7-8.

e dançar, tanto em situações profanas quanto religiosas. A fortaleza e a caridade eram inspiradas pelas mães, que ordenavam a casa, os filhos, e encorajavam as ações de todos, amparadas pela fé, como no modelo sempre exaltado de Dona Filipa. Também os confessores estimulavam essas virtudes na luta contra o inimigo e o pecado na defesa da fé cristã. A obediência e a humildade, por fim, selavam todas essas relações de aprendizagem, sobretudo no que diz respeito aos pais, aos irmãos e aos preceptores. Ademais, percebesse que de certa forma aqueles membros pertencentes a dinastia de Avis tornaram-se uma espécie de medida de atitudes para o seu tempo. Ao inspirarem-se nas ações promovidas por essas figuras e seguirem suas recomendações, os nobres conheceriam a forma adequada de agir no cotidiano cortesão.

Em suma, as boas companhias eram uma garantia de prosperidade, virtude e ajuda na adversidade. Ao regulamentar uma série de práticas cotidianas com o objetivo de conduzir os seus leitores a partilharem de condutas mais aceitáveis e exemplares, os príncipes de Avis e letrados ligados àquela corte empenharam-se em ensinar a nobreza a gerir suas relações sociais, bem como os ambientes e práticas que davam forma a esse convívio. Dito de outra forma, eles buscaram edificar alguns parâmetros de comportamentos que eram exigidos na formação de laços e, conseqüentemente, deveriam ser valorizados e preservados durante a vida do nobre na corte. Assim, por meios dessas relações, os jovens nobres, homens ou mulheres, eram instruídos por meio das práticas e virtudes daqueles que os rodeavam a entender quais ações eram esperadas durante a vida.

BIBLIOGRAFIA

CORPUS DOCUMENTAL

ÁLVARES, Frei João. **Chronica do Infante Santo D. Fernando**. Edição Mendes dos Remedios. Coimbra: França Amado Editor, 1911.

ÁLVARES, Frei João. **Trautado da vida e feitos do muito virtuoso Senhor Ifante D. Fernando**. In Obras, vol. I, CALADO Adelino de Almeida Calado (ed.), Coimbra, 1960.

Bíblia Sagrada. São Paulo: Editora Paulus, 1990.

Boosco deleitoso. Edição de Augusto Magne. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Vol. 1, 1950.

Chronica do Condestabre de Portugal Dom Nuno Alvarez Pereira. Edição de Mendes dos Remédios. Coimbra: F. França Amado, 1911.

DUARTE, D. **Leal Conselheiro**. Edição crítica de Maria Helena Lopes de Castro; prefácio de Afonso Botelho. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1998.

DUARTE, D. **Livro da ensinança de bem cavalgar toda sela**. Edição crítica Joseph M. Piel. Lisboa: Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1986.

DUARTE, D. Livro da ensinança de bem cavalgar toda sela [1433/1437-1438]. In: **Obras dos Príncipes de Avis**. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão – Editores, 1981.

DUARTE, D. **Livro dos conselhos de El-rei D. Duarte** (Livro da Cartuxa). Transcrição de João José Alves Dias, Tradução de A. H de Oliveira Marques e João José Alves, Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

Glosa Castellana al "Regimiento de Príncipes" de Egidio Romano. Edição, estudo preliminar e notas de Juan Beneyto Perez. Madrid: Centro de estudios políticos y constitucionales, 2005.

JOÃO I, D. **Livro da Montaria de D. João I de Portugal**. Edição de Francisco Maria Esteves Pereira. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1918.

JOÃO I, D. Livro da Montaria [1415-1433]. In: **Obras dos Príncipes de Avis**. Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão – Editores, 1981.

LOPES, Fernão. **Crônica D. Fernando**. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2004.

LOPES, Fernão. **Crónica del Rei Dom Joham I**. Edição: Anselmo Braamcamp Freire. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, vol. I, 1973.

LOPES, Fernão. **Crónica del Rei Dom Joham I**. Edição: Anselmo Braamcamp Freire. Porto: Imprensa Nacional Casa da Moeda, vol. II, 1973.

Monumenta Henricina. Vol. X. Suplemento, edição de António Joaquim Dias Dinis. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, 1961-1974.

ORTIZ, Diogo. **O cathecismo pequeno de D. Diogo Ortiz**, Bispo de Viseu. Edição de Elsa Maria Branco da Silva. Lisboa: Edições Colibri, 2001.

Orto do esposo. Edição de Bertil Maler, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Vol. 1, 1956.

PEDRO, Infante D. O Livro da Virtuosa Bemfeitoria. In: **Obras dos Príncipes de Avis.** Edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 525-763, 1981.

PÉREZ, Martín. **Livro das Confissões** – Parte I e II. Edição semidiplomática, introdução, lematização e notas de José Barbosa Machado e Fernando Alberto Torres Moreira, Portugal: Edições Vercial, 2009.

PÉREZ, Martín. **Livro das Confissões** – Parte III e IV. Edição semidiplomática, introdução, lematização e notas de José Barbosa Machado e Fernando Alberto Torres Moreira, Portugal: Edições Vercial, 2010.

PINA, Rui de. **Chronica de El-Rei D. Duarte.** Edição: Alfredo Coelho de Magalhães. Porto: Renascença Portuguesa, Vol. I, 1914.

PINA, Rui de. **Crónicas de Rui de Pina – Sancho I, Afonso II, Sancho II, Afonso III, Dinis I, Afonso IV, Duarte I, Afonso V e João II.** Edição e introdução de Manuel Lopes de Almeida, Porto: Lello & irmãos Editores, 1977.

PISANO, Cristina de, **Espelho de Cristina.** Edição fac-simile da de 1518, Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 1987.

SÁNCHEZ DE VERCIAL, Clemente. **Sacramental.** Edição José Barbosa Machado. Edições Vercial, 2010.

Virgeu de Consolaçon. Edição Critica de Albino de Bem Veiga. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1958.

ZURARA, Gomes Eanes de. **Crónica da Tomada de Ceuta.** Edição de Carlos Miranda. Lisboa: Editorial Escol, 2000.

ZURARA, Gomes Eanes de. **Crónica da Tomada de Ceuta por el rei D. João I.** Edição: Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915.

ZURARA, Gomes Eanes de. **Crónica do Conde D. Pedro de Meneses.** Edição: Maria Teresa Brocardo. Braga: Fundação Calouste Glubenkian, 1997.

ZURARA, Gomes Eanes de. **Crónica dos feitos notáveis que se passaram na conquista de Guiné por mandado do infante D. Henrique.** Edição de Torquato de Sousa Soares. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2 Volumes, 1997.

DICIONARIOS

LANCIANI, Giulia; TAVANI, Giuseppe. **Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa**. Lisboa: Editora Caminho, 1993.

LE GOFF, Jacques; SCHIMITT, Jean-Claude. **Dicionário analítico do Ocidente medieval**, Volume I e II. Coordenação e tradução Hilário Franco Júnior, São Paulo: Editora Unesp, 2017.

MACHADO, José Barbosa. **Dicionário dos primeiros livros impressos em língua portuguesa**. Braga: Edições Vercial, Vol. 1 (A-C), 2015.

MACHADO, José Barbosa. **Dicionário dos primeiros livros impressos em língua portuguesa**. Braga: Edições Vercial, Vol. 2 (D-H), 2015.

MACHADO, José Barbosa. **Dicionário dos primeiros livros impressos em língua portuguesa**. Braga: Edições Vercial, Vol. 3 (I-P), 2015.

MACHADO, José Barbosa. **Dicionário dos primeiros livros impressos em língua portuguesa**. Braga: Edições Vercial, Vol. 4 (Q-Z), 2015.

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de, O.F.M. 1744-1822, **Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram : obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam / Publicado em benefício da litteratura portugueza por Fr. Joaquim de Santa Rosa Viterbo**. 2ª ed. revista, correcta e copiosamente addicionada de novos vocábulos, observações e notas críticas com um índice remissivo. Lisboa: A. J. Fernandes Lopes 1865, 2 vol.

ESTUDOS

ADAMSON, Melitta Weiss. **Food in Medieval Times**. Greenwood: Greenwood Press, 2004.

AFONSO, Luís Urbano. **Uma nota sobre as “fremosas donzellas” do Livro da Vertuosa Benfeytoria**. eHumanista: Vol. 8, 2007, p. 106-116.

AGRIPPA, Henricus Cornelius; RABIL JR, Albert (Org.) **Declamation on the Nobility and Preeminence of the Female Sex**. Chicago: University Of Chicago Press, 1996.

AGUIAR, Miguel. **As crónicas de Zurara: a corte, a aristocracia e a ideologia cavaleiresca em Portugal no século XV**. IEM - Instituto de Estudos Medievais, Medievalista online, nº 23, 2018, p. 1-31.

AGUIAR, Miguel. **“Fazer cavaleiros”: As cerimónias de investidura cavaleiresca no Portugal medieval (Séculos XII-XV)**. Cuadernos de Estudios Gallegos, LXII, n. 128, 2015, p. 13-46.

AGUIAR, Miguel Pereira. **Ideologia Cavaleiresca em Portugal no Século XV**. Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Estudos Medievais, orientada pelo Professor Doutor José Augusto de Sottomayor-Pizarro, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2016.

ALEGRIA, José Augusto. **O ensino e prática da música nas Sés de Portugal (da Reconquista aos fins do século XVI)**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa Divisão de Publicações, 1985.

ALEXANDRE-BIDON, Danièle. **Grandeur et renaissance du sentiment de l'enfance au Moyen Âge**. In: Histoire de l'éducation, n° 50, 1991. Éducatons médiévales. L'Enfance, l'École, l'Église en Occident. Ve-XVe siècles. p. 39-63.

ALMEIDA, Simone Ferreira Gomes de. **A figura do herói antigo nas crônicas medievais da Península Ibérica (século XIII e XIV)**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

ALVAR, Carlos. **Promotores y destinatarios de traducciones en Castilla durante el siglo XV**. Cahiers de linguistique et de civilisation hispaniques médiévales. N°27, 2004. p. 127-140.

ÁNGEL Solórzano Telechea Jesús; BOLUMBURU Beatriz Arízaga; ANDRADE Amélia Aguiar. **Ser mujer en la ciudad medieval europea**. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2013.

ANTUNES, Ana Paula Jerónimo. **De infanta de Portugal a duquesa de Borgonha D. Isabel de Lencastre e Avis (1397-1429)**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2012.

ANTUNES, José. **A nobreza no "Discurso medieval da Confissão" (séc. XIII a XIV)**. Revista de História das Ideias, Vol. 19, 1997, p. 157-175.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1978.

ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte**. Rio de Janeiro: F. Alves, Vol. II, 1990.

ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **História da vida privada: Do Império Romano ao ano mil**. Organização Paul Veyne; tradução Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, Vol. 1, 1989.

ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **História da vida privada: da Europa feudal a Renascença**. Organização Georges Duby; tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, Vol. 2, 1990.

ARRUDA, Fabiana dos Santos. **A representação do martírio do Infante Santo em Portugal nos séculos XV e XVII – um exercício reflexivo sobre a história comparada**. Dissertação, Orientador: Clinio Oliveira do Amaral, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em História, 2016.

ARSENIO NUNES, Ariadne Prata. **A ideia de livro e de leitor no Livro da Vertuosa Benfeytoria**. Tese orientada pelo Professor Doutor João Dionísio, elaborada para a obtenção do grau de doutor em Estudos de Literatura e de Cultura – Estudos Comparatistas, 2014.

ARQUERO CABALLERO, Guillermo F. **El confesor real en la Castilla de los Trastámara: 1366-1504**. Tesis doctoral, Director Dr. José Manuel Nieto Soria, Facultad de geografía e historia, Madrid, 2016.

AVELAR, Helena. **Vícios e virtudes na teoria e na prática astrológica medieval: exemplos portugueses da dinastia de Avis (século XV)**. e-Spania [En ligne], 2015.

AVENOZA, Gemma. **Traducciones, público y mecenazgo en Castilla (siglo XV)**. Romania, tome 128, n°511-512, 2010, p. 452-500.

AUBIN, Jean; PINA, Martins José Vitorino de. **Histoire et civilisation du Portugal**. In: École pratique des hautes études. 4e section, Sciences historiques et philologiques. Annuaire 1978-1979, 1982, p. 958-980.

AURELL, Martin. **La noblesse en Occident (V-XV siècle)**. Paris: Armand Colin, 1996.

AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.). **História religiosa de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, Vol. 1, 2000.

AZEVEDO, Carlos Moreira, (dir.). **História religiosa de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, Vol. 2, 2000.

AZEVEDO, Hugo Rincon. **Entre a batalha e o mosteiro: memórias legitimadoras da Dinastia de Avis (Séc. XV)**. Orientador: Profa. Dra. Amênia Maria de Souza, Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH). Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2017.

AZEVEDO, Hugo Rincon. **Um símbolo de paz em meio a guerra, de esperança em meio ao caos: memórias idealizadoras de D. Filipa de Lencastre nas narrativas de Fernão Lopes e Gomes Zurara**. “História, Cinema e Narrativas Audiovisuais” De 18 a 20 de outubro de 2017 Universidade Federal de Goiás – Campus Samambaia – Goiânia/ Goiás, p. 1-17.

BARROW, Julia. **The Clergy in the Medieval World: Secular Clerics, Their Families and Careers in North-Western Europe c.800–c.1200**. United Kingdom: Cambridge University Press, 2015.

BARUQUE, Julio Valdeon. **Vida cotidiana en la Edad Media**. Dastin Export, S.L, 2004.

BARREIRA, Catarina Fernandes; SEIXAS, Miguel Metelo de (Org.). **D. Duarte e a sua época: arte, cultura, poder e espiritualidade**. Lisboa: Coordenação de IEM - Instituto de Estudos Medievais Universidade Nova de Lisboa, 2014.

BARTHOLEYNS, Gil. **L'enjeu du vêtement au Moyen Age: de l'anthropologie ordinaire à la raison sociale (XIIIe-XIVe siècles)**. Micrologus, n. 15, 2007, p. 219-257.

BECEIRO PITA, Isabel. **Cultura, ideología y mecanismos de gobierno en la dinastia lusa de los Avis**. SIGNO Revista de História de la Cultura Escrita, 1998, n. 5, Universidad de Alcalá, p. 9-34.

BECEIRO PITA, Isabel; FRANCO SILVA, Alfonso. **Cultura nobiliar y bibliotecas: Cinco ejemplos, de las postrimerías del siglo XIV a mediados del XVI**. Historia Instituciones Documentos, 1985, p. 277-350.

BECEIRO PITA, Isabel. **La importancia de la cultura en las relaciones peninsulares (siglo XV)**. Anuario de Estudios Medievales", n. 29, 1999, p. 79-104.

BECEIRO PITA, Isabel. **La Recepción de la cultura aristocrática castellana en el Portugal de los Avis**. Porto: Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Marques - II Volume 2006, p. 221-235.

BECEIRO PITA, Isabel. La visión de la realeza: Juan II de Castilla y los Avís contemporâneos. Organização BARREIRA, Catarina Fernandes; SEIXAS, Miguel Metelo de. In: **D. Duarte e a sua época: arte, cultura, poder e espiritualidade**, Lisboa:2014, p. 87-107.

BECEIRO PITA, Isabel. **Libros, lectores y bibliotecas em la España Medieval**. Murcia: Nausícaã, 2007.

BECEIRO PITA, Isabel (Org.). **Poder, piedad y devoción: Castilla y su entorno. Siglos XII-XV**. Madrid: Sílex® Ediciones S.L., 2014.

BEJCZY István. **The Cardinal Virtues in the Middle Ages: A Study in Moral Thought From the Fourth to the Fourteenth Century**. Brill's Studies in Intellectual History. Leiden: Brill Academic Publishers, 2011.

BERGER, Anna Maria Busse. **Medieval Music and the Art of Memory**. California: University of California Press, 2005.

BERGER, M Philippe. **Del manuscrito a la imprenta: inercia y sinergia**. Bulletin Hispanique, tome 106, n°1, 2004, p. 143-159.

BÉRIOU, Nicole. **La prédication aux derniers siècles du Moyen Âge**. In: Communications, 72, L'idéal éducatif, 2002, p. 113-127.

BÉRIOU, Nicole; MORENZONI, Franco. **Prédication et liturgie au Moyen Âge**. Turnhout: Brepols, 2008.

BERTOLI, André Luiz. **O Cronista e o Cruzado: A Revivescência do Ideal da Cavalaria no Outono da Idade Média Portuguesa (Século XV)**. Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marcella Lopes Guimarães. Curitiba, 2009.

BIZZARRI, Hugo O. **El surgimento de un pensamiento económico en Castilla** (Historia de una idea desde Pedro Alfonso hasta Fray Juan García de Castrojeriz). En la España Medieval, 25, p. 113-133, 2002.

BIZZARRI, Hugo O. **Vergel de consolação da alma ou Viridario**. In: TEODORO, Leandro Alves (Org.). O ensino da fé cristã na Península Ibérica (séculos XIV e XV). Banco de dados

(Online). 2019. Disponível em: <https://umahistoriadapeninsula.com/vergel-de-consolacao-da-alma-ou-viridario/> . Consulta em: 20 de dezembro de 2019.

BOLOGNE, Jean Claude. **História do pudor**. Tradução de Telma Costa. Rio de Janeiro: Elfos, 1990.

BLUMEMFELD-KOSINSKI, Renate; ROBERTSON, Duncan; WARREN, Nancy Bradley. **The vernacular spirit: essays on medieval religious literature**. New York: Palgrave, 2002.

BORGES, Cândida. **Música na Idade Média**. Rio de Janeiro, p. 1-9, 2002. Disponível em: www.artnet.com.br/~pmotta, Acesso em: 05 de setembro de 2018.

BOQUET, Damien; NAGY, Piroška. **Sensible Moyen Age: Une histoire des émotions dans l'Occident medieval**. Paris: Editions du Seuil, 2015.

BRAET, Herman; VERBEKE, Werner. **A morte na Idade Média**. São Paulo: Edusp, 1996.

BRANCO, Maria João Violante. The Nobility of Medieval Portugal (XI-XIV centuries): A General Overview. In: **Nobles and Nobility in Medieval Europe. Concepts, Origins, Transformations**. Edição Anne Duggan, London: Boydell, 2000, p. 223-243.

BRAVO, Frederico. Arte de enseñar, arte de contar en torno al exemplum medieval. In: **La enseñanza en la Edad Media: X Semana de Estudios Medievales**, Nájera, coordenado por José Ignacio de la Iglesia Duarte, 2000, p. 303-327.

BROCCHIERI, Fumagalli Beonio. **A estética da Idade Média**. Lisboa: Editorial Estampa, 2003.

BOCK, Gisela. **La mujer em la historia de Europa**. Espanha: Editora Critica, 2001.

BRAGARD, Philippe; CAUCHIES, Jean-Marie; HENRION, Marie (eds.). **Lire, danser et chanter au château - La culture châtelaine, XIII-XVIIe siècles**. Turnhout: Brepols, 2016.

BROOKS, Lynn. **Women's Work Making Dance in Europe before 1800**. Wisconsin: University of Wisconsin Press, 2007.

BROOKE, Christopher. **O casamento na Idade Média**. Portugal: Publicações Europa-América, 1989.

BROWN, Cynthia J; LEGARÉ, Anne-Marie. **Les femmes, la culture et les arts en Europe entre Moyen Âge et Renaissance**. Turnhout: Brepols, Texte, Codex & Contexte, n. 19, 2016.

BROWN, Peter. **Corpo e sociedade: o homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

BROWN, Peter. **The Cult of the Saints: Its Rise and Function in Latin Christianity**. The Haskell Lectures on History of Religions n. 2, University of Chicago Press, 1981.

BRUNDAGE, James A. **The Medieval Origins of the Legal Profession: Canonists, Civilians, and Courts**. University of Chicago Press, 2008.

BUESCU, Ana Isabel. **A educação de príncipes e niños generosos: um modelo quinhentista peninsular**. Imprensa da Universidade de Coimbra, Revista de História das Ideias Vol. 19, 1997.

BUESCU, Ana Isabel. **Cultura impressa e cultura manuscrita em Portugal na época moderna: uma sondagem**. Penélope 21, 1999, p. 11-32.

BUESCU, Ana Isabel. **Imagens do Príncipe: Discurso Normativo e Representação (1525-49)**. Lisboa: Editora Cosmos, 1996.

BUESCU, Ana Isabel. **Livros e livrarias de reis e de príncipes entre os séculos XV e XVI**. E-Humanista: Volume 8, 2007, p. 143-170.

BUESCU, Ana Isabel. **Na corte dos reis de Portugal. Saberes, ritos e memórias**. Lisboa: Edições Colibri, 2010.

BURROW, John. A. **Gestures and Looks in Medieval Narrative**. United Kingdom: Cambridge University Press, 2004.

CABRERA SÁNCHEZ, Margarita. **La transmisión del saber médico: la vida infantil en la Edad Media através de los tratados pediátricos y de otras fuentes de la época**. Meridies, VIII, 2006, p. 7-36.

CABRERA SÁNCHEZ, Margarita. **Un texto pediátrico del siglo XIV: el tratado de los niños de Bernardo de Gordonio**. MERIDIES, IX, 2011, p. 69-86.

CAILLÉ, Alain; LAZZERI, Christian; SENELLART, Michel. **História Argumentada da filosofia moral e política**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2006.

CALAFATE, Pedro. **História do pensamento filosófico português**. Lisboa: Editorial Caminho, SA, Volume I, 1999.

CALLEJO, Jesus. **Misterios de la Edad Media**. Editorial America Iberica, 2011.

CALLIER-BOISVERT, Colette. **Remarques sur le système de parenté et sur la famille au Portugal**. In: L'Homme, 1968, tome 8 n°2, p. 87-103.

CALLUM, P. H; LEWIS, Katherine J. **Holiness and Masculinity in the Middle Ages**. Cardiff: University of Wales Press, 2004.

CAMILLE, M. **Image on the Edge: The Margins of Medieval Art**. Londres: Reaktion Books Ltd, 1992.

CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda; GOMES, Marcos Cardoso; GOMES, Maria Helena Scalabrin Cardoso. **O casamento nas leis, costumes e estilos portugueses**. Dimensões, Vol. 37, 2016, p. 101-122.

CANEVET, Mariette. **Se connaître soi-même en Dieu: un aspect du discernement spirituel dans les Confessions d'Augustin.** In: Revue des Sciences Religieuses, tome 64, fascicule 1, 1990, p. 27-52.

CARLIN, Martha; ROSENTHAL, Joel T (Org.). **Food and Eating in Medieval Europe.** Hambledon & London, 2003.

CARRUTHERS, Mary. **Machina Memorialis: Méditation, rhétorique et fabrication des images au Moyen Âge.** Cambridge: Éditions Gallimard, 1998.

CARVALHO, Joaquim de. **Obra completa.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1978.

CARVALHO, José Adriano de Freitas. **Antes de Lutero: a Igreja e as reformas religiosas em Portugal no século XV. Anseios e limites.** Porto: Edições Afrontamento, 2016.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. **La fortuna de lo escrito. Funciones y espacios de la razón gráfica (siglos XV-XVII).** Bulletin Hispanique, tome 100, n°2, 1998. p. 343-381.

CASAGRANDE, Carla; VECCHIO, Silvana. **Histoire des péchés capitaux au Moyen Âge.** Paris: Aubier, 2002.

CASTRO, Maria Helena Lopes de. **Leal Conselheiro: Itinerário do manuscrito.** Pénélope n. 16, 1995, p. 109-124.

CATEDRA, Pedro M. **Amor y pedagogia en la Edad Media: Estudios de doctrina amorosa y practica literária.** Universidad de Salamanca, 1989.

CHAPOT, Victor. **Les méthodes d'attelage et d'équitation aux siècles passés.** In: Journal des savants, Mai 1932, p. 202-209.

CHEVALIER, Véréne. **Les pratiquants de l'équitation: une population et ses mouvements.** In: Population, 45^e année, n°3, 1990, p. 661-666.

CLARK, John. **The Medieval Horse and its Equipment, c.1150-1450.** London: HMSO, 1995.

CLASSEN, Albrecht (ed.). **Childhood in the Middle Ages and the Renaissance: The Results of a Paradigm Shift in the History of Mentality.** New York: Walter de Gruyter, 2005.

CLASSEN, Albrecht; SANDIDGE, Marilyn (Org.). **Mental Health, Spirituality, and Religion in the Middle Ages and Early Modern Age.** New York: Walter de Gruyter, 2014.

CLINCHAMPS, Philippe du Puy de. **História breve da cavalaria.** Lisboa: Editorial Verbo, 1965.

COELHO, Maria Filomena. **Cartas políticas da Dinastia de Avis: a arte de ditar o bem comum (século XV).** Revista Brasileira de História, vol. 36, n° 72, 2016, p. 85-103.

COELHO, Maria Teresa. **A questão da autoria na literatura dos Príncipes de Avis**. *Omni Tempore*. Encontros da Primavera 2016, n. 2, 2017, p. 67-92.

COIGNERAI-DEVILLERS, Lucie. **La vision médicale de la sexualité au Moyen Age: Danielle Jacquart, Claude Thomasset, Sexualité et savoir médical au Moyen Age**. In: *Revue d'histoire de la pharmacie*, 76^e année, n°276, 1988, p. 89-90.

CRISTÓVÃO, Francisco da Silva. **O Cathecismo pequeno de D. Diogo Ortiz Vilhegas**. *HVMANITAS*, Vol. L, 1998, p. 687-700.

CRUZ COELHO, Maria Helena da. **D. Filipa de Lencastre. A Inglesa Rainha. 1360-1415**. Vila do Conde: QuidNovi-Academia Portuguesa da História, 2011.

CRUZ COELHO, Maria Helena da. **D. João I, o que re-colheu Boa Memória**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.

CRUZ COELHO, Maria Helena da. **The royal chapel during the reign of King João I (1385-1433): the role of its clergymen**. *Cuadernos de Estudios gallegos*, LXII, n. 128, 2015, p. 83-105.

CRUZ COELHO, Maria Helena da; FERNANDES, Hermenegildo; VILAR, Hermínia Vasconcelos. **O «*Studium*» medieval português: singularidades de um caso periférico**. In: *Historia medieval*, Vol. 36, n° 2, 2018, p. 83-115.

COELHO, António Borges. **Clérigos, mercadores, judeus e fidalgos**. Lisboa: Editorial Caminho, 1994.

CORREIA, Lícínia Maria da Trindade. **A Insinância das Damas - Formas de Poder Feminino no século XV (o caso de Isabel de Lencastre)**. Dissertação de Mestrado em História, Lisboa, 2013.

COSER, Miriam Cabral. **A dinastia de Avis e a construção da memória do reino português: uma análise das crônicas oficiais**. *Cadernos de Ciências Humanas - Especiaria*, vol. 10, n.18, 2007, p. 703-727.

COSER, Miriam Cabral. **A teoria das três ordens e o Livro da Virtuosa Benfeitoria: elaborações do ordenamento do mundo na Idade Média**. Rio de Janeiro: Coletânea, Ano XIV, Fascículo 27, 2015, p. 193-203.

COSER, Miriam Cabral. **De primus inter pares a soberano: o discurso político da realeza portuguesa no limiar do séc. XV**. *Revista Universidade Rural: Série Ciências Humanas, Seropédica*, RJ: EDUR, v. 29, n 1, 2007, p. 68-80.

COSER, Miriam Cabral. **Modelo Mariano e Discurso Político: o exemplo de Felipa de Lancaster (1360-1415)**. *Ciências Humanas e Sociais em Revista Seropédica*, Vol. 31, n. 2, 2009, p. 73-96.

COSTA, Anabela. **“Livro da Virtuosa Benfeitoria: um tesouro (des) cobre-se...”**. *Viseupédia*, n° 24, Grupo de Amigos do Museu Grão Vasco, p.1-28, 2012.

COSTA, Antonio Luiz M. C. **Títulos de Nobreza e Hierarquias - um guia sobre as graduações sociais na história.** Draco, 2014.

COVENEY, John. **Food, morals and meaning: The pleasure and anxiety of eating.** New York: Taylor & Francis e-Library, 2006.

CULLIN Olivier, CHAILLOU Christelle. La mémoire et la musique au Moyen Âge. In: **Cahiers de civilisation médiévale**, 49e année, n°194, 2006. La médiévistique au XXe siècle. Bilan et perspectives, p. 142-161.

D'AVRAY, David. **Medieval Marriage: Symbolism and Society.** Oxford University Press, 2005.

DABHOIWALA, Faramerz. **As origens do sexo: uma história da primeira revolução sexual.** Tradução Rafael Mantovani, São Paulo: Globo, 2013.

DAVIS, Isaias; MULLER, Miriam (Org.). **Love, Marriage and Family Ties in the Middle Ages.** Brepols Publishers, 2003.

DAWES, Mary. A. **Investigation into a French Fifteenth-Century Book of Hours.** Tese submetida à Escola de Artes da Universidade de Nova Orleans, 2005. http://etd.lsu.edu/docs/available/etd-06142005-153505/unrestricted/Dawes_thesis.pdf
Acesso em: 9 de março de 2020.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente 1300-1800.** Tradução Maria Lucia Machado, São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

DELUMEAU, Jean. **La confesión y el perdón: las dificultades de la confesión, siglo XIII a XVIII.** Traducción Mauro Armiño, España: Alianza Editorial, 1992.

DELUMEAU, Jean. **La peur et l'historien.** Communications, n. 57, 1993, p. 17-23.

DELUMEAU, Jean. **Nascimento e afirmação da Reforma.** São Paulo: Pioneira, Tradução de João Pedro Mendes, 1989.

DELUMEAU, Jean. **O Que Sobrou do Paraíso.** Tradução Maria Lúcia Machado, São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

DIAS, Geraldo J. A. Coelho. **A devoção do povo português a nossa senhora nos tempos modernos.** Revista da faculdade de letras, Vol. 4, 1987, p. 227- 253.

DICKENS, Andrea Janelle. **The Female Mystic: Great Women Thinkers of the Middle Ages.** London: I. B. Tauris & Co Ltd, 2009.

DIONÍSIO, João; LEITAO, Vera. **Sobre a figura de Júlio César no "Livro da Montaria" de D. João I.** In: Limite: Revista de Estudios Portugueses y de la Lusofonía, Nº. 2, 2008, p. 27-45.

DIONÍSIO, João; NOGUEIRA, Bernardo de Sá. **Sobre a datação do manuscrito P do Leal Conselheiro, de D. Duarte: a fórmula que Deus perdoe.** eHumanista: Vol. 8, 2007, p. 117-132.

DIONÍSIO, João. **Do “Memoriale virtutum” de Alfonso de Cartagena ao “Leal conselheiro” de D. Duarte.** Revista de Estudos Românicos, 2011.

DIONÍSIO, João. **Graças.** Revista Eletrônica de Estudos Literários, Vitória, nº 3, 2007.

DOMINGUEZ, Nora. **En nombre de la familia.** In: América: Cahiers du CRICCAL, nº11, 1992. Le gauchon dans la littérature argentine, p. 189-206.

DUBY, Georges; FIRPO, Arturo Roberto and PASTOR, Reyna. **Hombres y estructuras de la edad media.** España: Siglo Veintiuno Editores, 2000.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres no Ocidente.** Porto: Afrontamento, 1990.

DUBY, Georges. **As damas do século XII.** Tradução Paulo Neves e Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das letras, 2013

DUBY, Georges. **El caballero, la mujer y el cura El matrimonio en la Francia Feudal.** Traducción Mauro Armiño. Santillana: Ediciones Generales, 2013.

DUBY, Georges. **Idade Média. Idade dos homens: do amor e outros ensaios.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DUCAY, María del Carmen Lacarra (coord.). **Arte y vida cotidiana en la época medieval.** Zaragoza: Institución “Fernando el Católico”, 2008.

DUGGAN, Anne J. **Nobles and Nobility in Medieval Europe: concepts, origins, transformations.** Woodbridge: The Boydell Press, 2000.

EARENIGHT, Theresa. **Women and wealth in late medieval europe.** New York: Palgrave MacMillan, 2016.

EATON, Ellen Wehner. **Shame culture or guilt culture: the evidence of the medieval French fabliaux.** PhD Dissertation, University of Toronto, 2000.

ENNEN, Edith. **The Medieval Woman.** Cambridge: Blackwell Pub, 1990.

ÉTIENNE, Jacques. **Sagesse et prudence selon le stoïcisme.** In: Revue théologique de Louvain, 1^{er} année, fasc. 2, 1970, p. 175-182.

FADIGAS, Leonel. **Poder e território nos coutos de Alcobaça.** II Congresso Internacional Mosteiros Cistercienses. Alcobaça, 2018. Acesso em: 10 de janeiro de 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/38282527/Poder_e_territ%C3%B3rio_nos_Coutos_de_Alcoba%C3%A7a.pdf.

FARIA, Luciana Carolina Fernandes de; OLIVEIRA, Patrícia L.L. Mertzig Goncalves de; RAMALHO, Emmanuel Fernandes da Costa. **O espaço social da música na formação das universidades do século XIII**. Colloquium Humanarum, vol. 14, n. Especial, Jul–Dez, 2017, p. 821-827.

FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. **O Aparecimento do Livro**. Tradução de Henrique Tavares e Castro Revisão Científica de Artur Anselmo. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

FERNANDES, Carla Varela. **Poder e representação iconologia da família real portuguesa: Primeira Dinastia. Séculos XII a XIV**. Tese, Vol. II, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2005.

FERNANDES, Fátima Regina; Zlatic, Carlos Eduardo (Org.). **Os herdeiros políticos e suas potencialidades na Península Ibérica medieval**. Curitiba: Editora CRV, 2020.

FERNANDES, Fátima Regina. **Teorias políticas medievais e a construção do conceito de unidade**. Revista História (São Paulo), Vol. 28, n.2, Franca, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-90742009000200003> Acesso em: 12 de março de 2020.

FERNANDES, Maria de Lurdes Correia. **Ausência do marido e «des-governo» da casa na época dos descobrimentos. Algumas imagens da literatura e da tratadística moral ibérica**. Cadernos Históricos, VII, 2006, p. 79-94.

FERNANDES, Maria de Lurdes Correia. **Da doutrina a vivencia: amor, amizade e casamento no Leal Conselheiro de rei D. Duarte**. Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas, II série, vol. 1, 2014, p. 133-194.

FERNANDES, Maria de Lurdes Correia. **Do manual de confessores ao guia de penitentes. Orientações e caminhos da confissão no Portugal pós-Trento**. Via spiritus, n. 2, 1995, p. 47-65.

FERNANDES, Maria de Lurdes Correia. **Espelhos, cartas e guias: Casamento e Espiritualidade na Península Ibérica 1450-1700**. Porto: Instituto de Cultura Portuguesa, 1995.

FERREIRA, Manuel Pedro. A música na Sé de Braga durante a Idade Média. Organização Manuel Pedro Ferreira e Ana Maria S. A Rodrigues, In: **A catedral de Braga: arte, liturgia e música dos fins do século XI à época tridentina**. Lisboa, Arte das Musas, 2009, p.93-134.

FERRIS, Patricia Cañizares; MARTÍN, Cristina; MUÑOZ, María José (Org.). **La compilación del saber en la Edad Media**. Fédération Internationale des Instituts d'Études Médiévales, Textes et études du moyen age, 69, Porto, 2013.

FERRO, Carolina Chaves. **A livraria de D. Duarte (1433-1438) e seus livros em linguagem**. História e Cultura, Franca, v. 5, n. 1, 2016, p. 129-149.

FIBLA, Sergi Sancho. **Penitential and Mystical Senses. Two paths for female devotion in the Late Middle Ages**. In: Muntaner, C.; D. Carrillo-Rangel, D. Nieto-Isabel, and P. Castell

(eds.), *Sensual and Sensory Experiences in the Middle Ages. On Pleasure, Fear, Desire and Pain*. Newcastle upon Tyne, Cambridge Scholars Publishing, 2017, p. 141-158.

FIGUEIREDO, Albano. Gomes Eanes de Zurara, cronista de cavaleiros e cavalarias. In: **E fizerom taes maravilhas...: histórias de cavaleiros e cavalarias**. coord. por Lênia Marcia de Medeiros Mongelli; Hilário Franco (pr.), 2012, p. 85-95.

FLANDRIN, Jean. Louis. **Famílias: parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga**. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

FLORI, Jean. **Chevaliers et chevalerie au Moyen Age**. Paris: Hachette litteratures, 1998.

FONSECA, Luís Adão da. **Política e cultura nas relações luso-castelhanas no século XV**. Península. Revista de Estudos Ibéricos, 2003, p. 53-61.

FORONDA, François. **El espanto y miedo: Golpismo, emociones políticas y constitucionalismo en la Edad Media**. Madri: Dykinson, 2013.

FOSSIER, Robert. **Gente de la Edad Media**. Madrid: Taurus, 2008.

FOSSIER, Robert. **La société médiévale**. Paris: Armand Colin, 1991.

FOUCAULT, Michel. **A coragem da verdade: o governo de si e dos outros II**. Curso do Collège de France (1983-1984). Tradução de Eduardo Brandão, São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas - uma arqueologia das ciências humanas**. Coleção Tópicos, tradução Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque, Rio de Janeiro: Graal, Vol. 1, 1999.

FOURNIÉ, Michelle; BLÉVEC, Daniel Le. **La Parole sacrée: formes, fonctions, sens (XIe-XVe siècle)**. Toulouse: Privat, 2013.

FOWLER, Barbara Hughes. **Songs of a Friend: Love Lyrics of Medieval Portugal**. The University of North Carolina Press, 1996.

FRADE, Mafalda Maria Leal de Oliveira e Silva. **O imaginário feminino na Virtuosa Benfeitoria e sua mediação entre o Homem e o Paraíso**. Mirabilia 12, p.105-123, 2011.

FRADEJAS RUEDA, José Manuel. **El noble exercício de caça y monte**. In: Estudios mirandeses: Anuario de la Fundación Cultural "Profesor Cantera Burgos", Nº 27, 2, 2007, p. 97-112.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho; PEREIRA, Milena da Silveira (Org.). **Por escrito lições e relatos do mundo luso-brasileiro**. São Carlos: Editora EduFCar, 2018.

FRANÇA, Susani Silveira Lemos. **A seiva do passado no saber histórico português e castelhano (XIV-XV)**. Goiânia, Hist. R., v. 18, n. 1, 2013, p. 151-166.

FRANCA, Susani Silveira Lemos. **Palavras capitais na história dos reis, dos infantes e dos navegadores**. Topoi, Rio de Janeiro, 2018, vol.19, n.39, p. 75-94.

FRANÇA, Susani Silveira Lemos; RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros (Org.). **A escrita da história de um lado a outro do Atlântico**. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2018.

FRANÇA, Susani Silveira Lemos; ALMEIDA Letícia Alfeu Gonçalves de. **Queixas de um célebre teólogo sobre a universidade quatrocentista: as críticas de Jean Gerson sobre os mestres e alunos do seu tempo**. Acta Sci. Educ, Vol. 41, 2019, p. 1-12.

FREITAS, Judite Antonieta Gonçalves de. **A Burocracia do “Eloquente” (1433-1438): Os textos, as normas, as gentes**. Cascais: Patrimonia, 1996.

FREITAS, Judite Antonieta Gonçalves de. D. Leonor de Aragão: imagens de contestação e de poder Percepção e representações da Mulher transgressora no mundo Luso-Hispânico. In: **Mulheres Más**, ed. Ana M. Toscano e Chelley Godslan, Vol. I, Cap. I, Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2004, p. 103-122.

FREITAS, Judite Antonieta Gonçalves de. O papel sociopolítico da mulher nos finais da Idade Média: vida cortesã, matrimónio e ligações familiares. In: **Os instrumentos de igualdade de oportunidades em Portugal**, João Casqueira (Org.), Porto: Edições UFP, 2004, p. 13-23.

FREITAS, Judite Antonieta Gonçalves de. **Tradição e práticas culturais na Idade Média: a escrita, o livro e a moral prática**. Literatura e Religião, III encontro de estudos sobre ciências culturais, p. 31-48.

GAGNEPIN, Bernard. **La musique française du moyen age et de la Renaissance**. Paris: Presses Universitaires de France, 1961.

GALA, Elísio; SAMUEL, Paulo (Coord). **Colóquios – as linhas míticas do pensamento português**. Fundação Lusíada, 1995.

GALÁN, Santiago. **Estudiando música en la España bajomedieval: el ms. 2044 de la Universidad de Barcelona**. In: Estudios sobre patrimonio, cultura y ciencias medievales, n. 19, 2017, p. 385-414.

GALDERISI, Claudio; VINCENSINI, Jean-Jacques. **La traduction entre Moyen Âge et Renaissance: Médiations, auto-traductions et traductions secondes**. Turnhout: Brepols Publisher, Bibliothèque de Transmédie, 4, 2017.

GAMA, José. **A filosofia da cultura portuguesa no Leal Conselheiro de D. Duarte**. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995.

GARCÍA-FERNÁNDEZ, Miguel. **Las élites femeninas en las ciudades gallegas de la Baja Edad Media**. SALVADOR GONZÁLEZ, José María (org.). *Mulier aut Femina. Idealidad o realidad de la mujer en la Edad Media*, Mirabilia, 17, 2013/2, p. 337-393.

GARCIA, Antonio, Garcia. Y. **Synodicon Hispanum**. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, Vol. II, Portugal, 1982.

GARCIA HERRERO, María del Carmen. **Administrar del parto y recibir la criatura: Aportación al estudio de Obstetricia bajomedieval**. In: Aragón en la Edad Media, N° 8, 1989, p. 283-292.

GARCIA HERRERO, María del Carmen. **Del nacer y del vivir. Fragmentos para una historia de la vida en la Baja Edad Media**. Zaragoza, Institución “Fernando el Católico”, 2005.

GARCIA HERRERO, María del Carmen. **Elementos para una historia de la infancia y de la juventud a finales de la Edad Media**. Madrid: Cátedra, 1985, p. 223-252.

GARCIA HERRERO, María del Carmen. **Las etapas de la vida**. In: *El mundo social de Isabel la Católica: la sociedad castellana a finales del siglo XV* / coord. por Miguel Ángel Ladero Quesada, 2004, p. 29-47.

GARCIA HERRERO, María del Carmen. **Los jóvenes en la Baja Edad Media: Estudios y Testimonios**. Institución Fernando el Católico Excma. Diputación de Zaragoza, 2018.

GARCÍA HERRERO, María del Carmen. **Mocedades diversas: hacia un estudio de la juventud en la Baja Edad Media**. Memoria y civilización, n. 14, 2011, p. 9-34.

GARCÍA HERRERO, María del Carmen; PÉREZ GALÁN, Cristina (ed.). **Mujeres de la Edad Media: actividades políticas, socioeconómicas y culturales**. Zaragoza: Institución “Fernando el Católico”, 2014.

GARÍN, Eugenio. **La educación en Europa, 1400-1600: problemas y programas**. Barcelona: Novagrafik, 1987.

GASPAR, Lisete; OSÓRIO, Paulo. **A Estrutura Atributiva e os Tipos de Posse no Leal Conselheiro de D. Duarte: um Estudo de Sintaxe Histórica**. Limite, Revista de Estudos Portugueses y de la Lusofonía, Vol. 10.1, p. 9-12, 2016.

GASPAR, Lisete; OSÓRIO, Paulo. **Os verbos ser, estar, ter e haver no Leal Conselheiro de D. Duarte: achegas para um quadro linguístico do século XV**. Studia romanica posnaniensia, Vol. 40/1, Poznań, 2013, p. 115-134.

GAUQUELIN, Martine; LECLERCQ, André; SILVAIN, Jean-Mare. **Legendes, mythologies, histoire et imaginaire sportif**. Lille: Centre Lillois de Recherche en Analyse du Sport Université Charles de Gaulle Lille III, 1995.

GEREMEK, B. **L'exemplum et la circulation de l'aculture au Moyen Âge**. Mélanges de l'Ecole Française de Rome. Moyen-Age, Temps Moderns, Vol. 92, n. I, 1980, p. 153-179.

GÉROLD, Théodore. **La musique au Moyen Âge**. Paris: Librairie Ancienne Honoré Champion, Les classiques français du Moyen Âge 73, 1932.

GIES, Frances; GIES, Joseph. **Women in the middle ages: the lives of real women in a vibrant age of transition**. HarperCollins, 2017.

GILSON, Étienne. **O espírito da filosofia medieval**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

GODINHO, António de Lencastre. D. João I & D. Filipa de Lencastre. In: **Ascendência Portuguesa da Casa Real**. Porto: 2005, p. 113-133.

GOMES, Mariana. **A Paixão de Cristo na Oração Popular Portuguesa: Estudo e Edição**. Mestrado em Estudos Românicos, Área de Especialização - Literatura Oral e Tradicional Dissertação orientada por: Professor Doutor João David Pinto Correia Professor Doutor Arnaldo Saraiva, Universidade de Lisboa, 2009.

GOMES, Rita Costa. **A Corte dos reis de Portugal no final da Idade Média**. Portugal: Difusão Editorial S.A, 1995.

GOMES, Rita Costa. **Casa e ofícios da mesa: Os convivas do rei e a estruturação da corte (séculos XIII a XVI)**. Disponível em: https://www.academia.edu/5388273/Os_convivas_do_rei_e_a_estrutura%C3%A7%C3%A3o_da_corte_s%C3%A9culos_XIII_a_XVI Acesso em: 20 de junho de 2019

GOMES, Rita Costa. **The Making of a Court Society: Kings and Nobles in Late Medieval Portugal**. London: Cambridge University Press, 2003.

GOMES, Rita Costa. **The Royal Chapel in Iberia: Models, Contacts, and Influences**. The Medieval History Journal, 12, 1, 2009, p. 77–111.

GOMES, Saúl António. A construção monástica no Portugal medievo: algumas reflexões. In: MELO, Arnaldo Sousa; RIBEIRO, Maria do Carmo (Coor). **História da Construção – Arquiteturas e Técnicas Construtivas**. Braga: Candeias Artes Gráficas, 2013. p. 245-267

GOMES, Saúl António. **A devoção régia a Nossa Senhora da Nazaré nos finais da Idade Média e na abertura de Quinhentos**. Anais Leirienses – estudos & documentos, 2020, p. 11-55.

GOMES, Saul António. **A vida litúrgica entre os monges de Alcobaça em meados de quatrocentos: o regimento dos sacristães-mores**. In: Mosteiros Cistercienses História, Arte, Espiritualidade e Património, TOMO II, Direcção José Albuquerque Carreiras, Actas do Congresso realizado em Alcobaça nos dias 14 a 17 de junho de 2012 Alcobaça, 2013, p. 423-448.

GOMES, Saul Antonio. **As políticas culturais de tradução na corte portuguesa no século XV**. Cahiers d'études hispaniques médiévales. N°33, 2010, p. 173-181.

GOMES, Saul António. **Hagiografia, arte e cultura no Outono da Idade Média**. Revista Diálogos Mediterrânicos, N. 6, 2014, p. 29-55.

GOMES, Saul António. **Jograis e cultura urbana na Coimbra medieval**. Revista de História das Ideias, n. 19, 1997, p. 459-470.

GOMES, Saul António. **Livros de ciência em bibliotecas medievais portuguesas**. In: Ágora. Estudos Clássicos em Debate 14.1, 2012, p. 47-61.

GOMES, Saul António. **Ordens militares freires, guerreiros e cavaleiros**. Actas do VI encontro sobre ordens militares, s/d, p. 271-284.

GONTHIER, Nicole. **Éducation et cultures dans l'Europe occidentale chrétienne (du XIIe au milieu du XVe siècle)**. Paris: Édition marketing S.A, 1998.

GONZÁLEZ ZALACAIN, Roberto José. Conflictos por dotes y arras en la Castilla bajomedieval. In: **Las mujeres en la Edad Media**. Murcia-Lorca: Monografías de la Sociedad Española de Estudios Medievales, n. 3, 2013, p. p. 145-151.

GRANJON, Marie-Christine. **La prudence d'Aristote: histoire et pérégrinations d'un concept**. In: Revue française de science politique, 49^e année, n^o1, 1999, p. 137-146.

GROUT, Donald J; PALISCA, Claude V. **História da música ocidental**. Tradução: Ana Luísa Faria, Lisboa: Gradiva, 2007.

GUIJARRO GONZÁLEZ, Susana. **Las escuelas de gramática en la castilla Bajomedieval (Siglos XIII-XV)**. In: Historia medieval, Vol. 36, n^o 2, 2018, p. 9-38.

GUIMARÃES, Marcella Lopes. **A Sétima Idade de Fernão Lopes: novo tempo para os Príncipes de Avis?**. Seminário Facetas do Império na História, Universidade Federal do Paraná, 2006, p. 1-11.

GUIMARÃES, Marcella Lopes. **Crônica de um gênero histórico**. Revista Diálogos Mediterrânicos, Número 2, 2012, p. 67-78.

GUIMARÃES, Marcella Lopes. **De Cícero a Fernão Lopes, considerações sobre a amizade do Ocidente Medieval**. Convergência Lusíada, n. 26, julho - dezembro de 2011, p. 132-145.

GUIMARÃES, Marcella Lopes. **Estudo das representações de monarca nas crônicas de Fernão Lopes (séculos XIV e XV): O espelho do rei: “- Decifra-me e te devoro”**. Tese apresentada como requisito à obtenção do grau de Doutora em História, Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Orientadora: Professora Doutora Fátima Regina Fernandes Frighetto, Curitiba, 2004.

HAAREN, John. H. **Famous men of the Middle ages**. USA: American Book, 1904.

HADOT, Pierre. **Exercícios espirituais e filosofia antiga**. Editor Edson Manoel de Oliveira Filho, São Paulo: É Realizações, 2014.

HANAWALT, Barbara A.; WALLACE, David. **Bodies and Disciplines**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

HARPER, April; PROCTOR, Caroline (Org.). **Medieval Sexuality**. Reino Unido: Routledge Medieval Casebooks, 2007.

HASLIP, Michael J; MATA-MCMAHON, Jennifer; SCHEIN, Deborah L. **Early childhood educators' perceptions of nurturing spirituality in secular settings**. Early Child Development and Care, 2018. Disponível: <https://doi.org/10.1080/03004430.2018.1445734>
Acesso em: 20 de fevereiro de 2019.

HARTHAN, John. **Books of Hours and Their Owners**. London: Thames and Hudson, 1977.

HAYES, Dawn Mari. **Body and Sacred Place in Medieval Europe, 1100-1389**. Routledge, 2003.

HENRION, Roger. **Des origines du mot Familia**. In: *L'antiquité classique*, Tome 10, fasc. 1, 1941, p. 37-70.

HODGSON, Natasha R. **Women, crusading and the holy land in historical narrative**. Woodbridge: The Boydell Press, 2007.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho; BECEIRO PITA, Isabel. **Rey y «totalidad nacional» en la obra de Don Duarte: en torno a los conceptos de prudencia y consejo**. Hispania, Revista Española de Historia, Vol. LXVII, nº 227, 2007, p. 929-944.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho. **Rei e «estado real» nos textos legislativos da Idade Média portuguesa**. Revista En la España Medieval, 1999, n 22, p. 177-185.

HUGHES, Dom Anselm. **Early medieval music up to 1300**. USA: Geoffrey Cumberlege Oxford University Press, 1954.

HUIZINGA, Johan. **Homo ludens: o jogo como elemento da cultura**. Tradução de João Paulo Monteiro. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

INFANTES, Victor. **De las primeras letras. Cartillas españolas para enseñar a leer de los siglos XV y XVI**. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, 1998.

JOKINEN, Annina. **John Gower. Luminarium**. Disponível em: <http://www.luminarium.org/medlit/gowerbio.htm> . Acesso em: 12 de janeiro de 2020.

JUSTO FERNÁNDEZ, Jaime. **Los libros en los sínodos medievales de la Península Ibérica**. REDC 71, 2014, p. 165-207.

KASSING, Gayle. **History of dance**. United States: Human Kinetics, 2018.

KELLY, Kathleen. **Performing Virginity and Testing Chastity in the Middle Ages**. Londres: Routledge, 2000.

KNIBIEHLER, Yvonne. **História da Virgindade**. Tradução Dilson Ferreira da Cruz, São Paulo: Editora Contexto, 2016.

La chasse au moyen âge. Actes du colloque de Nice (22-24 juin 1979), 1980 (Publ. Fac. let. Nice, 20). In: Cahiers de civilisation médiévale, 27e année (n°107), Juillet-septembre 1984, p. 284-285.

LAGUNAS, Cecilia E. **Abadesas y Clérigos; Poder, religiosidad y Sexualidad en el Monacato Español siglo (X-XV)**. España: Universidad Nacional de Luján, Departamento de Ciencias Sociales, 1999.

LARRINGTON, Carolyne. **Brothers and Sisters in Medieval European Literature**. Woodbridge Suffolk: York Medieval Press, 2015.

LAPA, Manuel Rodrigues. **Lições de literatura portuguesa: época medieval**. Coimbra: Coimbra Editora, 1966.

LAURIE, Ian S; SINNREICH-LEVI, Deborah M. **Eustache Deschamps: Selected Poems**. New York, Taylor & Francis Books, Inc, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão, Irene Ferreira e Suzana Ferreira Borges. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

LE GOFF, Jean Jacques. **Los Intelectuales en la Edad Media**. España: Editorial Gedisa, 1985.

LE GOFF, Jean Jacques. **O homem medieval**. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

LE GOFF, Jean Jacques. **Reflexões sobre a história**. Lisboa: Edições 70, 2009.

LECLERCQ, Jean. **Le mariage vu par les moines au XIIe siècle**. Paris: Éditions du Cerf, 1983.

LEES, Clare A. **Medieval Masculinities: Regarding Men in the Middle Ages**. Minneapolis: Estados Unidos: University of Minnesota Press, Medieval Cultures, Vol. 7, 1994.

LEITE, Lucimara. **Transcrição do livro o Espelho de Cristina: uma pequena amostra**. Revista Signum, 2014, vol. 15, n. 1, p. 151-174.

LEES, Clare A. **Medieval Masculinities: Regarding Men in the Middle Ages**. Minneapolis: University of Minnesota Press, Medieval Cultures, Vol. 7, 1994.

LEPOT, Julien. **Un miroir au prince enluminé du milieu du XIVe siècle: l'Avis aus roys**. França: Université d'Orléans, 2014.

LESLIE, Catherine Amoroso. **Needlework through History: An Encyclopedia**. London: Greenwood Press, Handicrafts through World History, 2007.

LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude. **História dos jovens**. Tradução: MARCONDES, Claudio; MOULIN, Nilson; NEVES, Paulo São Paulo: Companhia das Letras, Vol. 1, 1996.

LIMA, Douglas Mota Xavier de. **A viagem de D. Pedro e as alianças externas de Portugal no início do século XV**. V Encontro Luso-Brasileiro de História Medieval, 2011, p. 104-112.

LIMA, Douglas Mota Xavier de. **A viagem do infante D. Pedro e as relações diplomáticas da dinastia de Avis (Portugal, século XV)**. Diálogos com a História: trabalhos apresentados na Semana de História da UFF (março de 2012) / Giselle Martins Venancio, Ana Carolina Moliterno Lopes de Oliveira, Cynthia Stolze Trissuzi, Debora Santos Martins, Karoline Marques Machado, Rennan de Souza Lemos, Vanessa Costa Ferreira (org.). Niterói: PPG História-UFF, 2014, p. 48-55.

LIMA, Douglas Mota Xavier de. **À volta do casamento do infante D. Pedro**. Medievalista online, nº 21, 2017, p. 1-26.

LIMA, Douglas Mota Xavier de. **O infante D. Pedro e as alianças externas de Portugal (1425-1449)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Vânia Leite Fróes, 2012.

LIMA, Douglas Mota Xavier de. **O ofício do rei em Portugal: A função dos reis de Avis e suas relações com o “Stado Ecclesiastico”**. In: Relações de poder: da Antiguidade ao Medievo, organizado por Carlos Eduardo da Costa Campos e Renan Marques Birro. - Vitória: DLL/UFES, 2013, p. 531-563.

LINS, Regina Navarro. **O livro do amor: da Pré-história à Renascença**. Rio de Janeiro: Best Seller, Vol. 1, 2012.

LOCHRIE, Karma; MCCracken, Peggy; SCHULTZ, James A. **Constructing Medieval Sexuality**. USA: University of Minnesota Press, Medieval Cultures, Vol. 11, 1997.

LOP OTÍN, María José. **De catedrales, escuelas y niños: el ejemplo del Toledo Bajomedieval**. In: Historia medieval, Vol. 36, nº 2, 2018, p. 39-60.

LOPES, Paulo Catarino (Org.). **Portugal e a Europa nos séculos XV e XVI. Olhares, relações, identidade(s)**. Disponível em: <https://iem.fcsh.unl.pt/ebooks/estudos21/235/#zoom=z>. Acesso em: 20 de janeiro de 2020.

LORENZO, Ramón. **La interconexión de Castilla, Galicia y Portugal en la confección de las crónicas medievales y en la transmisión de textos literários**. Revista de Filología Románica, 2002, 19, 93-123.

LORING GARCÍA, Maria Isabel. Sistemas de parentesco y estructuras familiares en la Edad Media. In: José Ignacio de la Iglesia Duarte, **La familia en la edad media**. Nájera: XI Semana de Estudios Medievales, 2000, p. 13-38.

LOURENÇO MARTINS CAMEIRA SERRA, Nuno Miguel. **Las actividades corporales en Portugal durante los siglos XIV y XV. Análisis de las obras de Don Joao I y Don Duarte**. León: Universidad de León, 2010.

M. Mérida Jiménez, Rafael; WEISSBERGER, Barbara F. **Women in medieval Iberia: a selected bibliography**. [s.l.]: Feminist Humanities Project of the Center of the Study of Women in Society, University of Oregon, 2002.

MAGALHÃES Isabel Allegro de (Coord). **História e antologia da literatura portuguesa - Século XV**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998.

MAGALHÃES, Isabel Allegro de (Coord). **História e antologia da literatura portuguesa – Século XVI**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

MANSON, Michel. **História do brinquedo e dos jogos: brincar através dos tempos**. Tradução Carlos Correia Monteiro de Oliveira, Lisboa: Editorial Teorema, 2002.

MARAVALL, José Antonio. **La formación de la conciencia estamental de los letrados**. Revista de estudios políticos, n. 70, 1953, p. 53-82.

MARIGUELA, Adriana Duarte Bonini. **O Cathecismo pequeno de D. Diogo Ortiz: um testemunho linguístico**. Anais do SILEL, Vol. 1, Uberlândia: EDUFU, 2009, p. 1-11.

MARINELLA, Lucrezia. **The nobility and excellence of women, and the defects and vices of men**. Estados Unidos: University Of Chicago Press, 1999.

MARINHO, Duarte Maria Monteiro de Babo. **Diplomacia visual na Baixa Idade Média portuguesa: os oficiais de armas**. Medievalista online Nº 24, 2018.

MARTÍNEZ GÓMEZ, Cristina. **Estudio, edición crítica y traducción del Memoriale virtvtvm de Alfonso de Cartagena**. Universidad Complutense de Madrid, Facultad de filología, Departamento de Filología Latina, Tesis doctoral, Dr. D. Antonio López Fonseca, Madrid, 2015.

MARQUES, João Francisco. **Franciscanos e dominicanos confesores dos reis portugueses das duas primeiras dinastias**. In: Colóquio espiritualidade e corte em Portugal, Porto, Espiritualidade e Corte em Portugal: séculos XVI a XVIII, 1993, p. 53-60.

MARQUES, José. **A Pregação em Portugal na Idade Média. Alguns aspectos**. Via spiritus 9, 2002, p. 317-347.

MARQUES, A. H. de Oliveira. **Portugal na crise do século XIV e XV**. Lisboa: Presença, 1987.

MARQUES, José. **Caminhos da escrita no Noroeste de Portugal, na Idade Média: Alguns aspectos**. Revista da Faculdade de Letras, ciências e técnicas do património do Porto, Série I, Vol. V-VI, 2006-2007, p. 291-322.

MARQUES, José. **Relações entre a igreja e o estado em Portugal, no século XV**. Revista da Faculdade de Letras. História, série II, Vol. 11, 1994, p. 137-172.

MARTIN, A. Lynn. **Alcohol, Sex, and Gender in Late Medieval and Early Modern Europe**. New York: Palgrave MacMillan, 2001.

MARTINS, Mário. **A Bíblia na literatura medieval portuguesa**. Portugal: Instituto de Cultura Portuguesa, Presidência do Conselho de Ministros, Secretaria de Estado de Cultura, 1979.

MASSINI-CAGLIARI, Gladis. **A música da fala dos trovadores: desvendando a prosódia medieval**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

MATTOSO, José; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (Org). **História da vida privada em Portugal**. Portugal: Temas e debates, 2011.

MATTOSO, José. **História de Portugal: A Monarquia Feudal (1096-1480)**. Lisboa: Círculo de Leitores, Vol. 2, 1993.

MATTOSO, José. **Naquele Tempo: Ensaio de História Medieval**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2009.

MATTOSO, José. **Perspectivas actuais sobre a nobreza medieval portuguesa**. Revista de História das Ideias, Vol. 19, 1997, p. 7-37.

MAY, Simon. **Love: A History**. New Haven: Yale University Press, 2011.

MEDEIROS, Sooraya K. L. **Lamurientas, faladeiras e mentirosas? Um estudo sobre a condição social feminina no quatrocentos português**. 2007. f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MENDES, Lenora Pinto. **Festa, Teatro e Poder**. Mirabilia, Sociedad y Cultura en Portugal, nº26, 2018.

MENDES, Lenora Pinto; SELLES, Márcio Paes. **A música e a dança na Idade Média**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, [s/d].

MERCURI, Danielle Oliveira. **Sábios e sagrados: Os reis ibéricos e seus cronistas**. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2013.

MINOIS, George. **História do riso e do escárnio**. Tradução Maria Elena Ortiz Assumpção, São Paulo: Editora Unesp, 2003.

MINOIS, George. **Storia del mal di vivere. Dalla malinconia alla depressione**. Traduzione di Manuela Carbone, Bari: Dedalo, 2005.

MITCHELL, Linda E. **Family Life in The Middle Ages**. London: Greenwood Press, 2007.

MOCELIM, Adriana. **“Por meter amor e amizade entre os nobres fidalgos da Espanha”: O Livro de Linhagens do Conde Pedro Afonso no contexto tardo-medieval português**. Dissertação - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História. Curitiba, 2007.

MONGELLI, Lênia Márcia (coord.). **A literatura doutrinária na Corte de Avis**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MONTEIRO, João Gouveia. **A guerra em Portugal nos fins da Idade Média**. Lisboa: Notícias Editora, 1998.

MONTES, Néstor Vigil. **“El maestre Davis que se fazia chamar rey de Portugal” – La imagen propagandística de D. João I de Portugal en la fuentes castellanas.** Medievalista online, nº 23, 2018.

MORENO, Humberto Baquero. **Os itinerários de El-rei Dom João I (1384-1433).** Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1988.

MONCHET, Koldo Trápaga. **El estudio de los bosques reales de Portugal a través de la legislación forestal en las dinastías Avis, Habsburgo y Braganza (c. 1435-1650).** Philostrato, Revista de Historia y Arte, nº 1, 2017, p. 5-27.

MONTEIRO, João Gouveia. **Fernão Lopes, texto e contexto.** Prefácio de José Mattoso. Coimbra: Livraria Minerva, 1988.

MONTEIRO, João Gouveia. **Os Castelos Portugueses dos finais da Idade Média: Presença, perfil, conservação, vigilância e comando.** Coimbra: Edição Colibri, 1999.

MORRÁS, Maria. **Latinismos y literalidad en el origen de clasicismo vernáculo: Las ideas de Alfonso de Cartagena (ca. 1384-1456).** Revista de estudios de traducción, 1994, p. 35-58.

MORRÁS, María (edición, prólogo y notas de). **Alonso de Cartagena, Libros de Tulio: De Senetute, De los Ofícios.** Alcalá de Henares, Madrid: Universidad de Alcalá de Henares, 1996.

MUESSIG, Carolyn. **Preacher, Sermon and Audience in the Middle Ages.** Leiden: Brill Academic Publishers, 2002.

MULDER-BAKKER, Anneke B. **Seeing and Knowing women and learning in medieval Europe 1200-1550.** Turnhout: Brepols Publishers, 2004.

MULDOON, James. **Travellers, Intellectuals, and the World Beyond Medieval Europe.** USA: Ashgate Publishing Limited, 2010.

MURPHY, James Jerome. **La retórica en la Edad Media: historia de la teoría de la retórica desde San Agustín hasta el Renacimiento.** México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa. **A relíquia do Santo Lenho em Portugal: narrativas de milagres.** História Revista, Vol. 19, n. 1, 2014, p. 105-120.

NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa; COSTA, P. P. **A visibilidade do sagrado: Relíquias cristãs na Idade Média.** Curitiba: Prismas, 2017.

NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa. **Santidades Ibéricas: Entre o sagrado e o profano.** História revista (online), v. 24, 2019, p. 134-154.

NEYREY, Jerome H. **Honor y verguenza.** Salamanca: Ediciones Sígueme, 2005.

NORTE, Armando Jose Gomes do. **Letrados e Cultura Letrada em Portugal (séculos. XII e XIII)**. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese elaborada para a obtenção do grau de Doutor em História Medieval, 2013.

NUNES, Ariadne. **Livro da Vertuosa Benfeytoria (LVB)**. In: TEODORO, Leandro Alves (Org.). Obras pastorais e doutrinárias do mundo ibérico. Banco de dados (Online). 2019. Disponível em: <https://umahistoriadapeninsula.com/livro-da-vertuosa-benfeytoria-lvb/> . Acesso em: 19 de setembro de 2019.

NUNES, Rui Afonso da Costa. **História da educação na Idade Média**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

OLIVEIRA, Ana Rodrigues. **A Criança na Sociedade Medieval Portuguesa**. Lisboa: Teorema, 2007.

OLIVEIRA, Ana Rodrigues. **As Idades da Criança**. IEM - Instituto de Estudos Medievais, Medievalista online, Ano 2, nº2, 2006.

OLIVEIRA, Ana Rodrigues. **O dia-a-dia em Portugal na Idade Média**. Lisboa: Esfera dos Livros, 2015.

OLIVEIRA, António Resende de. **A cultura da nobreza (séculos XII-XV): balanço sem perspectivas**. Medievalista online, 3, 2007, p. 1-9.

OLIVEIRA, Hallyson de. **História da Música**. 2011. Disponível em: <http://educacaomusicaleoseculoxxi.blogspot.com/> Acesso em: 05 de setembro de 2018.

OLIVEIRA, Terezinha. **Influências de Tomás de Aquino em a ‘Virtuosa Benfeitoria’ do Infante D. Pedro: a Tradição Escolástica na História e na História da Educação**. Maringá, Acta Scientiarum Education, Vol. 39, n.1, p. 9-17, 2017.

OTIS-COUR, Leah Lydia. **Historia de la pareja en la Edad Media**. Madrid: Editora Siglo XX, 2000.

PANIAGUA, David; SANZ, Maria Adelaida Andrés. **Formas de acceso al saber en la antigüedad tardía y en la alta edad media la transmisión del conocimiento dentro y fuera de la escuela**. Roma, Fédération Internationale des Instituts d’Études Médiévales, 2015.

PARISOTO, Felipe. **D. Isabel de Portugal, íclita duquesa da Borgonha (1430-1471), diplomata europeia do século XV: Contributo para uma bibliografia crítica**. Dissertação em História da Idade Média, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011.

PEDRO, Susana Tavares. **Apontamentos para uma descrição codicológica do códice BnF, Portugais 5**. eHumanista: Vol. 22, 2012, p. 65-111.

PENKETH, Sandra. Women and Books of Hours. IN: SMITH, L. and TAYLOR, J.H.M. **Women and the Book. Assessing the Visual Evidence**. The British Library and University of Toronto Press, 1996.

PEREIRA, Isaías da Rosa. **A vida do clero e o ensino da doutrina cristã através dos sínodos medievais portugueses**. Lusitania Sacra. Lisboa, 1978, p. 37-74.

PEREIRA, Paulo Alexandre. Horto do Esposo. In: TEODORO, Leandro Alves (Org.). Obras pastorais e doutrinárias do mundo ibérico. Banco de dados (Online). 2019. Disponível em: <https://umahistoriadapeninsula.com/our-collections/horto-do-esposo/>. Consulta em: 13 de Novembro de 2019.

PERFETTI, Lisa Renee. **The Representation of Women's Emotions in Medieval and Early Modern Culture**. University Press of Florida, 2005.

PERNOUD, Régine. **A Mulher no Tempo das Catedrais**. Tradução: Miguel Rodrigues, Lisboa: Gradiva, 2000.

PERNOUD, Régine. **Luz Sobre a Idade Média**. Tradução Antônio Manuel de Almeida Gonçalves, Portugal: Europa-América, 1997.

PETRINA, Alessandra. **The Medieval Translator: Traduire au Moyen Age**. Turnhout: Brepols Publishers, 2013.

PICARD, Jean-Charles. **L'Éducation dans le Haut Moyen-Âge (à propos d'un livre de Pierre Riché)**. In: Histoire de l'éducation, nº6, 1980, p. 1-8.

PINTO, Vitor Manuel Inácio. **De tratado em tratado até ao casamento final: o casamento de D. João I com D. Filipa de Lencastre**. Orientador: Professor Doutor Luís Miguel Duarte, dissertação apresentada a Universidade do Porto, 2015.

PLUSKOWSKI, Aleks. **Medieval Animals**. Cambridge University Press, 2002.

POSNER, David M. **The Performance of Nobility in Early Modern European Literature**. Cambridge University Press, 1999.

POWER, Eillen. **Gente de la Edad Media**. Eudeba: Biblioteca Cultural Colección lectores 90, 1994.

RAMOS, Manuel. **Os membros da Geração de Avis: amizades, inimizades e falta de exemplaridade**. Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2009, p. 91-113.

REBELO, António Manuel Ribeiro. **O verdadeiro carácter de D. Fernando, o Infante Santo**. Humanitas 58, 2006, p. 199-227.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RICHARDS, Jeffrey. **Sexo desvio e danação: As minorias na Idade Média**. Jorge Zahar Editora, 1993.

RODRIGUES, Ana Maria S, A. A mesa, o leito, a arca, a mula. Como se provia ao sustento e itinerância das rainhas de Portugal na Idade Média. In: Ana Isabel Buescu e David Felismino (ed.), **A mesa dos reis de Portugal**, Lisboa: Círculo de Leitores, p. 44-63, 2011.

RODRIGUES, Ana Maria S, A. **D. Leonor, infanta de Aragão, rainha de Portugal: linhagem, género e poder na Península Ibérica do século XV**. Raízes Medievais do Brasil Moderno, Actas, 2008, p. 211-232.

RODRIGUES, Ana Maria S, A. **For the Honor of Her Lineage and Body: The Dowers and Dowries of Some Late Medieval Queens of Portugal**. Acesso em: 28 de março de 2019, Disponível em: [https://www.academia.edu/936896/For the Honor of Her Lineage and Body The Dowers and Dowries of Some Late Medieval Queens of Portugal](https://www.academia.edu/936896/For_the_Honor_of_Her_Lineage_and_Body_The_Dowers_and_Dowries_of_Some_Late_Medieval_Queens_of_Portugal).

RODRIGUES, Ana Maria S, A. La casa de Dona Leonor de Aragón, reina de Portugal (1433-1445): Formación y desintegración de um instrumento de poder feminino. In: **La participación de las mujeres em lo político. Mediación, representación y toma de decisiones**. Coordenação de Maria Isabel del Val Valdieso e Cristina Segura Graino, Madrid, Almudayana, p.241-279, 2011.

RODRIGUES, Ana Maria S, A. Polla raynha Dona Lionor mjnha molher que sobre todas amo e preço. D. Duarte e D. Leonor de Aragão: uma parceria aquém e além-túmulo. In: **D. Duarte e a sua época: arte, cultura, poder e espiritualidade**. Coordenação de Catarina Fernandes Barreira Miguel Metelo de Seixas, IEM - Instituto de Estudos Medievais Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2014, p. 67-83.

RODRIGUES, Ana Maria S, A. **Rainhas Medievais de Portugal: Funções, patrimónios, poderes**. CLIO, Revista do centro de História da Universidade de Lisboa, n. 16-17, 2008, p. 139-153.

RODRIGUES, Ana Maria S, A. Spirituality and Religious Sponsorship in the 15th-century Portuguese Crown: Kings, Queens and Infantes. In: GARÍ, Blanca. **Women's Networks of Spiritual Promotion in the Peninsular Kingdoms (13th-16th Centuries)**. Gennaio, 2013, p. 205-220.

RODRIGUES, Ana Maria S, A. **Um Mundo só de Homens: os capitulares bracarenses e a vivência da masculinidade nos finais da Idade Média**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Estudos de Homenagem ao Prof. Doutor José Marques, vol. I, 2006, p. 195-209.

RODRIGUES, Ana Maria S, A; SILVA, Manoela Santos. Private properties, seigniorial tributes, and jurisdictional rents: The income of the queens of Portugal in the late middle ages. In: **Women and wealth in late Medieval Europe**, Organizado por Theresa Earenfight, Palgrave Macmillan, p.209-228, 2010.

RODRIGUES, Ana Maria S. A. The crown, the court and monastic reform in medieval Portugal: a gendered approach. In: **Queens, Princesses and Mendicants. Close Relations in a European Perspective**. Nikolas Jaspert; Imke Just (eds.), Zurich: Lit Verlag, 2019, p. 53-63

RODRIGUES, Ana Maria S, A; SILVA, Manoela Santos. **Women's and Gender History**. In: The Historiography of Medieval Portugal (1950-2010), José Mattoso (dir.), Maria de Lurdes Rosa, Bernardo Vasconcelos e Sousa, Maria João Branco (eds), Instituto de Estudos Medievais, Lisboa, 2011, p. 483-497.

RODRIGUES, André Moutinho. **A consciência de Avis: aproximação prosopográfica dos confessores da família real portuguesa (1385-1481)**. En la España Medieval, junho, 2019, Vol.42, p.181-210.

RODRIGUES, José Carlos. **O corpo na história**. Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz, 1999.

ROLÁN, Tomás González; SUÁREZ-SOMONTE, Pilar Saquero. **La proyección pedagógica de Alfonso de Cartagena (1385-1456) en la corte portuguesa de João I: el prólogo a la rhetorica de Cicerón dedicado al infante D. Duarte**. FORTVNATAE, nº 25, 2014, p. 199-211.

ROQUES, Mario. **Sur l'équitation féminine au Moyen Âge d'après un passage du Roman de Tristan**. In: Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres, 91^e année, N. 3, 1947, p. 507-508.

ROSA, Maria de Lurdes. **A religião no século: vivências e devoções dos leigos**. In: Carlos Moreira Azevedo (Dir.). História Religiosa de Portugal, Vol. 1, Formação e limites da cristandade, Lisboa: Círculo de leitores, 2000, p. 423-510.

ROSA, Maria de Lurdes. **Espiritualidade(s) na corte (Portugal, c. 1450-c.1520): que leituras, que sentidos?**. Anuario de Historia de la Iglesia, Vol. 26, 2017, p. 217-258.

ROSA, Maria de Lurdes. **Longas guerras, longos sonhos africanos. Da tomada de Ceuta ao fim do Império**. Porto: Fio da Palavra Editores, Lda, 2010.

ROSA, Maria de Lurdes. **Santos e demónios no Portugal medieval**. Porto: Fio da Palavra Editores, Lda, 2010.

ROSA, Maria de Lurdes. **Sociabilidades e espiritualidades na Idade Média: a historiografia portuguesa sobre os comportamentos religiosos dos leigos medievais**. Lusitania Sacra, 2^a série, 21, 2009, p. 75-124.

ROUCHE, Michel. **Histoire de l' enseignement et de l' éducation I.V av. J. C. XV siècle**. Paris: Editions Perrin, 2003.

ROUCHE, Michel (Org.). **Mariage et sexualité au Moyen Age. Accord ou crise?**. Colloque international de Conques. Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, Paris, 2000.

ROUGEMONT, Dennis. **O amor e o Ocidente**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

RUCQUOI, Adeline. **Éducation et société dans la Péninsule ibérique médiévale**. In: Histoire de l'éducation, nº 69, 1996, p. 3-36.

RUCQUOI, Adeline. **História Medieval da Península Ibérica**. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

RUCQUOI, Adeline. **Reyes y universidades en la Península Ibérica (siglo XIII)**. CIAN-Revista de Historia de las Universidades, 2018, p. 15-39.

RUSANOV, Aleksander. The continuity of university history: a case-study of Portuguese Studium Generale (1288-1377). In: **History of Education & Children's Literature**, IX, n. 1, 2014, p. 287-299.

SÁ, A Moreira de. **O Infante D. Henrique e a Universidade**. Lisboa: Comissão executiva das comemorações do quinto centenário da morte do Infante D. Henrique, 1960.

SAENGER, Paul. **Space between words: the origins of silent reading**. Stanford: Stanford University Press, 1997.

SANTIAGO-OTERO, Horácio; SOTO RÁBANOS, José Maria. **Los saberes y su transmisión en la Península Ibérica (1200-1470)**. s/d, p. 214-261.

SANTIN, Rafael Henrique; OLIVEIRA, Terezinha. **Educação e temor na Suma Teológica de Tomás de Aquino: um estudo no campo da história da educação**. Notandum Ano XXI, n.47, 2018, p.

SANTOS-SILVA, Danielle Oliveira. **Estas Senhoras Rainhas: Trajetórias de Poder na Realidade Medieval Portuguesa (Séculos XII ao XV) – Um Estudo De Queenship**. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2018.

SANTOS, Dulce. O Amarante dos. **Outros olhares sobre a jograria ibérica urbana (Sécs. XIII-XIV)**. Revista de História, n. 5, 2000, p. 71-88.

SANTOS, Dulce O. Amarante Dos. **Os saberes da medicina medieval**. História Revista, vol. 18, no. 1, 2014, p. 121- 134.

SÁNCHEZ HERRERO, José. La literatura catequética en la Península Ibérica. 1236-1553. In: **En la España Medieval**. Tomo y Editorial de la Universidad Complutense. Madrid, 1986, p. 1051-1117.

SÁNCHEZ HERRERO, José. **La religiosidad popular cristiana medieval**. Porto: Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Marques, Vol. II, 2006, p. 465-478.

SARAIVA, José Hermano; ROBERTSON, Ian; FONS, Ursula. **Portugal: A Companion History**. Carcanet, 2012.

SARAIVA, José Hermano. D. Duarte: A, B, C da Lealdade. In: **A Alma e a Gente**. Documentário, 30min. Videofono, 2003. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nzaXP-GJFTE> . Acesso em: 30 de Agosto de 2019.

SCHAUS, Margaret C. **Women and Gender in Medieval Europe: An Encyclopedia**. New York: Routledge, 2006.

SCHECK, Helene. **Reform and Resistance: Formations of Female Subjectivity in Early Medieval Ecclesiastical Culture**. State University of New York Press, 2008.

SCHMITT, Jean-Claude. **A moral dos gestos**. In: Políticas do Corpo: Elementos para uma história das práticas corporais, 1995, p. 141-162

SCHMITT, Jean-Claude. **La raison des gestes dans l'occident medieval**. Paris: Éditions Gallimard, 1990.

SCHMITT, Jean-Claude. **O corpo das imagens**. Tradução José Rivair Maccêdo. São Paulo: Edusc, 2007.

SCHMITT, Jean-Claude. **Os vivos e os mortos na sociedade medieval**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SCHMITT, Jean-Claude. **Prêcher d'exemples: Récits de prédicateurs du Moyen Age**. Paris: Éditions Stock, 1985.

SCORPO, Antonella Liuzzo. **Friendship in medieval Iberia: historical, legal and literary perspectives**. Farnham: Ashgate, 2014.

SCOTT, Anne, M (ed.). **Experiences of Charity: 1250-1650**. New York: Routledge, 2015.

SEGURA GRAIÑO, Cristina. **Las mujeres en la organización familiar**. In: XI Semana de Estudios Medievales, Nájera, del 31 de julio al 4 de agosto de 2000 / coord. por José Ignacio de la Iglesia Duarte, 2001, p. 209-220.

SENEILLART, Michel. **As artes de governar**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, Coleção Trans, 2006.

SÈRE, Bénédicte. **“Ami et alié envers et contre tous”. Etude lexicale et sémantique de l'amitié dans les contrats d'alliance**. dans Avant le contrat social... Le contrat politique dans l'Occident médiéval (XIIIe-XVe siècle), dit. F. Foronda, Paris, 2011, p. 245-268.

SÈRE, Bénédicte. **De la vérité en amitié. Une phénoménologie médiévale du sentiment dans les commentaires de l'Éthique à Nicomaque (XIIIe-XVe siècle)**. Revue historique, 2005, p. 1-22.

SÈRE, Bénédicte. **Essai sur un oxymore normatif :l'amitié politique à la fin du Moyen Âge**. Parlement[s], Revue d'histoire politique, Dossier coordonné par Arnaud Suspène, n. 11, p. 87-100.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **Cronistas do século XV posteriores a Fernão Lopes**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1989.

SHERWIN, Michael S. **By knowledge & by love. Charity and knowledge in the moral theology of St. Thomas Aquinas**. Washington, D. C., The Catholic University of America, 2005.

SHIBATA, Ricardo Hiroyuki. **A carta de Bruges e a tradição do conselho aos reis.** Sínteses - Revista dos Cursos de Pós-Graduação, Vol. 11, p.491-500, 2006.

SHIBATA, Ricardo Hiroyuki. **O retrato da sajes e booa princesa D. Isabel, Duquesa de Borgonha, e a corte portuguesa no século XV.** Revista Philologus, Ano 19, N° 55. Rio de Janeiro: CiFEFiL, jan./abr.2013.

SILVA, André Filipe Oliveira da. **Ensinar e Aprender na Évora Medieval.** Universidade do Porto, Medievalista online nº 24, 2018.

SILVA, Danielle de Oliveira dos Santos. **As filhas de Eva: perfis femininos e conflitos na cronística medieval portuguesa.** ANPUH, vol. 2, 2012, p. 1-11.

SILVA, Danielle de Oliveira dos Santos. **Entre os ecos e o silêncio: Mécia, Inês e Leonor – trajetórias e representações femininas na cronística medieval portuguesa.** Orientador Prof. Dr. Francisco José Silva Gomes, dissertação apresentada à Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, Gonçalo Melo. **Espiritualidade e Poder na Lisboa dos finais da Idade Média: a Colegiada de São Lourenço e os seus Patronos (1298-1515).** Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2012.

SILVA, Gonçalo Melo da. Nobilitação e Espiritualidade na Lisboa Medieval: os Nogueira, os Brito e a paróquia de São Lourenço (1296-1523). In COSTA, Adelaide Millán da e JARA FUENTE, José Antonio (eds.), **Conflicto político: lucha y cooperación. Ciudad y nobleza en Portugal y Castilla en la baja Edad Media.** Lisboa, IEM, 2017, p. 341-373.

SILVA, Manuela Santos. **A Casa e o Património da Rainha de Portugal D. Filipa de Lencastre.** In: Revista Signum, Revista da ABREM, 2010, vol.11, nº2, p. 207-227.

SILVA, Manuela Santos. **A mother and her illustrious offspring.** In: Carey Fleiner, Ellena Woodacre (eds), *Virtuous or Villainess? The role of the royal mother from the Early Medieval to the Early Modern Era*, New York, Palgrave Macmillan, 2016, p. 65-84.

SILVA, Manuela Santos. **A rainha inglesa de Portugal: Filipa de Lencastre.** Lisboa: Círculo de Leitores, 2012.

SILVA, Manuela Santos. D. Duarte e os irmãos - uma educação anglo-normanda?. In: **D. Duarte e a sua época: arte, cultura, poder e espiritualidade.** Coordenação de Catarina Fernandes Barreira; Miguel Metelo de Seixas, IEM - Instituto de Estudos Medievais Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2014, p. 51-65.

SILVA, Manuela Santos. **Filipa de Lancaster (1360-1415) Uma rainha inglesa no Portugal das origens da expansão.** Foral, nº11, p.33-39, 2015.

SILVA, Manuela Santos. **Filipa de Lancáster en Portugal (1387-1415): ¿las raíces de una nueva religiosidad?.** In: Edad Media. Revista de Historia, 2017, nº 18, p. 101-117.

SILVA, Manuela Santos. **Felipa de Lancáster, la dama inglesa que fue modelo de reginalidad en Portugal (1387-1415)**. Anuario de estudios medievales, n. 46/1, 2016, p. 203-230.

SILVA, Manuela Santos. **Isabel: a Infanta da Ínclita Geração (1397-1430)**. Comunicação apresentada à Academia Portuguesa de História, 2011, p. 1-17.

SILVA, Manuela Santos. **O casamento de D. Beatriz (filha natural de D. João I) com Thomas Fitzalan (Conde de Arundel) – paradigma documental da negociação de uma aliança**. In: Problematizar a História. Estudos de História Moderna em Homenagem a Maria do Rosário Themudo Barata, Lisboa, Caleidoscópio, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2007, p. 77-91.

SILVA, Manuela Santos. **Óbidos - terra que foi da rainha D. Filipa. O senhorio de Óbidos de 1415 a 1428**. In: A região de Óbidos na Época Medieval. Estudos, Caldas da Rainha, Património Histórico-Grupo de Estudos, 1994, p. 85-109.

SILVA, Manuela Santos. **Os contornos matriciais da instituição monárquica transportada para o Brasil: poder régio e família real nas origens da monarquia portuguesa**. In: BARROS, Luís Aires; MATIAS, Nuno Vieira; MENDONÇA, Manuela. In: Brasil e Portugal unindo as duas margens do Atlântico, Lisboa, 2013, p. 377-390.

SILVA, Manuela Santos. **Práticas religiosas e hábitos culturais inovadores na corte dos reis de Portugal (1387-1415)**. In: Poder Espiritual/Poder Temporal. As relações Igreja-Estado no Tempo da Monarquia (1179-1909). Actas do Colóquio, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 2009, p.193-212.

SILVA, Manuela Santos. **Religiosidade, caridade e assistência em lugares do Oeste: tradição e inovação**. III Congresso Histórico de Guimarães - D. Manuel e a sua época, 2001, p. 408-415.

SILVA, Manuela Santos. **Tendências e Agentes Espirituais da Capela Régia de D. Filipa de Lencastre**. In: Raízes Medievais do Brasil Moderno. Ordens Religiosas entre Portugal e o Brasil, Academia Portuguesa de História, Centro de História da Sociedade e da Cultura, Lisboa, 2012, p. 70-81.

SILVA, Manuela Santos. "The Portuguese Household of an English Queen: Sources, Purposes, Social Meaning". In: **Royal and Elite Households in Medieval and Early Modern Europe. More than Just a Castle**. Earenfight, Theresa (ed), Leiden-Boston: Brill (A), 2018, p. 271-287.

SILVA, Manuela Santos. Um reino, uma família, um herdeiro: os primeiros anos da dinastia de Avis (1387-1402). In: **O Túmulo do Infante D. Afonso de Portugal da Sé de Braga**. Ana Isabel Seruya (coord), Lisboa, FCT, IMC, MC, 2010, p.16-27.

SIMÕES, José Manuel Martins. **As representações do saber. uma visão dos letrados nas crónicas portuguesas tardo medievais**. Orientação Prof.^a Doutora Hermínia Vasconcelos Vilar. Escola de ciências sociais - Departamento de História, Évora, 2018.

SOUZA E SILVA, Michelle. **Boosco deleytoso**. In: TEODORO, Leandro Alves (Org.). O ensino da fé cristã na Península Ibérica (séculos XIV e XV). Banco de dados (Online). 2019. Disponível em: <https://umahistoriadapeninsula.com/boosco-deleytoso/> Consulta em: 10 de novembro de 2019.

SILVA, Michelle Tatiane Souza e. **O regimento do corpo em Portugal no século XV**. 2014. 185 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2014.

SILVA, Michelle Tatiane Souza e. **Práticas de Leitura e Ensinamentos Morais na Corte de Avis**. Dissertação (Mestrado em História e Cultura Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2009.

SILVA, Priscila Cardoso. **Comparações entre rainhas medievais: os casos de Beatriz de Castela e Filipa de Lencastre (1293-1415)**. ANPUH, p.1-11, 2014.

SINGER, Irving. **Naturaleza del amor. De Platon a Lutero**. México: Siglo XXI Editores Vol. 1, 1992.

SINGER, Irving. **Naturaleza del amor: Cortesano y romântico**. México: Siglo XXI Editores Vol. 2, 1992.

SIRI, Francesco (Org.). **Le Pater noster au XIIe siècle: Lectures et usages**. France: Brepols, Bibliothèque d'histoire culturelle du Moyen Âge, 15, 2015.

SOTO RÁBANOS, José Maria. **Fe y devoción: notas sobre el tratamiento de la eucaristía em la literatura sinodal portuguesa (siglos XIII-XV)**. Porto: Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Marques, Vol. II, 2006, p. 453-463.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e. **Linhagem e identidade social na nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV)**. HISPANIA, Revista Española de Historia, Vol. LXVII, nº 227, p. 881-898, 2007.

SOUZA, Maria Izabel Escano Duarte de. As mulheres e os livros de horas. In: **Encontros com as Imagens Medievais**. Maria Cristina Correia L. Pereira (organizadora) – 1. ed. – Macapá: UNIFAP, 2017, p. 112-138.

SOUZA, Patrícia Marques de. **Illuminatio et meditation: os livros de horas e a devoção laica na baixa Idade Média**. Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), p. 1-21.

SOUZA E SILVA, Michelle. **Boosco deleytoso**. In: TEODORO, Leandro Alves (Org.). O ensino da fé cristã na Península Ibérica (séculos XIV e XV). Banco de dados (Online). 2019. Disponível em: <https://umahistoriadapeninsula.com/boosco-deleytoso/> Consulta em: 20/10/2019.

STILWELL, Isabel. **Filipa de Lencastre: a rainha que mudou Portugal**. Lisboa: Esfera dos Livros, 2007.

SWIFT, Helen J. **Gender, writing, and performance: Men Defending Women in Late Medieval France, 1440–1538**. Oxford: Clarendon Press, 2008.

TAVARES, Jane Santos. **A visão sócio-política de D. Duarte no Leal Conselheiro e em sua legislação**. Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Universidade Federal de Goiás, Orientação do Prof. Dr. José Antônio C. Camargo Rodrigues de Souza, Goiânia, 1997.

TENGARRINHA, José (ed.). **História de Portugal**. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração; Fundação Editora da UNESP, 2000.

TEODORO, Leandro Alves. **A escrita do passado entre monges e leigos: Portugal - séculos XIV e XV**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

TEODORO, Leandro Alves. **Ensino cristão**. Edição, estudos e notas de Leandro Alves Teodoro São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018. (Coleção Memória Atlântica, II).

TEODORO, Leandro Alves. **Guias dos Costumes Cristãos: Os primeiros opúsculos pastorais em língua portuguesa**. São Paulo: Editora Unifesp, 2019.

TIERNEY, Tom. **Medieval Fashions**. New York: Dover Publications, 1998.

TILANDER, Gunnar. **Mots se rapportant au sanglier dans les livres de chasse du moyen âge**. In: Romania, tome 51 n°202, 1925, p. 253-265.

TORRÓ TORRENT, Jaume. **La noblesa, la lírica, la caça i la cortesia**. In: Motsorazo, N° 3, 2004, p. 7-15.

TREVISAN, Mariana Bonat. **A guarda da esposa e a obediência ao marido: a reciprocidade dos deveres conjugais masculinos e femininos nos tratados do rei D. Duarte e de Christine de Pisan (séc. XV)**. Revista Diálogos Mediterrânicos, N. 11, p. 194-204, 2016.

TREVISAN, Mariana Bonat. **A legitimação da eleição de D. João I no Portugal do século XV: As virtudes do Mestre de Avis e os atributos do ofício régio**. In: Relações de poder: da Antiguidade ao Medievo, organizado por Carlos Eduardo da Costa Campos e Renan Marques Birro. - Vitória: DLL/UFES, 2013, p.565-608.

TREVISAN, Mariana Bonat. **A primeira geração de Avis: uma família “exemplar” (Portugal – Século XV)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2016.

TREVISAN, Mariana Bonat. **Construção de identidades de gênero e afirmação régia: Os casais da realeza portuguesa entre os séculos XIV e XV a partir das crônicas de Fernão Lopes**. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em História Social, da Universidade Federal Fluminense, como requisito para a obtenção do Grau de Mestre, Niterói, 2012.

TREVISAN, Mariana Bonat. **Narrar uma “história de família” no século XV: a memória da primeira geração de Avis por D. Duarte e os cronistas avisinis**. Atas do X Encontro

Internacional de Estudos Medievais (EIEM) da Associação Brasileira de Estudos Medievais (ABREM) – Diálogos Ibero-americanos. Brasília: ABREM/PEM-UnB, 2013, p.214-219.

TREVISAN, Mariana Bonat. **Relações adélficas na realeza portuguesa do século XV: os infantes de avis entre a hierarquia fraternal e a obediência régia**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress, Florianópolis, 2017, p.1-12.

TREVISAN, Mariana Bonat. **Ser rei, ser pai: a exemplaridade de D. João I na criação dos infantes da ínclita geração (Portugal – século XV)**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

TUDELA Y VELASCO, María Isabel Pérez de. Ancianidad, viudedad...El hombre medieval en su edad postrera. In: **La familia en la Edad Media: XI Semana de Estudios Medievales**, Nájera, del 31 de julio al 4 de agosto de 2000 / coord. por José Ignacio de la Iglesia Duarte, p. 285-316.

VALERO, Sandra Ferrer. **Mujeres silenciadas en la Edad Media**. Punto de Vista Editores, 2016.

VAN HEMELRYCK, Tania. **Texte, Codex & Contexte: L'écrit et le manuscrit à la fin du Moyen Âge**. Turnhout: Brepols Publisher, 2006.

VAUCHEZ, Andre. **A espiritualidade da Idade Média ocidental**. Tradução Teresa Antunes Cardoso. Lisboa: Editora Estampa, 1995.

VAUCHEZ, Andre. **Saints, prophètes et visionnaires. Le pouvoir surnaturel au Moyen Age**. Paris: Albin Michel, 1999.

VENTURA, Leontina. **Testamentária nobiliárquica (séc. XIII): morte e sobrevivência da linhagem**. Revista de História das Ideias Vol. 19, p.137-156, 1997.

VENTURA, Margarida Garcez. **A Corte de D. Duarte - Política, cultura e afectos**. Lisboa: Editora Verso da História, 2013.

VENTURA, Margarida Garcez. **Espelhos de espelhos... D. Duarte na companhia de D. Afonso de Cartagena entre a cultura, a moral e a política**. Hist. R., Goiânia, Vol. 18, nº 1, 2013, p. 37-51.

VERDON, Jean. **Sombras y luces de la Edad Media**. Buenos Aires: El Ateneo, 2006.

VERGER, Jacques. **Homens e saber na Idade Média**. Bauru: Edusc, 1997.

VERGER, Jacques. **Les historiens français et l'histoire de l'éducation au Moyen Âge: onze ans après**. In: Histoire de l'éducation, nº 50, 1991. Éducatons médiévales. L'Enfance, l'École, l'Église en Occident. Ve-XVe siècles. p. 5-16.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história? Foucault Revolucionou a História**. Brasília: Editora UNB, 2008.

VEYNE, Paul. **Foucault: seu pensamento, sua pessoa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

VIGARELLO, Georges. **História da beleza**. Tradução Léo Schlafman, Rio de Janeiro: Ediouro Publicações S.A, 2006.

VILLA PRIETO, Josué. **La amistad en la mentalidad medieval: análisis de los tratados morales de la Península Ibérica**. Lemir, n. 20, 2016, p. 191-210.

VILLA PRIETO, Josué. **La cultura de los menestrales: tratados didácticos medievales dedicados a la dignificación de los oficios mecánicos**. Cultura en la Península Ibérica Medieval y Moderna (siglos XIII-XVII), COSTA, Ricardo da, SALVADOR GONZÁLEZ, José María (coords.), Mirabilia 21, 2015, p. 417-444.

VILLA PRIETO, Josué. **La educación de los niños pequeños en el ámbito familiar durante la Edad Media tardía: aspectos teóricos**. Tiempo y sociedade, n. 6, 2011-2012, p. 79-122.

VILLA PRIETO, Josué. **La educación familiar en la mentalidad medieval: análisis de los tratados teóricos españoles e italianos (siglos XIII-XV)**. Roma: Anthologica Annua, n. 63, 2016, p. 563-716.

VILLA PRIETO, Josué. **Las actitudes cotidianas en la mentalidad medieval: análisis de las crónicas y los tratados Morales de la Península Ibérica (siglos XIII-XV)**. Lemir 22, 2018, p. 285-330.

VILLATA, Maria Gigliola di Renzo (org). **Family Law and Society in Europe from the Middle Ages to the Contemporary Era**. Switzerland: Springer International Publishing, 2016.

VITERBO, Sousa. **Isabel de Portugal, duquesa de Borgonha. Notas documentais para a sua biografia e para a história das relações entre Portugal e a Borgonha**. Arquivo Histórico Português, Lisboa, 1905, vol. III, n°s 3 e 4, p. 81-106.

WALL, Karin; LEITÃO Mafalda. **Le congé paternel au Portugal: une diversité d'expériences**. In: Revue des politiques sociales et familiales, n°122, 2016. Exercice de la paternité et congé parental en Europe. p. 33-50.

WARD, Jennifer. **Women in England in the middle ages**. New York: Hambledon Continuum, 2006.

WEBB, Diana. **Privacy and Solitude in the Middle Ages**. New York: Hambledon Continuum, 2007.

YATES, Frances. A. **A arte da memória**. Tradução de Flavia Bancher. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

ZADORA-RIO, Élisabeth. **Parcs à gibier et garennes à lapins: contribution à une étude archéologique des territoires de chasse dans le paysage médiéval**. In: Hommes et Terres du Nord, 1986/2-3. Actes du colloque Du pollen au cadastre, p. 133-139.

ZALACAIN, Roberto José González. Conflictos por dotes y arras en la Castilla bajomedieval. In: DEL VAL VALDIVIESO, Maria Isabel; JIMÉNEZ ALCÁZAR, Juan Francisco. **Las mujeres en la Edad Media**. Murcia-Lorca: Monografías de la Sociedad Española de Estudios Medievales, 2013, p. 145-151.

ZIERER, Adriana Maria de Souza. Afonso Henriques, D. João I e D. Sebastião: O messianismo na legitimação simbólica da dinastia de Avis. In: VIEIRA, Ana Livia; ZIERER, Adriana (Orgs.). **História Antiga e Medieval. Rupturas, Transformações e Permanências: sociedade e imaginário**. São Luís: Ed. UEMA, 2009, v. 2, p. 49-74.

ZIERER, Adriana. **D. João I, o iniciador da dinastia de Avis entre a identidade portuguesa e a alteridade**. Dimensões, vol. 33, p. 36-60, 2014.

ZIERER, Adriana. **Fernão Lopes e seu papel na construção da imagem de D. João I, o rei da boa memória**. OPSIS, Catalão, Vol. 12, n. 1, 2012 p. 269-293.

ZIERER, Adriana. **Modelos educativos de nobre e rei na Crónica de D. João I, de Fernão Lopes**. Acta Scientiarum. Education Maringá, Vol. 32, n. 1, 2010, p. 55-66.

ZIERER, Adriana. **O papel da guerra na legitimação simbólica de D. João I, o Messias de Lisboa (1383/1385-1433)**. In: MÉTIS: história & cultura, 2007, p. 215-241.